# Os eleitos

representação e carreiras políticas em democracias

André Marenco (org.)

# OS ELEITOS

Adriano Codato
André Marenco (org.)
Bruno Bolognesi
Eliana Reis
Ernesto Seidl
Frederic Sawicki
Igor Grill
Luiz Domingos Costa
Maria do Socorro Braga
Miguel Serna

# OS ELEITOS

*Representação e carreiras políticas em democracias*

# Sumário

# Apresentação

Este livro é produto de uma agenda de investigações que um conjunto de pesquisadores de diferentes instituições e perspectivas metodológicas tem procurado enfrentar, ao longo dos últimos anos. Como alguém torna-se um profissional da política? Que trajetórias são percorridas por um aspirante a uma carreira política, até a conquista de postos públicos? Que atributos ou recursos são indispensáveis para o ingresso e mobilidade em carreiras políticas, diferenciando eleitores, candidatos e representantes? Partidos são relevantes na seleção de candidatos e oportunidades de carreira? Existem diferenças nos padrões partidários de seleção de candidatos? A conquista de postos executivos altera padrões partidários de recrutamento legislativo?

Diferentes iniciativas foram estabelecidas no sentido de reforçar investigações comuns em torno a este tema de representação, partidos e carreiras políticas. Há uma longa tradição de cooperação acadêmica entre o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e grupos de pesquisadores franceses de diferentes instituições, como Université Paris I, Maison des Sciences de L'Homme, Institut d'Etudes Politiques

Um importante esforço de articulação entre pesquisadores sobre elites políticas foi representada pela formação do GT Elites e Instituições Políticas, da Anpocs (2007), coordenado por Adriano Codato (UFPR) e Miguel Serna (Udelar – Uruguai). Um dos produtos desta iniciativa, foi a publicação de um Dossiê na Revista de Sociologia e Política (Junho de 2008), sobre "Elites Políticas", com artigos sobre senadores uruguaios, elite parlamentar brasileira, recrutamento no Judiciário, militares, lideranças regionais, dirigentes de movimentos sociais. Mais um passo na direção da consolidação de uma agenda de pesquisas comuns, pode ser identificada na formação de duas Mesas Redondas sobre o tema, nos Congressos da International Political Science Association (IPSA) e da La-

tin American Studies Association (LASA), ambas em 2009. Finalmente, a realização em Porto Alegre, do Seminário Internacional "Os Eleitos: como parlamentares tornam-se parlamentares", em Setembro de 2011, com o apoio da Câmara Municipal de Porto Alegre, constituiu oportunidade para promover esta agenda, cujo produto pode ser verificado neste livro.

O conjunto de textos aqui apresentados abrangem uma gama de questões em torno da representação, do recrutamento político e dos partidos, da discussão sobre modelos para explicar variações em padrões de carreiras políticas, processos de profissionalização em legislativos federais, contrastes estaduais nas condições de seleção e mobilidade nos postos políticos e investigações sobre carreiras em legislativos municipais.

Frederic Sawicki parte da identificação de duas tradições de análise sobre partidos políticos, conforme uma ênfase sobre sua autonomia ou heteronomia em relação à interesses sociais: uma, societária, privilegiando a investigação sobre clivagens ou variáveis sociais como elemento para explicar a formação de identidades partidárias e o comportamento de eleitores, militantes e lideranças; paralelo, identifica a tradição dominante na ciência política contemporânea, constituída a partir dos trabalhos de Weber, Ostrogorski, Michels e Schumpeter, e representada nos dias atuais por autores como Kircheimer, Panebianco, Katz, Mair, com seu acento posto sobre a dimensão organizacional dos partidos. Reconhecendo as contribuições oferecidas pelos estudos dos partidos como organizações autointeressadas, Sawicki identifica uma lacuna em seus resultados: como explicar o surgimento, mudanças, declínio sofridas por estas estruturas organizacionais, e sugere a potencial explicativo a partir do exame da construção social das organizações partidárias. Em particular, propõe o estudo de redes – baseada na investigação de trajetórias de militantes e dirigentes – como uma estratégia analítica promissora para abrir esta *caixa-preta*.

No segundo capítulo, André Marenco procura encontrar respostas para duas interrogações: em primeiro lugar, porque investigar carreiras políticas? Em que medida a identificação de padrões de profissionalização, ingresso e mobilidade em postos públicos auxilia na compreensão sobre variações verificadas em instituições partidárias. Na sequência, o capítulo busca identificar elementos para um modelo explicativo acerca destes diferentes padrões de carreira: retomando pistas identificadas nos trabalhos seminais de Weber e Michels o capítulo sugere buscar-se em um padrão de racionalidade contextual os elementos para compreender-se a adoção de diferentes estratégias de carreira política.

Na sequência, Miguel Serna analisa a composição e os tipos de recursos sociais utilizados por elites políticas uruguaias em contexto de forte circulação de elites que acompanha a ascensão eleitoral da Frente Amplia no Uruguai. Procura examinar as condições para a profissionalização dos quadros políticos naquele país, bem como responder à questão de se existe uma homologia entre estruturas sociais e padrões de recrutamento político, examinando a medida em que os partidos (em particular, de esquerda) contribuem para reproduzir ou diversificar padrões de composição de elites políticas.

Processos de seleção de candidaturas como um mecanismo central das instituições poliárquicas constitui o ponto de partida do texto de Maria do Socorro Braga e Bruno Bolognesi. Com base nisto, os autores dissecam a seleção de candidatos no Brasil, a partir de uma pesquisa sobre a percepção dos candidatos a uma cadeira na Câmara dos Deputados em 2010 acerca de *quem seleciona*, com base em *que critérios* e como se dá o *processo de designação* de candidatos pelos partidos. Utilizando de forma rigorosa o modelo analítico proposto por Rahat e Hazan, Braga e Bolognesi procuram responder se os partidos fazem diferença nos processos de composição de listas em função de graus de centralização do *selectorado* partidário, ideologia, condições de origem  e desenvolvimento organizativo.

No capítulo 5, Luiz Domingos Costa e Adriano Codato constatam uma assimetria nos estudos brasileiros sobre carreiras na Câmara dos Deputados e Senado. Partindo de uma revisão das principais teses sobre recrutamento legislativo para a Câmara dos Deputados, mudanças no perfil social dos deputados federais e profissionalização da classe política brasileira, Costa e Codato procuram verificar se as hipóteses formuladas para explicar carreiras políticas na Câmara baixa aplicam-se igualmente ao caso dos senadores. Ao analisar as  trajetórias políticas dos senadores eleitos entre 1986 e 2010, os autores identificam uma tendência ao incremento nos tempos de carreira prévios à conquista da cadeira no Senado, sobretudo em partidos de centro e direita e mais relacionados à ausência de um *background* social que torna candidatos mais dependentes das organizações partidárias.

A heterogeneidade e dispersão territorial característicos de uma federação como a brasileira impõe a pergunta de até que ponto carreiras políticas são homogêneas, ou variam segundo uma *racionalidade contextual* constituída pela configuração peculiar das organizações partidárias e do eleitorado em cada colégio estadual. Da mesma forma, cabe analisar se legislativos subnacionais como assembleias estaduais e câmaras municipais reproduzem padrões encontrados no legislativo federal. Um foco voltado para contrastes estaduais em carreiras políticas e também para

desvendar as condições de ingresso nas câmaras municipais – na maioria das vezes, o primeiro degrau para carreiras políticas – pode ser encontrado nos capítulos seguintes, de Grill, Seidl e Reis.

Igor Grill parte da constatação de que a política no Maranhão sempre esteve associada a um padrão oligárquico: a importância de patrimônio econômico, vínculos familiares e patronagem como recursos para potencializar carreiras políticas. O texto procura refinar esta descrição, analisando informações biográficas de deputados federais eleitos no Maranhão, entre 1946 e 2010. Paralelo a um exame diacrônico das 17 bancadas federais maranhenses eleitas neste período, o autor constrói uma comparação com bancadas federais eleitas no Rio Grande do Sul e desenvolve, ainda, uma análise sincrônica sobre casos exemplares em carreiras políticas no Maranhão recente. Como resultado, identifica três diferentes configurações de carreira, segundo combinações distintas de reconversão de notoriedade profissional, capital econômico e passagem por funções públicas: *tradicional*, *ascensão social* e *militante*.

Em seu capítulo, Ernesto Seidl pergunta de onde vêm os representantes eleitos em Sergipe. Para responder, investiga o perfil de 200 candidatos a Prefeito em 75 municípios daquele estado, nas eleições de 2008. Constata que prevalece um perfil formado por indivíduos do sexo masculino, oriundos de ocupações superiores, dotados de experiência política, e com patrimônio crescente sobretudo de eleitos em relação a candidatos. À medida em que cresce a magnitude dos colégios eleitorais municipais, cresce também conforme revela Seidl, o capital social e escolar dos candidatos. Por fim, examinando candidatos a cadeiras no legislativo municipal de Aracaju, o autor revela itinerários políticos bem caracterizados por experiência política precoce e baixo ativismo associativo.

Eliana Reis propõe-se a analisar a apropriação da gramática democrática e sua tradução em práticas administrativas, por militantes que iniciaram sua trajetória na luta contra o regime autoritário e, no presente, ocupam postos ligados a experiências de ampliação da participação política: Orçamento Participativo no Rio Grande do Sul e gestão da cultura, no Maranhão. Para alcançar este objetivo, Reis investiga perfis sociais, modalidades de atuação política, destinos profissionais e investimentos realizados em experiências participativas por quadros políticos com atuação em dois momentos históricos distintos, em cada um dos estados.

*André Marenco*

# Por uma sociologia dos meios e das redes partidárias[1]

*Frédéric Sawicki*[*]

Esquematizando ao extremo, podem-se classificar as análises sociológicas dos partidos políticos em duas grandes categorias, de acordo com o que elas enfatizam sobre a heteronímia ou a autonomia destes em relação às forças sociais. Esta distinção encontra em parte sua origem científica na oposição entre a tradição weberiana e a tradição marxista de análise da política. Sabe-se, com efeito, que para Max Weber, os partidos são principalmente agrupamentos "que têm por finalidade conceder a seus chefes o poder",[2] enquanto que para autores marxistas, em conformidade com a hipótese da determinação da superestrutura política pela infraestrutura socioeconômica, a taxionomia dos partidos corresponde antes de tudo àquela dos grupos ou dos estratos de classes sociais. Antonio Gramsci é sem dúvida o pensador marxista que tratou desta questão de maneira mais sistemática. Para ele, não é de se duvidar que todo partido seja "a expressão de um grupo social e de um único grupo social". Se alguns partidos rivais se apresentam como representantes de uma mesma classe social, ou outros, como a expressão de várias classes sociais, isso se explica, segundo ele, por duas razões principais: por um lado, a existência de interesses divergentes que dividem a classe dominante em muitos estratos (ideia já presente no Marx do 18 Brumário); por outro lado, desacordos estratégicos a respeito dos meios mais aptos para favorecer os interesses de classe. Dentre esses desacordos, o principal aborda

---

[*] Professor da Universidade de Paris I

[1] Tradução do francês para o português por Weslin de Jesus Santos/UFS. Revisão da tradução por Dominique Marie Philippe Geneviève Boxus/UFF)

[2] WEBER, M. *Économie et société*. Plon, p. 292 (1ère éd. 1922), 1971.

a questão das alianças a serem concluídas com outros grupos sociais para conquistar ou conservar o poder. Mas, quando o essencial está em jogo, isto é, a sobrevivência do sistema de exploração econômica, essas divergências desaparecem e a unidade dos partidos que representam uma mesma classe social se reconstitui para formar "bloco".[3]

Certamente, esta maneira de resumir as grandes correntes da sociologia dos partidos políticos é por sua vez demasiadamente redutora e largamente obsoleta. Ao lado das análises que chamaremos de *sociais,* as pesquisas inspiradas no marxismo foram refinadas, até mesmo ultrapassadas: por um lado, por trabalhos que, apoiando-se na história cultural e na política comparada, puseram em evidência a diversidade e a complexidade das clivagens sociopolíticas e de sua tradução partidária;[4] por outro lado, pelos inumeráveis estudos quantitativos fundados sobre o conjunto de questionários aplicados com dirigentes, militantes, adeptos ou eleitores dos partidos, que lançam luzes sobre seu caráter socialmente composto e a complexidade das variáveis que explicam a adesão ou a identificação com um dado partido. Estas pesquisas não chegaram, entretanto, a superar as aporias do marxismo aplicado ao estudo dos partidos, ou seja, sua redução a expressões de clivagens sociais e o pouco de atenção dispensada ao trabalho prático e simbólico efetuado no meio mesmo dos partidos, trabalho que chega a manter, e até mesmo, a criar estas clivagens.[5] Em alguns casos, os partidos contribuem, com efeito,

---

[3] "La vérité théorique selon laquelle chaque classe a un seul parti, est démontrée, dans les tournants décisifs, par le fait que les regroupements divers qui tous se présentent comme parti "indépendant" se réunissent et forment un bloc unique. La multiplicité qui existait auparavant était uniquement de caractère 'réformiste', c'est-à-dire qu'elle concernait des questions partielles; en un certain sens, c'était une division du travail politique (utile, dans ses limites); mais chacune des parties présupposait l'autre, au point que dans les moments décisifs, c'est-à-dire précisément quand les questions principales ont été mises en jeu, l'unité s'est formée, le bloc s'est réalisé." A. Gramsci, *Note sul Machiavelli, sulla politica e sullo stato moderno*, 1933, p. 28, traduit dans *Textes (1917-1934)*, Paris, Éditions sociales, 1983, p. 176-180. [consultar a tradução espanhola disponível]

[4] Cf. principalmente LIPSET, S.; ROKKAN, S. (Eds.). *Party Systems and Voter Alignment*. New York, The Free Press, p. 1-64, 1967 et SEILER, D-L. *Partis et familles politiques*. Paris, Presses universitaires de France, 1980.

[5] Podemos encontrar uma discussão crítica da abordagem sociocultural dos partidos politicos em Giovanni Sartori, "The Sociology of Parties: a critical review". In: MAIR, P. (Ed.). *The West European Party System*. Oxford University Press, p. 150-182 (1ère éd. 1968), 1990.

não apenas a dar forma, mas a legitimar e a deslocar as linhas de clivagem que atravessam uma dada sociedade. S. Rokkan, reconheceu que a nova clivagem instituída pelo comunismo foi fruto da revolução soviética e do trabalho entreposto pela Internacional comunista para difundir pelo mundo, com um sucesso sem igual, o modelo do partido bolchevique. Em resumo, as análises sociais – se elas tiverem o imenso mérito de não apreender os partidos políticos independentemente da sociedade em que desempenham suas atividades – levaram frequentemente a tratar os partidos políticos como caixas pretas, até mesmo como entidades homogêneas no tempo e no espaço, mais do que como empresas coletivas caladas por interesses diversos, atravessadas por mudanças incessantes e suscetíveis de usos muito diferenciados.

Na linha da obra de Weber, mas também da obra de Ostrogorski[6], de Michels[7] e depois de Schumpeter[8], as abordagens *organizacionais* constituem a segunda grande corrente da sociologia dos partidos. Elas ignoram, em sua maioria, as características sociais dos membros dos partidos e focalizam sua atenção nas lutas de poder que se desenrolam em seu próprio meio, isto é, para o essencial sobre os mecanismos de seleção dos dirigentes, sobre as lutas internas e sobre os recursos colocados em prática na conquista das posições de poder. Largamente dominante em ciência política, concomitantemente com a análise dos sistemas de partidos, esta corrente de pesquisa, simbolizada pelo livro pioneiro de Maurice Duverger,[9] produziu muitos trabalhos marcantes.[10] Os partidos não se aparentam mais aqui às caixas pretas evocadas mais acima, mas são dissecados, e, sobretudo, classificados em função das formas de organização

---

[6] OSTROGORSKI, M. *La démocratie et les partis politiques*. Paris, Fayard, 1993 (1ère éd. 1903).

[7] MICHELS, R. *Les partis politiques. Essai sur les tendances oligarchiques dans les démocraties*, Flammarion, (1ère éd. 1911), 1971.

[8] SCHUMPETER, J. *Capitalisme, socialisme et* démocratie. Paris, Payot, (1ère éd. 1942), 1990.

[9] DUVERGER, M. *Les partis politiques*. Paris, Armand Colin, 1951.

[10] Dentre os textos teóricos mais significativos, podemos citar: Samuel Eldersveld, *Political Parties: A Behavioral Analysis*, Chicago, Rand McNally, 1964; Otto Kirchheimer, "The Transformation of the Western European Party Systems". In: LaPALOMBARA, J.; WEINER, M. (Eds.), *Political Parties and Political Development*. Princeton, Princeton University Press, p. 177-200, 1966; SCHLESINGER, J. A. "Political Party Organization". In: MARCH, J. G. (Ed.). *Handbook of Organizations*. Chicago, Rand McNally, p. 764-801, 1965.

e de *leadership* que os especificam. Quanto ao "entorno" que determina suas estratégias, ele é, na maior parte do tempo, reduzido às variáveis políticas, principalmente o próprio sistema de partidos, o regime político e o modo de votar. Desde a célebre distinção construída por M. Duverger entre partidos de quadros e partidos de massas, os pesquisadores em ciência política consagraram muita energia ao pôr em ordem novas categorias: as noções de *catch-all-party* (Otto Kirchheimer), *stratarchic party* (Samuel Eldersveld), *electoral-professional party* (Angelo Panebianco[11]), e mais recentemente a de *cartel-party* (Richard S. Katz e Peter Mair[12]), vieram enriquecer progressivamente o arsenal dos estudos políticos ao sabor de mutações sociopolíticas, com destinos diversos.

## A construção social das organizações políticas

Desde a aparição do livro de Duverger, um politólogo francês, Georges Lavau, criticara "a explicação dos partidos pelos partidos e pelo regime eleitoral" proposta por Duverger, assim como sua escolha de considerar "o partido político como uma comunidade de estrutura peculiar" caracterizando-se "antes de tudo por sua autonomia". Georges Lavau advertia sobre os limites das tipologias exclusivamente organizacionais. "Um partido fascista pode calcar sua organização sobre a do partido comunista, inserir-se em um mesmo sistema partidário, escrevia ele, a semelhança será apenas morfológica, isto é, formal, deixando escapar o essencial que só pode ser explicado precisamente com o auxílio da doutrina e da composição social. Em um grau menor, poderíamos ainda sublinhar diferenças tão fundamentais entre dois partidos comunistas, um inserido em uma sociedade de tipo agrícola e outro em uma sociedade de tipo industrial." E concluía ele: "Não é apenas o estudo da doutrina e da composição social dos partidos que falta, com efeito, à obra de Duverger, mas sobretudo o estudo dos tipos de sociedade e civilização em que se movem os partidos, o das condições econômicas e das circunstâncias históricas nas quais eles evoluem."[13] Dito de outra forma, "os partidos políticos não constituem, abstratamente, co-

---

[11] PANEBIANCO, A. *Political Parties. Organization and Power*. Cambridge University Press, (1ère éd. 1982), 1988.

[12] KATZ, R. S.; MAIR, P. "Changing Models of Party Organization and Party Democracy: the emergence of the cartel party". *Party Politics*, 1 (1), p. 5-28, 1995.

[13] LAVAU, G. *Partis politiques et réalités sociales*. Paris, Armand Colin, p. 7, sublinhado por nós, 1953.

munidades definidas *a priori* pela sua estrutura: em primeiro lugar, são grupos oriundos de uma dada sociedade nacional e, no interior desta, de grupos particulares formados ao redor de interesses, de afinidades ou de formas de sociabilidade mais ou menos diferenciadas e caracterizadas."[14]

A crítica de G. Lavau foi pouco entendida e depois esquecida. Em parte, por causa da fraca cultura sociológica de numerosos especialistas em ciência política da época, e também, sem dúvida, por causa de seu lado excessivo. De fato, este último, tal como Gramsci minimiza os efeitos da profissionalização política engendrada pela generalização do sufrágio universal. A aparição de empresários da política especializados na "caça ao voto" (políticos profissionais, permanentes nos partidos, jornalistas políticos...) levou estes últimos a desenvolver suas próprias estratégias de preservação de suas posições. Essas estratégias podem estar em contradição com os interesses da classe social de que eles são oriundos, até mesmo com os interesses de alguns dos grupos que eles pretendem representar em razão da diversidade social de seu eleitorado, mas, sobretudo, das estratégias de alianças que eles são obrigados a firmar para ter acesso ou se manter no poder.[15] Esta automatização parcial do campo político justifica estudar de maneira autônoma a organização dos partidos e as estratégias que decorrem de sua participação no campo político, assim como a elaboração de tipos ideais destinados a sua comparação. No entanto, a tendência em fazer da classificação dos partidos a finalidade principal da pesquisa e a ignorar as propriedades sociais de seus membros tem incontestavelmente levado a simplificar a análise. É preciso constatar que, por exemplo, os estudos organizacionais não foram muito precisos em explicar a emergência ou o desaparecimento de certos partidos e, geralmente, de dar conta das mudanças incessantes que os atravessam.[16] A teoria do partido-cartel, particularmente em voga na

[14] Ibid., p. 9.

[15] É o êxito relativo deste processo que registra a definição clássica do partido de J. La Palombara e M. Weiner, para quem um partido é uma organização durável, nacionalmente estruturada e hierarquizada, cujos dirigentes têm a vontade deliberada de conquistar o poder procurando adquirir um apoio popular, pelas eleições ou por outro meio. LaPALOMBARA, J.; WEINER, M. (Eds.). *Political Parties and Political Development*. *Op. cit.*, p. 5. Sobre a gênese dos partidos nas principais democracias ocidentais, cf. POMBENI, P. *Introduction à l'histoire des partis politiques*. Paris, Presses universitaires de France, 1992 (1ère éd. 1985).

[16] Esta crítica foi desenvolvida por Jacques Lagroye, "Change and Permanence in Political Parties". *Political Studies*, 37 (3), p. 362-375, 1989.

Europa, mesmo controversa, ilustra perfeitamente esta dificuldade em pensar os partidos em articulação com seu entorno social: ela defende a hipótese de que os partidos são separados da sociedade e funcionam doravante como *caixas-pretas*, sem explicar por que o surgimento de cartéis não atinge o mesmo grau de um país, até mesmo de um partido a outro.[17]

Alguns trabalhos recentes tentam felizmente superar a oposição intelectual relativamente esterilizante que foi forjada progressivamente entre análise social e análise organizacional, lançando as bases de uma problemática em termos de *construção social das organizações partidárias.* A teoria proposta por Michel Offerlé se revela, sob este ponto de vista, particularmente interessante, ao sublinhar os impasses intelectuais aos quais conduziu a classificação pela classificação dos partidos e o tratamento destes como entidades fixas.[18] Michel Offerlé se apoia principalmente em Weber, Schumpeter e Pierre Bourdieu.[19] Ele toma emprestado dos dois primeiros os conceitos de "empresa", de "empreendedores políticos" e de "mercado", e, de Pierre Bourdieu, os conceitos de "campo" e de "disposições sociais". Ele se esforça assim em relacionar os diferentes tipos de "empresas políticas"[20] com as disposições e os recursos sociais de seus dirigentes, evitando por meio disso apreender os "empresários políticos" como simples estrategistas ligeiramente determinados por suas disposições sociais. Nesse modelo, a forma tomada pela relação partidária, aberta ou fechada, burocratizada ou ligeiramente disciplinada, não

---

[17] Só podemos acrescentar aqui a crítica formulada por Ruud Koole: "Instead of using an evolutionary language, Katz and Mair could help us to understand their "cartel party" better if they would concentrate on developing propositions about the forces that tend to produce parties of the alleged cartel type. Why do these parties develop in certain countries and not in others? Or: why can some parties be called cartel parties and others in the same country cannot be characterized as such?. KOOLE, R. "Cadre, Catch-All or Cartel? A Comment on the Notion of the Cartel Party", *Party Politics*, 2 (2), p. 520, 1996.

[18] OFFERLÉ, M. *Les partis politiques*. Paris, Presses universitaires de France, 1987.

[19] Inclusive dois textos importantes de BOURDIEU, P. "La représentation politique. Éléments pour une théorie du champ politique". *Actes de la recherche en sciences sociales*, 36-37, p. 3-24, 1981 et "La délégation ou le fétichisme politique", *Actes de la recherche en sciences sociales*, 52/53, p. 49-55, 1984.

[20] Para Michel Offerlé um partido é uma empresa política, quer dizer, "un type particulier de relation dans laquelle un ou des agents investissent des capitaux pour recueillir des profits politiques en produisant des biens politiques", in *Les partis politiques, op. cit.*, p. 22.

aparece dada de uma vez por todas: estreitamente dependente dos recursos políticos e sociais dos dirigentes e de seus auxiliares, ela é também um dos motivos das confrontações com as quais se envolvem os membros do partido. Um dos principais interesses desta perspectiva reside desde então na sua vontade de conciliar o estudo relacional das disposições dos atores políticos e o de suas estratégias ou tomadas de decisão.

Esta pista promissora foi explorada de maneira particularmente exemplar por Bernard Pudal na sua análise da institucionalização do Partido Comunista Francês (PCF), ao longo dos anos 30.[21] Mais do que imputar à ideologia comunista e ao controle pelo Komintem uma força intríseca, este último põe em evidência, recorrendo à biografia individual e coletiva dos chefes do partido, o que predispunha socialmente os primeiros dirigentes comunistas a se identificar assim com a instituição e confiar-se a ela, depois a fazer desta fidelidade uma norma absoluta dos códigos de militância. Ao desconstruir "o ator coletivo a fim de reconstituir os processos históricos e sociais pelos quais os atores individuais, na sua diversidade, agregam-se, excluem-se, institucionalizam-se",[22] Bernard Pudal rompe com todo determinismo. Seu procedimento de compreensão fornece, além disso, uma tabela de leitura particularmente pertinente para compreender a gênese do sindicalismo do partido comunista francês (cujo culto à personalidade de Thorez e a de Stálin é uma das expressões), a ligação ao marxismo-leninismo das elites dirigentes, o estrito enquadramento dos eleitos no seio do partido e mais geralmente, os fundamentos dos conflitos internos.

Este trabalho leva a flexibilizar o quadro teórico definido por Michel Offerlé. Com efeito, ele pleiteia claramente em favor de uma perspectiva que recoloca o estudo dos partidos políticos em seu contexto sócio-histórico. A gênese dos partidos políticos na França aparece inseparável das transformações da classe operária francesa do pós-guerra,[23] dos bloqueios do sistema educacional que restringe a promoção escolar das crianças das classes populares, ou ainda, do desenvolvimento da pequena e média fun-

[21] PUDAL, B. *Prendre parti. Pour une sociologie historique du PCF*. Paris, Presses de la FNSP, 1988.

[22] Ibid., p. 14.

[23] Sobre estas transformações a melhor síntese é a de Gérard Noiriel, *Les ouvriers dans la société française. XIXe-XXe siècle*, Paris, Seuil, 1986.

ção pública cuja parte crescentemente importante investiu no partido socialista e na CGT, fenômenos que produziram "um conjunto composto de situações identitárias críticas que os partidários da adesão à Internacional Comunista vão explorar".[24] Em resumo, mesmo sendo centrado na organização, o estudo de Bernard Pudal demonstra que as ações dos dirigentes comunistas e as crenças que os guiam estão longe de obedecer apenas a finalidades estratégicas impostas pelas lógicas de concorrências próprias do partido e do sistema político. Elas se inscrevem em uma instituição e em uma sociedade em que se trata de refletir permanentemente em suas interdependências.[25]

Em virtude do caso paradigmático do partido comunista francês, os estudos específicos que lhe foram consagrados, nestes últimos anos, por especialistas de ciência política,[26] historiadores[27] ou sociólogos,[28] confirmam a pertinência desta perspectiva e vão adiante mostrando que os dirigentes nacionais e internacionais estão longe de serem os únicos a participar do trabalho de formatação do partido como grupo e como representação. Tentando compreender os mecanismos através dos quais este partido chegou historicamente a representar diversos grupos sociais ou corporações profissionais, estas pesquisas não apenas puseram em relevo a diversidade de usos da organização e da identidade comunistas, mas também a determinação do trabalho de mobilização em nível de partido por formas específicas de sociabilidade e de identidade local e/ou sindical ou profissional. Se, segundo Bernard Pudal, o centralismo democrático e sindicalismo se explicam pela relação particular que entretêm os cargos dirigentes com a identidade operária, estas monografias

---

[24] PUDAL, B. *Prendre parti...*, *op. cit.*, p. 35.

[25] Sob este ponto de vista, a abordagem de Bernard Pudal é mais satisfatória que a de A. Panebianco. (*Political Parties…, op. cit.*) que tende a considerar a dependência institucional de maneira cristalizada e determinista, ao ponto falar de um modelo genético.

[26] HASTINGS, M. *Halluin la rouge: 1919-1939. Aspects d'un communisme identitaire: singularités écologiques et stratégies d'implantation*, Villeneuve d'Ascq, Presses universitaires de Lille, 1991.

[27] NOIRIEL, G. *Longwy, immigrés et prolétaires (1880-1980)*. Paris, Presses universitaires de France, 1984; Annie Fourcaut, *Bobigny, banlieue rouge*, Paris, Éditions ouvrières/Presses de la FNSP, 1986.

[28] BONNET, S. *Sociologie politique et religieuse de la Lorraine*, Paris. Armand Colin, 1972; Jean-Paul Molinari, *Les ouvriers communistes*, Thonon-les-Bains, L'Albaron, 1991; Jean-Noël Retière, *Identités ouvrières. Histoire sociale d'un fief ouvrier en Bretagne. 1909-1990*, Paris, L' Harmattan, 1994.

estabelecem que o “comunismo popular”,[29] na sua diversidade, carrega a marca dos grupos sociais que o engajaram localmente. O “centralismo democrático” e a ideologia marxista-leninista aparecem assim interpretados de maneira às vezes muito distante da ideia comum que se tem disso e são essas ideias que os dirigentes tentam impor. A utopia comunista é alvo de apropriações múltiplas[30] e pode-se dizer que o comunismo somente conseguiu ser verdadeiramente bem sucedido onde ele encontrou formas de utopia popular e pré-constituída compatíveis com sua gramática simbólica. Ele não chegou a conquistar um quase monopólio da representação operária na França entre o fim dos anos 1930 e o fim dos anos 1970, impondo sua ideologia do exterior, mas cristalizando aparições utópicas anteriores e veiculadas inclusive pelo sindicalismo e pelas associações operárias e as camponesas. O sucesso da empresa da mobilização comunista[31] deve, por consequência, ser apreendida tanto como o produto do trabalho de seus dirigentes internacionais e nacionais quanto como a resultante de múltiplos investimentos identitários de grupos às expectativas extremamente diversificadas que o discurso e a prática comunistas agregaram simbolicamente.

## Apreender as raízes sociais e a atividade dos partidos políticos pelo estudo das redes

As pesquisas recentes conduzidas pela sociologia dos partidos políticos na França e na Grã-Bretanha,[32] abriram oportunamente novas vias de investigação visando a não separar a análise das formas organizacionais, das práticas militantes ou ainda das estratégias políticas, daquela das propriedades sociais dos dirigentes e dos membros captados de maneira relacional e compreensiva.

---

[29] Para retomar a expressão de Serge Bonnet, ibid.

[30] Este ponto aparece igualmente quando se compara os diferentes partidos comunistas em nível nacional, assim como o faz, por exemplo, Marc Lazar para a França e a Itália. In: *Maisons rouges.* “Les partis communistes français et italiens de la Libération à nos jours”, Paris, Aubier, 1992.

[31] Sobre esta noção e sua aplicação em ciência política, cf. Bernard Lacroix, “Ordre politique et ordre social. Objectivisme, objectivation et analyse du politique”. In: Grawitz, M.; Leca, J. (dir.). *Traité de science politique*, Paris, Presses universitaires de France, vol. 1, p. 469-565, 1985.

[32] Ver o número 81 (vol. 21-2008) da revista *Politix. Sciences sociales du politiques,* consagrada à “Fábrica dos partidos na Grã-Bretanha”, F. Sawicki et Ph. Vervaeke (Eds.).

Estas pesquisas mostram que não se pode separar os partidos enquanto organizações, de seu entorno social, se se procura compreender como um dado partido chega a se enraizar em uma dada sociedade. *Au plus prés du terrain*, localmente, é fácil constatar o quanto as fronteiras entre os partidos e seu entorno social são porosas. Existe assim um *continuum* de relações entre os dirigentes, os militantes, os adeptos, os simpatizantes e os eleitores. O partido se apoia em redes relacionais que se entrecruzam. Estas redes interpessoais são fundadas na partilha de valores ou interesses, elas são mantidas por interações nos diversos lugares de sociabilidade mais ou menos formais: associações, sindicatos, cooperativas, associações de ajuda mútua, cafés... Propus chamar de *milieu* partidário o conjunto destas relações sociais e recorrer à análise de redes para objetivar os contornos do meio partidário.

Insistir na importância das redes visa a lançar um olhar mais aguçado sobre as trajetórias dos militantes e dos dirigentes dos partidos englobando inclusive a diversidade seu recrutamento ao seio de um mesmo partido político segundo os lugares e as épocas. Isso permite discernir melhor as fronteiras do *milieu* partidário, concebido como o conjunto das relações consolidadas entre grupos cujos membros não têm necessariamente por finalidade principal participar da construção do partido político, ainda que de fato eles contribuam com isso pelas suas atividades. O foco lançado sobre as redes não constitui um fim em si mesmo. Ela serve para revelar, como escreve o antropólogo John A. Barnes, "entre outras coisas, as fronteiras e a estrutura interna dos grupos,[33]" neste caso, a estrutura de relações estáveis e historicamente constituídas entre setores sociais formalmente divididos (político, sindical, econômico, familiar, religioso...). De fato, burocracias não constituem a maioria nos partidos. Enquanto eles são dirigidos, na cúpula, por dirigentes profissionalizados que se reúnem regularmente, localmente, eles aparecem como organizações flexíveis e informais ou ainda como "nebulosas", como demonstrou, por exemplo, Mildred Schwartz a respeito do partido republicano no Illinois.[34]

---

[33] BARNES, J. A. "Networks and Political Process". In: MITCHELL, J. C. (Ed.). *Social Networks*. In: *Urban Situations*, Manchester University Press, p. 74, 1969.

[34] Mildred Schwartz tem entretanto uma concepção menos larga do meio partidário. Ela trata o partido como "uma rede de atores individuais e coletivos cujas atividades separadas e os engajamentos têm um objetivo partidário". SCHWARTZ, M. A. *The Party Network*: The Robust Organization of Illinois Republicans. Madison, University

Este lado não é em nada uma fonte de fraqueza, mas manifesta pelo contrário a inscrição do laço partidário no fio das relações cotidianas.

Nas ciências sociais, o termo “rede” é utilizado para qualificar uma grande diversidade de canais de relações não apenas entre indivíduos; nos domínios da sociologia das ciências e das técnicas e das ciências da comunicação, ele serve inclusive para analisar as relações entre indivíduos, grupos, organizações e “objetos”:[35] fala-se então de redes “sociotécnicas”. Do mesmo modo, a análise organizacional se interessa mais e mais pelas redes entre organizações, por exemplo, no âmbito das empresas, pelas relações entre fornecedores, subalternos e clientes considerados como “blocos”. Estes diferentes usos da noção de rede e os riscos de confusão que decorrem disso implicam definir previamente o termo. Naquilo que me diz respeito, eu me limito a considerar apenas as redes interindividuais. No mais, se se quiser fazer da análise de redes um instrumento empírico rigoroso, é importante distinguir bem os diferentes tipos de rede interindividual que se podem encontrar quando se estuda um partido político. Quanto a mim, distingo ao menos cinco delas:

1. *A rede como o conjunto das relações pessoais* (pouco importa sobre o que estas relações estão fundadas: a amizade, a família, a vizinhança, a religião, a profissão, o clientelismo...), *formais ou informais de um dado indivíduo* (*ego*). De qualquer modo, trata-se aqui de determinar o capital social de um indivíduo singular, sua densidade, sua intensidade e sua extensão no espaço social. Em ciência política, esta acepção, como notou David Knoke,[36] pode ser particularmente útil para analisar a influência política dos “notáveis” ou dos *bosses* das grandes cidades americanas. A característica da rede pessoal do notável ou do *boss* é precisamente ter relações nos meios sociais muito diferentes, mas também na administração e nos círculos de poder extralocais e

---

of Wisconsin Press, p. 257, 1990. Um membro eleito de um partido político que presta um serviço pessoal a um eleitor não o faz necessariamente com o objetivo de reforçar a dominação de seu partido, não restando dúvida que seu comportamento tenha toda chance de alcançar este efeito.

[35] Ver, por exemplo, a teoria do “ator-rede”, proposta por Bruno Latour dans *Re-assembling the Social*: an introduction to actor-network Theory. Oxford, Oxford University Press, 2005.

[36] KNOKE, D. *Political Networks. The Structural Perspective*. Cambridge, Harvard University Press, p. 139*sq,* 1990.

estar assim em posição de nó, isto é, em posição de agente (*broker*) ou de intermediário (*gate-keeper*), para ter acesso a numerosos recursos.

2. Mas a rede pode também remeter a uma realidade mais dominada pelos atores, ou seja, *um sistema de afinidades duráveis fundado sobre interesses comuns, laços de dependência ou de obrigações, entre indivíduos que decidem se aliar entre eles no seio de uma organização ou de um dado setor da sociedade*. Nos partidos políticos, este tipo de "aliança" caracteriza as *cliques* fracamente institucionalizadas por oposição às facções estatutárias ou manifestas. Estas cliques podem ser fundadas apenas sobre os interesses conjunturais, mas elas podem ter também um caráter mais durável e reunir os agentes oriundos de uma mesma região, de uma mesma geração ou de uma mesma profissão.

3. A rede pode designar também *o sistema de relações estabilizadas entre indivíduos que ocupam posições, homólogas ou não, em setores de atividades distintas, mas implicadas em cooperar.* O politólogo francês Michel Dobry[37] chama esse tipo de rede de "rede de consolidação", na medida em que ele torna possíveis as "transações-colusões" entre setores sociais separados. Este conceito se aplica bem, segundo ele, ao funcionamento do Estado central, por exemplo, às relações entre poder político e setor militar, mas poder-se-ia aplicá-lo também às relações que os eleitos e os representantes de Estado mantêm entre si. Os sociólogos das empresas ligaram-se particularmente a este tipo de rede que remete às relações regulares estabelecidas entre atores pertencentes a organizações diferentes que não são reguladas por uma autoridade legítima ou por uma relação qualquer (compra de prestações, por exemplo).[38]

4. O conceito de rede, em uma acepção próxima da precedente, pode também remeter a um *sistema estabilizado (até mesmo institucionalizado) de interdependência entre organizações que intervêm em diferentes setores, mas cujos atores são multiposicionados*[39] *ou cujos mem-*

---

[37] DOBRY, M. *Sociologie des crises politiques*. Paris, Presses de la FNSP, p. 110*sq,* 1986. (trad. espanhola: Sociologia de las crisis politicas, Madrid, 1988).

[38] Se elas podem ser fundadas sobre trocas informais, mas regulares, de informações, estas redes são, entretanto, muitas vezes consolidadas por contratos (*joint ventures*, alianças estratégicas, consórcios de pesquisa, acordos de *outsourcing*) e existem então de qualquer maneira fora dos indivíduos. Cf. PODOLNY, J. M.; PAGE, K. L. "Network Forms of Organization", *Annual Review of Sociology*, 24, p. 57-76, 1998.

[39] A multiposicionalidade remete aos indivíduos que intervêm em diferentes campos sociais e possuem dessa forma recursos suplementares que eles podem importar, sob

*bros dividem as mesmas crenças ou ideais*. Os laços entre dirigentes e militantes dos partidos e dos grupos de interesse parecem assinalar tipicamente esta categoria. As relações regulares entre os atores destes diferentes mundos são constitutivos de redes que não são ligadas às pessoas, mas se inscrevem muitas vezes na longa duração, mesmo que na maior parte do tempo eles não estejam formalizados ou contratados, como existe no universo econômico.

5. Convém acrescentar a estes quatro tipos um quinto, que qualifica *o conjunto das relações interpessoais entre os responsáveis das diferentes componentes de uma dada organização.* O registro rigoroso deste conjunto de relações só pode ser feito em unidades restritas (uma pequena empresa,[40] uma associação, por exemplo), mas nada impede de inferir, da frequência aproximadamente grande de relações entre alguns atores no seio de uma mesma organização mais vasta, os mecanismos de coordenação informal que permitem ao governo manter uma organização. É o que fez, por exemplo, Mildred Schwartz, ao estudar as relações entre as diferentes componentes do Partido Republicano no Illinois, inclusive entre as diferentes instituições públicas controladas por seus membros,[41] A recorrência a esta concepção da rede aparece particularmente pertinente quando se trata de estudar as relações entre os diferentes lugares de poder que compõem um partido político: grupo parlamentar ou grupos políticos das coletividades locais, entornos ministeriais ou presidenciais, direção nacional ou local do partido...

Qualquer que seja o tipo de rede de que se trata, nenhuma se reduz a relações interpessoais sem laços com as posições e os papéis sociais ocupados pelos atores. Há sempre a tendência em opor sistematicamente as re-

---

algumas condições, de um campo a outro. Sobre essa noção, cf. BOLTANSKI, L. "L'espace positionnel. Multiplicité des positions institutionnelles et habitus de classe". *Revue française de sociologie*, (1), p. 3-26.

[40] Ver por exemplo a aplicação disso feita pelo sociólogo Emmanuel Lazega, a respeito dos escritórios de advogados: *The Collegial Phenomenon. The Social Mechanisms of Cooperation among Peers in a Corporate Law Partnership*, Oxford, Oxford University Press, 2001. A análise de rede global que ele propõe é, segundo ele, particularmente adaptada ao estudo das organizações colegiais, isto é, fracamente burocratizadas e hierarquizadas.

[41] Mildred Schwartz assinala a respeito do partido republicano que "o partido é organizado hierarquicamente, mas não em termos de relações de dominação, mas como um agregado de setores interdependentes". Schwartz, M. A. *The Party Network, op. cit.*, p. 267.

lações informais, isto é, fundadas sobre relações codificadas e frequentemente hierarquizadas, e as relações informais, em outras palavras, opõe-se a organização à rede. Na realidade, os atores estabelecem relações informais no decorrer de suas atividades no seio das organizações, ainda que eles pertençam à mesma organização ou a organizações diferentes. São as posições e os papéis que ocupam os indivíduos no mundo social que lhes abrem a possibilidade de se inserirem nas redes existentes e assim de modificarem eventualmente a forma delas. Não há, portanto, de um lado o mundo da ação organizada e do outro, o mundo das redes. Trata-se mesmo de duas faces da mesma realidade social: de um lado, os papéis e as posições aos quais se remetem certos recursos e deveres, do outro, o uso que alguns atores fazem disso. Como assinala o antropólogo social sueco Ulf Hannerz: "A noção de rede é certamente útil a partir do momento em que se interessa em indivíduos e no uso que eles fazem de seus papéis [no plural], mais do que em papéis e na maneira como estes revestem indivíduos; em práticas que estabelecem limites institucionais ou que os atravessam, mais do que em práticas que os confirmam."[42]

O secretário de seção de um partido político, se quiser preencher o melhor possível seu papel e consolidar sua posição, está obrigado a tecer relações com as pessoas que contam com seu território para o dinamismo do partido (*leaders* associativos, representantes eleitos, funcionários, jornalistas, formadores de opinião...); ele pode se apoiar sobre um capital social acumulado anteriormente na posição que ele ocupa (um secretário de seção, antigo sindicalista ou alto funcionário territorial, não tem os mesmos recursos de origem), mas frequentemente é esta posição que o incita e o põe em posição de tecer esses laços. Estes laços são na maior parte do tempo informais – exceto nos partidos que têm laços orgânicos com tal sindicato, associação ou entidade de ajuda mútua – mas eles só fazem sentido em relação à maneira como está estruturado o partido sobre um dado território. O responsável por um partido próximo dos meios religiosos deve entreter relações com os membros das autoridades e os militantes das associações caritativas ou de caráter social; fazendo isso, ele contribui com a perpetuação de um "sistema de ação" na acepção de

[42] HANNERZ, U. *Explorer la ville. Éléments d'anthropologie urbaine*. Paris, Minuit, p. 223, 1983, (1ère éd. *Exploring the City*, Columbia University Press, 1980).

Michel Crozier e Ehrard Friedberg[43] ou uma configuração, no sentido de Norbert Elias[44] que eu chamo de "*milieu* partidário".

A análise em termos de redes é estrutural e não individualista: ele não deve dar a impressão que os atores são capazes de tecer as relações de maneira estratégica ou instrumental. Aplicada aos partidos, ela tem como principal mérito levar a olhar as atividades e as formas de organização partidárias como produtos particulares das relações concretas entre indivíduos e grupos que agem simultaneamente nos espaços sociais diferenciados. Ela obriga a considerar que as "estratégias" dos atores resultam de suas posições no meio partidário e dos interesses ou de recursos que são ligados a essas posições, assim como cálculos que eles são levados a fazer no contexto estrito da concorrência interna da organização. A abordagem pelas redes oferece um instrumento para dar conta das homologias entre funcionamento do partido ou de algumas de suas tendências e o de outras organizações (sindicatos, associações...). Ela permite não esquecer que a concorrência política (pelos postos de poder) se dá também em toda uma série de organizações que vão dos sindicatos a algumas associações passando pelas empresas públicas ou as administrações. Fundamentalmente, o conceito de rede chama a atenção para os mecanismos que explicam que os profissionais da política agem unicamente por sua própria conta, correndo o risco de perder os recursos que lhes confere o conjunto das redes com as quais eles estão envolvidos.

Os políticos, como os outros atores sociais, contrariamente ao modelo da *rational choice,* não são apenas *homo œconomicus*; eles não agem apenas por sua própria conta em virtude de um cálculo egoísta ditado pela única racionalidade da organização ou do mercado, pois, como assinala Jeremy Boissevin, "o indivíduo é dependente dos outros, é-lhe impossível realizar seu interesse pessoal sem levar em consideração os dos outros e sem que se possa demonstrar que sua ação vai lhes aproveitar, ou ao menos, não lhes prejudicar."[45] Chamar a atenção para as redes que envolvem os atores políticos volta logo a integrar na análise a multiposicionalidade deles e a pluralidade dos modos de relações e de formas de interesse que

---

[43] CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. *L'acteur et le système*. Paris, Seuil, 1977.

[44] ELIAS, N. *Qu'est-ce que la sociologie?*, Aix-en-Provence, Pandora, 1981 (1ère éd. *Was ist Soziologie?* München, Juventa, 1970).

[45] BOISSEVIN, J. Friends of Friends. *Networks. Manipulators and Coalitions*. Oxford, Basil Blackwell, p. 6, 1974.

decorrem disso. Na prática, as relações de amizade ou de fidelidade, que podem ser fundadas sobre trocas múltiplas de serviços, ou a partilha de lembranças ligadas à participação em lutas comuns, e que são frequentemente dobradas por relações de parentesco que mantêm a estreiteza das redes militantes, não são menos importantes para compreender as interações políticas que sua dimensão conflituosa e concorrencial.

## A objetivação das redes partidárias: o exemplo do Partido Socialista Francês

A objetivação das redes não é, entretanto, uma tarefa fácil. Se ela é relativamente simples quando se se interessa por um só indivíduo, pelo qual se faz um esforço em registrar o conjunto de relações sociais, ou por um pequeno grupo pelo qual se faz um esforço para recensear o conjunto das interações entre os membros, ela se torna muito difícil quando se tem necessidade de organizações vastas e ramificadas como o são os partidos políticos. Se este obstáculo ligado ao tamanho impede uma compatibilização rigorosa, ele não é anulador. Para identificar as redes nas quais se insere o Partido Socialista Francês, associei duas abordagens: uma análise do partido em alguns locais escolhidos de modo tipificado (influência mais ou menos forte do partido, antiguidade desigual de sua implantação, diversidade das características socioeconômicas e culturais dos territórios...) e um estudo detalhado da trajetória social e "militante" dos dirigentes, eleitos e militantes do partido a partir de questionários e de entrevistas biográficas aprofundadas.[46] Escolher um terreno geograficamente limitado permite ao mesmo tempo estar atento às particularidades locais e apreender melhor a densidade de algumas redes sociopolíticas. Conduzir uma pesquisa intensa sobre os dirigentes, eleitos e militantes, considerados em seu contexto de ação quotidiano, permite por sua vez pôr em evidência as conexões que existem entre o partido e algumas organizações sindicais, patronais ou religiosas, mas também algumas famílias ou bairros. A pesquisa de campo permite compreender

[46] Resumo aqui brevemente o que foram o método e os principais resultados do meu estudo sobre o partido socialista nos departamentos do Pas-de-Calais (região industrial do norte da França), da Ille-et-Vilaine (região dominada pelo setor terciário público da Bretanha) e do Var (região ao mesmo tempo vinícola e turística do sul da França às margens do Mediterrâneo). SAWICKI, F. *Les réseaux du parti socialiste. Sociologie d'un milieu partisan*, Paris, Belin, 1997.

melhor a natureza e a frequência dessas relações, na medida em que ela permite coletar informações sobre as políticas locais ou sobre as tomadas de posição do partido em favor de um ou outro desses grupos. A atenção dada às relações clientelistas certamente é parte integrante da pesquisa da análise: o exame de quem aproveita na verdade dos bens políticos personalizados é frequentemente um dos elementos mais reveladores das conivências entre o partido e tal ou tal grupo social.[47]

Comparando a sociologia dos principais dirigentes e eleitos de três federações do Partido Socialista francês nos anos 1980, eu pude assim pôr em evidência a existência de proximidades muito diferentes de acordo com diversos círculos e organizações. A imagem que resulta disso é antes de tudo a de um partido menos homogêneo do que se acredita. Em Pas-de-Calais, departamento marcado pela indústria e pela exploração carbonífera, o PS conservou uma forte ancoragem em meio operário graças aos laços com os militantes associativos e sindicais, à presença muito forte de eleitos que, ainda que tenham chegado muitas vezes à profissão docente, são majoritariamente de origem popular e 90 % dentre eles nativos do território, e também à manutenção de um importante dispositivo de sociabilidade (festas, organização de bolões...) e ajuda mútua. A legitimidade do partido passa por um discurso de reivindicação territorial muito marcada que exige reparações dos prejuízos causados pela exploração de carvão. Em Ille-et-Vilaine, na Bretanha, o PS se desenvolveu no início dos anos 1970, apoiando-se em militantes oriundos dos sindicatos e das associações católicas, mas também sobre os militantes vindos dos meios anticlericais voltados para a defesa da escola pública em uma região fortemente católica. A combinação foi dificil, uma vez que esta clivagem continuou estruturando o partido até o início dos anos 1990. Mas os militantes de origem cristã importaram para o partido um espírito de tolerância e pragmatismo que acabou predominando, contribuindo para fazer do PS o herdeiro da democracia cristã. Em Var, finalmente, terceira região estudada, este velho departamento republicano e à esquerda da Côte d'Azur, pendeu no fim dos

[47] Cesare Mattina pôs assim em evidência os laços privilegiados entre o partido socialista em Marseille e algumas minorias étnicas ou regionais (córsegos, armênios inclusive). Cf. "Changes in Clientelism and Urban Government: A Comparative Case Study of Naples and Marseille". *International Journal of Urban and Regional Research*, 31 (1), 2007 et "Mutations des ressources clientélaires et construction des notabilités politiques à Marseille (1970-1990)", *Politix. Revue des sciences sociales du politique*, n. 67, p. 129-155, october 2004.

anos 1970 para a direita em razão da urbanização massiva que conheceu, haja vista o *boom* turístico e a afluência importante de aposentados que vão para lá descansar. Ancorado essencialmente no meio rural e nas pequenas cidades, o Partido Socialista não foi capaz de desenvolver suas redes nos novos centros urbanos. Fundado sobre os laços interpessoais de base fundamentalmente clientelista e familiar, a dominação do partido socialista foi progressivamente suprimida na medida em que este perdia os recursos públicos que controlou por muito tempo (as prefeituras, mas sobretudo, o Conselho geral, instância do governo do departamento, particularmente importante pelas propriedades rurais que não têm os recursos suficientes para fazer face a seus gastos apenas).

Se se divide a maioria dos pressupostos paradigmáticos da *structural analysis* tal como ela se desenvolveu nos Estados Unidos desde vinte anos[48] aproximadamente e que resume bem a fórmula de "interacionismo estrutural", nossa abordagem repousa logo sobre um método mais indutivo, mais próximo daquela que os antropólogos sociais ingleses utilizaram, primeiros importadores deste conceito nas ciências sociais.[49] Este uso mais flexível do conceito de rede autoriza uma melhor tomada de si da história e da mudança social negligenciada pelos defensores da análise estrutural. A existência de redes é, com efeito, a manifestação de relações historicamente consolidadas entre grupos ou organizações. As redes constitutivas de um *milieu* partidário não são, portanto, unicamente o resultado da ação voluntária dos atores políticos; seu desenvolvimento e sua ativação aparecem normatizadas por uma estrutura historicamente objetivada em instituições e regras. As relações familiares e a lembrança dos combates políticos passados e serviços prestados contribuem para inscrever as redes na longa duração.[50] Mas se as organizações permanecem marcadas pelas condições originais que têm presidido sua institucionalização, mudanças de toda ordem afetam permanentemente a *rede de redes* constitutiva do meio partidário.

---

[48] Cf. Barry WELLMANN, B.; BERKOWITZ, S. D. (Eds.). *Social Structures. A Network Approach*. Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

[49] É possível encontrar uma boa apresentação desta corrente, às vezes chamada de "Escola de Manchester", em MITCHELL, J. C. (Ed.). *Social Networks...*, *op. cit.* e BOISSEVIN, J.; Mitchell, J. C. (Eds.). *Networks Analysis*. La Haye, Mouton, 1973.

[50] Marc Abélès, *Jours tranquilles en 89. Ethnologie politique d'un département français*, Odile Jacob, 1989. La citation est tirée de ABÉLÈS, M. "L'anthropologue et le politique". In: *Anthropologie*: état des lieux. Paris, Le livre de poche, p. 223, 1986.

Estar atento à evolução das redes pelas quais um partido se ancora em uma dada sociedade é precisamente estar em condições de identificar como mudanças que intervêm fora da política (por exemplo, no modo de recrutamento dos professores, na organização do sindicalismo por causa das mudanças econômicas, na Igreja por causa da marginalização das associações de ação católica...) afetam os partidos políticos, estancando suas redes tradicionais de influência. Inversamente, a entrada de novos membros no partido que dispõem de outras relações sociais (por exemplo, no mundo da empresa ou da alta administração, como foi o caso no interior do Partido Socialista Francês no fim dos anos 1970 e, sobretudo, depois de sua chegada ao poder em 1981) pode ajudar a compreender as mudanças nos equilíbrios internos do partido e a desqualificação de alguns dirigentes que não dispõem das mesmas conexões.

Certamente, a abordagem dos partidos políticos pelo estudo das redes não deve levar a perder de vista o trabalho específico realizado no nível de organização partidária *stricto sensu* para criar unidade, uma identidade comum, por exemplo, no meio da difusão de símbolos (cantos, emblemas, *slogans*...) ou da literatura partidária, de estágios de formação, de convocações à ordem, do controle dos meios de financiamento. Um partido, salvo caso limítrofe, não se resume, portanto, em apenas uma *rede de redes*. Ele é também uma instituição com suas próprias regras, escritas e não escritas, que se impõe a seus membros mais ativos. Seus dirigentes devem igualmente levar em conta as normas próprias do regime político e do sistema eleitoral nos quais estão inseridos. O modo de votar, as regras de financiamento dos partidos políticos, o caráter parlamentar ou presidencial do regime, a maior ou menor facilidade para reformar a constituição são outras "variáveis" que afetam grandemente as estratégias e também a organização dos partidos políticos. Muito frequentemente os teóricos dos partidos querem a todo custo impor sua definição como a única possível, esquecendo que um partido político é uma realidade social complexa, caleidoscópica, cuja afirmação depende primeiramente da problemática adotada, isto é, das questões feitas pelo pesquisador. Definir o partido como um *milieu* partidário e uma *rede de redes* consiste justamente em fornecer os meios para compreender como um partido se enraiza na sociedade, como esse enraizamento evolui segundo os lugares e as épocas; consiste também lançar luzes sobre algumas escolhas políticas feitas por este partido, e como elas são semelhantes, em outros contextos.

# O que podemos explicar estudando carreiras políticas?

*André Marenco*[*]

Por que estudar elites políticas? O que se pode conhecer sobre formação, continuidade e mudança em instituições políticas a partir da investigação de padrões de recrutamento para postos públicos? Em que medida as condições de ingresso e mobilidade no interior de carreiras políticas podem ajudar a explicar a composição e durabilidade de organizações partidárias? Graus diferentes de profissionalização das lideranças políticas afetam processos de decisão sobre políticas públicas? Elites políticas *importam* realmente ?

Há uma longa linhagem de estudos sobre elites políticas. A geração dos *founding fathers* de uma reflexão sobre elites políticas e sociais, dedicou-se a demonstrar como democracias continuariam a ser governadas por minorias dirigentes, embora pudessem variar quanto a recursos e a fórmula política (Mosca), graus de circulação inter ou intraelites (Pareto) e a importância de fatores organizacionais (Michels). Uma segunda geração de estudos sobre elites políticas dividiu-se em torno a controvérsia sobre o caráter *monista* ou *pluralista* de elites democráticas, enfatizando sua coesão ou, alternativamente, sua dispersão e heterogeneidade.

Desdobramento deste debate pode ser localizado no aporte oferecido pela sociologia política ao estudo de elites, em particular a partir da influência exercida pelos trabalhos de Pierre Bourdieu. Seu ponto de partida consistiu na indagação sobre a convivência entre uma tradição igualitária e republicana, derivada do iluminismo e da Grande Revolução, com a manutenção de assimetrias sociais e políticas. A resposta for-

---

[*] Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pesquisador do CNPq , integra o Grupo de Pesquisa/CNPq Instituições Políticas Comparadas/ iPoC.

mulada pela escola francesa de sociologia política foi alicerçada em torno aos conceitos de *homologia estrutural* e *reconversão*.

Partindo da identificação de uma congruência entre posições sociais e valores, Bourdieu indicou que estruturas sociais seriam conformadas por uma homologia estrutural entre a hierarquia de posições fixadas nos campos econômico e cultural e as posições conquistadas no campo do poder (Bourdieu, 1989:188). Disto decorreria que o acesso à elite política, mesmo em instituições democráticas, não dependeria do caráter aberto destas elites, como supunha Mosca, sendo determinado por uma distribuição cumulativa de recursos de poder. Assim, a origem social maximizaria o acesso a recursos econômicos e a um capital escolar, ampliando probabilidades de monopolizar postos de poder, projetando, por fim, uma correspondência entre hierarquias sociais, baseadas em *assets* econômicos e culturais, e estruturas políticas. Da mesma forma, cargos superiores nas instituições políticas seriam ocupados por quadros recrutados nos estratos superiores na distribuição de recursos econômicos (Bourdieu, 1989; Gaxie, 1980).

O forte apelo oferecido pelo exame da posição social de políticos profissionais como procedimento confirmatório à natureza plutocrática das instituições políticas, mesmo democráticas, terminou por produzir uma espécie de uso *by default* deste modelo, com escassas indagações acerca de seu poder explicativo efetivo: *on peut même parler ici d'une véritable 'routine scientifique', dans la mesure où les présupposés théoriques et méthodologiques qu'implique ce type de démarche ne sont la plupart du temps guère interrogés par ses utilisateurs* (Sawicki, 1999:136). Nesta perspectiva, não parece tarefa difícil localizar estudos monográficos revelando elevada origem social e cultural de grupos de elites políticas em contextos nacionais ou subnacionais. A pergunta que se impõe a esta altura consiste em se elites são homogeneamente conformadas por homologia estrutural, e se, portanto, não variam de modo significativo em sua composição, origem social, processos de recrutamento e trajetórias institucionais, se, enfim, "elites políticas" são **semelhantes**, em que medida constituem uma categoria explicativa relevante para analisar **diferenças** em padrões de competição partidária e eleitoral, modelos institucionais poliárquicos, variações nos níveis de gasto público, implementação de políticas sociais ou escolhas macroeconômicas.

A agenda de investigação sobre elites políticas conheceu um beco sem saída quando terminou por focar sua atenção exclusivamente na hipótese

que minorias governam, mesmo em democracias, e que minorias governantes são homogêneamente selecionadas. Se elites são quase sempre as mesmas, parece não haver relevância em estudá-las para compreender as variações institucionais observadas nas poliarquias contemporâneas.

Não são menores os impasses que podem ser identificados na agenda de estudos neoinstitucionalista, que propôs-se a isolar os constrangimentos produzidos por estruturas institucionais sobre a ação individual e escolhas públicas. Enquanto a apresentação de casos exemplares dos efeitos políticos provocados pelas regras institucionais na resolução de *puzzles* como o teorema da impossibilidade de Arrows, a tragédia dos comuns de Hardim, ou os problemas de coordenação da ação coletiva em Olson, tornou-se abundante na agenda da ciência política nas últimas duas décadas (March e Olsen, 1983; Evans, Rueschmeyer e Skocpol, 1985; Schepsle, 1995), mais escassos foram os avanços na direção de explicações sobre a origem e formação de instituições que – uma vez postas em marcha – supõe-se condicionem as interações sociais e os resultados dos conflitos políticos (Diermeier e Krehbiel, 2003).

Conforme advertência de Popper (1963), o desafio principal das Ciências Sociais consiste em identificar as consequências sociais não previstas, geradas a partir de ações humanas intencionais. A relação não-linear entre ações individuais orientadas por determinado fim e suas consequências ou engenharia institucional projetada para produzir resultados desejados e os resultados efetivos, é produto de *efeitos perversos* (Boudon, 1977) que resultam da interação de agentes estratégicos sob condições de informação assimétrica e incompleta. Isto explica porque a mesma configuração institucional aplicada a contextos e agentes distintos, produz resultados discrepantes.

Assim, o acento posto na influência das instituições sobre escolhas e ação individuais não deve subsumir a percepção de que instituições estáveis e duradouras são produto de ações e estratégias desenroladas previamente por indivíduos que permitiram a fixação da estrutura institucional que os constrange posteriormente. Isto significa que a gênese e morfologia das instituições políticas devem ser compreendidas de modo mais sensível ao reconstituir-se estratégias, trajetórias e *background* dos indivíduos que as dirigem, para compreender as condições da escolha institucional.

O que produz lealdade de indivíduos à instituições? Escolhas subotimas, nos sugere convincentemente proposições derivadas da *rational*

*choice theory*. O problema consiste em que trata-se de uma resposta apenas descritiva. Por óbvio, a pergunta seguinte não pode deixar de ser: sob que configuração, instituições correspondem a um modelo de equilíbrio de Nash, ou seja, aquela na qual nenhum agente possui incentivos para alterar sua estratégia unilateralmente em busca de maximização de seus ganhos, através da deserção, adotando *exit* (Hirschman, 1977) ou *projeto institucional* (Tsebelis, 1998) como curso de ação? Provavelmente, instituições adquirem estabilidade sob condições de funcionamento centrípeto, no qual o núcleo dirigente controla a distribuição dos recursos estratégicos que constituem a vida organizacional, impondo integração vertical e lealdade interna.

Seguindo Hirschman (1970: 93), pode-se perguntar sob que condições estratégias orientadas para lealdade institucional se sobrepõe à escolhas nas quais a defecção constitui a melhor alternativa. Sua resposta sugere que instituições dotadas de vínculos de lealdade interna mais fortes são aquelas dotadas de procedimentos que fixam alto preço de entrada e mecanismos de iniciação severa para seus membros ou aspirantes: *los honorários elevados para ingresar a um organismo y las penas severas por la salida son algunos de los instrumentos principales generadores o reforzadores de la lealtad que finalmente reprimen la salida, la voz o ambas cosas* [...] *cuando el ingreso a um organismo es caro o requiere una iniciación severa, se demorará al reconocimiento de todo deterioro por parte de los miembros, al igual que La iniciación de la voz.* Padrões de seleção de ingresso e mobilidade em carreiras políticas podem ser vistos, nesta perspectiva, como um elemento para conformar as oportunidades de consolidação de instituições e sua influência sobre estratégias individuais.

A natureza das relações entre líderes e aderentes partidários e os mecanismos de lealdade produzidos em seu interior, fornecem, conforme Panebianco, a chave para desvendar a configuração de instituições como partidos políticos. Um quadro de estabilidade organizativa resulta, nesta perspectiva, do êxito de seus dirigentes em controlar recursos próprios de remuneração política. Podem apresentar-se como incentivos coletivos – a identidade compartilhada – ou seletivos, estes, presentes no *status* pela posição ou responsabilidade assumidos, ou em recompensas materiais. Nos velhos partidos de massa, a capacidade da organização preencher a vida social de seus membros – que a precariedade material e espiritual de sua existência privada muitas vezes não lhes permite – constitui, ainda, uma forma de remuneração que cimenta lealdades: oferecendo alterna-

tivas de lazer, círculos de amizade, solidariedade, assistência e, inclusive, uma espécie de micromercado matrimonial, o partido converte-se em uma *community of fate*, que dissolve fronteiras entre indivíduo e coletivo. A importância destas formas diversificadas de aderência, capazes de integrar toda a heterogeneidade de seus membros pode ser melhor percebida quando se constata a relação entre o declínio do ativismo partidário e o encolhimento de estruturas capilares de arregimentação

Oportunidade para maior coesão partidária estaria associada ainda a seu padrão fundacional. Quando a organização expande-se por penetração, à partir de, e espelhando-se em seu núcleo partidário original, seriam maiores as probabilidades para a afirmação de identidades ao centro. Inversamente, crescendo por difusão, através da integração de elites locais/regionais em uma estrutura federativa, a organização estaria mais propensa à flexibilidade e a necessidade de negociações para a geração de consensos mínimos, tal como observado entre os partidos americanos. Interfere, igualmente, a natureza interna ou externa (Igreja, sindicatos, Estado) das fontes que emprestam sua legitimidade à organização, afetando as chances de domínio do núcleo dirigente e o tipo de relações que estabelece com seus seguidores.

A natureza predominante dos incentivos (coletivos/seletivos) e o controle sobre sua distribuição (concentrado/disperso) delineariam os contornos de cada organização partidária. Coesão e homogeneidade organizativas seriam conformadas pelas relações entre líderes e agrupamentos intrapartidários e a capacidade dos dirigentes em administrar áreas de incerteza, pontos críticos que, ao serem controlados, fornecem os meios para a construção de identidades partidárias consistentes: atributos coletivamente valorizados, reconhecidos nos quadros dirigentes; relações com a periferia partidária; controle sobre o fluxo de informações internas; e, mecanismos de recrutamento e seleção de candidatos a postos políticos. Como ilustração, pode-se considerar a observação de Tsebelis identificando no poder de veto dos órgãos dirigentes centrais, o traço distintivo dos partidos ingleses, com relação aos EUA: semelhante alteração (a supressão deste poder de veto) teria significado a americanização do Partido Trabalhista, no sentido de que deixaria de existir uma autoridade central no partido. O GMC de cada distrito estaria apto a indicar os candidatos de sua escolha sem enfrentar qualquer obstáculo e, a longo prazo, o grupo parlamentar compor-se-ia de MPs sem quaisquer vínculos comuns, mas que refletiriam fielmente o GMC de seus distritos .

A estabilidade e consistência das organizações partidárias estão, assim, associadas à sua capacidade em assegurar uma condição de oligopólio sobre a oferta da representação política. O fornecimento de identidades não recambiáveis, para eleitores, e oportunidades de acesso a postos, para aspirantes à carreiras políticas constituem os *assets* que permitem à sua liderança a imposição de lealdades e relações hierárquicas.

Padrões de carreira oferecem um indicador acerca do controle exercido pela liderança partidária sobre seus seguidores. Carreiras políticas são impulsionadas por uma disponibilidade desigual de recursos eleitorais, como apoio e nominação partidária, acesso a patronagem e *pork-barrel*, fontes de financiamento, redes de lealdades e votos, e ainda, pelas regras que definem a ocupação de postos públicos (Norris, 1997; Best e Cotta, 2000, Pennings e Hazan, 2001; Katz, 2001). Quando a estrutura partidária fornece os meios necessários para a arregimentação eleitoral o aspirante à carreira deve adaptar-se às regras e diretrizes fixadas pela organização. Neste caso, a indicação para uma candidatura segue um modelo centrípeto (Panebianco, 2005), premiando lealdades confirmadas após anos de engajamento partidário. Sob esta situação, carreiras configuram-se como *cursus honorum* (Gaxie, 1993), quando o ingresso ocorre nos níveis inferiores da hierarquia partidária, exigindo longo intervalo temporal até a possibilidade de conquista de uma cadeira legislativa. Em suma, iniciação institucional severa, seguido por continuidade e previsibilidade nas interações entre os agentes, constituindo forma de jogo iterativo, no qual a repetição contribui para a produção de *commitment*, seja por informação seletiva, seja pelos custos da violação dos ritos e regras consagrados. Preferências passam a ser endogenamente constituídas e a preservação institucional, converte-se, de estratégia em utilidade por si própria. Carreiras políticas adquirem, sob estas coordenadas, padrão de seleção **endógena** (Dogan, 1999; Mastropaolo, 1990), oferecendo oportunidades para profissionalização dos quadros políticos, caracterizada por perfis enquadrados em 4 características: (a) vocação e ingresso precoce na atividade política, (b) carreiras políticas longas e duráveis, (c) capital político gerado principalmente a partir das funções políticas exercidas e , (d) o domínio de uma *expertise* específica da função política.

Em contraste, padrões de recrutamento **lateral** tendem a valorizar atributos adquiridos fora das fronteiras organizacionais. Conforme Dogan, processos de osmose podem representar metáfora sugestiva a respeito: *en politique, l'osmose obéit aux mêmes lois que dans la nature: la diffusion se*

*fait à travers de ses membranes perméables, entre positions adjacentes* (Dogan, 1999, p. 173). Prestígio, posses e relações firmadas na vida privada são, meios eficazes para a obtenção de recursos estratégicos. Detendo recursos próprios, aspirantes a uma carreira política não dependem do aval institucional, podendo ignorá-la com menor risco para o ingresso ou continuidade em sua carreira. Inversamente, muitas vezes são os dirigentes institucionais que necessitam da notoriedade emprestada por seus nomes. Carreiras políticas são, com isto, mais rápidas e descontínuas, oferecendo oportunidade para aspirantes com escassa ou pequena experiência política.

O argumento adotado aqui consiste em que composição, recrutamento e circulação no interior de elites políticas afetam como e a medida em que grupos ou facções controlam recursos estratégicos e os convertem em coerção sobre o comportamento individual. Padrões de recrutamento endógenos, caracterizados por iniciação severa e longas trajetórias geram lealdades institucionais, terminando por configurar modelos *path-dependent*: ingresso seletivo e carreiras verticais induzem homogeneidade interna, maior economia na produção de informação, menores custos de transação e incerteza. Desta forma, oferecem *insights* para compreender-se como instituições tornam-se instituições.

Evidências de organizações partidárias estáveis podem ser detectadas quando estas convertem-se em parâmetro para o comportamento de seus membros e eleitores. Estabilidade na distribuição de votos eleitorais, disciplina nas decisões legislativas e controle sobre os procedimentos de seleção de carreiras políticas são indicadores de que organizações partidárias foram capazes de institucionalizar-se e estabelecer oligopólio sobre a oferta de representação política (Mair, 1997). As múltiplas dimensões que envolvem processos de institucionalização partidária tem sido consideradas em investigações sobre os partidos políticos na América Latina, com ênfase para os estudos sobre desempenho partidário em gabinetes presidencialistas e na tomada de decisões legislativas (Nohlen e Baeza, 1998; Figueiredo e Limongi, 1999; Lanzaro, 2001; Mainwaring e Shugart, 2002; Morgenstern e Nacif, 2002), estabilidade da arena eleitoral e a consistência dos vínculos sociais e ideológicos entre eleitores e partidos (Mainwaring e Torcal, 2005), ou incentivos à geração de reputação partidária ou personalizada produzidos pelas regras eleitorais (Carey e Shugart, 1996; Crisp et al., 2004). Menos frequentes tem sido investigações sobre estruturas organizativas dos partidos latino-americanos dirigidas para a reconstituição de processos decisórios internos, relações entre lideranças e membros e

os padrões de recrutamento legislativo e seleção de carreiras políticas (Alcántara e Freidenberg, 2001; Jones, 2002; Jones et al., 2002; Freidenberg, 2003; Siavelis e Morgenstern, 2003). Investigar padrões de recrutamento legislativo, permite mensurar o grau em que organizações partidárias controlam oportunidades de ingresso e circulação em carreiras políticas, contribuindo para explicar diferenças verificadas em processos de institucionalização partidária (Panebianco, 2005). Nesta perspectiva, iniciação severa e recrutamento endógeno, quando o núcleo dirigente controla a distribuição dos recursos estratégicos para a seleção de carreiras políticas, impondo integração vertical e lealdade interna são fatores que envolvem efeitos do tipo *positive feedback* (Pierson, 2004), contribuindo para reforçar a estabilidade de estruturas partidárias.

## Modelos explicativos para padrões de carreiras políticas

Problema, na sequência, consiste em encontrar interpretações adequadas para explicar a variação nos modelos de carreira observados (endógenas/laterais). Se carreiras oferecem evidências acerca das condições mais ou menos favoráveis à profissionalização da atividade política, resta, ainda, explicar que condições favorecem estratégias de ingresso/mobilidade em cargos públicos baseados seja em recursos partidários ou, inversamente, pessoais, como suporte para trajetórias políticas.

Argumento de forte audiência na América Latina, como explicação para a manutenção da importância de carreiras laterais e recursos eleitorais personalizados na competição por cadeiras legislativas, enfatiza os efeitos produzidos por regras eleitorais baseadas em diferentes procedimentos de ordenamento de listas partidárias, seja reservando aos partidos o monopólio do *rankeamento* eleitoral, ou transferindo aos eleitores a chance de interferir sobre a composição final das nominatas partidárias legislativas. Nesta perspectiva, regras eleitorais de competição intrapartidária por votos preferenciais representariam um incentivo para a disputa por sufrágios personalizados, e o reforço do diferencial exercido pela posse de recursos individuais para o ingresso e mobilidade na carreira política. Não prevendo a possibilidade de as lideranças partidárias determinar uma hierarquia prévia dos candidatos, este procedimento reduziria os custos eleitorais para a violação de identidades partidárias, uma vez que, de acordo com esta perspectiva, sua eleição dependeria da quan-

tidade de sufrágios personalizados conquistados, principal condição para definir o ordenamento dos candidatos. Desta forma, ao incentivar a competição intrapartidária, mecanismos de voto preferencial seriam responsáveis por provocar infidelidade, migração interpartidos, menor disciplina legislativa, votos personalizados, reproduzindo uma situação endêmica de fragilidade partidária (Carey e Shugart, 1996; Mainwaring, 1999; Ames, 2003; Norris, 2002; Norris, 2004; Crisp et al., 2004). Quadro comparativo mensurando os incentivos institucionais promovidos por diferentes modelos de listas eleitorais na a geração de reputação partidária ou pessoal como recurso para carreiras políticas, foi elaborado por Carey e Shugart (1996), criando um escore para medir os meios de controle à disposição da liderança partidária: prerrogativa das nominações e ordenamento dos eleitos (*ballot*), transferência de votos (*pool*), restrições à competição intrapartidária e a existência de barreiras à formação de novos partidos, promovida pela magnitude dos distritos eleitorais. Nesta direção, lista aberta, candidatos natos, e elevada magnitude das circunscrições eleitorais incrementariam o potencial de competição intrapartidária, reduzindo, paralelamente, o controle da liderança partidária sobre seus membros e candidatos e ampliando o valor de reputações pessoais como capital político. Ainda nesta perspectiva, fórmulas majoritárias uninominais, com nominação partidária, e, RP com lista fechada seriam exemplos de instituições que ao conferir maior estoque de recursos à disposição das lideranças partidárias, gerariam menor incentivo à manutenção de reputações partidárias. Nesta mesma direção, mas em outro trabalho, Carey (2002), sugere que as circunscrições binominais chilenas (*two-member* districts), ao induzir negociações intracoalizões sobre a distribuição das candidaduras, terminaria por incrementar a coesão de partidos e coalizões.

Analisando seis casos nacionais na América Latina, Crisp et al. (2004) isolaram duas variáveis como recursos explicativos para a geração de padrões de *electoral connection*: procedimentos partidários de seleção de candidaturas, de indicações centralizadas como no Chile, Costa Rica e Honduras, até descentralizadas, como na Colômbia, passando pelos casos intermediários da Argentina e Venezuela; paralelo, regras eleitorais de lista fechada ou com competição intrapartidária (compreendendo lista aberta e listas subpartidárias). Assim, decisões descentralizadas, combinado a competição intrapartidária constituiriam o contexto mais favorável à disputa por votos personalizados e políticas particularísticas.

Em síntese, o argumento *standard* produzido pela literatura institucional sugere que sob regras que incentivam a competição intrapartidária – nas quais a ordem dos candidatos a ocupar as vagas geradas pela cota proporcional de cada partido, é definida pela votação preferencial de candidatos ou facções – as consequências serão estratégias de carreira política baseadas na reputação pessoal, viabilizadas preferencialmente por políticas distributivistas de alocação concentrada de recursos públicos (verbas, empregos) na *constituency* a ser conservada como condição para a manutenção e/ou mobilidade na carreira política. A comprovação de uma associação entre voto preferencial e precário controle partidário sobre o recrutamento legislativo deveria ser encontrada por evidências que revelassem padrões homogêneos segundo diferentes intervalos de tempo, distritos eleitorais e partidos políticos, dentro de cada procedimento eleitoral: listas fechadas/carreiras partidárias, voto preferencial/ recrutamento lateral.

As evidências, no entanto, parecem não confirmar esta suposição. Analisando o controle partidário sobre seleção de carreiras legislativas no Brasil – medido pelo tempo de filiação partidária prévio à conquista da cadeira parlamentar e pela *migração,* mudança de partido durante a legislatura – pode-se verificar que a adoção de estratégias de infidelidade não constitui fenômeno homogêneo, variando segundo: (1) **ciclos políticos**, marginal entre 1945/64 e crescente entre 1986/2002 (Marenco dos Santos, 1997; 2001); (2) **partidos políticos**, mais frequente em partidos conservadores, e residual em legendas de esquerda (Marenco dos Santos, 2003; 2004; 2005); (3) características **contextuais** de cada circunscrição eleitoral (que correspondem no Brasil, aos estados), positivamente relacionada com as taxas estaduais de volatilidade eleitoral, sendo irrelevante o efeito provocado pela magnitude eleitoral, contrariando a indicação de Carey e Shugart sobre o efeito positivo de M na fragilidade partidária (Marenco dos Santos, 2006); (4) **Experiência partidária**, medida pelo tempo de filiação partidária prévio à conquista da cadeira legislativa (Marenco dos Santos, 2006; Marenco dos Santos e Serna, 2007). Neste sentido, carreiras baseadas em maior probabilidade de defecção partidária podem ser verificada entre deputados filiados a intervalos temporais curtos no partido responsável pela vaga e, quando a troca de partido é seguida pela tentativa de reeleição para a legislatura seguinte, observa-se menores taxas de reeleição entre os *infiéis,* e pior desempenho eleitoral (medido por votos nominais e posição na ordem final) entre aqueles que trocaram de legenda após períodos de filiação partidária prévia mais longos.

Interpretação alternativa e talvez mais apta para explicar variações nos padrões de carreiras políticas observadas entre partidos competindo no interior das mesmas regras eleitorais, pode ser encontrada em modelos que enfatizam a **configuração organizacional** de cada partido e os processos de **seleção de candidaturas** promovidos em seu interior. Nesta direção, Rahat e Hazan (2001) constroem um modelo analítico para mensurar o controle partidário no recrutamento parlamentar, classificando os procedimentos segundo quatro dimensões deste processo: (1) a composição do *selectorado,* em um eixo inclusão/exclusão, conforme a seleção dos candidatos partidários é promovida em primárias abertas a todos os eleitores, em primárias restritas aos filiados partidários, em fóruns partidários eletivos, por órgãos não eletivos ou, no extremo, por decisão de lideranças, como no caso de partidos ortodoxos em Israel, quando a definição de candidaturas é exercida por rabinos; (2) quem pode ser candidato: da oportunidade mais inclusiva, quando qualquer cidadão pode candidatar-se, passando por circunstâncias em que a apresentação de candidatura é restrita a membros partidários ou, no extremo, quando são previstos requisitos adicionais, como no caso do Partido Socialista belga, onde a apresentação de candidatura exige filiação partidária superior a 5 anos, comprovação de consumo na cooperativa do partido, frequência dos filhos a escolas estatais e ativismo de esposas e filhos em organizações de mulheres e juventude do partido; (3) graus de descentralização territorial (nacional/regional/local) e funcional (nacional/grupos/subgrupos) na indicação de candidaturas e, (4) o procedimento decisório para a nominação de candidatos, indo da votação formal sem alteração posterior, indicação de listas por dirigentes com ratificação posterior, ou o simples nominação *appointment* das listas pelos dirigentes partidários. Maior concentração decisória (filtros para apresentação de candidaturas), *selectorate* restrito, centralização territorial e/ou funcional e *appointment* deveria corresponder a maior controle e padrões de carreiras dominantemente partidárias. Na mesma direção, para Bowler (1999) quanto maior a inclusão de um selectorado externo, menores seriam as oportunidades para coesão partidária, uma vez que carreiras dependeriam de agentes e recursos laterais em relação às estruturas organizacionais dos partidos.

Nesta direção, Siavelis e Morgenstern (2003) sugerem uma associação entre procedimentos centralizados de seleção de candidatos – com regras estritas e coercitivas, controle partidário sobre fundos públicos de campanhas, candidaturas natas de *incumbents* e quotas, quando existen-

tes, ordenadas pelas lideranças – e incentivos para a promoção de *party loyalists* identificados por longas carreiras internas à organização partidária. Os efeitos provocados por indicação centralizada seriam ainda mais fortes, quando combinados à elevada magnitude das circunscrições eleitorais, fator que reforçaria (contrariando a hipótese de Carey e Shugart) reputações partidárias.

Uma aplicação deste modelo organizacional pode ser encontrado em trabalho de Navia (2004) sobre diferenças interpartidárias nos padrões chilenos de recrutamento parlamentar. Seus achados identificam UDI e PPD como os partidos com processos mais centralizados de seleção de candidaturas, enquanto o PDC apresentaria maior democracia interna e menores graus de controle exercido pelos dirigentes sobre a escolha de candidatos. O paradoxal, neste caso, consiste em que a centralização decisória de PPD e UDI produz como resultado perfis menos partidários de carreira política, enquanto a maior descentralização das escolhas entre democrata-cristãos, gera candidatos cujas trajetórias políticas foram projetadas principalmente dentro das fronteiras partidárias (Marenco dos Santos e Serna, 2007). O que parece indicar, alternativamente, que o método da escolha de candidatos pode não oferecer uma previsão segura sobre os resultados, em termos de padrões endógenos e perfis partidários de recrutamento legislativo.

Seria preciso considerar, nesta perspectiva, os recursos políticos controlados pelos candidatos individuais e as condições que estes dispõe para impor seus nomes ao *selectorate* partidário, seja este formado por procedimentos centralizados ou descentralizados. Nesta direção, Katz e Mair (1994) sugerem que – contrariando a hipótese de Rahat e Hazan – um selectorado mais inclusivo pode representar reforço no poder e recursos de dirigentes centrais, em detrimento à lideranças intermediárias, criando incentivos para maior coesão e estratégias de carreiras políticas endógenas.

## Em busca de uma racionalidade contextual

No início do século, Max Weber deslocou o foco de sua observação para o interior dos partidos, buscando captar mudanças no perfil dos indivíduos voltados à atividade política. A pista para explicar as metamorfoses na fisionomia partidaria estaria na supremacia conquistada por profissionais – funcionários, nas organizações europeias, o *boss*, na política americana – sobre notáveis, com o subsequente enquadramento dos

parlamentares à disciplina partidária. Sugestiva a respeito é a descrição do cenário da Inglaterra até 1868: predominam honoratiores, como o pastor anglicano, professores e proprietários, entre os tories, o predicador e artesãos com oportunidade para firmar contatos sociais, nos whigs. Para todos então, a política representava uma ocupação acessória, espécie de título honorífico válido para confirmar um prestígio social. O incremento na competição leva ao aparecimento do *election agent*, que gradativamente amplia sua ascendência, empresariando votos e aliando-se à figuras como o demagogo plebiscitário, a exemplo de Gladstone, e, mais tarde, com o *whip*. Transformando-se de clube de notáveis em máquina profissional, partidos adquirem centralização e densidade organizativa.

Desvendar a natureza dos meios que dispõem os homens políticos permite entender os vínculos que constituem a relação de representação e as oportunidades oferecidas a uma carreira política aos portadores de certos recursos ou atributos socialmente valorizados. A trajetória dos homens políticos nas democracias contemporâneas revela a presença de diferentes padrões de capital político operando como forma de reconhecimento na qual se funda a confiança emprestada pelos constituintes.

De um lado, recursos pessoais, traduzidos na confiança e reconhecimento intrínsecos de um indivíduo, baseados em seu prestígio, distinção, reputação, títulos e qualificações socialmente valorizados. Não se confunde, como adverte Bourdieu com o carisma, tal como descrito por Weber. Este, é o resultado de uma ação inaugural, irrompida no vazio produzido por uma crise social e o silêncio institucional. Dispõe do magnetismo da figura excepcional, do profeta, herói ou líder messiânico, que condensa em sua imagem a multiplicidade de significados projetados por seus seguidores.

Diferente, o capital pessoal de notoriedade é forjado ao longo de uma vida inteira, na construção paciente de um nome, uma reputação. Pode dispensar a retórica, o apelo inflamado, retendo a intimidade que cimenta uma vasta teia de relações sociais. A ocupação profissional oferece uma oportunidade para o destaque individual. A disponibilidade ou flexibilidade do tempo permitidas em certas profissões liberais, o preparo cultural e o próprio afazer profissional que predispõe o indivíduo para uma carreira política e o eleitor, para reconhecê-lo como alguém preparado. É o caso do médico dedicado ou do advogado eloquente. A carreira política se oferece como oportunidade para evitar a depreciação de um patrimônio de reputação e reconhecimento, através do deslocamento en-

tre campos distintos, e a reconversão do capital social em um trunfo mais rentável e legítimo.

Em outro extremo, o indivíduo não dispõe de atributos pessoais, tampouco dos recursos materiais indispensáveis para o début de uma carreira política bem sucedida. Seu aporte é oferecido por um capital coletivo, resultado da investidura a ele conferida por seu partido, sindicato, círculo de interesses ou movimento. Suporte financeiro, apoio militante, emblemas e interpelações ideológicos compensam a carência de atrativos individuais, ao mesmo tempo que submetem seu beneficiário à organização capaz de provê-los. Candidatos de origem social mais baixa, que não dispõe de recursos eleitorais próprios, precisam compensar esta carência com o aval e suporte partidário sob a forma de ajuda financeira, apoiadores voluntários, funcionários profissionais, estrutura logística e organizacional, obtidos em contrapartida à lealdade construída após longo tempo de *party membership*, induzindo processo de *self-reinforcing* para carreiras partidárias (Fiorina, 1997; Dogan, 1999; Best e Cotta, 2000; Katz, 2001). Desta forma, partidos de esquerda apresentariam maior diversificação social na composição de seus eleitos, bem como vínculos partidários mais duráveis e prévios ao início da carreira política. Em contraste, organizações partidárias tradicionais recrutam seus candidatos com capital eleitoral pessoal e carreiras construídas prévia e externamente à vínculos partidários estáveis. Por outro lado, o tempo de existência de diferentes organizações partidárias representa uma variável importante para a definição de modelos de carreiras políticas: organizações dotadas de longevidade temporal são capazes de impor trajetórias endógenas a seus candidatos (Serna, 2004; Marenco dos Santos, 2004 e 2005; Marenco dos Santos e Serna, 2007).

Mercados políticos censitários, até meados do século XIX, foram domínio de notáveis. Candidatos – da mesma forma que seus eleitores – dispunham de fortuna pessoal, diploma, relações e reputação territorial. Neste momento, a distância social entre representante e representados é reduzida, constituindo transações virtualmente igualitárias, personalizadas, face a face. Distâncias ideológicas entre representantes são limitadas, não oferecendo fundamento para alinhamentos permanentes. Eleitores são menos sensíveis à afirmação ideológica de seu campo, ou a derrota do adversário – que, afinal, até este momento, não é tão diferente assim – do que com o retorno exclusivo que a confiança emprestada possa oferecer. Distinguido por seus pares para representar os interesses

da circunscrição territorial, a margem de autonomia do parlamentar em relação a esta, é restrita.

O alargamento do sufrágio introduziu no mercado eleitoral um novo pessoal político, de origem social mais baixa, que não dispunha de prestígio individual, posses materiais e recursos de patronagem. Podiam ser egressos das classes médias como os quadros políticos do radicalismo, na França da Terceira República, ou do mundo sindical como na social-democracia alemã. Em comum, o fato de constituírem uma nova relação com a atividade política, agora não mais apenas ação honorífica, mas causa a alcançar e, fonte de sobrevivência material. Para enfrentar a concorrência de políticos tradicionais, precisam recorrer ao capital político emprestado pelo partido, permitindo ao aspirante compensar a carência de atributos pessoais – notoriedade, diploma, posses – pela oferta de contrapartidas simbólicas como programas, visões de mundo, valores éticos, bandeiras sociais, transferidos pela identificação partidária .

Tornando-se eficazes como interpelação eleitoral, rótulos como esquerda e direita, social-democracia, democracia-cristã, trabalhista, conservador, sublimam personalidades sociais, fornecendo novas identidades como senha para o ingresso no campo político. Transcendendo à confiança, conhecimento e lealdade pessoal, a natureza dos vínculos que ligam representantes e representados adquire contornos identitários, fundados na percepção do pertencimento a uma comunidade de valores ou interesses compartilhados. *Plus les marchés politiques sont différenciés*, lembra Gaxie, *plus les transactions prennent le caractère d'un échange de croyances*.

A seletividade nos padrões de carreira política pode ser mensurada agora no rigor em que a instituição investe (somente) aqueles que investiram na instituição. Ou seja, quando serviços prestados e a fidelidade ao partido são os filtros que condicionam oportunidades de ascensão na hierarquia da elite política. Após ter dedicado boa parte de sua vida às tarefas de organização do partido, o indivíduo resgata o tempo e a energia investidos, convertendo-os em suporte coletivo (militância, finanças) para sua campanha.

O oligopólio partidário sobre a produção da representação permite, assim, uma sedimentação da classe política, com menor renovação, carreiras parlamentares mais longas e vínculos partidários mais estáveis. A profissionalização da atividade política é o resultado de certa previsibilidade nas oportunidades para a carreira política, permitindo que o aspirante possa voltar-se precocemente, consagrando desde cedo sua vida aos afazeres públicos.

A configuração peculiar das instituições públicas no ocidente, pode ser ilustrada pela figura do profissional da política, identificado, conforme Dogan, por seu perfil singular: vocação precoce para a política, longas carreiras, recursos extraídos principal ou exclusivamente das atividades políticas exercidas e o experiência adquirida na trajetória política, revelada na habilidade para compromissos e negociações, e no uso da palavra. Seu engajamento não ocorre de modo ocasional, como distinção honorífica ou na participação eventual no dia de eleição, em uma reunião pública ou na expressão de uma opinião. Em direção semelhante, Gaxie e Offerlé sugerem que o homem político se destaca pela carreira estável e o treinamento constituído ao longo da trajetória percorrida entre postos públicos e a organização partidária que permitem *l'aquisition d'un savoir-faire organizationnel et à l'apprentissage de technologies indispensables à l'exercice du travail politique: prise de parole, rédaction de tracts, maîtrise de techniques de contrôle et de manipulation d'assemblées, accoutumance à la discussion avec des responsables administratifs ou politiques... et a enraciné un sentiment de competénce politique*. Descartando-se da vida social, o exercício da atividade política adota práticas especializadas que se diferenciam dos mecanismos que regem outras esferas sociais, como o domínio de textos sagrados, no campo religioso, o conhecimento técnico, entre a administração pública ou privada, o título de propriedade, no mercado.

O tempo oferecido por longas carreiras vivenciadas em comum, o sentimento de um destino compartilhado imposto pela própria natureza negocial da representação nos Legislativos, o treinamento institucional, contribuem para a produção de um estoque de informação compartilhada e a criação de normas que regem as interações entre profissionais e conferem autoridade e prestígio em decorrência da obediência a elas. Um bom exemplo é o mecanismo de seniority, que regula a ocupação de postos na House of Representatives americana. Premiando a continuidade na carreira, esta regra termina por valorizar parlamentares que ao longo do tempo tenham incorporado as normas da casa. Orientando-se pela deferência a procedimentos aceitos entre os pares e confirmados pela Instituição, o representante amplia suas oportunidades de carreira, uma vez que as chances da reeleição e da própria sequência da carreira estão condicionadas por sua habilidade para negociar projetos e demandas de interesse de seus eleitores. Experiência política converte-se, assim, em um recurso valorizado como meio para a projeção de uma carreira pública.

A supremacia das organizações partidárias na configuração do recrutamento parlamentar  e a afirmação do homem de partido sobre o notável,  constatadas por Michels e Weber no início do século, não constituíram a última palavra na configuração das oportunidades para carreiras políticas. Como o próprio Weber já intuia, os mercados eleitorais continuariam sendo generosos com os diversos tipos de oferta existentes no mundo político. Notáveis sobreviveram em nichos à disposição de indivíduos aptos a acionar redes de relações pessoais e contrapartidas exclusivas ao crédito emprestado pelo eleitor. Também o *freshman*, que ingressa nos postos mais elevados da carreira pública sem uma experiência política prévia, continuou desfiando, com êxitos localizados, aos políticos veteranos no ramo.

## Fecho

Porque estudar carreiras políticas? Em que medida, rastrear condições de ingresso e mobilidade em cargos políticos pode ajudar na compreensão sobre instituições públicas? Para tentar responder à estas questões, o argumento desenvolvido neste texto desdobrou-se em duas direções: em primeiro lugar, seguindo a pista indicada por Hirschman, de que lealdade institucional está relacionada à processos que fixem elevados custos de entrada e iniciação severa, traduzidos em padrões endógenos de carreira política, caracterizados por ingresso precoce na atividade política, carreiras longas e estáveis, recursos políticos produzidos a partir das funções políticas exercidas e *expertise* política; na sequência, procurou-se isolar as condições que oferecem oportunidades para carreiras endógenas. Nesta direção, retomando senda fixada por estudos seminais de Weber e Michels sobre as mudanças provocadas pela expansão do sufrágio e profissionalização da atividade política, procurou-se acentuar que carreiras endógenas e profissionalizadas são mais prováveis sob condições de assimetria na alocação de recursos sociais e econômicos, quando indivíduos ao não dispor de dinheiro, *status* social e redes de relações pessoais, dependem dos recursos alocados por organizações partidárias (finanças, trabalho voluntário e rótulos ideológicos), submetendo-se como contrapartida, à regras internas destas organizações, fenômeno traduzido em longos intervalos de dedicação e militância partidária. Revelar diferenças nas bases sociais de recrutamento político abre ângulo promissor, assim, para explicar as condições de emergência de organizações partidárias fortemente *institucionalizadas*.

## Referências

ALCÁNTARA, M.; FREIDENBERG, F. *Partidos políticos de América Latina.* Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2001.

AMES, B. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

BEST, H.; COTTA, M. *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000*. Oxford University Press, 2000.

BEST, H.; GAXIE, D. "Detours to modernity: long-term trends of parliamentary recruitment in Republican France 1848-1999". In: BEST, Heinrich and COTTA, M. *Parliamentary representatives in Europe 1848-2000.* Legislative recruitment and careers in eleven european countries. London: Oxford University Press, 2000.

BOUDON, R. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Bertrand, 1989.

BOWLER, S.; FARRELL, D.; KATZ, R. Party cohesion, party discipline and parliaments. In:______. *Party discipline and parliamentary government.* Ohio State University, 1999.

BRIQUET, J-L. L'imperatif du changement. Critique de la classe politique et renouvellement des parlementaires dans la crise italienne (1992-1994). In: OFFERLÉ, Michel. *La profession politique.* XIXe.-Xxe. Siècles. Paris, Belin, 1999.

CAREY, J.; SHUGART, M. "Incentives to cultivate a personal vote: a rank ordering of electoral formulas". *Electoral Studies,* v. 13, n. 4, p. 417-439, 1996.

CAREY, J. Parties, coalitions and the Chilean Congress in the 1990s. In: MORGENSTERN, S.; NACIF, B. *Legislative politics in Latin America.* Cambridge University Press, 2002.

COLLOVALD, A. La République du militant. Recrutement et filières de la carriere politique des deputés socialistes: In: BIRNBAUN, P. (Ed.). *Les Élites Socialistes au Pouvoir, 1981-1985.* Paris, Presses Universitaires de France, 1985.

CRISP, B.; ESCOBAR-LEMMON, M.; JONES, B.; JONES, M.; TAYLOR-ROBINSON, M. "Vote-seeking incentives and legislative representation in six presidential democracies". *The Journal of Politics*, v. 66, n. 3, p. 823-846, 2004.

DIERMEIER, D.; KREHBIEL, K. Institutionalism as a methodology. *Journal of Theoretical Politics*, 15/2, 2003.

DOGAN, M. Les professions propices à la carrière politique. In: OFFERLÉ, M. *La profession politique.* XIXe.-Xxe. Siècles. Paris, Belin, 1999.

ERICKSON, L. In: NORRIS, P. *Passages to power.* Legislative recruitment in advanded democracies. Canada, Cambridge University Press, 1997.

EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. Bringing the State Back. In: *New Perspectives on the State as Institution and Social Actor*. Cambridge University Press, 1985.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional.* São Paulo, FGV, 1999.

FIORINA, M. Professionalism, realigment and representation. *American Political Science Review,* 91/1, 156-162, 1997.

FREIDENBERG, F. Selección de candidatos y democracia interna en los partidos de América Latina. Lima, IDEA, 2003.

GAÏTI, B. 'Syndicat des anciens' contre 'forces vives' de la nation. Le renouvellement politique de 1958. In: OFFERLÉ, M. *La profession politique.* Paris, Belin, 1999.

GAXIE, D. *La Démocratie Representative*. Paris, Montchrestien, 1993.

______. Economie des partis et rétributions du militantisme. Paris, *Revue Française de Science Politique,* 27/1, février, 1977.

______. Les logiques du recrutement politique. Paris, *Revue Française de Science Politique,* 38/3, juin 1980.

GAXIE, D.; OFFERLÉ, M. Les militants syndicaux et associatifs au pouvoir. Capital collectif et carrière politique. In: BIRNBAUN, P. (ed.). *Les Élites Socialistes au Pouvoir, 1981-1985.* Paris, Presses Universitaires de France, 1985.

HIRSCHMAN, A. *Salida, voz y lealtad.* Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1977.

IHL, O. 'Deep pockets'. Sur le recrutement ploutocratique du personnel politique. In: OFFERLÉ, M. *La profession politique.* Paris, Belin, 1999.

JONES, M. et al. Amateurs legislators-professional politicians. The consequences of party-centered electoral rules in a Feeral system. *American Political Science Review,* 46:3, p. 456-469, 2002.

JONES, M. Back Rooms or Ballot Boxes?: Candidate Nomination in Argentina, *Comparative Political Studies,* 35:4, p. 413-36, 2002.

______. "Explaining the high level of party discipline in the argentine congres". In: MORGENSTERN, S.; NACIF, B. (Eds.). *Legislative politics in latinoamerica.* Cambridge University Press, 2002.

JOUVENEL, R. *La république des camarades.* Paris, Grasset, 1924.

KATZ, R.; MAIR, K. *How parties organize*: change and adaptation in party organizations in Western democracies. London, Sage, 1994.

KATZ, R. S. "The Problem of Candidate Selection and Models of Party Democracy". *Party Politics* 7: 277-296, 2001.

KIEWIET, D. R.; ZENG, L. An analysis of congressional career decisions, 1947-1986. *American Political Science Review,* 87/4, 1993.

KNAPP, A. Vers un government d'inconnus? hommes politiques et hauts functionaires en Grande-Bretagne. In: SULEIMAN, E.; MÉDRAS, H. *Le Recrutement des Élites en Europe*. Paris, La Découverte, 1995.

LANZARO, J. (comp.). *Tipos de presidencialismo y coaliciones políticas en América Latina.* Buenos Aires: CLACSO, 2001.

MAINWARING, S. *Rethinking party systems in the third wave of democratization.* The case of Brazil. Stanford: Stanford University Press, 1999.

MAINWARING, S.; SHUGART, M. (compiladores). *Presidencialismo y Democracia en América Latina.* Buenos Aires, Paidós, 2002.

MAINWARING, S.; TORCAL, M. Party institutionalization and party system theory after the third wave of democratization. *Kellog Institute Working Papers Series WPS#319*. University of Notre Dame, Notre Dame, Indiana: The Helen Kellogg Institute for International Studies, 2005.

MAIR, P. *Party system change:* approaches and interpretations. Oxford University Press, 1997.

MARCH, J.; OLSEN, J. *Redescovering institutions.* The organizational basis of politics. New York, Free Press, 1989.

MARENCO DOS SANTOS, A. Nas fronteiras do campo político: raposas e ousiders no Congresso Nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 33, p. 87-101, 1997.

______. Sedimentação de Lealdades Partidárias no Brasil: Tendências e Descompassos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 16, n. 45, p. 69-83, 2001.

______. Partidos em carne e osso: votos e deputados nas eleições de 2002. *Cadernos Adenauer*. Rio de Janeiro, v. IV, n. 1, 2003.

______. Le renouveau politique: carrières politiques et liens de parti au Brésil [1946-2002]. *Politique et Societés*. Montrèal, 23/2, 2004.

______. Still a traditional political class? Patterns of parliamentary recruitment in Brazil. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, 30/60, 2005.

______. Regras eleitorais, deputados e fidelidade partidária. In: SOARES, G. D.; RENNÓ, L. (Org.). *Reforma Política*. Lições da História Recente. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2006.

MARENCO DOS SANTOS, A.; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e direita não são iguais? Recrutamento legislativo no Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 64, p. 93-113, 2006.

MASTROPAOLO, A. Parlamenti e parlamentari neglianni ottanta. *Rivista Italiana di Scienza Politica.* XX,1, 1990.

MORGENSTERN, S.; NACIF, B. (Eds.). *Legislative politics in Latin America.* Cambridge University Press, 2002.

NAVIA, P. Legislative Candidate Selection in Chile. Working Paper for the symposium *Pathways to Power:* Political Recruitment and Democracy in Latin America, Graylyn International Conference Center Wake Forest University, Winston-Salem, NC, 2004.

NOHLEN, D; BAEZA, M. F. (Eds.). *El presidencialismo renovado.* Instituciones y cambio politico en America Latina. Caracas, Nueva Sociedad, 1998.

NORRIS, P. Legislative Recruitment. In: LeDUC, L.; NIEMI, R. G.; NORRIS, P. *Comparin Democracies*. SAGE Publications, London, 1996.

______. *Passages to power.* Legislative recruitment in advanced democracies. Cambridge University Press, 1997.

______. Ballot Structures & legislative behavior, Paper for the conference *Exporting Congress on World Legislatures.* Florida International University, 2002.

______. *Electoral engineering.* Voting rules and political behavior. Cambridge University Press, 2004.

OFFERLÉ, M. *La profession politique.* XIXe.-XXe. Siècles. Paris, Belin, 1999.

PANEBIANCO, Â. Modelos de Partido. Organização e poder nos partidos politicos. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

PENNINGS, P.; HAZAN, R. "Democratizing Candidate Selection: Causes and Consequences". *Party Politics,* 7, p. 267-275, 2001.

PIERSON, P. *Politics in time.* History, institutions and social analysis. Princeton University Press, 2004.

POLSBY, N. The Institutionalization of U.S. House of Representatives. *American Political Science Review,* LXII, march, 1968.

POPPER, K. *Conjectures and Refutations*: The Growth of Scientific Knowledge. Routledge, 1963.

RAHAT, G.; HAZAN, R. Candidate selection methods. An analitycal framework. *Party Politics,* 7/3, p. 297-322, 2001.

SAWICKI, F. Classer les hommes politiques. Les usages des indicateurs de position sociale pour la comprehension de la professionalization politique. In: OFFERLÉ, M. *La profession politique.* XIXe.-XXe. Siècles. Paris, Belin, 1999.

SERNA, M. *Reconversão democrática das esquerdas no Cone Sul:* trajetórias e desafios na Argentina, Brasil e Uruguai. São Paulo, Edusc, 2004.

SHEPSLE, K. Studying institutions: some lessons from the rational choice approach. In: FARR, J.; DRYZEK, J.; LEONARD, S. *Political Science in History*. Research programs and political traditions. Cambridge University Press. 1995.

SIAVELIS, P.; MORGENSTERN, S. Political Recruitment and Candidate Selection in Latin America: a framework for analysis. Working Paper for the symposium *Pathways to Power:* Political Recruitment and Democracy in Latin America, Wake Forest University, Winston-Salem, NC, 2003.

TSEBELIS, G. *Jogos ocultos*: escolha racional no campo da política comparada. São Paulo, Edusp, 1998.

WEBER, M. Economia y sociedad. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1984.

WESSELS, B. In: NORRIS, P. *Passages to power.* Legislative recruitment in advanded democracies. Cambridge University Press, Germany, 1997.

# Espacio social, capital político y poder en Uruguay: una elite en transición

*Miguel Serna*[*]

El Uruguay durante la última década asistió a cambios político electorales inéditos que favorecieron la rotación de los diversos partidos en el gobierno y la circulación de elencos dirigentes en el poder político. A partir de las elecciones de 1999 el Frente Amplio emerge como principal fuerza política nacional, a pesar de que va a tener que relegar sus aspiraciones por el triunfo del otrora poderoso el Partido Colorado – en alianza con su tradicional adversario Partido Nacional – para el período de gobierno 2000-2004. No obstante, el "giro a la izquierda" se confirma en las elecciones siguientes de 2004 con el triunfo del Frente Amplio para la presidencia y posterior consolidación en un segundo gobierno (2010-2015).

El presente trabajo se focaliza en el estudio de la composición interna y los tipos de capital social movilizados por las elites políticas en un período de circulación de las elites de los diversos partidos en el gobierno. El artículo analiza la dinámica de las posiciones y relaciones de los políticos en los diversos campos de la sociedad y de la estructura del poder político.

A lo largo de la investigación se plantearon varias interrogantes guía de la misma: ¿Cuáles son los vínculos entre los mecanismos de reclutamiento político y de estratificación social? ¿Porqué se producen fenómenos de homología entre la jerarquías de autoridad en el campo político y la sociedad? ¿En qué medida se producen mecanismos perversos de reproducción de la estratificación política y social?; ¿Cuál es el papel de los partidos (y en especial el impacto del ascenso al poder de las izquierdas) en la diversificación o reproducción de los patrones de selección y

[*] Professor da Universidad de La República, Uruguai.

formación de las elites dirigentes? ¿Porque las carreras profesionales de ascenso a la cúspide del poder político reproducen mecanismos perversos de la desigualdad social favoreciendo a los sectores sociales dominantes?

El estudio muestra dos patrones en la distribución en los espacios de poder de la sociedad y la política. Por una parte, la circulación de elencos políticos y el ascenso de la izquierda al gobierno da cuenta de un cambio en el patrón dominante de reclutamiento político de la clase política tradicional incorporando pautas sociales más plurales y con un papel tribunicio(Serna, 2004), ampliando la representación de sectores sociales populares y clases medias. Por otra parte, cuantó más se asciende en la jerarquía de autoridad del poder político, se constata una mayor profesionalización de la elite política.

A efectos de tener una comprensión más amplia de los cambios en la composición social y mecanismos de reclutamiento de la elite política nacional el estudio tomo como objeto los puestos de representación política nacional considerando la Cámara de Representantes, Senado y Gobierno nacional entre los períodos 2000-2005, 2005-2010 y 2010-2015. La investigación se basó en un análisis de trayectorias biográficas de un universo de estudio compuesto por 295 políticos en el período y la construcción de una base de datos cuantitativa a partir de la cual se realizó un análisis multivariado con la técnica de Factorial de Correspondencias.

El estudio busca comprender tanto las transformaciones reciente de la elite como las dinámicas endógenas del campo de  la política. En este sentido, un problema recurrente en la literatura sobre grupos dirigentes es sobre "sesgo social" en el reclutamiento de la elite política, y las relaciones que supone entre diversas formas de poder y desigualdad en la sociedad.

> La homogeneidad relativa de las élites políticas es una constante histórica, aunque los estudios más recientes muestran que la democratización y la evolución de la sociedad han hecho que los parlamentos se abran a grupos sociales que antes estaban ausentes (14). En términos históricos parece claro que la presencia de trabajadores y de mujeres en las cámaras de representación es una muestra de esta apertura que contribuye a la diversidad de la élite política. También, como indican Norris y Lovenduski (1995: 93-95, 289n), hay prácticas consociativas o de discriminación positiva en algunos países que contribuyen a que las cámaras de representación muestren una cierta heterogeneidad social (15). Sin embargo, a pesar de las tendencias históricas y de las políticas institucionales por una mayor diversidad, lo cierto es que la estructura social de los parlamentos es diferente de la de la sociedad de manera que la primera no suele ser una imagen especular de

la segunda. Partiendo de esta premisa, que hace referencia a que en las instituciones de representación política nos encontramos con grupos que son minoritarios en la sociedad: "la ventaja desproporcionada de los varones, educados, de posición social alta en la élite crece a medida que nos movemos en el sistema de estratificación política". Por otro lado, Putnam (1976: 33) aplica también esta ley a las instituciones políticas que jerarquiza en función de su importancia política (jefes de gobierno, gobierno, diputados, senadores, gobernadores) de manera que "cuanto más alto es el nivel de autoridad política, más grande es la presencia de grupos sociales de posición social elevada" (Coller, 2008, p.146).

En la literatura sobre elites políticas se ha dedicado un amplio espacio a la investigación de la conformación de las elites políticas en democracia. Así pues, se destaca el análisis de los modos de constitución de cuadros dirigentes especializados en actividades políticas, así como las formas de socialización política y de construcción de grupos sociales. En este sentido, los estudios se orientan a comprender el grado de cohesión y heterogeneidad social interna de las elites, así como los mecanismos de autoreclutamiento político, circulación de dirigentes y vínculos con otras elites provenientes del poder económico y social.

Un tópico recurrente en las investigaciones es la influencia del origen y composición social de los dirigentes para la construcción de una clase política (ministros y parlamentarios). Por una parte, una línea interpretativa argumenta los impactos positivos del juego democrático para estimular la pluralidad de representación de bases y grupos sociales desde las organizaciones políticas (Norris, 1997; Best y Cotta, 2000).

La competencia pluralista y la participación ciudadana masiva serían factores promotores de dicha diversidad. Por otra parte, varios estudios expresan una visión más crítica con respecto a los límites de la democratización en la cúspide del poder político (Sawicki, 1999, Norris, Lovenduski, 1995), subrayando la persistencia de  fenómenos de subrepresentación política de determinadas categorías, clases y grupos sociales subalternos y populares, como por ejemplo las mujeres, la representación de etnias indígenas y afrodescendientes, la escasa presencia de representantes de clases trabajadoras, entre otros. En dicho sentido, se han detectado diversos tipos de barreras simbólicas, sea al ingreso de la carrera política, al fracaso o deserción temprana derivados de fenómenos de desigualdad económica, social o cultural.

Otras perspectivas analíticas van más allá de la representación social de origen y se interrogan en qué medida las posiciones sociales de los dirigentes tienen influencia y con qué significado para la representación política del conjunto y diversidad de intereses y organizaciones en la sociedad. Esto supone cuestionarse en qué medida la representación política está más o menos relacionada con la representación social de grupos e intereses colectivos.

Para debatir las diversas hipótesis se han desarrollado diversos estudios más allá de Europa y EEUU que abordan en otros contextos cómo influyen estos factores. Así pues, es interesante mencionar investigaciones recientes en Brasil que muestran la relevancia tanto de los antecedentes y características sociales de las elites en su carrera hacia el poder político como la influencia de los factores propios de los sistemas políticos. Dos estudios son pertinentes que abordaron comparativamente los perfiles entre candidatos "victoriososo" y "fracasados" en la competencia por una banca en la cámara de diputados. Renato Perissinoto y Angel Miríade (2009) realizaron un análisis de reclutamiento de candidatos a diputados en las elecciones de 2006 concluyen que existen diversos "filtros" sociales que inciden en los procesos de selección política electoral (como por ejemplo, son situaciones ventajosas las coupaciones de productor agropecuario, empresario, ingeniero, médico o economista). No obstante, también señalan en dicho estudio que los partidos políticos son relevantes en la selección de candidatos así como el hecho de dedicarse a la política como profesión incrementa las chances de tener éxito electoral. Otro estudio reciente (Florentino, 2009) prestó atención al perfil de parlamentarios que desistieron de continuar postulándose a un puesto en la carrera política entre 1990 y 2006. A pesar de ser una muestra reducida, dos factores aparecieron como importantes, por un lado políticos que agotaron su participación en el juego político (por escándalos, edad avanzada o grupos sociales en decadencia) y por otro, debido a grupos que no consiguieron entrar todavía con fuerza en el campo político (mujeres, electos en primer mandato o suplentes, bancadas muy pequeñas).

En cualquiera de las hipótesis, una temática emerge como particularmente relevante para la investigación social, cómo se producen los mecanismos de reclutamiento político y en qué medida inciden en la conformación de una clase política más abierta o más cerrada del punto de vista de su cohesión social interna. El concepto de reclutamiento político refiere a un conjunto de procedimientos formales e informales mediante

los cuáles las instituciones políticas seleccionan dirigentes en las diversas escaleras de ascenso y carreras hacia el poder político. Para unos, los mecanismos de reclutamiento político son procedimientos internos de las instituciones políticas (públicas representativas y partidarias) mediante los cuales las organizaciones imponen las reglas, pautas y valores propios. Para otros autores, el origen y bases sociales determinan los intereses colectivos representados en los ámbitos políticos.

La perspectiva de Bourdieu abre varias líneas interesantes para comprender el doble juego relacional entre agentes y estructuras por una parte, así como de la relación de homología estructural y vínculos entre el campo político y el resto de las esferas que componen la estructura social. En este marco, la noción de mecanismos de reclutamiento adquiere un doble significado sociológico, como estrategias y dispositivos de los agentes mediante los cuales movilizan capitales sociales y políticos, y como mecanismo instituyente, de reglas de juego en el campo político.

En este sentido, es importante contemplar tres dimensiones de los procesos de especialización política sistematizadas por Michel Offerlé(1999): 1. Captar la influencia del background social de entrada y desempeño en las carreras políticas, 2. Considerar el asentamiento en el tiempo del movimiento e involucramiento personal en actividades políticas; 3. la lógica identitaria de consagración a ese "metier" como profesionales que reivindican su ejercicio como "vocación".

Los partidos políticos juegan un papel muy relevante entre los diversos ámbitos políticos institucionales para la producción de mecanismos de reclutamiento y reproducción de las elites. Los debates sobre los niveles de cohesión de las elites han referido a su vez, a la estructura y organización de los partidos políticos en especial en los regímenes democráticos modernos. De los diversos tipos de partidos políticos que se conocen, las diferencias en cuanto al posicionamiento ideológico en el eje derecha-izquierda se ha destacado como un factor de diferenciación de mecanismos de reclutamiento político. Así pues, en Europa se considera como un ejemplo clásico el estudio de Norris y Lovenduski de las diferencias de reclutamiento entre el Partido Laborista Inglés (más permeables a representantes sindicales, del mundo de la cultura, de participación de mujeres y minorías étnicas o raciales) y el Partido Conservador (donde aparece una proporción mayor de directores y jefes en el sector privado, de universitarios egresados de las universidades de mayor prestigio so-

cial, y menor representación de mujeres y minorías étnicas o raciales). En términos más generales, en Europa se discute el papel de los partidos sociales y socialdemócratas en la ampliación de la representación hacia las capas medias y populares a nivel de las elites políticas.

Otro factor relevante que se ha tomado en consideración para el análisis de la conformación de las elites políticas, son los impactos de los períodos de cambio político y social histórico.

La elección del caso uruguayo es interesante en perspectiva comparada en América Latina por varios motivos.

Se trata de un país que tiene una historia política marcada por la presencia de partidos políticos antiguos y con fuerte influencia en la configuración de la política y el Estado. El Uruguay posee una rica experiencia de desarrollo de la democracia en el siglo XX, sostenida en un padrón de alta y temprana participación ciudadana. El proceso de modernización del sistema político y la democracia en el Uruguay se acompaño de un progresivo proceso de profesionalización de la elite política en la primera mitad del siglo XX. La configuración de la elite política nacional fue relativamente autónoma de la clases económicas dominantes y el proceso de profesionalización da elite estuvo marcado por un reclutamiento pluriclasista con un peso importantes de las clases medias.

A partir da década do sesenta comienza un proceso de crisis y transformación de las elites dirigentes que pone en jaque a las elites partidarias tradicionales y emergen actores políticos alternativos a la izquierda del sistema. El advenimiento del régimen autoritario en la década del setenta y su posterior transición abre nuevas interrogantes sobre las transformaciones de la elite políticas y sus diversos actores partidarios.

Los cambios electorales acontecidos en Uruguay durante las últimas décadas, así como la relevancia del clivaje ideológico partidario en el sistema político reciente, son elementos interesantes para incorporar al estudio de las transformaciones a nivel de circulación y rotación de dirigentes en la elite política nacional. Los cambios del sistema partidario contribuyen en forma paralela a la transformación de los patrones de reclutamiento de la elite política. La constatación de mecanismos de reclutamiento partidario diferentes explicaría la reconversión en la composición social de la elite, así como las formas de profesionalización política.

Los cambios en los mecanismos de reclutamiento de las elites políticas, se vinculan a su vez, a los cambios políticos electorales que permitie-

ron el ascenso al gobierno de partidos de izquierda y centro izquierda en América Latina (Serna, 2004). Los partidos ubicados en el campo de las izquierdas presentan un patrón de reclutamiento político de los dirigentes con pautas sociales más inclusivas y pluralistas: un perfil menos masculinizado, una formación menos relacionada a las profesiones liberales clásicas, y más vinculada a categorías de sectores medios, del área de las ciencias humanas, la educación y la reproducción de la cultura, y con mayor participación de categorías de asalariados. (Marenco y Serna: 2007).

Asimismo, el recambio de las elites políticas emergentes se refuerza por el uso intensivo de capitales partidarios y asociativos que expresan en buena medida una constelación de nuevos lazos sociales en sindicatos de trabajadores, gremios estudiantiles y así como organizaciones de la sociedad civil orientadas a nuevas cuestiones sociales.

## Espacio social y capital político

El objetivo del presente trabajo fue comprender las diversas relaciones entre las formas de selección social de las elites y las trayectorias políticas. En una primera instancia se exploraron las asociaciones entre variables de origen social (lugar de nacimiento y de residencia, ocupación del padre y del parlamentario/ministro; formación educativa, instituciones educativas y tipo de saberes; participación destacada en redes sociales; sexo) y de trayectoria política (antecedentes de participación política en la familia, militancia partidaria; cargos públicos y electivos ocupados). Como una parte importante de las variables eran categoriales o nominales se procedió a su transformación en variables dicotómicas para explorar la matriz de correlaciones y los test de significación estadísticas. A partir del análisis bivariado varias asociaciones aparecieron como estadísticamente significativas.[1] Con respecto al tipo de puesto político electivo el perfil de los diputados presenta asociación con antecedente de origen social familiar de ocupación obrero o trabajador asalariado, mientras que los senadores y ministros[2] con el desempeño de la política como actividad principal en su trayectoria ocupacional y en la carrera política.

[1] Correlaciones superiores a 0.20 y test de significación unilateral 0.00.

[2] Por motivo de número de casos y del estudio previo de los perfiles se encontró que las trayectorias de senadores y ministros eran similares, motivo por el cual se optó en agruparlos a efectos del análisis cuantitativo de asociaciones.

En cuanto al análisis por partido se encontraron algunas correlaciones significativas: en el caso del Frente Amplio con la formación educativa en ciencias sociales y humanas y con antecedentes de participación en sindicatos o gremios de trabajadores previo al ingreso a la política; para el Partido Nacional con el desempeño en actividades políticas y con padres que tenían como actividad principal ser productores rurales y/o empresarios; y para el caso del Partido Colorado con la formación educativa en derecho y saberes jurídicos.

Paso siguiente se realizó un análisis multivariado para tener una comprensión más global de las relaciones entre las diversas variables. A dichos efectos se eligió la técnica de factorial que permite dos análisis interesantes para nuestros objetivos, por un lado, sintetizar las relaciones entre múltiples variables en ejes factorial que expresan dimensiones teóricas-empíricas de interés, y por otro lado, comprender las relaciones entre diversos planos o dimensiones, especialmente en este caso aplicada a los vínculos entre las dimensiones referidas al espacio de la sociedad y las relacionadas al plano del campo político.

En primer término se utilizó el análisis factorial de componentes principales para establecer las asociaciones cuantitativas entre variables en dimensiones de interés. El resultado del mismo fue la identificación de cinco factores[3] que explican el 73,7 % del total de la varianza (ver Tabla a continuación).

[3] Siguiendo la metodología usual en esta materia que requiere valores de Eigenvalue mayor o igual a 1, y posteriormente con el procedimiento de rotación de factores para observar con mayor nitidez la asociación de variables en los ejes factoriales.

Análisis factorial de componentes principales,
parlamentarios y ministros uruguayos 1999-2009

| | Componente | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| diputado | .970 | | | | |
| senadoro ministro | –.970 | | | | |
| Frente Amplio | –.195 | .755 | .319 | –.356 | .146 |
| Partido Nacional | .302 | | –.294 | .745 | –.333 |
| Partido Colorado | | –.872 | | –.347 | .154 |
| Actividad poltica | –.262 | –.120 | .164 | .735 | .200 |
| Productor rural, empresario | .113 | | | | –.848 |
| obrero, trabajador | .395 | .230 | .184 | | .604 |
| Derecho | | –.206 | –.727 | | .165 |
| Ciencias Sociales y Humanas | | | .786 | | .165 |
| Sindicatos | | .504 | | –.151 | .131 |

Método de extracción: Análisis de componentes principales.
Método de ratación: Normalización Varimax con Kaiser.
a. La rotación ha convergido en 7 iteraciones.

El primer factor (1) muestra la asociación positiva entre las trayectorias de los diputados con origen sociales familiares más populares entre las clases obreras y de trabajadores asalariados, mientras que los senadores y ministros presentan asociaciones negativas con este factor, lo que sería un indicador de una selección social más estratificada en la cámara de senadores y de los gabinetes ministeriales en comparación con la cámara de diputados.

El segundo factor (2) expresa nítidamente la afinidad positiva entre el perfil de los dirigentes del Frente Amplio y la participación en sindicatos o gremios de trabajadores, mientras por el contrario se muestra asociación negativa con el sindicalismo para el Partido Colorado.

El tercer componente factorial (3) refuerza la correlación positiva entre los elencos políticos del Frente Amplio con el perfil de formación educativa en ciencias sociales y humanas, aunque en forma negativa con la formación más tradicional del Derecho entre los políticos profesionales.

El cuarto eje factorial (4) expresa la asociación estadística de los cuadros dirigentes del Partido Nacional con el desempeño especializado en actividades políticas.

El último componente factorial (5) podría denominarse como el origen familiar de clase social, con una asociación positiva con antecedentes de padres obreros o trabajadores asalariados y negativa para los productores rurales y empresarios.

Una vez identificadas las asociaciones y componentes factoriales principales el paso siguiente fue pasar a un análisis factorial de correspondencias con el objetivo de realizar un estudio más detallado de las relaciones en cuatro planos (laboral, antecedentes de origen profesional y de participación política familiar; formación educativa y redes sociales) y nos permite visualizar gráficamente en el espacio las relaciones entre diversas categorías de variables cualitativas o nominales de las trayectorias de los dirigentes políticos.

El primer análisis factorial de correspondencia se centró en el estudio de las trayectorias laborales de los políticos, considerando la ocupación principal antes del desempeño político. Las profesiones y ocupaciones previas a la carrera política constituyen no solo una fuente de ingreso económico sino también un apoyo de capital social que pueden ser activadas o movilizadas en las carreras políticas. Asimismo, se pueden identificar afinidades electivas entre algunos perfiles profesionales y el reclutamiento partidário de dirigentes.

En este sentido, en términos generales el Frente Amplio presenta un patrón de selección social más popular y "tribunicio", más próximo a las categorias de trabajadores asalariados, mientras que los partidos tradicionales – Colorado y Nacional – poseen un patrón más próximo de profesionalización política, actividad política, funcionarios públicos y profesiones universitarias próximas de la política (jurídicas y liberales clásicas).

El análisis factorial de correspondencias de las variables ocupacionales con las de posiciones políticas y militancia partidaria identificó seis ejes explicativos del 60,8 % de la varianza. De los mismos se seleccionaron los dos primeros para la elaboración gráfica que se presenta a continuación.

El primer factor (1) seleccionado pone el énfasis en la pertenencia de los dirigentes políticos a sectores de clases medias y populares, dado que las asociaciones positivas se observan con las categorías ocupaciones de docentes, periodistas, escritor y con empleados y obreros asalariados.

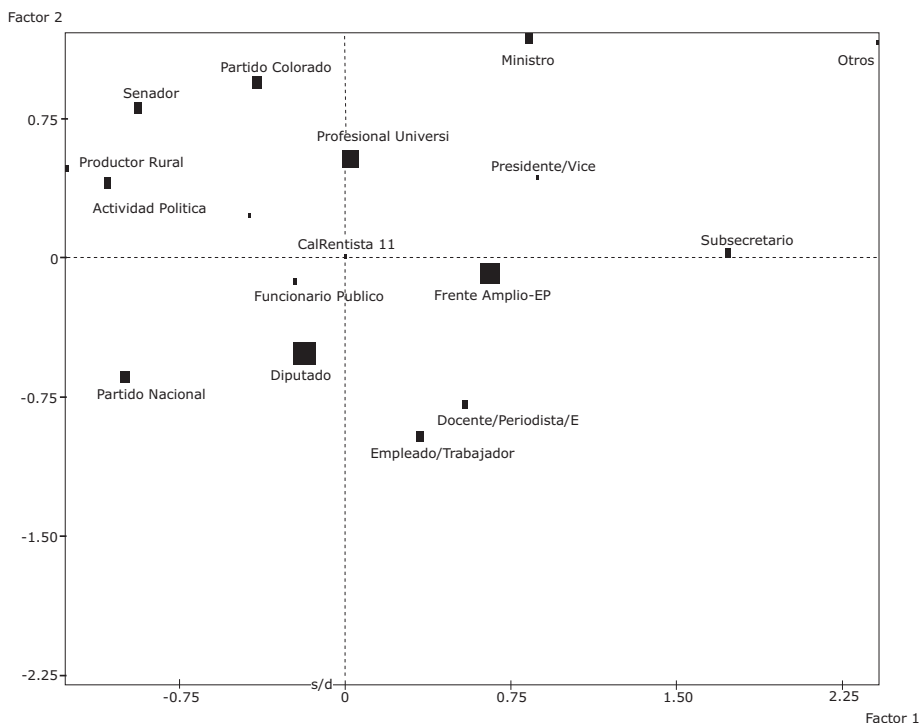
El segundo factor (2) podemos denominarlo de profesionalización política y social que sintetiza las asociaciones positivas con los variables de mayor profesionalización política, puestos de mayor jerarquía política – senadores

y ministro –, dedicación principal a las actividades políticas, y con ocupaciones profesionales universitarias, empresarias y de productores rurales.

El Frente Amplio es el que aparece en el cuadrante de intersección de valores positivos más altos en el factor 1 (clases medias y populares) y valores más negativos y bajos en el eje 2 de profesionalización política y social. Es por otra parte el partido que aparece más próximo de las categorías de clases medias letradas (docentes, periodistas, escritor) y populares (trabajadores y obreros).

En el cuadrante opuesto de la diagonal entre los dos ejes factoriales encontramos al Partido Colorado que se posiciona con valores altos de profesionalización política y social (factor 2) y valores negativos en términos de origen en clases medias y populares. Es el partido que se encuentra más próximo de los perfiles de senadores y políticos profesionales, así como de profesionales universitarios y de empresarios o productores rurales.

El Partido Nacional por su parte se encuentra en el cuadrante de menor presencia profesionales y profesionalización política (eje 2) aunque menos popular (eje 1) que el Frente Amplio.

Factor 2 Profesionalización política y social
Factor 1 Origen clases medias y populares

El siguiente análisis factorial de correspondencia se focalizo en la dimensión de antecedentes de capital social y participación política familiar. Se exploraron pues las trayectorias ocupacionales y los antecendentes de participación partidaria activa y/o en posiciones política de destaque de los padres. Las trayectorias laborales y participación política en la família puede ser considerado como un tipo de capital social de apoyo en las carreras políticas hacia el poder político. En general los hallazgos empíricos refuerzan las evidencias de origen social analizadas previamente, así como también las diversas formas de reclutamiento político partidarios.

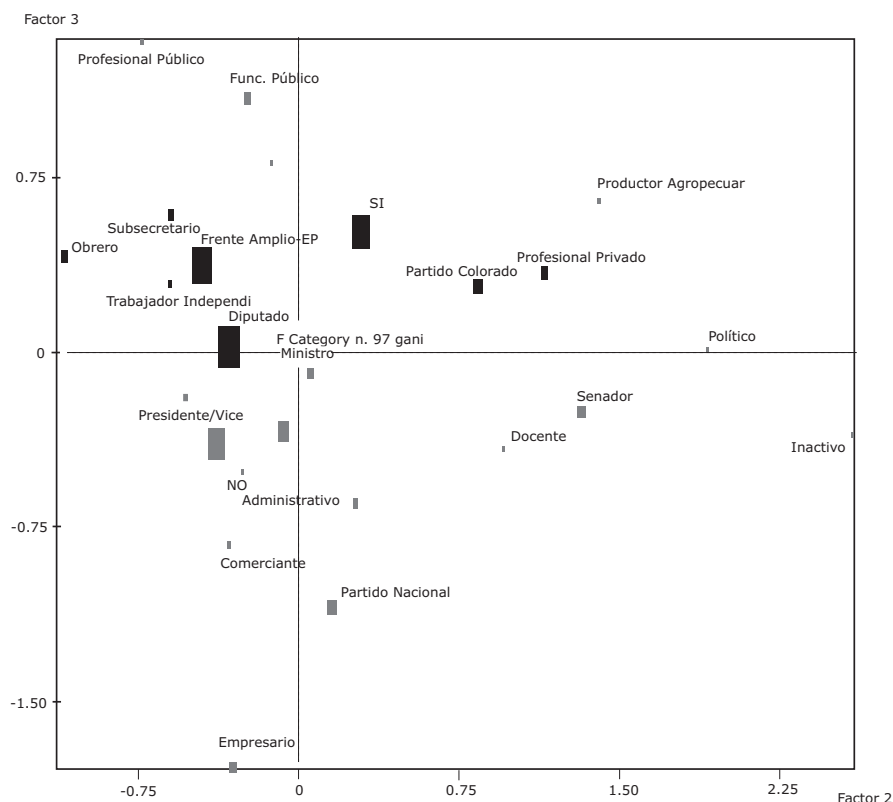
En este caso el análisis factorial de correspondencias extrajo siete factores explicativos del 60,7 % de la varianza de los cuales seleccionamos para el análisis gráfico los factores 2 y 3. El eje factorial 2 lo denominamos de profesionalización política y social en la familia (similar al

factor 2 del análisis de correspondencias previa) que agrupa la asociación de padres políticos profesionales – senadores y/o que se dedicaron como actividad principal a la política – y con profesionales universitarios y productor rurales. Por otro lado, el factor 3 destaca la presencia de padres funcionarios públicos o con antecedentes de participación política activa. La distribución de los partidos en los dos planos factoriales refuerza las diversas pautas de composición y reclutamiento partidario de los dirigentes.

El Frente Amplio se posiciona en los valores más positivos del factor 3 que combina en los antecedentes familiares la proximidad con la política través del empleo en la administración pública y participación política partidária. Por otra parte, en correspondencia con el análisis factorial prévio registra valores negativos en el eje 2 de profesionalización política y social en el família. Por tanto, es el partido que posee una pauta de reclutamiento social más popular y "tribunicio", de origen social en famílias obreras o de trabajadores asalariados.

Con un perfil opuesto el Partido Colorado es el que tiene una asociación positiva más fuerte con el factor 2 de profesionalización política y social familiar, así como se ubica con valores positivos en el factor 3 con padres funcionários públicos y siendo el partido que registra mayor antecedentes de participación política en la familia.

El Partido Nacional se posiciona en el cruce docentes entre valores positivos en el factor 2 de antecedentes de profesionalización social y política en la familia pero negativos en términos del eje 3 de padres funcionarios públicos o antecedentes de participación política familiar. En cuanto a las categorías próximas dentro del eje 2 aparecen los docentes y senadores, mientras en el eje tres los antecedentes de padres comerciantes o empresarios.

Factor 3 Empleo público y antecedentes de participación política familia
Factor 2 Profesionalización política y social en la familia

Otra dimensión muy relevante para el estudio de las trayectorias de los dirigentes fue el análisis de la formación y credenciales educativas, tanto en término de adquisición de saberes y capacidades, como de la legitimación del capital escolar en las carreras políticas.

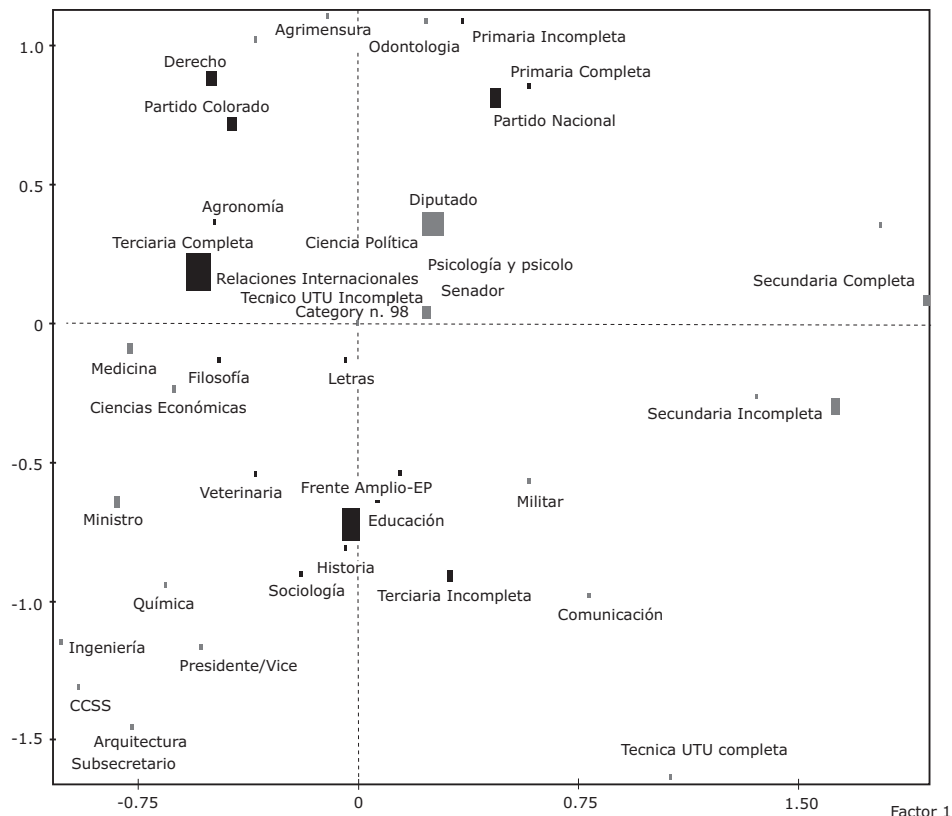
El análisis factorial de correspondencia de las variables relacionadas adquisición de diversos niveles de escolarización y tipos de credenciales y saberes del capital escolar identifico 7 factores explicativos del 48,9 % de la varianza. A pesar de la dispersión mayor en términos de factores y menor porcentaje de varianza explicada debemos recordar como se seña-

ló al inicio que por un lado el nível educativo varía poco, debido a que la mayoría de los políticos poseen un nível terciário y que si se constataron algunas correlaciones significativas al respecto de los tipos de saberes y credenciales educativas utilizadas. De los siete factores escogimos los dos primeros, el factor 1 que refiere a enseñanza media (incluyendo las distintas opciones de formación para el trabajo), mientras el segundo factor se relaciona con la formación jurídica, la enseñanza terciaria, pero también con cierta pluralidad incorporando también enseñanza primaria. Las dimensiones vinculadas al capital escolar y tipo de credenciales muestran perfiles diferenciados según partidos.

Como era de esperar de acuerdo al estudio de correlaciones el partido Colorado aparece fuertemente asociado al factor 2 con valores positivos y muy próximo del campo del saber universitario del derecho, así como de agronomia y de dirigentes con nível educativo de terciaria completa. Por el contrario, se ubica en posiciones negativas del factor 1 relacionado con niveles de enseñanza de nivel medio.

El Frente Amplio se ubica en el cuadrante de abajo, claramente con un patrón opuesto, con valores negativos en términos del factor 2 relacionado con la formación universitária jurídica tradicional en la clase política, y también con valores negativos en el factor 1 referido a enseñanza media tiene un patrón de formación educativa media y terciaria(no necesariamente completa). Del punto de vista del perfil educativo de los dirigentes lo más destacado es la centralidad de la formación en las ciencias sociales y humanas, así como la presencia de formación en ciencias económicas y medicina, y también con enseñanza terciaria incompleta.

El partido Nacional se posiciona en valores positivos tanto en el factor 2 (formación en derecho y terciaria) como en el factor 1(enseñanza media), reclutando tambien dirigentes con enseñanza primaria. El perfil del partido combina la formación educativa tradicional de los elencos políticos (presente en carreras típicas de los senadores) con la pluralidad de niveles educativos en la representación de la cámara de diputados.

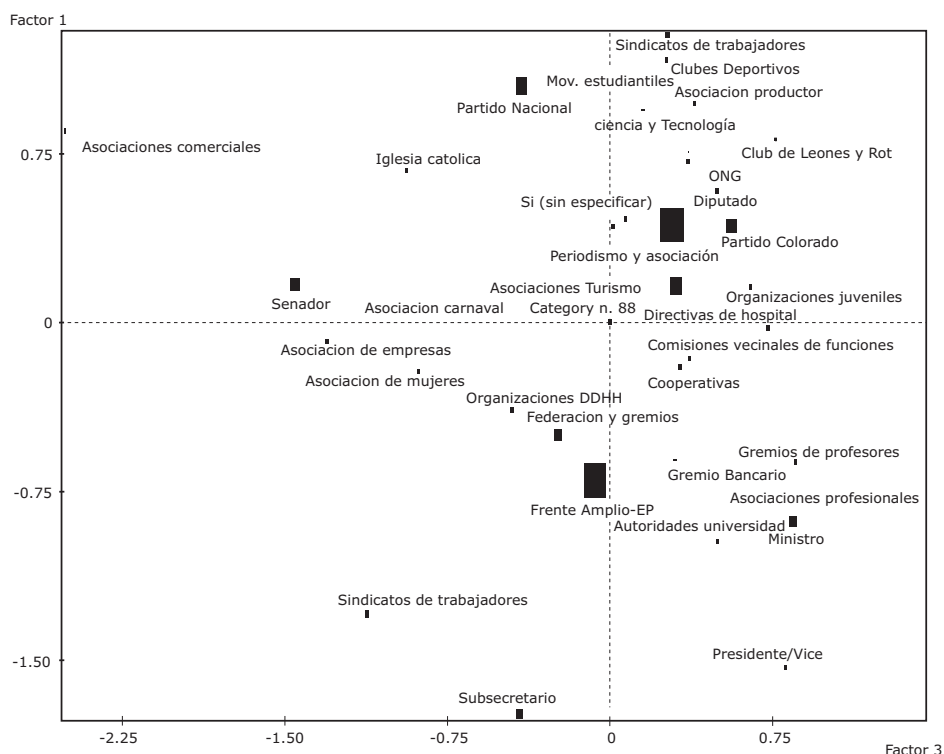
Factor 1 enseñanza media
Factor 2 formación derecho, enseñanza terciaria y primaria

La última dimensión de interes para el estudio de las bases sociales de la elite política es el análisis de las redes sociales y asociativas de los dirigentes como otro tipo de capital social de apoyo y de movilización colectiva. La aplicación del análisis factorial de correspondencias a las trayectorias previas de los dirigentes en asociaciones de la sociedad identifico siete factores explicativos del 52,5 % de la varianza. Al igual que el caso anterior, la dispersión mayor de factores y menor de varianza explicada como se advirtió en el primer análisis de componentes principales, las participación en redes asociativas era relevante para la gran mayoría de los políticos (más del 75 % registraban antecedentes destacados antes del ingreso a la política) y en particular la participación en organizaciones sindicales aparecia con correlación significativa.

De los factores identificados seleccionamos el 1 y 3. El primer factor agrupa correlaciones positivas con redes asociativas clásicas de socialización de los elencos políticos, nos referimos a los gremios de estudiantes, las asociaciones deportivas, las de gremios de productores rurales. El eje factorial 3 aglutina las formas de movilización de redes sociales vinculadas a las asociaciones universitarias y docentes (autoridades universitarias, gremios de profesores, asociaciones profesionales, etc. La distribución de los partidos en los dos ejes factorial muestra patrones diversos de movilización y activación de redes sociales.

El Partido Nacional se posiciona con asociaciones positivas con el factor 1, esto significa con la activación de redes sociales vinculadas a movimientos estudiantiles, deportivos y a su vez con organizaciones clásica del poder económico como las de productores rurales y es el que aparece más próximo a las redes de la iglesia católica. En contraposición, presenta valores negativos con las redes relacionadas asociaciones universitarias y gremios de profesores.

El Partido Colorado se ubica en el cuadrante de asociaciones positivas con el factor 1 y 3 al mismo tiempo. Esto significa que la movilización de redes sociales tanto la recluta en ámbitos de socialización clásica como clubes deportivos o movimientos estudiantiles, como vinculadas a asociaciones profesionales y universitarias. No obstante, se debe advertir que es el partido que posee menos cantidad de redes colectivas entre sus dirigentes.

El Frente Amplio se posiciona en el cuadrante inferior de los dos ejes factoriales con valores negativos en ambos, lo que significa un reclutamiento menos tradicional en el tipo de asociaciones y redes sociales. De hecho, y en consonancia con las evidencias empíricas previas, se encuentra más próximo de las asociaciones de sindicatos de trabajadores en todas sus variantes, de los movimientos de derechos humanos, las asociaciones vinculadas a nuevas cuestiones sociales como gênero; así como de las cooperativas sociales, los gremios de profesores y las asociaciones universitarias.

Factor 1: estudiantes, asociaciones deportivas y de productores rurales
Factor 3: asociaciones universitarias y docentes

## La elite uruguaya en perspectiva histórica comparada: cambios y permanencias

El desarrollo histórico de la elite política uruguaya tuvo elementos comunes con los estudios comparados de modernización política en "democracias consolidadas", a destacar: el peso de los partidos políticos en reclutamiento dirigentes, la importancia de la experiencia en la administración y control del Estado; la profesionalización de los elencos políticos adquirió una autonomía relativa poder económico; y se constata un patrón pluralista en el reclutamiento y composición social de los dirigentes a medida que avanzó el desarrollo de la democracia representativa.

El proceso de conformación de la elite en perspectiva histórica de largo plazo muestra pautas recurrentes, como la centralidad reclutamiento

político endógeno, de los partidos y las familias políticas; el papel crucial del capital cultural y las credenciales educativas en la legitimación externa y socialización interna; así como la coexistencia de diversos perfiles de reclutamiento y carreras entre los partidos políticos.

El período histórico reciente, replantea nuevas interrogantes sobre la transformación de la política uruguaya. Por una parte, la reconversión de un nuevo ciclo de reformismo social, antes hegemonizado por el "batllismo", ahora sustituido por la izquierda en el gobierno. Se puede plantear como hipótesis del cambio en curso de un reformismo republicano batllista de principios de Siglo XX hegemonizado por la denominada "mesocracia"(término acuñado por Carlos Real de Azúa) que expresaba la centralidad de los sectores medios, a un reformismo social de izquierda que incorpora además a un papel "tribunicio" de canalización y expresión ampliada de los sectores populares subalternos en la cúspide del poder político.

A pesar de ello, los cambios de las claves reformistas sociales no son tan radicales, y se constatan inercias en el "sesgo social" de las elites políticas. La persistencia de desigualdades de género, de origen sociocultural o económico en la selección de la elite política y su creciente homogeneidad interna a medida que se asciende a los puestos de mayor jerarquía y autoridad cuestiona ese imaginario histórico de una ideologia democrática igualitaria dominante en la política uruguaya.

Los cambios en la representación política de los partidos políticos a lo largo de las últimas dos décadas y el ascenso de la izquierda al gobierno nacional tuvieron consecuencias en los patrones de reclutamiento político y composición social de la elite uruguaya. No obstante, las permanencias y líneas de continuidad en el perfil de los diputados, senadores y ministros uruguayos quedan manifiestas.

El poder político no escapa a la lógica de estructuración del poder y la desigualdad en la sociedad uruguaya. Los mecanismos de reproducción de las desigualdades se aprecia aún más claro en el peso del capital social familiar entre los dirigentes políticos, especialmente cuanto más se asciende a la cúpula del poder el capital social y económica refuerza y retroalimenta la acumulación de capital político (como quedo manifiesto de la doble comparación, entre cámara alta y baja, así como entre partidos políticos).

El análisis de la formación educativa y perfil de las profesiones de las muestra que las credenciales del sistema educativo son utilizadas como factor de estratificación y ascenso hacia el poder político, aspecto que se hace más visible en la comparación entre los perfiles educativos de diputados en

comparación con senadores y ministros. A su vez, las ocupaciones y profesiones previas al ingreso a las posiciones más privilegiadas de la política refuerzan las carreras políticas de los dirigentes.

En este marco la irrupción de la izquierda propone cambios en la formación del elenco político y ésto también tiene eco en los Partidos Tradicionales que van incorporando mayor diversidad en el origen profesional de sus candidatos y ampliando un poco el mapa de reclutamiento social de los dirigentes. Si bien las profesiones liberales siguen ocupando un lugar importante, se va perdiendo gradualmente la histórica centralidad del derecho como saber privilegiado de y para la política, se diversifica la presencia de personas que provienen del ámbito de la educación y en este último tiempo de las ciencias sociales y humanas en respuestas a nuevos tiempo de una cuestión social ampliada y desafíos para avanzar hacia equidad en un camino empedrado de obstáculo. Quedan subrepresentados en todos los períodos aquellos diputados que han sido titulados en arquitectura o ingeniería.

Estos cuadros dirigentes emergentes traen novedades en la renovación de reclutamiento y formación del campo político. Las nuevas elites poseen una formación educativa más plural con un perfil menos universitario, así como un reclutamiento social más abierto y la promoción de formas de representación tribunicia de sectores populares. Así pues, se destaca la presencia de los movimientos sociales más clásicos como movimientos estudiantiles y gremios sindicales, así como en una diversidad de asociaciones de la sociedad civil.

Podemos decir, entonces que la alternancia en el gobierno que propone el "giro a la izquierda" en Uruguay impacta directamente en la composición social de la elite política, cambia pero no rompe con algunos de los patrones históricos de la distribución desigual del poder. Hablamos de una renovación en el elenco político con la fuerte participación de capas medias y bajas, lo cual no implica que la izquierda no tenga en sus filas políticos tradicionales. En cierta medida la izquierda reproduce en parte el peso histórico de las capas medias en la elite (legado originario en el ciclo histórico batllista), por otro amplia la inclusión de una parte de los sectores subalternos (principalmente de trabajadores con capacidad de organización sindical) en la participación en la cúspide del poder político. La izquierda en el gobierno pone a los PT en jaque y propone una revisión de sus propuestas en cuanto a los perfiles de sus representantes. De esta manera, el FA provoca algunas líneas de movilidad y recambio

de las características de las elites políticas que, por tímidas que sean no dejan de ser importantes.

Por otro lado, el cambio a la izquierda produce y refuerza mecanismos endógenos a la política, como las trayectorias de profesionalización política partidaria asentada en el ejercicio y control del poder estatal. Al decir de los autores clásicos de la teoría de las elites, la circulación de las elites también es un mecanismo de adaptación del sistema político a los cambios y de reproducción de sus propias lógicas. Nuevamente, la comparación entre dos niveles jerárquicos de ascenso hacia la cúspide del poder político refuerza las hipótesis que en la construcción del poder se generan mecanismos endógenos de autoreclutamiento de las elites. Varios son los factores recurrentes en las carreras de las elites políticas de los partidos, como ser: la relevancia de los antecedentes de socialización política familiar, la experiencia de largos períodos de participación militante en las organizaciones partidarias y la alternancia entre el desempeño de cargos representativos y de gobiernos a lo largo que avanzan en carreras políticas profesionales.

Se pueden identificar múltiples indicadores que dan cuenta de diversas formas y dimensiones de profesionalización, como el grado de especialización en tareas políticas, la relevancia de la militancia partidaria en la carrera política; la importancia de las organizaciones y los líderes en la selección y promoción de aspirantes y candidaturas a dirigentes; la ampliación de los dirigentes de tiempo completo y dedicación exclusiva a la vida política; y la acumulación progresiva de experiencias y puestos públicos en la administración estatal y los núcleos decisorios del poder político en la formación de las trayectorias y carreras políticas.

Con el desarrollo de cuadros dirigentes profesionales y la incipiente formación de una clase política dedicada a actividades de gobierno, se amplían los márgenes de autonomía relativa de la política, pero también aparecen nuevos desafíos de distanciamiento de las elites de las bases sociales y la creciente cooptación por los mecanismos propios de autoreproducción endógena de la política, sea por la creciente dependencia de la burocracia estatal como de las estructuras partidarias.

## Bibliografía

BEST, H.; COTTA M. *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000*, Oxford University Press, 2000.

BOTTINELLI, E. *El parlamento*: ¿espejo de la sociedad o reproductor de desigualdades? Informe Final de Investigación. Comisión Sectorial de Investigación Científica – Departamento de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, Montevideo, 2009.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

COLLER, X. "El sesgo social de las élites políticas" *en Revista de Estudios Políticos* (nueva época) ISSN: 0048-7694, n. 141, Madrid, p. 135-159, julio--septiembre, 2008.

CONINCK, F. de; GODARD, F. El enfoque biográfico a prueba de interpretaciones. Formas temporales de causalidad en LULLE, T.; VARGAS, P.; ZAMUDIO, L. (Coords.) *Los usos de la historia de vida en las ciencias sociales,* Barcelona, Ed.Anthropos, v.II, p.250-292, 1998.

FARIA, F. de; SANTOS, R. *Saindo de Cena*: parlamentares que desistem da disputa eleitoral no Brasil (1990-2006). Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Brasília, 2009.

GONZÁLEZ, L. E. *Estructuras Políticas y Democracia en Uruguay*. Montevideo, FCU, 1993.

MARENCO, A.; SERNA M. "Por que carreiras políticas na esquerda e direita não são iguais? recrutamento legislativo no Brasil, Chile e Uruguai". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. San Pablo, Revista Indexada, 2007.

MOREIRA, C. *Entre la protesta y el compromiso. La izquierda en el gobierno. Uruguay y América Latina*. Ed.Trilce, Montevideo, 2009.

NORRIS, P. (Ed.). *Passages to power. Legislative recruitment in advanced democracies*. Cambridge University Press, 1997.

NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. (Eds.). *Political Recruitment. Gender, race and class in the British Parliament*. Cambridge University Press, 1995.

SÁNCHEZ, F.; RIVAS, C. "Patrones socio económicos de la elite legislativa y democracia en América Latina". In: ANASTASIA, F.; DIÁZ, A. M.; INÁCIO, M.; ROCHA, M. M. da. *Elites Parlamentares na América Latina*. Argevmentum Editora, Belo Horizonte, 2009.

SAWICKI, F. In: OFFERLÉ, M. (Ed.). *La profession politique XIXe-Xxe siècles*, Paris, Ed. Belin, 1999.

SERNA, M.; BOTTINELLI, E.; MANEIRO, C.; PEREZ, L. *Giro a la izquierda y nuevas elites en Uruguay:* ¿renovación o reconversión?, Depto de publicaciones, CSIC UDELAR, Montevideo (en prensa).

SERNA, M. "La política como profesión y las profesiones de la política". In: *El Uruguay desde la sociología*. Departamento de Sociología, FCS, UDELAR, Montevideo, 2007.

______. *Reconversão Democrática das Esquerdas no Cone Sul*. Edusc, Associação Nacional da Pós-Graduação em Ciênciais Sociais, San Pablo, 2004.

WEBER, M. *La política como vocación*. FCU, Montevideo.

# Dimensões do processo de seleção da classe política brasileira: autopercepções dos candidatos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2010[1]

*Maria do Socorro Sousa Braga*[*]
*Bruno Bolognesi*[**]

## Introdução

Nas democracias representativas, independente da fórmula eleitoral usada nas eleições, o *processo de seleção de candidatos* é uma das primeiras atividades desenvolvidas pelos partidos políticos. A centralidade dos procedimentos da seleção de candidatos tem sido demonstrada pela literatura europeia e americana (Duverger,1959; Epstein,1967; Seligman,1967; Czudnowski, 1970 e 1972; Gallagher e Marsh, 1988; Ware, 1996; Norris,

[*] Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (PPGPol/UFSCar)

[**] Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bolsista CNPq.

[1] O material empírico deste artigo faz parte de duas pesquisas: *Como se faz um deputado: a seleção de candidatos para deputado federal nas eleições 2010*, realizada em seis estados da federação: Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Sergipe e Pará. Em cada uma dessas unidades a pesquisa foi coordenada pelos seguintes estudiosos: Profa. Luciana F. Veiga (PPGCP-UFPR) e Prof. Renato M. Perissinotto (PPGCP-UFPR), Profa. Maria do Socorro Braga e Bruno Bolognesi (PPGCP-UFSCar), Prof. Flavio Heinz (PPGH-PUCRS), Prof. Wilson de Oliveira e Prof. Ernesto Seidl (PPGS-UFS) e Profa. Luzia Álvares (PPGCP-UFPA); e *Caminhos para o poder: a seleção dos candidatos para Deputado Federal no Brasil*, pesquisa em andamento do doutorando Bruno Bolognesi, orientada pela Profª Drª Maria do Socorro Sousa Braga na UFSCar, financiada pelo CNPq.

1996 e 1997; Katz, 2001; Pennings e Hazan, 2001; Lundell, 2004; Hazan e Rahat, 2006). As contribuições desses estudos demonstram que essa atividade é crucial na vida de qualquer partido político porque por meio de sua investigação é possível identificar quem realmente decide e, portanto, quais lideranças partidárias tem o controle sobre o acesso às arenas políticas numa democracia. Esse processo ainda tem implicações sobre a operacionalidade e continuidade da representação política bem como sobre a governabilidade nos regimes democráticos.

A mobilização das lideranças partidárias com essa finalidade tem cada vez mais importância em democracias de massas como a brasileira. Afinal, os candidatos eleitos para ocupar postos na arena governativa determinarão em grande parte, ao menos por quatro anos, a face pública do partido pelo qual participaram da disputa política.

O processo de seleção de candidatos será entendido neste estudo como o meio pelo qual um "partido político decide quais dos seus membros, legalmente elegíveis para ocupar um cargo eletivo, serão designados para figurar na lista partidária" (Ranney 1981:75). Sendo assim, a seleção de candidatos é investigada como um "passo chave" no recrutamento partidário[2] (Gallagher, 1988:2) ou mesmo como a "atividade mais importante" (Czudnowski, 1975:219) para um filiado se tornar um parlamentar.

Para avaliarmos o processo de seleção de candidatos no Brasil analisaremos três dimensões dessa atividade partidária: *quem seleciona, com quais critérios e como se dá o processo de designação* pelos principais partidos brasileiros de cada campo ideológico, à esquerda o PT, ao centro PMDB e PSDB e, à direita, o DEM. Para isso serão examinados os processos ocorridos nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Sergipe e Pará nas eleições de 2010 para a Câmara dos Deputados.

Duas questões movem este estudo: 1) Qual é a autopercepção dos candidatos sobre quem os seleciona, como esse processo ocorre e quais critérios são usados para selecioná-los? 2) Existem tipos diferentes de processo de seleção entre os maiores partidos de cada campo ideológico: DEM, à direita, PMDB e PSDB, ao centro e, PT, à esquerda?

[2] De acordo com Gallagher e Marsh (1985:) recrutamento político é: "momento crítico em que o indivíduo abandona postos fora da vida política e passa a ocupar cargos estritamente políticos".

Para encaminhar esta discussão este capítulo está organizado em cinco seções. Na seção seguinte serão discutidas analiticamente as dimensões teóricas examinadas sobre o processo de seleção bem como o contexto institucional e eleitoral que balizam essa atividade partidária no Brasil. Na terceira seção examinaremos a autopercepção dos candidatos a respeito de três dimensões do processo de seleção de seus respectivos partidos: *quem são os selecionadores, como e com quais critérios são selecionados*. Na quarta serão investigadas as causas da existência de diferentes processos de seleção entre os partidos investigados. Finalmente, na quinta seção, tecemos as considerações finais.

## Dimensões teóricas do processo de seleção de candidatos e o contexto institucional e eleitoral no Brasil

### *Dimensões analíticas e ferramentas metodológicas para a investigação do processo de seleção de candidatos a cargos eletivos*

A literatura especializada sobre os processos de seleção de candidatos está focada em quatro questões primordiais sobre esses procedimentos: a) Quais são os procedimentos para a seleção? b) Quais os efeitos que eles geram? c) O que explica os diferentes tipos de candidatos e d) Qual o comportamento político resultante?

A investigação dessas perguntas em diversos países identificou vários aspectos relevantes sobre esse objeto de estudo. Primeiro, observou-se a existência de um grau de regulação legal e o controle privado dos partidos políticos sobre esse processo (Ranney, 1981; Ware, 1986). Um segundo aspecto diz respeito aos *requisitos necessários às candidaturas*. Nesse caso são examinadas tanto as regras formais e informais do partido quanto as leis eleitorais que estabelecem *quem pode converte-se em candidato* (Hazan, 2002; Rahat e Hazan, 2001). Um terceiro aspecto crucial se refere à inclusividade e o grau de participação no processo de seleção. São os *selecionadores de cada partido*. Essa dimensão pode oscilar entre a totalidade do eleitorado a um líder partidário (Hahat e Hazan, 2001:301). Uma quarta dimensão verificada, aponta que essa seleção pode ocorrer por meio de um *processo de votação ou por indicação* dos membros partidários (Duverger, 1959:360; Hahat e Hazan, 2001).

Um quinto aspecto identificado foi o grau de centralização *versus* descentralização dessas atividades (Schattschneider, 1942; Duverger, 1959; Epstein,1967; Czudnowski, 1975; Gallagher, 1988; Norris, 1993,).

De acordo com Hahat e Hazan (2001:304-6) a descentralização pode ser *territorial ou funcional*. A descentralização territorial se refere à importância relativa dos diversos níveis (nacional, estadual ou local) no processo de seleção dos candidatos para os diversos cargos eletivos que conformam a estrutura de oportunidade de um sistema político. Já a descentralização funcional está relacionada a mecanismos criados pelos partidos para preservar a participação de determinados setores sociais como, por exemplo, sindicatos, igrejas, etnias e etc.

O sexto aspecto verificado se refere ao grau que o processo de seleção está institucionalizado ou orientado pelos agentes financiadores das campanhas (Siavelis e Morgenstern, 2010).

Outros estudos analisaram a seleção de candidatos como uma variável independente, resultando na identificação de seus efeitos. Observou-se que esse processo afeta e reproduz, particularmente, a distribuição do poder dentro do partido (Duverger, 1959:151; Gallagher, 2001:284; Ranney, 1981:103). Trabalhos mais recentes associam procedimentos específicos com graus de democracia interna (Bille, 2001; Hopkin, 2001 e Hazan, 2002). Para alguns desses estudiosos, no geral, cada vez mais vem adotando-se mecanismos mais inclusivos e descentralizados, o que seriam bons indicadores da democratização interna dos partidos. No entanto, outros teóricos por um lado, como por exemplo, Hopkin (2001) e Katz (2001), chamam atenção para o fato de que um grande número de selecionadores pode permitir maior grau de liberdade para os líderes partidários alcançarem seus objetivos e mesmo manipularem os selecionadores menos informados a seu favor. Por outro lado, Gallagher (1980) argumenta que a descentralização *per si* não representa maior democratização. Isso porque as oligarquias locais ou estaduais podem controlar o processo de seleção no lugar das lideranças nacionais.

Finalmente, alguns estudos demonstraram que o processo de seleção afeta tanto os tipos de candidatos que figuram nas listas partidárias quanto o grau que os candidatos representam clivagens sociais significativas. Para isso, Gallagher (1988a) e Norris (1993, 1996, 1997b) examinam variáveis demográficas tais como idade, etnia e gênero, mas também examinam o tempo e o tipo de experiência política e profissional assim como a identidade ideológica dos postulantes.

Outros estudiosos sustentam que o processo também influencia o comportamento dos candidatos e, por conseguinte, dos legisladores, afe-

tando, portanto, a coesão e disciplina dos partidos no Legislativo (Gallagher, 1988; Taylor-Robinson, 2001; Siavelis e Morgenstern, 2008). De acordo com Siavelis e Morgenstern (2008) os candidatos e eleitos mantém laços de lealdades com os respectivos tipos de selecionadores. Em decorrência da natureza desses vínculos, no caso de um processo controlado pelos líderes partidários deverá resultar em legisladores mais preocupados com políticas mais gerais, enquanto uma seleção controlada por grupos locais (financiadores das campanhas, por exemplo) resulte em políticos mais orientados para políticas localizadas.

Para uma parte desses estudos, um determinante importante para explicar os diferentes tipos de candidatos de uma lista partidária e o comportamento político resultante é o sistema institucional no qual os partidos operam. Desde Duverger os estudiosos supõem que os incentivos dos sistemas eleitorais são fundamentais para explicar os padrões encontrados. No entanto, estudos mais recentes vêm demonstrando que as teorias institucionais não são suficientes para explicar as exceções. Isso ocorreria devido ao fato de esperarem reações uniformes dos partidos ao marco institucional e não incluírem variáveis contextuais em suas investigações (Siavelis e Morgenstern, 2008). Em função dessas deduções, esses estudos defendem que os partidos por terem objetivos, oportunidades e recursos variados, reagem aos estímulos institucionais de maneiras diferentes. Logo, nem todos os partidos de um país adquirem a mesma forma, atraem os mesmos tipos de candidatos nem se comportam da mesma maneira frente aos incentivos institucionais. Esse reconhecimento tem levado essas investigações a incluírem outros fatores, especialmente partidários e contextuais, que somados ao marco institucional apresentam maior pode explicativo.

Neste capítulo, seguimos essas premissas para discutir como variáveis partidárias, contextuais e legais no Brasil criaram um ambiente que produziram distintos tipos de processos de seleção de candidatos e, desse modo, influenciam o comportamento político dos atores partidários durante a campanha eleitoral e, quando eleitos, nas arenas governativas.

Discutidos os efeitos dos procedimentos e das respectivas dimensões analíticas do processo de seleção de candidatos investigados pela literatura especializada, descreveremos a seguir o contexto institucional e eleitoral que vem norteando essa atividade partidária no caso brasileiro.

*O contexto institucional e eleitoral do processo de seleção no Brasil: as eleições de 2010*

De acordo com a análise das regras que balizam o processo de seleção de candidatos a cargos eletivos no Brasil, essa atividade vem sendo normatizada tanto pelas legislações partidárias e eleitoral,[3] quanto pelos estatutos dos partidos investigados. A legislação eleitoral nacional estabelece as seguintes condições de *elegibilidade*: nacionalidade, idade mínima (de 21 anos para deputado federal), alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição do candidato, filiação partidária um ano antes da data fixada para as eleições e não ter causas penais pendentes. A Lei eleitoral brasileira, portanto, obriga a apresentação de candidaturas somente por meio dos partidos, restringindo o monopólio da representação política aos agentes partidários. Em princípio, portanto, esse monopólio partidário, ao garantir o controle das lideranças sobre oportunidades de acesso a postos para aspirantes a carreiras políticas, permite a seus dirigentes a imposição de lealdades e de manter relações hierárquicas.

A legislação eleitoral (Lei 9504/97) também estipula no capítulo sobre as convenções para escolha de candidatos que *As normas para a escolha e substituição dos candidatos e para a formação de coligações serão estabelecidas no estatuto do partido, observadas as disposições desta Lei* (Artigo 7º). Já que são os partidos que formulam as regras de seleção de candidatos por meio de seus estatutos, faz-se necessário sua verificação para ver se existem mais restrições além daquelas ditadas pela lei.

No que diz respeito ao PFL/DEM, o estatuto dispõe que:

Artigo 8º. Para participar das *Convenções e demais atos partidários*, com direito a votar e ser votado, o *eleitor deverá estar filiado ao PFL/DEM até cinco dias antes do evento*, excluído o dia da sua realização.

No entanto, para participar do processo de seleção dos candidatos a cargos públicos, vale a legislação eleitoral. O artigo 9º. Para concorrer a cargo eletivo o eleitor deverá estar filiado ao PFL/DEM no prazo estabelecido na legislação eleitoral vigente".

Já no PSDB, o estatuto informa que:

Artigo 14. *São direitos dos filiados:*

---

[3] Para a análise das regras eleitorais foram consultados o Código eleitoral, Coleção Saraiva de Legislação, São Paulo, Ed. Saraiva, 2002 e a Constituição de 1988.

[...]

III - *votar e ser votado para os órgãos do Partido;*

§1° – Somente poderá votar e ser votado o filiado que contar, no mínimo, *6(seis) meses de filiação, excetuados os casos de constituição do primeiro Diretório Municipal ou Zonal, ou nos de dissolução ou extinção de Diretório, quando poderá participar da convenção, convocada pela Comissão Provisória, com todos os direitos que lhe são atribuídos, o filiado que contar, no mínimo, com 30 dias de filiação.*

[...]

§*3° – Nenhum cidadão poderá ser escolhido como candidato do Partido a qualquer cargo eletivo se não estiver filiado, pelo menos, um ano antes da data fixada para a realização das eleições, majoritárias ou proporcionais.*

Como o PFL/DEM, o PSDB segue a legislação exigindo que os candidatos do partido sejam escolhidos entre seus membros que estejam filiados há pelo menos um ano.

O estatuto do PMDB não é diferente dos estatutos do PSDB e do PFL/DEM:

Artigo 8º. *São direitos dos filiados:*

[...]

§*2º. Somente poderá ser candidato a cargo eletivo o filiado que, na data da eleição, contar com no mínimo um ano de filiação partidária.*

Em contrapartida, no PT as restrições vão além do que exige a legislação:

Artigo 128. *São pré-requisitos para ser candidato do Partido:*

– estar filiado ao Partido, pelo menos, um ano antes do pleito;

– estar em dia com a tesouraria do Partido;

– assinar e registrar em Cartório o *Compromisso Partidário do Candidato Petista*, de acordo com modelo aprovado pela instância nacional do Partido, até a realização da Convenção Oficial do Partido.

§ 1º. A assinatura do *Compromisso Partidário do Candidato Petista*" indicará que o candidato está previamente de acordo com as normas e resoluções do Partido, tanto em relação à campanha quanto ao exercício do mandato.

§ 2º. Quando houver comprovado descumprimento de qualquer uma das cláusulas do *Compromisso Partidário do Candidato Petista*, assegurado

o pleno direito de defesa à parte acusada, o candidato será passível de punição, que poderá ir da simples advertência até o desligamento do Partido com renúncia obrigatória ao mandato.

É importante salientar que o *Compromisso Partidário do Candidato Petista* é um documento criado pelo Diretório Nacional do PT, por meio do qual o partido estabelece normas, com abrangência nacional, para o comportamento do candidato durante a campanha e depois de eleito. Esse documento é um bom exemplo dos meios elaborados pelos dirigentes petistas para fortalecerem o seu controle sobre as candidaturas e respectivas campanhas eleitorais e, também, sobre os quadros eleitos. Dentre outras regras é importante chamar atenção para as seguintes condições: todo candidato deve contribuir financeiramente com o partido, é obrigado a veicular a sigla do partido em seu material de campanha e ainda restringe o financiamento de campanha. Caso eleito, o documento reforça o caráter partidário do mandato, seja através do dever de submeter ao partido os nomes que irão compor o primeiro e segundo escalão do governo, seja por meio da formação de uma "bancada coletiva", no caso do Legislativo.

Como se vê, dentre os partidos analisados, o processo de seleção de candidatos do PT é o de maior exclusão, exigindo além da filiação por um ano, contribuição financeira, compromisso programático e aprovação pela direção partidária ou apoio de parcela dos membros. Uma das explicações para esse padrão está na sua origem, extraparlamentar, portanto, mais vinculado a diversos setores sociais, bem como ao seu perfil ideológico e estratégia organizacional.

O exame da dimensão *quem realiza a escolha* dos candidatos proporcionais e por quais sistemas de designação tem de ser feito considerando, particularmente, variáveis endógenas aos partidos. Isso porque a legislação eleitoral confere autonomia às organizações partidárias para definir suas regras internas no que tange a essa questão. Ademais, a lei estabelece mecanismos específicos para a escolha e/ou homologação das candidaturas, que são as convenções, assim como dita os prazos máximos de sua realização e registro dos candidatos nos órgãos oficiais da justiça eleitoral.[4]

Os estatutos do PFL/DEM, PMDB e PSDB não diferem muito sobre quem escolhe os candidatos do partido. Nesses partidos é a convenção

[4] Sobre as convenções partidárias, ver o artigo 7 e prazo para a realização das mesmas no artigo 8 da Lei Eleitoral de nº 9.504, de 30/9/1997.

partidária estadual que homologa a chapa apresentada. A observação da dinâmica das convenções desses partidos para as eleições de 2010 revelou que há diferenças importantes entre eles no que diz respeito à participação dos filiados nesse processo de seleção. Com relação ao PFL/DEM, a convenção funciona apenas como ato simbólico onde a lista partidária é homologada pelos presentes sem que haja menção dos componentes e mesmo sem qualquer discussão sobre possíveis nomes a serem incluídos na lista previamente elaborada pelos dirigentes partidários. Trata-se, portanto, de um sistema de nomeação puro, ou seja, os candidatos integrantes da lista do PFL/DEM não passam por um processo de aprovação, configurando-se os processos mais exclusivos.

Já no que diz respeito ao PMDB e ao PSDB, a participação dos filiados nas convenções e, portanto, na homologação da chapa partidária se dá de maneira mais ampla. Isso porque nesses dois partidos, embora a lista partidária também já chegue fechada na convenção, isto é, não há nenhuma discussão na sua montagem com a massa dos convencionais, estes participam do processo de homologação aprovando ou não a lista de candidatos previamente escolhida pela cúpula partidária. Em função disso estamos diante também de um sistema de indicação, embora relativamente mais inclusivo uma vez que é acompanhado por um processo de aprovação dos delegados. Esse processo de consulta ao convencional parece, em última análise, que acaba restringindo em algum grau a margem de manobra dos líderes organizativos, o que implica esforços contínuos por parte destes últimos para manter e ampliar o número de adeptos sob sua influência. Normalmente outras questões relacionadas às estratégias eleitorais são colocadas na cédula de votação para o convencional se posicionar. Pode, por exemplo, haver consulta sobre a realização ou não de coligações com determinados partidos tanto para os cargos majoritários como proporcionais.

Com relação aos dispositivos formais, a grande diferença aparece no documento do PT. Embora o resultado final do processo de seleção dos candidatos petistas somente seja conhecido na convenção estadual (no chamado *Encontro*), seu estatuto prevê o início dessa atividade de escolha no momento das indicações realizadas por diversas instâncias do partido. Isso fica explícito no artigo 129:

Artigo 129. *A Comissão Executiva da instância de direção correspondente somente examinará pedido de indicação a pré-candidatura se vier acompanhado de assinaturas ou votos favoráveis de no mínimo:*

B – *ao cargo de deputado federal:*

*B. a – 1/3 dos membros do Diretório Estadual; ou*

*B. b – 5 % das Comissões Executivas Municipais; ou*

*B. c – 1 % dos filiados no Estado; ou*

*B. d – Encontro Setorial Estadual ou Nacional.*

Como se vê, o PT, por meio de seu estatuto, se por um lado garante que amplos setores do partido participem desse processo indicando seus quadros, por outro lado, procura garantir que seus candidatos possuam alguma representatividade junto ao conjunto dos filiados, valorizando de alguma forma a democracia interna. Embora haja formalmente essa preocupação, ao longo das outras etapas um grupo mais restrito de lideranças mantém maior controle desse processo. Isso porque, conforme observação desse processo em lócus, realizada a fase das indicações, os nomes são apresentados e registrados no Diretório Estadual. Após o registro dos nomes, a Secretaria de Organização do partido (SORG) inicia um processo de consulta pessoal às pré-candidaturas que foram indicadas pelo maior número de diretórios municipais. Feita esta consulta, os nomes favoráveis à sua indicação são acatados pelos dirigentes do partido.

Mas, além disso, no caso de determinada candidatura não se mostrar viável ou eventualmente representar um setor da sociedade civil ou uma região do estado que possua outras lideranças mais influentes, inicia-se um período de "negociações" em torno de alguns nomes. Ademais, vale ressaltar que, caso a procura por legenda exceda o limite legal ou idealizado pelo partido, fica a cargo da Comissão Eleitoral efetuar os devidos cortes e propor uma chapa que será ratificada ou alterada mediante apreciação do Encontro Estadual. A formação dessa comissão eleitoral segue a proporcionalidade dos membros do Diretório Estadual, ou seja, os grupos internos que estão representados na Executiva estadual (23 membros) indicam os nomes para a composição dessa comissão, podendo coincidir ou não com os nomes que compõem a executiva estadual. A chapa proposta pela comissão eleitoral será votada pelos delegados no encontro estadual através de uma lista contendo os nomes que a comissão sugeriu e os nomes que estariam pleiteando a legenda para concorrer às eleições. Nesse último caso haverá a abertura do plenário para defesa dessas novas candidaturas e votação de cada caso.

Neste sentido, outra questão que deve ser examinada é em relação a quem pode participar das convenções e como são escolhidos. No que tange ao processo de escolha dos convencionais, observa-se diferenças entre as instâncias partidárias. Na esfera local os participantes são escolhidos por todos os filiados e nos outros casos os membros são selecionados por delegados das instâncias inferiores. Para isso, o membro precisa ter de seis meses, no caso do PMDB e PSDB, a um ano de filiação, no caso do PT.

Entre os componentes das convenções do PFL/DEM, PMDB e PSDB estão os membros dos diretórios em cada nível e os Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, Presidentes e líderes da Câmara e do Senado, o Presidente da República, Governadores e Prefeitos. É interessante observar a importância dos detentores de cargos eletivos sobre a escolha dos próximos candidatos nesses partidos. Nesse sentido, no PFL/DEM, PMDB e PSDB os deputados podem participar em mais de uma instância, isto é, são membros efetivos das convenções nas esferas nacional, estadual ou municipal. Já no caso do PT, os selecionadores dos candidatos são desde os filiados aos diretórios municipais, com suas indicações preliminares, passando pelos membros da Comissão eleitoral estadual, até os delegados eleitos para os Encontros (Convenções petistas). Nesse partido, participam também dos encontros: os membros dos respectivos diretórios, os membros dos diretórios estaduais e nacional, filiados no município e os detentores de cargos eletivos em cada nível, sem direito a voto.

Em termos normativos, portanto, vimos que os principais partidos brasileiros apesar de atuarem sob os mesmos dispositivos legais apresentam comportamentos diferenciados quanto às dimensões analisadas do processo de seleção de candidatos, o que em parte pode ser explicado pelo grau de autonomia que os agentes partidários tem sobre esse processo no que diz respeito às dimensões dos selecionadores, meios para seleção e critérios sobre os tipos de candidatos. Essas dimensões, por sua vez, devem variar conforme a magnitude da estrutura organizacional distribuída no território nacional bem como de acordo com o grau de aderência dos diversos segmentos sociais identificados com a proposta partidária.

Mas como será que os candidatos que participaram do processo de seleção das eleições de 2010 avaliam essas dimensões? Antes de checarmos o autoposicionamento desses postulantes que compuseram as listas partidárias situamos brevemente o resultado daquele processo.

Nas eleições de 2010, conforme informações da Tabela 1 que compara os resultados do processo de seleção das últimas cinco disputas para a Câmara dos Deputados, verificamos que em todo o Brasil 4.874 candidatos participaram dessa competição, o segundo maior número de postulantes das listas partidárias. Cabe chamar atenção para o fato de que desde 1994 o total de candidatos apresentados por todos os partidos, com ou sem coligação, vem crescendo, tendo o seu ápice em 2006, quando chegou a 4.956 postulantes. Ao contrário dessa tendência de aumento no âmbito geral, o total de candidatos apresentados pelos cinco maiores partidos vem diminuindo a cada pleito, o que indica que, apesar da legislação eleitoral permitir grande número de candidatos por lista partidária,[5] essa não vem sendo a estratégia adotada ao menos pelos partidos examinados neste estudo. A observação das listas partidárias desses partidos confirma essa suposição e revela outro dado muito importante: nenhum deles apresentou o número máximo de candidatos nos pleitos avaliados.

[5] De acordo com a Resolução 22.717, art. 22 da Legislação Eleitoral, cada partido político poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher (Lei nº 9.504/97, art.10, caput). No caso de coligações, independentemente do número de partidos políticos que a integrem, poderão ser registrados candidatos até o dobro do número de lugares a preencher (Lei nº 9.504/97, art. 10,§ 1º).

Tabela 1. Número de candidatos a deputado federal, Brasil (1994-2010)

| | 1994 | | | 1998 | | | 2002 | | | 2006 | | | 2010 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Homens | Mulheres | **TOTAL** | Homens | Mulheres | **TOTAL** | Homens | Mulheres | **TOTAL** | Homens | Mulheres | **TOTAL** | Homens | Mulheres | **TOTAL** |
| PT | 89,8 | 10,2 | **373** | 87,8 | 12,2 | **328** | 86,3 | 13,7 | **422** | 87,6 | 12,3 | **351** | 79,1 | 20,9 | **339** |
| PMDB | 94 | 6 | **399** | 87,7 | 12,3 | **350** | 89,1 | 10,9 | **322** | 88,5 | 11,5 | **340** | 83,2 | 16,8 | **340** |
| PSDB | 93,8 | 6,2 | **272** | 90,8 | 9,2 | **292** | 88 | 12 | **275** | 85,1 | 14,9 | **308** | 79,6 | 20,4 | **274** |
| PFL/DEM | 97 | 3 | **236** | 92 | 8 | **276** | 90,9 | 9,1 | **230** | 88,1 | 11,9 | **227** | 89 | 11 | **191** |
| PP/PPB | 94,7 | 5,3 | **266** | 92,4 | 7,6 | **289** | 94,3 | 5,7 | **194** | 92 | 8 | **175** | 82,5 | 17,5 | **200** |
| Total de candidatos dos cinco partidos | 93,5 | 6,5 | **1.546** | 90 | 10 | **1.535** | 89,1 | 10,9 | **1.443** | 87,9 | 12,1 | **1.401** | 82,1 | 17,9 | **1.344** |
| Total geral de candidatos | 93,8 | 6,2 | **3.036** | 88,8 | 11,2 | **3.451** | 89 | 11,4 | **4.296** | 87,3 | 12,7 | **4.956** | 81,9 | 19,1 | **4.874** |
| Número de vagas permitido por listas partidárias | 694 | | | 694 | | | 694 | | | 694 | | | 694 | | |

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados primários do TSE.

Por fim, outra informação importante dos resultados dos processos de seleção examinados se refere ao aumento paulatino, ainda que pequeno, do número de mulheres que vem figurando nessas listas partidárias. Nesse sentindo, as eleições de 2010 apresentou o maior contingente feminino para a Câmara, chegando a quase 20 % dos candidatos apresentados. Entre os maiores partidos, o PT e o PSDB foram os partidos que mais contribuíram para esse aumento.

## Avaliando dimensões do processo de seleção: autopercepção dos candidatos a deputado federal nas eleições de 2010

A partir da autopercepção dos candidatos entrevistados duas hipóteses serão checadas nesta seção.[6] A primeira é a de que partidos mais a esquerda possuem processos de seleção mais inclusivos do que os partidos de centro e de direita. A segunda é a de que a seleção nos partidos de esquerda fomenta lealdades partidárias.

Para checar essas hipóteses supomos que os partidos de esquerda – no caso aqui somente o PT –, por conta de um processo de seleção com maior presença de instâncias partidárias, apresentam perfis de candidaturas mais leais aos partidos, ao mesmo tempo em que partido(s) de direita – aqui representada pelo DEM, estabelecem seus vínculos baseados em relações pessoais com os selecionadores. Para os dois partidos de centro – PMDB e PSDB –, pressupomos que exista um misto entre esses dois perfis, ora candidatos mais atrelados à organização partidária, ora à relações diretas com determinadas lideranças do partido.

A hipótese lançada por Rahat e Hazan (2010:21) é que partidos de esquerda apresentem simultaneamente processos de seleção de candidatos tanto mais exclusivos, quanto mais partidários. Por outro lado, partidos à direita apresentariam processos de seleção mais exclusivos e pouco partidários. E partidos de centro, processos inclusivos e pouco partidários. Por processos de seleção mais partidários entendemos aqueles onde a participação de instâncias funcionais do partido é evocada para decidir quais candidatos poderão figurar nas listas partidárias. Já processos de

[6] A pesquisa "Como se faz um deputado: a seleção de candidatos a deputado federal nas eleições de 2010" resultou da aplicação de questionário a 120 candidatos a deputado federal nas eleições de 2010 dos partidos políticos: PT (30 casos), PMDB (30 casos), PSDB (30 casos) e DEM (30 casos). A coleta desses dados foi feita nos seguintes estados da Federação: Pará (16 casos, 13,3 % do total), Sergipe (9 casos, 7,5 %), São Paulo (39 casos, 32,5 %), Rio de Janeiro (13 casos, 10,8 %), Paraná (21 casos, 17,5 %) e Rio Grande do Sul (22 casos, 18,3 %).

seleção não partidários são aqueles nos quais o peso da indicação de uma ou mais lideranças do partido é central para a composição final das listas.

### *Autopercepção dos candidatos sobre o processo de seleção: quem os seleciona*

O exame da visão geral dos candidatos acerca do processo de seleção realizado por seus respectivos partidos revela que essa atividade é avaliada como *democrática* por 63 % dos entrevistados. Além disso, de acordo com as informações da Tabela 2, essa é a primeira característica citada pela maioria dos candidatos, sendo, portanto, vista como um processo inclusivo tanto em relação a quem seleciona como a quem pode ser candidato. Entre os partidos analisados, os candidatos petistas (34 %), seguidos pelos peemedebistas (29,5 %) são os que mais definem esse processo como democrático. Em contrapartida, está entre os candidatos demistas o menor percentual (22 %) daqueles que consideram esse processo democrático. Percepção explicada, como veremos a seguir, pela baixa participação dos filiados desse partido na seleção daqueles que irão compor a lista partidária.

Tabela 2. Principais características do processo de seleção dos Partidos, segundo os candidatos (%)

| | | Característica 1 | Característica 2 | Característica 3 |
|---|---|---|---|---|
| | Democrático | **63** | 6,50 | 8,90 |
| | Competitivo | 14,3 | **33,3** | 24,4 |
| | Hierárquico | 7,6 | 17,6 | 13,3 |
| | Burocrático | 3,4 | 11,11 | 17,80 |
| | Centralizado | 4,2 | 11,10 | 14,40 |
| | Descentralizado | 7,6 | 20,40 | **21,20** |
| | Total | 100 | 100 | 100 |
| Missing | NR/NS | 0,80 | 10 | 25 |
| | Total N | 120 | 120 | 120 |

Fonte: Centro de Estudos dos Partidos Políticos Latino Americanos – Ceppla/UFSCar. A pergunta feita para os candidatos foi: *Sobre o processo de seleção de candidatos em seu partido, o senhor diria que o mesmo é?*

Já para 33 % de todos os entrevistados o segundo aspecto que caracteriza esse processo intrapartidário é a *competitividade* entre os postulantes para conseguir uma vaga na lista.  Entre esses candidatos, para os petistas (28 %), vindo logo em seguida os peessedebistas (25 %), esse é o segundo aspecto que mais qualifica essa atividade partidária. Todavia, para 23,4 % dos democratas essa é a principal característica do processo de seleção pelos quais foram selecionados.

E a terceira característica apontada por 21,2 % dos entrevistados, diz respeito à *descentralização* desse processo, o que está de acordo com a dinâmica federativa do país. Dentre os partidos, os petistas (19,5), seguidos dos peessedebistas (17,5) foram os candidatos que mais apontaram essa característica. Os peemedebistas ficam muito próximos, com quase 17 %. Enquanto os demistas apresentam a taxa mais baixa (9,1). No entanto, verificamos que entre os postulantes desse último partido o processo de seleção é percebido como sendo centralizado para quase 17 % dos candidatos e hierárquico para 19,5 %. Em contraste, para os petistas a seleção de candidatos é avaliada como sendo centralizada e hierárquica por apenas 6 % dos candidatos entrevistados, respectivamente.

Como vimos na seção anterior, essas percepções refletem claramente as regras estatutárias dos respectivos partidos no que diz respeito às dimensões analíticas investigadas. Enquanto o PT apresentou um processo de seleção mais inclusivo no que diz respeito à participação dos membros na realização do processo de seleção e mais exclusivo quanto às exigências para um filiado sair candidato por essa legenda, no DEM, verificamos que o processo é centralizado, ou seja, a seleção se faz por apenas um líder e os demais filiados apenas homologam a lista fechada nas Convenções. Já no PMDB e no PSDB a seleção inclui mais membros, ficando os dois partidos num espaço intermediário.

Nesse sentido, para checarmos a primeira hipótese e, assim, avaliarmos o quão inclusiva é a seleção de candidatos no Brasil, segundo a autopercepção dos candidatos, perguntamos aos mesmos: *Tendo em vista sua experiência durante o processo de seleção de candidatos a deputado federal em seu partido, o senhor diria que o processo é feito em sua maior parte por quais desses segmentos?*.

Como podemos ver na Tabela 3, segundo os entrevistados, a seleção de candidatos no Brasil é realizada majoritariamente por delegados eleitos pelos filiados por estado e membros das Executivas por meio da

votação nas convenções partidárias, respectivamente, 31 % e 36,3 %. A participação direta dos filiados na decisão final da composição da lista partidária é relativamente pequena e a indicação por órgãos externos[7] ao partido não chega a 3 %.

Tabela 3. Quem e como seleciona os candidatos e grau de inclusão (%)

| | % | Selecionadores | % acumulado |
|---|---|---|---|
| **Voto** dos filiados do partido | 9,7 | Filiados | 19,4 |
| **Indicação** de filiados | 9,7 | | |
| **Indicação** de associações ou instituições ligadas ao partido | 2,7 | Base Social | 2,70 |
| **Voto** por delegados e/ou representantes eleitos do partido | 23 | Voto de Representantes | **31** |
| **Voto** de lideranças e/ou Executiva do partido | 8 | | |
| **Indicação** de lideranças regionais | 24,8 | Indicação Líderanças | **36,3** |
| **Indicação** da Executiva | 11,5 | | |
| **Indicação** de um único líder do partido | 10,6 | Indicação Líder | 10,6 |
| Total | 100 | | 100 |
| Missing: NS/NR | 5,8 | | |
| Total N | 120 | | |

Fonte: Ceppla/UFSCar.

Nesse sentido, a partir da constatação de que os responsáveis pela seleção de candidatos são em sua maioria lideranças eleitas e não eleitas dos próprios quatro partidos examinados, estabelecemos que essa dimensão apresenta um padrão intermediário de inclusividade.[8] Com-

[7] As respostas quanto à participação de instituições externas nos partidos é um aspecto que deve ser relativizado tendo em vista a principal fonte dessas informações: os próprios candidatos. Isso porque a legislação eleitoral brasileira proíbe a relação entre partidos e instituições externas quanto ao financiamento dos primeiros.

[8] É importante salientar o fato de que a seleção na prática ocorre de forma sortida (*assorted*, conforme Rahat e Hazan, 2010) no Brasil, sendo o mesmo *pool* de candidatos selecionados por diversos filiados e de diferentes formas no mesmo partido.

parativamente, portanto, os principais atores partidários no Brasil, não são tão inclusivos quanto as primárias abertas americanas, nem são tão exclusivo quanto as indicações realizadas pelos partidos mexicanos.[9]

Mas, e quanto aos selecionadores analisados de cada partido examinado há alguma distinção? Conforme informações da Tabela 4 as hipóteses se confirmam. Como podemos verificar, na esquerda, representada pelo PT, são os delegados ou representantes eleitos do partido quem decide quem vai figurar na lista final, chegando a 65,5 % das respostas dos candidatos. Esse padrão está de acordo com a hipótese inicialmente colocada acerca dos partidos de esquerda, nos quais a participação mais ampla de seus membros, por meio de votações, nas decisões das instâncias partidárias é predominante em relação a modos de seleção realizados por um único líder. No extremo ideológico oposto, no DEM quem seleciona a maior parte dos seus candidatos são seus lideres. Entre os entrevistados desse partido, quase 50 % afirmaram terem sido indicados por algum líder do partido (somatória da seleção por líderes, executiva e líder único). Tal achado reforça a hipótese de que em partidos à direita do espectro ideológico, os líderes tem mais peso no estabelecimento de lealdades.

Tabela 4. Quem e como seleciona os candidatos à Câmara dos Deputados, por partido, eleições de 2010 (%)

| | DEM | PMDB | PSDB | PT | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Voto** dos filiados do partido | 10,7 | 10,7 | 10,7 | 6,9 | 9,7 |
| **Indicação** de filiados | 0,0 | 17,9 | 10,7 | 10,3 | 9,7 |
| **Indicação** de associações ou instituições ligadas ao partido | 3,6 | 0,0 | 3,6 | 3,4 | 2,7 |
| **Voto** por delegados e/ou representantes eleitos do partido | 7,1 | 0,0 | **17,9** | **65,5** | 23,0 |
| **Voto** de lideranças e/ou Executiva do partido | 10,7 | 3,6 | 10,7 | 6,9 | 8,0 |
| **Indicaçã**o da Executiva | 14,3 | **21,4** | 7,1 | 3,4 | 11,5 |
| **Indicaçã**o de um único líder do partido | **25,0** | 10,7 | 7,1 | 0,0 | 10,6 |
| Total N= | 28 | 28 | 28 | 29 | 113 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Coeficiente de Contingência=0,592 e Sig=0,000 | | | | | |

Fonte: Ceppla/UFSCar.

[9] Para uma revisão sobre esses casos ver Hazan e Rahat, 2010, em especial capítulo 2.

Já para os partidos de centro, PMDB e PSDB, notamos uma distribuição mais equânime em relação a quem seleciona os candidatos. No caso dos entrevistados do PMDB, enquanto quase 29 % deles se dizem selecionados pelos filiados (somatória do voto e indicação de filiados), 25 % foram selecionados por delegados e lideranças da Executiva e quase 11 % indicados por um único líder. Já entre os candidatos do PSDB, um pouco mais de 21 % se dizem selecionados por filiados, quase 36 % foram selecionados por delegados e membros da executiva e apenas 7 % foram indicados por um único líder partidário. Contudo, cabe salientar que há uma diferença importante entre esses dois partidos, conforme revela a Tabela 5 abaixo: enquanto no PSDB 39 % dos candidatos entrevistados responderam que a forma de seleção é por votação dos membros partidários, no PMDB, quase 86 % disseram que o meio predominante da escolha dos candidatos é a indicação. Assim, a seleção nos partidos de centro ocupa um espaço intermediário quanto à inclusividade, com o PSDB sendo mais inclusivo que o PMDB tanto no que diz respeito à participação de seus membros quanto a forma adotada para selecionar os filiados que vão compor a lista partidária.

*Como os candidatos são selecionados?*

Os meios usados pelos partidos para selecionar os candidatos à cargos eletivos é um outro indicador importante para checarmos nossas hipóteses quanto ao grau de participação/inclusão dos diversos membros dos partidos analisados nessa atividade eleitoral e identificar possíveis diferenças entre eles. Isso porque a verificação dessas diferentes formas revela os vários processos intrapartidários de tomada de decisões e indica tipos de relações existentes entre os membros e aderentes da organização partidária. Nesse sentido, a seleção realizada por meio de eleições internas sinalizaria um nível maior de inclusão dos filiados nesse processo decisório, sem necessariamente corresponder a alta intensidade dessa participação, segundo Katz (2001), enquanto a escolha ocorrida por um único dirigente denotaria uma estrutura decisória fechada e mais rígida.

Como podemos observar, as informações da Tabela 5 reforçam as diferenças já encontradas até aqui entre os partidos analisados.

Tabela 5. Mecanismo de seleção de candidatos por Partido Político (%)

| | Partido Político | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | DEM | PMDB | PSDB | PT | Total |
| Seleção por VOTAÇÃO | 28,5 | 14,3 | 39,3 | 79,3 | 40,7 |
| Seleção por INDICAÇÃO | 71,5 | 85,7 | 60,7 | 20,7 | 59,3 |
| Total N= | 27 | 28 | 27 | 28 | 110 |
| | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| CC = 0,695 e Sig = 0,000 | | | | | |

Fonte: Ceppla/UFSCar.

Como afirmamos anteriormente, esperávamos que partidos localizados na direita apresentassem os maiores níveis de indicação e o oposto ocorresse para a esquerda. Para o centro uma proporção mais equânime entre as formas seria o esperado, devido às origens e proximidade organizacional dos partidos examinados. Para os casos da direita e da esquerda, as hipóteses se confirmam. O DEM selecionou seus candidatos em sua maior parte, 71,5 %, por meio da indicação de um único dirigente, denotando uma organização partidária fechada e centralizada. Em contraste, a maior parte dos entrevistados do PT, 79 %, foi selecionada por meio da votação dos filiados/delegados, revelando uma estrutura partidária aberta à maior inclusão/participação dos diversos membros nesse processo decisório.

Já nos partidos de centro, como vimos acima, o PMDB apresenta a taxa mais baixa de candidatos selecionados por votação, 14 %, aproximando-se, portanto, do DEM, no que diz respeito ao tipo de estrutura partidária mais fechada e oligarquizada à participação de seus diversos membros. Enquanto o PSDB, por outro lado, apresenta percentual mais elevado de entrevistados que se disseram selecionados por votação dos delegados, 39 %. Todavia, quase 61 % dos entrevistados se disseram selecionados por indicação de algum membro do partido, revelando o PSDB como também uma organização partidária mais fechada e hierárquica, próxima ao exemplo ideal do que Hazan e Rahat chamam de seleção do tipo *assorted*, um misto em que o mesmo *pool* de candidatos é escolhido por processos diferentes em um mesmo país.

Como revela o alto coeficiente de contingência, os outros partidos também apresentam taxas mistas para os processos de nomeação de candidatos

ao legislativo, pois mesmo com um número de caso reduzido, são capazes de oferecer algum perfil comparativo entre os maiores partidos do Brasil denotando processos majoritários (ou minoritários) dentre as legendas.

Sendo assim, verificamos que o processo de seleção se configura como um indicador relevante para avaliarmos a democracia intrapartidária, demonstrando, portanto, que existem diferenças substantivas entre os partidos examinados. Além disso, apesar dessas diferenças entre os principais partidos brasileiros representantes de cada campo ideológico, os resultados analisados reforçam a tese de Braga (2007; 2009) de que os partidos políticos apresentam alto grau de controle do acesso às arenas de representação política no atual sistema político brasileiro. Os dados gerais das formas de seleção são cruciais nesse sentido, pois como vimos na Tabela 5, os percentuais de seleção por votação foram muito inferiores a seleção por indicação. Isto é, enquanto apenas 41 % dos selecionados se disseram escolhidos por votação, quase 60 % dos entrevistados afirmaram terem sido indicados para comporem as listas eleitorais.

*Critérios de seleção dos candidatos*

A última dimensão a ser examinada neste capítulo se refere aos critérios avaliados pelos selecionadores dos respectivos partidos para selecionarem aqueles filiados que poderão figurar em suas listas partidárias. Esse aspecto é importante para identificamos que tipos de candidatos e suas qualidades são valorizados pelas organizações eleitorais estudadas. Conforme nossa primeira hipótese baseada na hipótese teórica de Rahat e Hazan (2001), verificamos diferenças importantes entre os partidos representantes de cada campo ideológicos comparados na Tabela 6. Mas também são observadas semelhanças relevantes quando examinados os critérios no total de candidatos entrevistados.

Tabela 6. Critérios para a Seleção por Partido Político[10]

| | DEM | PMDB | PSDB | PT | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Conhecimento sobre o funcionamento da "política" | 13,3 | 16,7 | 16,7 | 17,2 | 16,0 |
| Recursos financeiros próprios | 16,7 | 16,7 | 13,3 | 13,8 | 15,1 |
| Domínio da oratória e retórica política | 0,0 | 0,0 | 3,3 | 0,0 | 0,8 |
| Possuir bom trânsito no partido | 0,0 | 10,0 | 0,0 | **17,2** | 6,7 |
| Possuir boa densidade eleitoral | 16,7 | 20,0 | **23,3** | 17,2 | **19,3** |
| Boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política | 20,0 | 20,0 | **33,3** | 3,4 | **19,3** |
| Firmeza ideológica | **16,7** | 6,7 | 3,3 | 6,9 | 8,4 |
| Apoio de movimentos sociais e de base | 10,0 | 3,3 | 0,0 | **17,2** | 7,6 |
| Disponibilidade (tempo) | 3,3 | 6,7 | 6,7 | 0,0 | 4,2 |
| Outras | 3,3 | 0,0 | 0,0 | 6,9 | 2,5 |
| N | 30 | 30 | 30 | 29 | 119 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte:Cepla/UFSCar
CC= 0,483 e sig= 0,111

No que diz respeito às diferenças entre os partidos, as informações acima revelam que o PT, na esquerda, é o partido que mais apresenta candidatos que responderam terem sido selecionados por terem características relacionadas à sua vida pregressa na organização partidária, nos movimentos sociais e nos seus vínculos ideológicos com a proposta programática, somando 41 %. E, entre os aspectos mais citados pelos candidatos entrevistados dos outros partidos, o aspecto *boa reputação pessoal e profissional,* é um dos mais baixos entre os candidatos petistas, indicando ainda uma forte tendência do partido para valorizar entre seus candidatos àqueles que possuem maiores laços com a estrutura organizacional. Já no DEM, na direita, as características com maior peso somam quase 67 %, são justamente aquelas que mais possibilitam ao partido agregar

[10] A pergunta realizada para estes dados foi: "Quais as principais características que o senhor julga serem as mais importantes *para ser candidato* a Deputado Federal?".

candidatos com maior potencial de angariar votos. Mas, entre os candidatos demistas existem parcelas relevantes que indicaram que foram selecionados justamente por apresentarem duas características geralmente mais relacionadas aos partidos na esquerda: possuir firmeza ideológica (quase 17 %) e, ter vínculos com movimento sociais e de base (10 %), o segundo maior percentual de entrevistados entre os partidos examinados nesse quesito. Fato revelador do efeito contágio das estratégias partidárias de partidos de pertencimento a campos ideológicos opostos em face de contextos socioeconômicos bastante desiguais.

Nos partidos de centro há distribuição bastante semelhante entre os critérios pessoais dos candidatos com maior peso para os selecionadores. Como podemos verificar nos dois partidos esses aspectos chegam, a um pouco mais de 74 % no caso do PMDB, e quase chegam a 87 % no caso do PSDB (somatório da reputação pessoal, densidade eleitoral, ter recursos financeiros e ter conhecimento do funcionamento da política). As características dos candidatos privilegiadas por esses partidos os aproximam mais do partido da direita, o DEM, pois como vimos também são seus candidatos que apesentam maiores percentuais nesses mesmos aspectos.

No entanto, como podemos observar, de uma forma geral os critérios privilegiados pelos selecionadores, segundo os candidatos entrevistados, são aqueles que mais estão relacionados com a competição eleitoral pela disputa dos votos, chegando a quase 39 % dos aspectos mais citados (somatório de ter *boa densidade eleitoral e reputação pessoal/prestígio profissional fora da vida política*). Outros dois aspectos bastante citados pelos entrevistados foi *ter conhecimento do funcionamento da política* (16 %), seguido de *ter recursos financeiros próprios* (15 %). Esses quatro aspectos juntos chegam a 70 % dos entrevistados, indicador revelador do quanto esses partidos se aproximam quanto ao tipo de candidato que estão selecionando para representa-los na arena Legislativa, independente do campo ideológico que pertençam.

Em síntese, esses dados demonstram, portanto, que há diferenças entre os partidos investigados no que se refere às três dimensões analisadas do processo de seleção de candidatos à Câmara dos Deputados. Nesse sentido, seria o PT, na esquerda, mais inclusivo, em seguida viriam os partidos de centro, o PSDB e o PMDB, ocupando uma posição intermediária, e no outro extremo, na direita, o DEM. Como vimos, é baixa a participação dos filiados durante o processo de seleção do DEM, um pou-

co maior no PMDB e PSDB e acentuada no PT. No entanto, cabe chamar atenção para o fato de que seria de se esperar que em partidos mais programáticos a participação de filiados regulares do partido apresentasse maior intensidade, inclusive no PT, devido especialmente a sua origem externa e estrutura organizacional mais permanente. Entretanto, como salienta  Katz (2001:284), a participação de filiados no processo de seleção tende a produzir muito mais um jogo de poder entre as elites internas do partido (essencialmente no modelo cartel) do que uma distribuição equânime do conflito entre os diversos segmentos que conformam aquela organização partidária. Para Katz quando a seleção de candidaturas é realizada (ou com a participação de filiados em alguma medida reduzida) podemos observar uma tendência de que o partido dilui as escolhas à base, transformando o processo numa mera consulta ou homologação das escolhas da elite. Ou seja, a participação de filiados seria uma forma de dissolver a capacidade organizativa do partido, oferecendo maior mobilidade à elite partidária. Mas, em partidos programáticos ou partidos com origem de massa, grupos funcionais exerceriam o equilíbrio entre o partido na base (*party on the ground*) e as elites da agremiação. Ou seja, a seleção realizada por delegados ou membros eleitos (órgãos funcionais) confere poder a estes, o que obriga às elites ter uma escolha negociada e aprovada por tais instâncias.

## Buscando explicações para as possíveis causas das diferenças dos processos de seleção a cargos eletivos

Conforme demonstramos nas seções anteriores, de acordo com as autopercepções dos postulantes entrevistados, os partidos brasileiros apresentam diferenças quanto às dimensões analisadas sobre o processo de seleção de candidatos à Câmara dos Deputados. Uma das possíveis explicações para esse comportamento diferenciado está no perfil ideológico desses partidos. Enquanto nos partidos de centro e de direita existe primazia de lideranças desde a fundação (pois são partidos de origem interna ao Congresso Nacional para utilizar a terminologia duvergeniana); o partido da esquerda, de criação externa, por ter maior aderência da sociedade civil organizada, permite que a massa de filiados partidária tenha espaço e voz na dinâmica da representação política.

Para além do perfil ideológico dos partidos políticos examinados, verificamos o impacto de dois aspectos organizacionais que supomos que

também afetam o maior grau de participação dos membros petistas em contraposição aos demais partidos investigados. As variáveis *tempo de filiação prévio à candidatura* e o *pertencimento a outros partidos* serão examinadas com esse fim.

Como podemos verificar na Tabela 7, o teste Anova para *o tempo de filiação* dos candidatos previamente a sua candidatura nas eleições de 2010 revela que existe uma diferença significativa entre os partidos dos candidatos entrevistados. Nesse sentido, o *p value* de 0,002 expressa que a comparação do tempo de filiação de *pelo menos um* partido em relação aos outros se verifica relevância estatística nos dados.

Tabela 7. Tempo de filiação por Partido Político (Anova)

| | Sum of Squares | df | Mean Square | F | Sig. |
|---|---|---|---|---|---|
| Between Groups | 1380,358 | 3 | 460,119 | 5,322 | **0,002** |
| Within Groups | 9769,949 | 113 | 86,46 | | |
| Total | 11150,308 | 116 | | | |
| N=120 | | | | | |

Fonte: Ceppla/UFSCar.

A fim de descobrir em qual ou quais partidos existe constraste na proporção do tempo de filiação, rodamos um teste *PostHoc* Bonferroni de Anova. A Tabela 8 apresenta os resultados.

Tabela 8. *PostHoc* Anova – Bonferroni

| | | | | | 95 % Confidence Interval | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Mean Difference (I-J) | Std. Error | Sig. | Lower Bound | Upper Bound |
| DEM | PMDB | -0,931 | 2,442 | 1,000 | -7,49 | 5,63 |
| | PSDB | 0,016 | 2,421 | 1,000 | -6,49 | 6,52 |
| | PT | -8,207* | 2,442 | 0,006 | -14,76 | -1,65 |
| PMDB | DEM | 0,931 | 2,442 | 1,000 | -5,63 | 7,49 |
| | PSDB | 0,947 | 2,421 | 1,000 | -5,56 | 7,45 |
| | PT | -7,276* | 2,442 | 0,021 | -13,83 | -0,72 |
| PSDB | DEM | -0,016 | 2,421 | 1,000 | -6,52 | 6,49 |
| | PMDB | -0,947 | 2,421 | 1,000 | -7,45 | 5,56 |
| | PT | -8,223* | 2,421 | 0,006 | -14,73 | -1,72 |
| PT | DEM | **8,207*** | 2,442 | **0,006** | 1,65 | 14,76 |
| | PMDB | **7,276*** | 2,442 | **0,021** | 0,72 | 13,83 |
| | PSDB | **8,223*** | 2,421 | **0,006** | 1,72 | 14,73 |

* The mean difference is significant at the 0.05 level.
N=120 – Fonte: Ceppla/UFSCar.

Conforme as informações da Tabela 8, somente para o caso do PT em relação aos outros três partidos é que constatamos alterações estatisticamente significativas. No que se refere ao DEM, o perfil mais personalista das relações identificadas no processo de seleção, realizada majoritariamente por indicação e por um único dirigente, pode ser explicado por um foco nas personalidades políticas ao invés da organização partidária como um todo. O baixo tempo de filiação dos candidatos demistas indica que não é preciso recorrer ao partido como fonte de recrutamento e que a entrada lateral se dá também dentre os candidatos. Esse é um aspecto que corrobora com os achados de Marenco dos Santos e Serna (2009)

em trabalho que compara o recrutamento diferenciado entre esquerda e direita no Brasil, Argentina, Uruguai e Chile. O PSDB e o PMDB apresentam perfis parecidos (seleção privilegiando processos de indicação e com alguma participação de filiados, ainda que tendo a elite como ator principal) nos quais o tempo prévio de filiação em relação ao PT parece contar menos, indicando traços de personalismo político e seleção centrada nos candidatos, conforme Samuels (2009) e Nicolau (2007) já indicaram. Diferentemente desses partidos, no PT o pertencimento à estrutura organização ainda é um critério importante para integrar à lista partidária.

Com o objetivo de avaliar qual é o grau de pertencimento ao partido de quem estava disputando uma cadeira na Câmara no pleito de 2010, perguntamos aos candidatos se haviam passado por outros partidos anteriormente (Tabela 9).

Tabela 9. Pertencimento a outro Partido (%)

| | Partido Político | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | DEM | PMDB | PSDB | PT | Total |
| Não | 56,7 | 43,3 | 33,3 | 90,0 | 55,8 |
| Sim | 43,3 | 56,7 | 66,7 | 10,0 | 44,2 |
| N | 30 | 30 | 30 | 30 | 120 |
| | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Ceppla/UFSCar – CC= 0,396 e p value = 0,000.

A Tabela 9 demonstra que o estabelecimento de lealdades entre os partidos políticos ocorre de forma diferenciada, mesmo em casos de predominância de candidaturas centradas no candidato, como o caso brasileiro. O DEM, por exemplo, selecionando candidatos com tempo inferior de filiação prévia a sua candidatura (diferença de média de 8,203), conforme visto acima, revela que a lista partidária pode ser organizada com baixo tempo de filiação, visto que 56,7 % dos candidatos desse partido não pertenceram a outro partido. Existe no DEM, portanto, uma combinação entre baixo tempo de filiação com não pertencimento a outro par-

tido que faz com que o DEM seja o partido mais propenso ao recrutamento lateral e exógeno, reforçando candidaturas baseadas em reputação pessoal e fora de vida política. Por causas que não o sistema partidário, entendemos que o DEM coaduna com o achado empírico de Samuels (2009).[11] Ou seja, o dado apresentado sobre o baixo tempo de filiação prévia, combinado com o não pertencimento a outro partido revela um perfil calcado em reputações pessoais e alheio à organização partidária.

No caso do PMDB os valores invertem-se quando comparado ao DEM. Mesmo tendo um perfil de escolha bastante exclusivo, o PMDB recruta parte de seus candidatos em outros partidos, mostrando que existe um elemento de profissionalização política. Ou seja, os candidatos peemedebistas, mesmo que não tenham carreira interna, possuem tempo de dedicação à vida política.

Supomos que isto deva está relacionado com a baixa institucionalização do partido como organização nacional autônoma, dando espaço para líderes regionais atuarem de forma deliberada em relação a uma suposta diretriz nacional do partido. Ainda é importante salientar que o valor de diferença de médias de 7,276 encontrado no teste de Bonferroni em relação ao PT, mostra que o PMDB é o partido que tem o segundo maior tempo de filiação entre seus candidatos ao legislativo nacional, dimensão explicada por ser um dos partidos mais antigos do sistema partidário brasileiro. Ou seja, o recrutamento no PMDB tem um elemento de exogenia, mas ao mesmo tempo não é baseado em reputações pessoais dentro da atividade política.

O PSDB combina pouco tempo de filiação (Bonferroni de 8,233 em relação ao PT) com altos níveis de filiação prévia a outro partido. É o caso que se aproxima do PMDB, porém a grande migração pode ser explicada pela criação por cisão do partido resultante do racha interno do próprio PMDB na constituinte de 1987-1988.

Como já apontado por outros estudos (Braga, 2006; Kinzo, 2007; Amaral, 2009) o PT é o partido que apresenta uma estrutura organizacional que o diferencia dos demais partidos analisados. O que demonstramos neste capítulo é que essa organização tem também afetado o tipo

[11] Samuels afirma que o sistema político brasileiro tende a produzir candidatos centrados em suas reputações pessoais e pouco vinculados às disposições dos partidos. Isso seria causado pelo suposto alto nível de competitividade intralista, eleições focadas no executivo e coligações proporcionais que levam ao fenômeno conhecido como “partido de aluguel”.

de processo de seleção de seus quadros parlamentares. Seus candidatos são os que passam a maior quantidade de tempo dentro do partido para poderem compor a lista eleitoral e ao mesmo tempo não foram filiados a outros partidos em 90 % dos casos. Isso reafirma dois aspectos já enfatizados pela literatura brasileira: o alto nível de organicidade do partido e a forma endógena e vertical de seleção de candidatos.

Ao contrário das expectativas aventadas pelos estudiosos do sistema político brasileiro, os partidos fazem a diferença no momento da composição de suas listas, como já demonstrado por Braga (2006) e muitas vezes contornam as determinações supostas pelo jugo eleitoral dando maior peso e autonomia às regras internas de funcionamento da organização.

Os dados apresentados nesta última parte podem ser entendidos como causas e consequências da disputa interna para a formação das listas de candidatos. O modelo cíclico, isto é, no qual a seleção de candidatos é apresentada como variável independente nos primeiros achados e como variável dependente na apresentação das causas dos comportamentos, nos parece mais apropriado para mostrar que tempo de filiação, lealdade ao partido, *selectorate* e inclusividade são elementos que andam juntos nos partidos políticos. A seleção de candidatos é, portanto, apenas um processo desse jogo em que são expressas as tensões, lutas e decisões que revelam como uma organização se retroalimenta a partir dos diferentes atores, contextos e procedimentos envolvidos.

## Considerações finais

O objetivo deste capítulo foi analisar dimensões do processo de seleção da classe política brasileira por meio das autopercepções dos candidatos a Câmara dos Deputados dos maiores partidos de cada campo ideológico: à esquerda o PT, ao centro, PSDB e PMDB e, à direita, o DEM, nas eleições de 2010. Para isso duas questões moveram este estudo: 1) Qual é a autopercepção dos candidatos sobre quem os seleciona, como esse processo ocorre e quais critérios são usados para selecioná-los? 2) Existem tipos diferentes de processo de seleção entre os maiores partidos de cada campo ideológico: DEM, à direita, PMDB e PSDB, ao centro e, PT, à esquerda? Para verificarmos essas questões duas hipóteses foram checadas. A primeira, baseada na hipótese teórica de Rahat e Hazan (2010), é a de que partidos mais a esquerda possuem processos de seleção mais inclusivos do que os partidos de centro e de direita. A segunda defende que a seleção nos partidos de esquerda fomenta lealdades partidárias.

De acordo com as informações analisadas chegamos a quatro conclusões importantes acerca das dimensões examinada.

A primeira é que de fato existem diferentes processos de seleção de candidatos, e que tais distinções estão relacionadas às exigências de seus modelos de origem e ao campo ideológico que os partidos políticos examinados se dizem mais próximos. As hipóteses estabelecidas nesse sentido se comprovam.

A segunda é que os principais partidos brasileiros apresentam formas mistas de seleção de candidatos. Como vimos, à exceção do DEM, nos demais partidos os mesmos pré-candidatos passam por diferentes formas de escolha, até as listas de postulantes chegarem às convenções e serem votadas pelos respectivos delegados representantes das instâncias partidárias estruturadas pelas diversas regiões do estado.

Em terceiro lugar, seguindo a análise de Panebianco (2005), podemos afirmar que a origem dos partidos brasileiros investigados propiciou consequências indeléveis nas dimensões analisadas, revelando que as decisões tomadas ainda no seu nascedouro tem impacto sobre os procedimentos que irão adotar no futuro. Tais processos têm, inclusive, impactado nas formas e graus de intensidade da participação dos diversos membros nas decisões intrapartidária.

Por fim, verificamos que os partidos analisados têm seguido as determinações legais e, ao mesmo tempo, têm criado procedimentos próprios, pois são autônomos, segundo a legislação eleitoral, tanto no que diz respeito a *quem pode selecionar* os candidatos, quanto *à forma a ser adotada para escolher* quanto aos *critérios/atributos* requeridos nos postulantes para compor a lista partidária. De um lado, o DEM, selecionando seus candidatos por meio de um único líder, apresentando os procedimentos mais centralizados e hierárquicos; por outro lado, o PT, formando suas listas a partir de critérios mais inclusivos e reforçando o papel das instâncias partidárias como centros de decisão e escolha.

## Referências

AMARAL, O. Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. *Opinião Pública*. 2011.

BILLE, L. Democratizing a Democratic Procedure: Myth or Reality?. In: *Party Politics*, v. 7, 2001.

BOLOGNESI, B. Impactos do sistema eleitoral, competitividade política e recrutamento de elites: partidos políticos brasileiros e a magnitude dos distri-

tos. *Paper apresentado no V Congreso Latino Americano de Ciência Política.* Buenos Aires, 2010.

BRAGA, M. S. S. *O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro*: Padrões de Competição Política (1982-2002). São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2006.

______. Reclutamiento partidario y representación: selección de candidatos a la Cámara de Diputados en Brasil. In: FREIDENBERG, Flavia; SÁEZ, Manuel Alcántara. (Org.). *Seleccion de Candidatos, política partidista y rendimento democrático.* 1. ed. México, p. 231-252, 2009.

______. Partidos Políticos: Organização e Controle sobre a Dinâmica de Representação na Democracia Brasileira. *Paper apresentato no V Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*. Belo Horizonte, 2006.

BRAGA, M. S. S.; VEIGA, L.F.; MIRIADE, A. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 24, n. 70, São Paulo, junho de 2009.

BRAGA, M. S. S.; PRACA, P. Recrutamento partidário: seleção de candidatos a Câmara Paulistana. In: KINZO, Maria D' Alva; BRAGA, Maria do Socorro (Org.) *Eleitores e Representação partidária no Brasil*. São Paulo, Humanitas/CNPq, 2007.

CZUDNOWSKI, M. M. Legislative Recruitment under Proportional Representation in Israel: a Model and a Case Study. In: *Midwest Journal of Politcal Science*. V. 4, n. 2, p. 216-248, 1970.

______. Political Recruitment. In: GREENSTEIN, Fred I.; POLSBY, Nelson W. (Eds.). *Handbook of Political Science*, v. 2, Micropolitical Theory. Reading, MA: Addison-Wesley, 1975.

DUVERGER, M. *Political Parties*: Their Organization and Activity in the Modern State. New York: John Wiley, 1959.

EPSTEIN, L. D. *Political Parties in Western Democracies.* New York: Praeger, 1967.

GALLAGHER, M.; MARSH, M. (Eds.). *Candidate selection in comparative perspective*: the secret garden of politics. London: Sage Publications, 1988.

HAZAN, R. Y. Candidate Selection. In: NIEMI, L.; GUNTER, R.; NORRIS, P. *Comparing Democracies 2.* London, Thousand Oaks, New Delhi: SAGE Publications, 2002.

HAZAN, R. Y.; RAHAT, G. Candidate Selection. In: KATZ, R.; CROTTY, W. (Eds.). *Handbook of Party Politics.* London: Sage, 2006.

PANEBIANCO, A. *Modelos de Partido. Organização e poder nos partidos políticos.* São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HOPKIN, J. Bringing the Members Back in Democratizing Candidate Selection in Britain and Spain. In: *Party Politics*, v. 7, n. 3, 2001.

LUNDELL, K. Determinants of Candidate Selection. The degree of centralization in comparative perspective. In: *Party Politics*, v. 10, n.1, 2004.

SANTOS, A. M. dos; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e direita não são iguais? Recrutamento legislativo no Brasil, Chile e Uruguai. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* v. 64, 2007.

NORRIS, P. *Passages to Power*: legislative recruitment in advanced democracies, 1997.

NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. *Political Recruitment. Gender, Race and Class in the British Parliament.* Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

PANEBIANCO, A. *Modelos de Partido. Organização e poder nos partidos políticos.* São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POWER, T. J.; MOCHEL, M. G. (2004). Shaping the Brazilian Political Class: Causes and Consequences of Recruitment to the Chamber of Deputies. *Paper no evento Pathways to Power*: Political Recruitment and Democracy in Latin America. Winston-Salem: Wake Forest University, 2004.

RAHAT, G.; HAZAN, R. *Democracy within Parties. Candidate Selection Methods and Their Political Consequences.* New York: Oxford University Press, 2010.

______. "Candidate selection methods an analytical framework". *Party Politics*, 7 (3): 297-322, 2001.

RANNEY, A. *Pathways to Parliament*: candidate selection in Britain. Madison, University of Wisconsin Press, 1965.

SAMUELS, D. Political Ambition, Candidate Recruitment and Legislative Politics in Brazil. In: SIAVELIS, P.; MORGENSTERN, S. *Pathways to Power. Political Recruitment and Candidate Selection in Latin Americal,* 2009.

SELIGMAN, L. E. Political Parties and the Recruitment of Political Leaders. In: EDINGER, L. J. (Ed.). *Political Leadership in Industrialized Societies.* New York: John Wiley, 1967.

SCHATTSCHNEIDER, E. E. *Party Government*. New York: Rinehart, 1942.

FREIRE, A. A profissionalização política dos deputados portugueses. In: *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia.* 2002.

KATZ, R. S. The Problem of Candidate Selection and Models of Party Democracy. In: *Party Politics*. V. 7, p. 277-296. 2001.

MARSH, M. Candidates: selection. In: ROSE, R. *International Encyclopedia of Elections*. QC Wasington. 2000.

NICOLAU, J. O sistema de lista aberta no Brasil. In: NICOLAU, J.; POWER, T. *Instituições representativas no Brasil*: balanço e reforma. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2007.

PENNINGS, P.; HAZAN, R. Democratizing Candidate Selection. Causes and Consequences. In: *Party Politics.* V. 7, n. 3, 2001.

SIAVELIS, P. M.; MORGENSTERN, S. *Pathways to Power*: Political Recruitment and Candidate Selection in Latin America. University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 2008.

TAYLOR-ROBINSON, M. M. Candidate Selection in Costa Rica. *Paper presented at the Latin American Studies Association Annual Meeting*, Washington, DC, 2001.

WARE, A. *Parties and Party Systems*. London: University of Oxford Press, 1986.

# Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um perfil dos Senadores da República

*Luiz Domingos Costa* *
*Adriano Codato* **

Há muitos desacordos entre especialistas sobre qual é o *perfil social* (origem de classe, tipo e tamanho do patrimônio herdado ou construído, acesso a educação superior e posse de títulos escolares, habilidades profissionais, gênero, origem étnica, e outros indicadores de posição social) e a *carreira padrão* (idade de ingresso no mundo política, número de mandatos antes de chegar a posições superiores na hierarquia política, quantidade de partidos por que passou, cargos estratégicos que dirigiu, etc.) de senadores e deputados federais no Brasil. E como e por que isso tem se transformado ao longo do tempo.

Comparativamente com os inúmeros estudos sobre a classe política nos Estados Unidos[1] ou na França,[2] para não mencionar os esforços comparativos e de longo alcance,[3] os profissionais da política são, entre nós, senão um enigma a ser decifrado, um problema em aberto. Isso porque

* Professor da Facinter/PR e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira – NUSP/ UFPR.

** Professor da Universidade Federal do Paraná

[1] Ver, entre tantos, Miller e Strokes, 1963; Schlesinger, 1966; Matthews, 1984; Barton, 1985; Hibbing, 1991; Williams e Lascher, 1993; Kiewiet e Zeng, 1993; Lerner, Nagai e Rothman, 1996; Dye, 2002.

[2] Por exemplo: Gaxie, 1980; Gaxie, 1983; Birnbaum (Org.), 1985; Collovald, 1985; Gaxie e Offerlé, 1985; Sawicki, 1997; Nay, 1998; Dogan, 1999; Offerlé, 1999; Hubé, 2009.

[3] Aberbach; Putnam; e Rockman, 1981; Suleiman e Mendras, 1995; Sharp e Sharp, 1997; Norris (Org.), 1997; Best e Cotta (Org.), 2000.

as respostas disponíveis ainda não apresentam um retrato completo dos representantes, muito embora abram um caminho bastante produtivo nessa direção. Há, todavia, muito mais estudos sobre a Câmara dos Deputados e os processos de recrutamento, *backgrounds* sociais e divisões ideológicas dos seus membros[4] do que sobre o Senado Federal.[5]

O objetivo deste capítulo é comparar alguns achados disponíveis na literatura nacional sobre a trajetória política e a ocupação profissional de deputados federais para o caso específico dos senadores. Nosso experimento leva em consideração, ao lado de outras fontes, uma base de dados relativamente ampla sobre o Senado (240 indivíduos) num intervalo de tempo considerável: 1986-2010.

Na primeira e na segunda seções resumimos algumas análises sobre o processo de recrutamento parlamentar no Brasil focados na Câmara dos Deputados, realçando a dificuldade de comunicação entre elas e, sobretudo, a baixíssima capacidade de, em função dos respectivos achados, se estabelecer uma proposição geral que contemple processos intimamente relacionados, dentre os quais a magnitude da experiência política dos congressistas, as altas taxas de circulação das elites no Legislativo e a transformação do perfil social do pessoal político do país.

Na terceira e quarta seções procuramos verificar se o que já se sabe sobre a Câmara dos Deputados vale também para o Senado Federal. Ou se, nesse caso, o tempo e o tipo de carreira, aliados aos perfis sociais e políticos dos senadores são um tanto diferentes.

## O recrutamento e a renovação parlamentar

Nos estudos mais recentes de Ciência Política, podemos contar com pelo menos duas visões divergentes sobre o meio social de onde provém a elite legislativa brasileira e duas visões sobre sua trajetória política, isto é, sobre como essa elite chegou à Câmara, por quantos e por quais

---

[4] Cardoso, 1978; Nunes, 1978; Santos, 2000; Marenco dos Santos, 2000; Marenco dos Santos, 2001; Coradini, 2001; Messenberg, 2002; Rodrigues, 2002; Miguel, 2003; Pereira e Rennó, 2003; Leoni, Pereira e Rennó, 2003; Franceschini, 2003; Power e Mochel, 2006; Braga, 2006; Rodrigues, 2006; Marenco e Serna, 2007; Braga, 2008; Santana, 2008; Di Martino, 2009; Coradini, 2011; etc.

[5] A literatura sobre os senadores está bem longe, em termos de volume e informação acumulada, daquela dedicada aos deputados federais. No entanto, ela aos poucos vem crescendo. Ver Lemos e Ranincheski, 2001; Llanos e Sánchez, 2006; Bohn, 2007; Lemos (Org.), 2008; Silva, 2010; Costa, 2010; e Neiva e Izumi, 2012.

tipos de cargos passou, se eles influenciaram positiva ou negativamente suas chances de sucesso no meio político, etc. Cada uma das posições na literatura – moldadas por ênfases diferentes, tanto do ponto de vista conceitual como empírico – deriva de interpretações distintas sobre dois processos um tanto mais complicados e que constituem o pano de fundo desses debates todos: a questão da profissionalização das carreiras e da institucionalização do campo político no Brasil.

A primeira dessas visões – centrada na discussão sobre o perfil das trajetórias políticas dos parlamentares – sustenta que se a taxa de renovação de nomes na Câmara dos Deputados (CD) é alta, hoje em torno de 50 % (enquanto que no Congresso dos EUA ela fica na casa dos 10 % a 15 %), é porque a Casa tende a aceitar, com muita frequência, indivíduos estranhos ao campo político (*outsiders*) (Miguel, 2003).

Marenco dos Santos descobriu que se em 1946, 30 % daqueles que chegavam à Câmara dos Deputados tinham atrás de si uma longa trajetória na vida nacional, em 1994 menos de 10 % dos deputados federais possuíam esse perfil. Uma década após o fim da ditadura militar, nada menos de 50 % dos membros da Câmara eram indivíduos que haviam conquistado sua respectiva cadeira num período não superior a quatro anos de dedicação exclusiva à política. Conforme esses dados predominaria no Brasil um sistema político mais "aberto" (e, portanto, menos institucionalizado) que garantiria espaço a indivíduos com pouca experiência na "vida pública", sem grandes vínculos com partidos tradicionais e com as oligarquias que os controlariam. O Legislativo seria assim povoado de *self-made men*, que se fizeram basicamente à margem do mundo político oficial – em especial à margem dos partidos políticos. Os partidos brasileiros não seriam, afinal, um filtro muito eficiente para recrutar membros e convertê-los em políticos profissionais. Como conclusão, a renovação parlamentar no Brasil não consistiria apenas na substituição completa de nomes ou no revezamento entre quadros políticos já experimentados, mas na franquia pura e simples das cadeiras legislativas a indivíduos estranhos ao campo político oficial (Marenco dos Santos, 1997; 2000). Esse achado é consistente com a visão de Samuels (2003), para quem o tipo de carreira dos parlamentares brasileiros – bastante rápida, centrada no indivíduo e em recursos pessoais – seria resultado direto da baixa capacidade dos partidos políticos controlarem os candidatos às posições na Câmara dos Deputados.[6]

[6] Numa direção oposta, ver Braga, 2008.

Outra interpretação argumentou que o elevado índice de revezamento dos políticos brasileiros nas cadeiras legislativas a cada disputa deve-se a uma razão bem diferente. Ela não diria respeito nem à estrutura de oportunidades do mercado político, nem à baixa institucionalização das suas organizações, mas ao cálculo estratégico que os candidatos sempre fazem entre o custo de permanecer ou não numa instituição altamente competitiva do ponto de vista eleitoral (Leoni, Pereira e Rennó, 2003), mas com pouco poder decisório (Santos, 2000). Daí que os legisladores mais experientes e/ou com melhor currículo seriam também aqueles que deixariam mais rapidamente o Legislativo em busca de uma posição com maior poder, em especial no Executivo (Santos, 2000; Di Martino, 2009). Isso abriria a cada disputa muitas vagas que poderiam ser preenchidas por adventícios.[7]

## A transformação social da classe política nacional

Paralelamente a essa divergência sobre o tipo da carreira pública, sua extensão e suas portas de entrada e saída, surgiu, na literatura, uma interpretação centrada no perfil social dos legisladores (conforme suas respectivas ocupações, *backgrounds*, títulos escolares, etc.). Ela constatou uma regularidade importante entre partido, ideologia e meio social de origem dos eleitos para a Câmara dos Deputados (Rodrigues, 2002) e um fato novo na política nacional: a "popularização" da classe política brasileira (Rodrigues, 2006, p. 11-12).

Essa interpretação pôs em evidência as bases sócio-ocupacionais dos membros da CD. O estudo pioneiro de Rodrigues (2002) focalizou o perfil social dos integrantes dos seis principais partidos representados na Câmara dos Deputados (PMDB, PSDB, PT, PDT, DEM e PPB) e se dispôs a analisar se existiria um perfil social típico de cada agremiação e, em caso positivo, se esse perfil estaria de acordo com a posição do partido no espectro ideológico esquerda-centro-direita.

Estudando a 51ª Legislatura da Câmara dos Deputados (1999-2002) e baseando-se em informações sobre as profissões e as declarações de

---

[7] Em comum às duas interpretações há a percepção de que as baixas taxas de reeleição para a Câmara dos Deputados (em torno de 50 %) constituem sinais de fraca institucionalização do Poder Legislativo federal, ou da dificuldade que o Legislativo tem de reter os quadros mais experientes e alcançar, por meio da qualidade de seu pessoal político, maior capacidade decisória e preponderância política no jogo político nacional.

bens dos parlamentares federais, Rodrigues chega a conclusões instigantes sobre a suposta "anarquia" do sistema partidário nacional com base, alegadamente, na ausência de um perfil claro dos partidos políticos brasileiros.[8] Segundo seus dados, há uma "composição social dominante" nas agremiações partidárias que pode ser descrita assim: partidos de esquerda recrutam seus quadros entre intelectuais (professores, jornalistas), profissionais liberais e trabalhadores assalariados qualificados. Partidos de direita, por sua vez, são marcados pela composição social dominante de empresários (de diversos ramos e tamanhos), além de executivos e dirigentes de firmas privadas. E os partidos de centro são definidos mais em função de seu ecletismo, já que vão buscar seus quadros em diversas camadas sociais médias e altas, sejam elas de empresários, funcionários públicos, profissionais liberais e assim por diante.[9] Temos então o seguinte: um perfil mais elitizado, do ponto de vista econômico, entre a direita; e um perfil típico de rendas médias entre os membros das bancadas de esquerda.

Ao lado da sedimentação do mundo político brasileiro, Rodrigues descobriu uma mudança significativa em andamento na classe política nacional em função da vitória do PT nas eleições para o Executivo federal (cf. Rodrigues, 2006). A vitória de Lula na disputa presidencial em 2002 – e seu reflexo no aumento da bancada de deputados federais do PT – foi responsável por uma relativa mudança no perfil geral da classe política da Câmara dos Deputados.

Uma vez constatadas as variações ocorridas no perfil da elite governante, isto é, no perfil dos ministros e do primeiro escalão da adminis-

---

[8] A acreditar nos diagnósticos mais superficiais, "a conclusão seria que os políticos, não importando suas origens socioeconômicas, escolheriam aleatoriamente as legendas pelas quais entram na vida pública e por elas trafegam durante sua carreira política" (Rodrigues, 2006, p. 16).

[9] Cabe enfatizar que a existência de mais empresários nos partidos de direita no que nos de esquerda não significa que inexistam empresários nos partidos à esquerda do espectro ideológico. Igualmente, são encontrados titulares de ofícios intelectuais nos partidos de direita, embora em menor proporção que nos partidos da esquerda. Os dados baseados nas declarações de bens (declarações fornecidas pelos candidatos aos TREs dos respectivos estados onde concorrem) corroboram estes achados. Não cabe aqui entrar em todos os pormenores do livro (Rodrigues, 2002), mas sua análise discute ainda os diplomas superiores dos deputados, desagrega os dados por região do país e também traça um quadro detalhado da composição interna de cada um dos seis partidos selecionados, mostrando também certas incongruências relativas ao seu argumento geral, sobretudo no que tange ao PMDB.

tração Lula (sindicalistas oriundos da CUT e do PT),[10] a conclusão do estudo de Rodrigues é mais ambiciosa: haveria não só uma mudança importante na composição social da elite governante nacional, mas, além disso, "está em curso uma alteração social na classe política brasileira como um todo, alteração ampliada pelos resultados eleitorais de 2002" (Rodrigues, 2006, p. 13-14).

Conforme o autor, o sucesso de Lula em 2002 e sua repercussão sobre a taxa de sucesso político dos candidatos do seu partido teria sido responsável por uma relativa "popularização" da classe política da Câmara dos Deputados (Rodrigues, 2006, p. 11-12). Para testar essa hipótese, isto é, que teria havido uma "redução do espaço político dos parlamentares recrutados das classes altas e, por consequência, um aumento da parcela dos deputados federais vindos das classes médias assalariadas e também, mas em menor medida, das classes populares" (2006, p. 14), Rodrigues fez uma comparação sistemática entre a composição das bancadas das duas legislaturas (a eleita em 1998 e estudada em seu livro anterior (2002) e essa eleita em 2002) e a composição global da Câmara Baixa também nas duas legislaturas.[11]

[10] "No primeiro ministério do novo presidente, 13 ex-sindicalistas foram indicados para ministros do novo governo. Três vieram de sindicatos dos metalúrgicos, três de bancários, dois de médicos, dois de petroquímicos e um dos seguintes sindicatos: professores, mineiros e um da direção da CUT, cujo ramo de atividade não fica muito claro. (Trata-se da ministra Marina Silva, filha de seringueiros e ex-empregada doméstica, que era da direção da CUT do Acre). [...] A julgar pelos níveis educacionais, a maioria dos integrantes do novo governo veio de famílias das classes médias ou baixas. Segundo dados de José Pastore, entre os ministros petistas do governo, num total de 17 (presidente incluído), sete vieram de famílias cujos pais não completaram o ensino fundamental (num dos casos, o pai era analfabeto)" (Rodrigues, 2006, p. 13). Ver para os dados: José Pastore, "Mobilidade partidária dos dirigentes do PT", *O Estado de São Paulo*, 12/8/2003.

[11] As conclusões foram as seguintes: "O resultado do exame comparativo das duas legislaturas mostrou que, em primeiro lugar, *se reduziu o número de parlamentares originários das classes ricas e aumentou a proporção dos que vieram das classes médias e das classes trabalhadoras*; em segundo lugar, do ângulo sociológico, mínimas alterações ocorreram nas bancadas dos principais partidos, quer tivessem aumentado ou reduzido a dimensão de suas representações na CD. Em outros termos, *os principais partidos mantiveram seu perfil social entre as duas eleições*, seja quando cresceram (caso do PT, principalmente), seja quando encolheram (casos do PFL e do PSDB, em especial)" (Rodrigues, 2006, p. 17).

Como conclusão, se poderia dizer que não houve uma entrada em massa das classes populares, dos pobres ou de indivíduos despossuídos na Câmara dos Deputados, e nem mesmo a "ascensão dos grupos de trabalhadores manuais de renda e escolaridade muito baixas (Rodrigues, 2006, p. 15)". O que se verificou foi sim uma queda no percentual de indivíduos com perfil mais tradicional e elitista (isto é, os mais ricos, mais educados e de maior *status* e, dentre esses, sobretudo os empresários[12]), de um lado; e, de outro, um aumento no número de indivíduos de profissões típicas da classe média, "majoritariamente os de escolaridade relativamente elevada. Não se trata, portanto, dos pequenos proprietários do meio urbano ou rural" (Rodrigues, 2006, p. 15).

As causas básicas dessas modificações no quadro interno da Câmara são, contudo, institucionais (eleitorais) e não estruturais (sociais):

> [...] a variável mais estreitamente correlacionada às alterações na natureza social dos grupos que controlam o sistema político é a volatilidade na representação partidária, ou seja, as oscilações dos resultados eleitorais que mudam a força relativa dos partidos no sistema político. Em outras palavras: as alterações no peso dos setores sócio-ocupacionais presentes na CD, pelo menos no curto prazo, parecem depender mais dos resultados das disputas políticas que de mudanças na estrutura da sociedade, quer dizer, de elementos externos ao sistema político-institucional" (Rodrigues, 2006, p. 17).[13]

Como o trabalho de Rodrigues e sua conclusão se baseiam apenas em uma eleição, está ainda para ser examinado se, de fato, isso configura uma tendência (a "deselitização" da composição social do legislativo

---

[12] "O termo 'empresário' deve ser entendido num sentido amplo. Ele abrange os homens de negócio, proprietários, diretores e sócios de empresas (aí incluídos hospitais, estações de rádio e TV e estabelecimentos escolares), comerciantes, administradores de empresas, corretores, acionistas, fazendeiros, administradores de fazenda, enfim todos os que têm atividades ligadas ao mercado, não importando a dimensão do empreendimento" (Rodrigues, 2006, p. 22).

[13] "A hipótese aqui é que *as variações na importância dos grupos econômicos e profissionais no interior dos organismos legislativos dependem principalmente do perfil social dos partidos vencedores e perdedores*. De modo muito esquemático: se aumentar a proporção de cadeiras ocupadas por partidos de direita, aumenta a presença de empresários e de outros setores de classe alta. Se aumentar a proporção de cadeiras dos partidos de esquerda, aumenta a proporção de professores, de sindicalistas, de servidores públicos, de empregados e também de alguns trabalhadores manuais" (Rodrigues, 2006, p. 17).

federal) ou se esse foi apenas um caso isolado. Nesse sentido, testamos a hipótese da "popularização" para o caso do Senado Federal.

Assim como na Câmara Baixa, a Câmara Alta experimentou uma queda dos empresários entre os eleitos. De fato, 2002 representou um momento de arejamento na classe política brasileira – do ponto de vista de sua composição social e não apenas do ponto de vista nominal – já que o número de homens de negócio cai significativamente, como se vê no Gráfico 1.

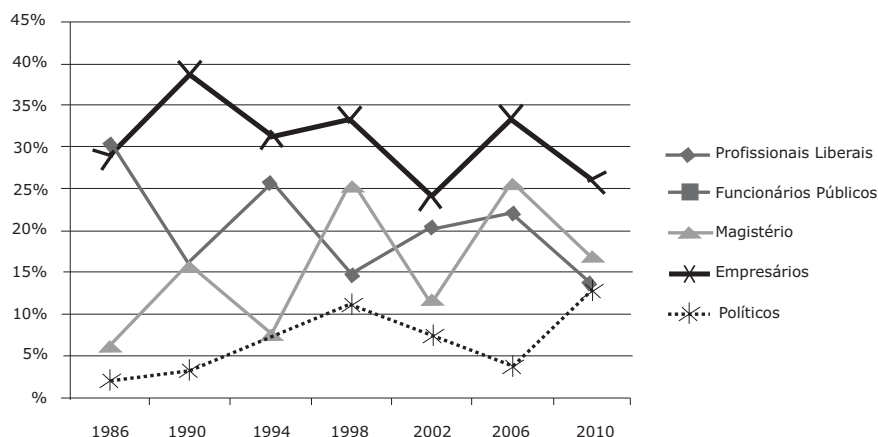



Gráfico 1. Distribuição das principais ocupações por eleição – Senado Federal (1986-2010).

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP)/UFPR.

Se nas eleições anteriores a oscilação não era tão significativa (exceto em 1990, quando há 39 % de proprietários de empresas entre os senadores), em 2002 o contingente de empresários-senadores atinge a menor média do período democrático (24 %). Contudo, a eleição de 2006 altera essa tendência, demonstrando uma disposição oposta: a proporção de empresários volta a subir aos mesmos patamares de 1998 (33 %) para se estabilizar, em 2010, em 26 % de senadores eleitos, o maior contingente da Casa – e exatamente o dobro de profissionais liberais (13 %), de funcionários do setor público (13 %) e de políticos de carreira (13 %).[14] Ao que tudo indica, o caso dos senadores-empresários se não refuta completa-

[14] Para a classificação das profissões utilizamos o seguinte método: pesquisamos qual era profissão mais frequente ou aquela que o indivíduo exerceu por mais tempo na vida, e não aquela anterior à sua entrada na carreira política. Para a construção das

mente a hipótese da *popularização* de forma clara (uma vez que a trajetória desse estrato é claramente descendente e a bancada de professores, por exemplo, triplica de tamanho desde 1986), também não a confirma, ao menos até aqui.[15]

De toda forma, nas análises sobre a composição do Senado é sempre preciso considerar o calendário eleitoral. A dinâmica da renovação, isto é, sua velocidade e natureza são diferentes quando apenas uma cadeira está em disputa ou quando estão duas. Em eleições com perfis competitivos muito distintos, a vaga única tende a ser conquistada por um figurão da política estadual. Já quando há duas vagas em disputa, pode ocorrer uma repartição mais equilibrada entre um figurão e outro postulante de perfil mais modesto ou vindo da "iniciativa privada".

Vejamos o caso do Senado em maiores detalhes.

## Oposições políticas e hierarquias sociais

Por quaisquer indicadores que se olhe, a morfologia social dos parlamentares tem se alterado no Brasil: como todos os estudos verificaram até aqui, nem os políticos são todos iguais, nem a política nacional é o reino

---

classes sócio-ocupacionais seguimos de perto a composição das categorias utilizadas por Rodrigues (2002, p. 206-209). Assim, "profissionais liberais" são médicos, engenheiros e advogados, basicamente. "Empresários" inclui empresários urbanos e rurais. Entram aqui proprietários, executivos, diretores e gerentes de firmas privadas, proprietários de terra, etc. A categoria dos "funcionários públicos" abrange os senadores que detiveram cargos de cúpula no Estado (nos níveis federal, estadual e municipal), o que compreende também aqueles postos típicos de formação jurídica: promotores, procuradores, etc. No "magistério" entra todo tipo de atividade docente, de todos os níveis de ensino. "Comunicadores" são jornalistas, apresentadores, mas não os proprietários dos meios de comunicação. "Profissões intelectuais" reúne todos aqueles que exercem uma atividade profissional que demanda conhecimento especializado (economistas, por exemplo). "Político" é aquele indivíduo que nunca exerceu regularmente outra função profissional que não a legislativa ou no governo (por indicação ou por eleição). Por fim, "atividades de média qualificação" são especificamente: bancário, metalúrgico, vendedor ambulante, técnico em telecomunicações.

[15] Esses dados dizem respeito aos senadores titulares eleitos entre 1986 e 2010, totalizando 240 parlamentares. Devemos destacar a diferença das fontes para com os dados sobre os deputados federais. Aqui a categoria "empresário" aparece mais bem representada por conta da baixa recorrência de "políticos" nas fontes do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (Abreu et al., 2002) e do Senado Federal. No caso das categorias dos deputados federais, extraídas do TSE, a ocupação "político" é muito frequente.

dos mesmos homens de sempre. No Senado essa mudança é muito importante. Se em 1986 os profissionais liberais eram 31 % do total da Câmara Alta, em 2010 são apenas 13 %. Funcionários do magistério, em compensação, praticamente triplicaram: foram de 6 % para 17 % dos senadores. Mas talvez o dado que chame mais atenção é aquele relativo aos políticos profissionais: eles passaram de 2 % em 1986, quando começa nossa série, para 13 % (ver Gráfico 1). Voltaremos a esse ponto mais adiante.

Essas mudanças não significam, contudo, que estamos diante de um processo de "popularização" da classe política brasileira ou de democratização do campo político nacional. Na realidade, o que sucede no espaço político é que, por mais que se constate sua autonomia característica e a vigência de regras próprias de seleção eleitoral e controle partidário, de especialização profissional e de monopólio de classe, ele obedece a uma lógica que é em grande parte social. Conforme as evidências que reunimos, para certas posições conquistadas no mercado político, existe uma forte correlação entre oposições políticas e hierarquias sociais, a ponto de se poder pensar "as primeiras como expressão simbólica das segundas" (Gaxie, 1980, p. 32).

Assim como ocorre na Câmara dos Deputados, no Senado há uma convergência clara entre a ocupação profissional do representante e a posição que ele ocupa no espectro ideológico.

Tabela 1. Ocupações profissionais por blocos ideológicos
Senado Federal (1986-2010)

| | | blocos ideológicos | | | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Direita | Centro | Esquerda | |
| Ocupações agregadas | profissionais liberais | 17 | 23 | 12 | 52 |
| | | 19,8 % | 21,1 % | 26,7 % | 21,7 % |
| | funcionários públicos | 14 | 14 | 9 | 37 |
| | | 16,3 % | 12,8 % | 20,0 % | 15,4 % |
| | magistério | 5 | 13 | 15 | 33 |
| | | 5,8 % | 11,9 % | 33,3 % | 13,8 % |
| | empresários | 34 | 37 | 2 | 73 |
| | | 39,5 % | 33,9 % | 4,4 % | 30,4 % |
| | políticos | 8 | 8 | 0 | 16 |
| | | 9,3 % | 7,3 % | ,0 % | 6,7 % |
| | comunicadores | 6 | 12 | 1 | 19 |
| | | 7,0 % | 11,0 % | 2,2 % | 7,9 % |
| | chefes religiosos | 2 | 1 | 0 | 3 |
| | | 2,3 % | ,9 % | ,0 % | 1,3 % |
| | profissões urbanas médias | 0 | 1 | 6 | 7 |
| | | ,0 % | ,9 % | 13,3 % | 2,9 % |
| Total | | 86 | 109 | 45 | 240 |
| | | 100,0 % | 100,0 % | 100,0 % | 100,0 % |

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP)/UFPR.

A Tabela 1 mostra que empresários estão predominantemente nos partidos de centro (34) e de direita (quase 40), ao passo que nos partidos de esquerda a sua representação é muito menor (apenas dois num universo de 240 indivíduos). Outro traço distintivo das bancadas se refere aos professores (“magistério”): embora compareçam em todos os blocos ideológicos, têm presença mais acentuada no bloco dos partidos de esquerda (15). Os comunicadores estão mais bem representados nos partidos de centro (e praticamente não aparecem na esquerda). Profissionais liberais estão acomodados em maior quantidade nos partidos de centro. Os dados apontam, assim, para uma razoável conformidade entre as classificações dos partidos no eixo ideológico e a sua fonte de recrutamento parlamentar. Voltaremos a esse ponto mais adiante quando cruzarmos profissões por partidos.

Com um número significativo de senadores pesquisados (240) e com um intervalo de tempo importante (quase 25 anos) é possível identificar certa "composição social dominante" – isto é, não exclusiva, mas predominante sobre as demais (Rodrigues, 2002) – do centro em primeiro lugar e da direita de forma menos saliente. O centro se caracteriza justamente por fronteiras menos rígidas do ponto de vista ideológico, o que lhe garante maior flexibilidade para abrigar perfis sociais mais heterogêneos.

## A profissionalização da classe política nacional

a) *caso dos deputados federais*

Estudos mais recentes têm descoberto que, ao contrário do que se imaginava, ser político profissional é, de longe, a variável mais importante para determinar o sucesso eleitoral de um candidato a deputado federal no Brasil. Os dados levantados já indicam, ao contrário das pesquisas que analisavam apenas a dinâmica político-eleitoral dos anos 1980 e 1990, um processo de maior institucionalização do recrutamento para a Câmara dos Deputados. Nas eleições de 2006, nada menos de 47 % dos vitoriosos já eram membros do poder legislativo federal (Perissinotto e Miríade, 2009; Perissinotto e Bolognesi, 2010).

Perissinotto e Bolognesi (2010) compararam o contingente de candidatos eleitos e não eleitos para a Câmara dos Deputados por profissão em 1998, 2002 e 2006. Eles demonstraram que quatro categorias estavam sobrerrepresentadas nesse universo: economistas, engenheiros, médicos e *políticos do poder legislativo* (senadores, deputados e vereadores). Isso significa, entre outras coisas, uma crescente importância adquirida pelas ocupações técnicas. O que chama a atenção é a brusca diminuição do contingente de "advogados" eleitos entre 1998 e 2006 (de 15,4 % para apenas 8,8 %), embora a taxa de candidatos nesse estrato tenha permanecido estável. Essa é, de resto, uma tendência internacional. Neiva e Izumi mostram que parlamentares com formação jurídica na França estão na casa dos 8 % da Câmara Baixa. Na Espanha eles controlam 15 % das cadeiras (bem atrás de "professores", estes com 26 %). No Japão, desde os anos 1990 os advogados possuíam pouco mais de 5 % dos postos na Dieta Nacional (Neiva e Izumi, 2012, p. 174-175). Com exceção dos engenheiros que, segundo Santos (2003, p. 118-122), foram atraídos para a atividade política durante o regime ditatorial-militar, as demais profissões aí presentes apontam para um novo tipo de pessoal político em relação aos períodos anteriores ao regime pós-1988. De forma com-

plementar, ocupações econômicas mais tradicionais como empresários, industriais e pecuaristas, embora ainda positivamente relacionadas ao sucesso eleitoral dos candidatos, apresentam peso menor que as novas profissões apontadas acima.

Os dados que coletamos para o Senado apresentam perfil semelhante, exceto no quesito "político profissional", mas isso basicamente em função da forma de classificação das ocupações dos indivíduos (nós assumimos a profissão mais frequente ao longo da vida e não a autoimputada pelo candidato e registrada no TSE). Quando agregamos os dados por formação universitária os resultados mais frequentes são os seguintes:

Tabela 2. Formações universitárias dominantes por sexo – Senado Federal (1986-2010)

| | | homem | mulher | total |
|---|---|---|---|---|
| Curso superior | Direito | 70 | 5 | 75 |
| | | 32,4 % | 20,8 % | 31,3 % |
| | Medicina | 19 | 2 | 21 |
| | | 8,8 % | 8,3 % | 8,8 % |
| | Engenharias | 28 | 4 | 32 |
| | | 13,0 % | 16,7 % | 13,3 % |
| | Economia | 24 | 1 | 25 |
| | | 11,1 % | 4,2 % | 10,4 % |
| | Administração/Contabilidade | 18 | 3 | 21 |
| | | 8,3 % | 12,5 % | 8,8 % |
| | Humanidades | 22 | 5 | 27 |
| | | 10,2 % | 20,8 % | 11,3 % |
| | outras de saúde (Enfermagem, Farmácia, Odontologia) | 3 | 1 | 4 |
| | | 1,4 % | 4,2 % | 1,7 % |
| | outros diplomas | 13 | 1 | 14 |
| | | 6,0 % | 4,2 % | 5,8 % |
| | sem curso superior | 19 | 2 | 21 |
| | | 8,8 % | 8,3 % | 8,8 % |
| Total | | 216 | 24 | 240 |
| | | 100,0 % | 100,0 % | 100,0 % |

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP)/UFPR.

Ainda com base nos achados de Perissinotto e Bolognesi (2010), sabe-se que há diferenças importantes no recrutamento para as três posições ideológicas principais dos partidos políticos: direita, centro e esquerda.[16] Ser industrial e empresário às vezes é significativo para o sucesso eleitoral na direita, mas nunca na esquerda; ser metalúrgico ou bancário pode eventualmente aumentar as chances de sucesso na esquerda, mas nunca na direita. A ocupação de engenheiro produz impactos significativos de maneira mais recorrente na direita, ocorrendo o mesmo com a profissão de médico na esquerda; uma postulante feminina encontra mais dificuldades de acessar o universo dos eleitos na direita e no centro do que na esquerda – o que sugere que a variável "riqueza" não é mais tão determinante (possivelmente a variável "financiamento de campanha" seja, no caso, a fundamental).

Mas também há importantes similaridades entre as três posições ideológicas: ter ensino superior completo produz impactos significativos nas chances de sucesso eleitoral rigorosamente em todas as eleições e em todas as posições ideológicas. E, conclusão principal, a *profissionalização política* é a variável que mais aumenta as chances de sucesso eleitoral também em todas as posições ideológicas e em todas as três eleições analisadas (1998, 2002, 2006).

Isso significa que se encontra em andamento, segundo os autores, uma dimensão importante do processo de estruturação do campo político e de institucionalização da Câmara dos Deputados: a profissionalização dos seus membros. E que os partidos, à direita e à esquerda, tendem a levar em conta, na seleção dos candidatos, aqueles que já têm grande experiência prévia na política (Braga, Veiga e Miríade, 2009; Veiga e Perissinotto, 2011).[17]

A maioria de trabalhos que abordam o problema da trajetória política tem a preocupação de analisar em que medida a carreira política afeta ou é afetada pelas regras do jogo político. Nessa ótica, quanto maior o tempo e a diversificação das carreiras políticas, mais próximo se está de um campo político consolidado, constituído por regras próprias de seleção de seus quadros. Por outro lado, carreiras políticas incipientes, curtas ou descontínuas são indícios de uma maior abertura das instituições po-

[16] Ver também Marenco e Serna, 2007; Power e Mochel, 2006.

[17] Bowler, Farrell e Katz, 1999 discutem a relação entre estruturas partidárias, recrutamento de quadros políticos e seu impacto na coesão/institucionalização das agremiações políticas.

líticas aos indivíduos desprovidos das características típicas frequentemente exigidas para o exercício da atividade política profissional.

Uma das formas de entender a estrutura de oportunidades políticas no Brasil é distinguir os tipos de cargos – eletivos legislativos, eletivos executivos e não eletivos – ocupados pelos políticos e diferenciá-los entre níveis de governo – municipal, estadual e federal.

Tabela 3. Trajetória parlamentar dos Senadores e Deputados Federais, respostas múltiplas

| | Senadores (1986-2006) | | Deputados (1986-1998) | |
|---|---|---|---|---|
| | N | % | N | % |
| Vereador | 41 | 18,8 | 90 | 6 |
| Deputado Estadual | 77 | 35,3 | 293 | 19,4 |
| Deputado Federal | 116 | 53,2 | 684 | 45,4 |
| Senador | 60 | 27,5 | 23 | 1,5 |
| sem passagem | 42 | 19,3 | 417 | 27,7 |

Fonte: para Senadores, Costa, 2010; para Deputados Federais, Santos, 2000.
**Observação**: respostas múltiplas; as somas ultrapassam 100 %.

A experiência em cargos eletivos legislativos é a que vem em primeiro lugar. De uma forma geral, é possível encontrar entre os senadores proporções sempre maiores de indivíduos com passagem por esse tipo de cargo, em relação aos deputados federais. Isto é especialmente claro quando se observa a presença dos senadores em Câmaras Municipais e Assembleias Estaduais. Mas o dado que merece mais atenção diz respeito à categoria “sem passagem”, pois indica indivíduos sem experiência nas disputas de eleições legislativas. Essa categoria sugere o grau de oportunidades eleitorais franqueadas a indivíduos marginais em relação à política institucional. Pela Tabela 3, vê-se uma distância de apenas 8 p.p. nesse quesito entre deputados e senadores, o que não chega a ser uma diferença alta entre os dois universos: em torno de 28 % de deputados federais não ocuparam, antes de chegar à CD, cargos eletivos legislativos e pouco menos de 20 % de senadores também não. Praticamente 70 % (no caso dos deputados) e 80 % (senadores) dos congressistas brasileiros passaram por cargos legislativos antes de chegarem ao posto em questão, dado que indica razoável associação entre os recursos políticos acumulados ao longo da trajetória parlamentar e o sucesso político (Costa, 2010, p. 68-71).

Esse é, de resto, um fato observável em todas as democracias institucionalizadas (Best e Cotta, 2000). A profissionalização das carreiras políticas é a contra face do declínio do poder e da influência dos "notáveis" (Guttsman, 1974; Dogan, 1999). Cada vez mais, recursos externos ao mundo político (como poder familiar, influência regional, prestígio profissional) passam a contar cada vez menos, o que abre a porta para a entrada das camadas médias nos postos políticos, antes privilégio apenas dos muito ricos (ver Hubé, 2009, p. 242). Assim, a queda de empresários (seja na Câmara, seja, em menor medida, no Senado), antes de representar "popularização", pode representar maior controle das oportunidades por partes de indivíduos desde muito cedo dedicados às atividades políticas.

b) *o caso dos senadores*

A Tabela 4 foca somente o Senado brasileiro e trata, num intervalo maior do que a Tabela 3, o caso de 240 indivíduos, o que permite uma visão mais exata do que está acontecendo com o tipo de carreira política para postos de elite no Brasil. Aqui há maior instabilidade, uma vez que a taxa de renovação parlamentar bruta é bem mais alta do que na Câmara dos Deputados. Ela está em torno de 80 %.[18]

Tabela 4. Tempo de carreira por eleição
Senado Federal (1986-2010)

| | 1986 | 1990 | 1994 | 1998 | 2002 | 2006 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| até 5 anos | 24 % | 16 % | 11 % | 22 % | 9 % | % | 6 % |
| de 6 a 15 anos | 27 % | 23 % | 41 % | 15 % | 35 % | 30 % | 26 % |
| de 16 a 30 anos | 31 % | 52 % | 26 % | 33 % | 43 % | 41 % | 48 % |
| acima de 31 anos | 18 % | 10 % | 22 % | 30 % | 13 % | 30 % | 20 % |
| Total | 49 | 31 | 54 | 27 | 54 | 27 | 54 |
| | 100,0 % | 100,0 % | 100,0 % | 100,0 % | 100,0 % | 100,0 % | 100,0 % |
| média de carreira (anos) | 17 | 18 | 18 | 20 | 18 | 26 | 22 |

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP)/UFPR.

[18] As taxas de reeleição para os pleitos de 1990, 1994, 1998, 2002, e 2006 foram respectivamente de 25 %, 19 %, 11 %, 26 %, 22 %.

Se em 1986, praticamente um quarto dos membros da Câmara Alta possuía cinco anos ou menos de carreira política prévia à conquista da cadeira de senador, em 2010 esse contingente é francamente minoritário (apenas 6 %). Isso permite dizer, com razoável margem de segurança, que a carreira política no Brasil vem se tornando cada vez mais profissional e cada vez mais impermeável a políticos ocasionais (*outsiders*, franco atiradores, etc.). Quando olhamos os números daqueles que têm atrás de si uma trajetória na vida pública importante (de 16 a 30 anos), a impressão se confirma: tirando o pico das eleições de 1990 (52 %), o número de senadores nesse estrato vem aumentando progressivamente e hoje constituem quase a metade dos membros da Casa (48 %).

A discussão sobre carreiras políticas no Brasil anunciou alguns achados sobre a configuração da elite parlamentar federal brasileira.

Descontadas algumas divergências menores, há consenso quanto a três teses: *i*) carreiras não são iguais entre deputados de espectros ideológicos distintos; *ii*) a variação que vai dos partidos da direita, passa pelo centro e chega à esquerda é explicada, primordialmente, pelo tipo de relação que os quadros (militantes, líderes) mantêm com a organização partidária, exigindo formas de diferentes dedicação à vida da agremiação; e *iii*) há um perfil social distinto entre os partidos, perfil esse associado a formas diferentes de alçar uma carreira política profissional.[19] Essas diferenças dizem respeito, numa palavra, ao montante de recursos pessoais eleitorais à disposição dos aspirantes. Isso para a CD.

[19] Ver também, para a França, Gaxie, 1980-1983; Collovald, 1985.

Esses achados são consistentes com nossos dados para o Senado brasileiro.

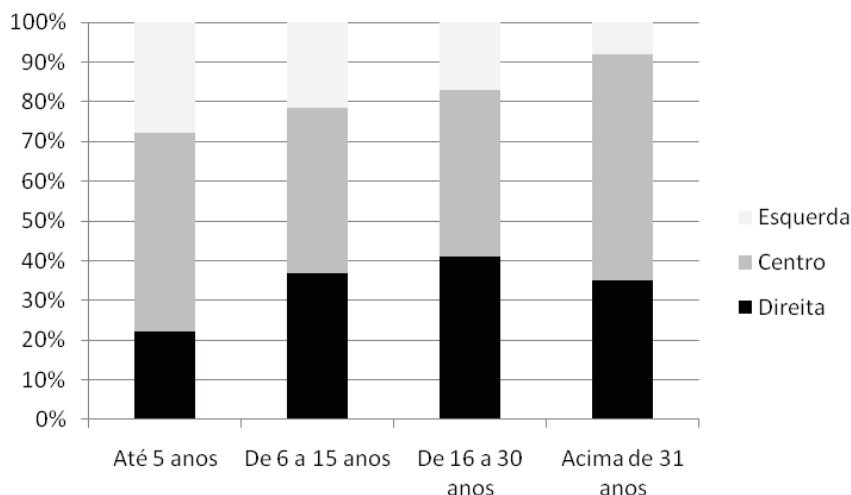



Gráfico 2. Tempo de carreira por blocos ideológicos – Senado Federal (1986-2010).
Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP)/UFPR.

Carreiras muito longas (acima de 31 anos) são uma exceção na esquerda: apenas 8% dos senadores têm esse perfil. Elas dão, contudo, o tom das carreiras dos partidos de centro (57 %) e de direita (35 %). Mesmo quando se consideram trajetórias políticas longas (de 16 a 30 anos), parlamentares de esquerda são plena minoria: constituem menos de 20 % do total, contra 42 % do centro e 41 % da direita.

Para entender melhor a estrutura do mercado de oportunidades políticas no Brasil, uma associação útil a fazer é entre a composição sócioocupacional da Câmara Alta e o perfil de carreira dos senadores. Para tanto, foi elaborado um indicador que agrega e soma os tipos distintos de cargos ocupados pelos senadores antes do seu ingresso na Casa. O cruzamento desse *Índice de Carreira*[20] com as categorias ocupacionais gerou a tabela a seguir. Aqui os dados cobrem o período 1986-2006 (218 indivíduos).

[20] O índice de carreira é sinônimo do "número de cargos eletivos diferentes ocupados" pelo político. Ele faz uma pontuação precisa: cada cargo eletivo ocupado gera o valor 1, de modo que aqueles que não passaram por cargos eletivos antes de chegarem ao Senado terão pontuação zero. Aqueles que tiverem pontuação 6 passaram por 6 cargos diferentes na carreira: foram vereadores, deputados estaduais, deputados federais, prefeitos, senadores, vice-prefeitos, e assim por diante. Trata-se de mensurar

Tabela 5. Categorias sócio-ocupacionais por índice de carreira – senadores brasileiros (1986-2006)

| ocupações agregadas | quantidade de cargos ocupados | | | | | | | total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | |
| empresários | 9 | 11 | 13 | 15 | 14 | 8 | 3 | 73 |
| | 12,3 % | 15,1 % | 17,8 % | 20,5 % | 19,2 % | 11,0 % | 4,1 % | 100,0 % |
| profissionais liberais | 5 | 14 | 13 | 10 | 10 | 7 | 2 | 61 |
| | 8,2 % | 23,0 % | 21,3 % | 16,4 % | 16,4 % | 11,5 % | 3,3 % | 100,0 % |
| funcionários públicos | 2 | 3 | 3 | 8 | 3 | 2 | 0 | 21 |
| | 9,5 % | 14,3 % | 14,3 % | 38,1 % | 14,3 % | 9,5 % | ,0 % | 100,0 % |
| magistério | 2 | 9 | 8 | 5 | 1 | 0 | 0 | 25 |
| | 8,0 % | 36,0 % | 32,0 % | 20,0 % | 4,0 % | ,0 % | ,0 % | 100,0 % |
| comunicador | 1 | 6 | 2 | 1 | 3 | 3 | 0 | 16 |
| | 6,3 % | 37,5 % | 12,5 % | 6,3 % | 18,8 % | 18,8 % | ,0 % | 100,0 % |
| profissões intelectuais | 1 | 1 | 1 | 0 | 2 | 0 | 0 | 5 |
| | 20,0 % | 20,0 % | 20,0 % | ,0 % | 40,0 % | ,0 % | ,0 % | 100,0 % |
| atividades de média qualificação | 0 | 1 | 0 | 1 | 2 | 0 | 0 | 4 |
| | ,0 % | 25,0 % | ,0 % | 25,0 % | 50,0 % | ,0 % | ,0 % | 100,0 % |
| chefes religiosos | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| | ,0 % | 50,0 % | ,0 % | 50,0 % | ,0 % | ,0 % | ,0 % | 100,0 % |
| político | 1 | 2 | 1 | 3 | 2 | 1 | 1 | 11 |
| | 9,1 % | 18,2 % | 9,1 % | 27,3 % | 18,2 % | 9,1 % | 9,1 % | 100,0 % |
| total | 21 | 48 | 41 | 44 | 37 | 21 | 6 | 218 |
| | 9,6 % | 22,0 % | 18,8 % | 20,2 % | 17,0 % | 9,6 % | 2,8 % | 100,0 % |

Fonte: Costa, 2010, p. 74.

a diversificação das carreiras individuais. Deve-se observar que este é um indicador precário da "longevidade" do político, porque é possível uma carreira mais longa e exclusivamente devotada a um só cargo. Mas se isso pode ser encontrado na CD, no Senado é bastante incomum.

O suposto básico por trás deste cruzamento é o de que os parlamentares ligados aos estratos sociais médios e baixos devem apresentar carreira mais diversificada em função de sua maior dependência de recursos partidários e organizacionais. Decorre daí uma progressão na carreira lenta e hierarquizada segundo a importância relativa dos postos. Por outro lado, parlamentares que possuem mais recursos pessoais – e que são, portanto, menos vinculados aos insumos partidários – devem apresentar um *cursus honorum* mais rápido em direção aos postos eletivos de prestígio, pulando parte da hierarquia usual de cargos eletivos.

Embora o universo não seja muito grande para uma desagregação como essa (218 casos), algumas evidências importantes sobressaem desse cruzamento. No que tange à linha dos senadores que exerceram atividades empresariais (73 indivíduos), a sua vantagem numérica sobre o total os distribui de forma quase equitativa entre os diversos escores. É plausível imaginar que muitos senadores que foram também empresários tenham constituído, ao longo das suas trajetórias, carreiras políticas muito diversificadas e ricas do ponto de vista do acúmulo de cargos eletivos. Entretanto, não é trivial que esse seja também o grupo profissional que apresenta o maior contingente de indivíduos (9) sem carreira eletiva prévia, sendo o Senado seu primeiro posto.

Esta distribuição bastante dispersa pelos diversos escores também ocorre para os outros grupos sócioocupacionais mais numerosos (profissionais liberais e funcionários públicos). Padrão distinto surge quando analisamos a pontuação dos profissionais ligados ao "magistério" e às "atividades de média qualificação". A ampla maioria dos primeiros apresentou uma proporção maior de casos entre os índices 1 e 2.

Com relação a aqueles que exerciam atividades de média qualificação, dos quatro senadores que compuseram o grupo, três deles apresentaram-se entre os índices 3 e 4, com apenas um com a pontuação 1 (um cargo eletivo ocupado). Mas o seu número reduzido impede maiores conclusões. A distribuição do índice de carreira entre as diversas categorias ocupacionais é errática o bastante para deixar a análise incompleta e dependente de outros indicadores complementares.

Não obstante essas observações, as relações entre perfil social e trânsito no interior das instituições políticas podem ser analisadas por meio dos partidos, já que são esses os mediadores fundamentais entre o universo social mais amplo e as instituições políticas.

De acordo com as proposições de Marenco dos Santos e Serna (2007), partidos de esquerda apresentam perfil social próximo às classes médias e aos estratos médios baixos, com pretendentes desprovidos de recursos eleitorais próprios (dinheiro, redes sociais extensas e importantes e capital familiar). Isso faz deles muito dependentes do capital eleitoral organizacional. À direita do espectro ideológico, pelo contrário, encontra-se um perfil social mais tradicional, indivíduos munidos de melhores condições socioeconômicas e mais recursos pessoais, o que os libera da dependência dos recursos partidários para um acesso mais rápido aos postos políticos de prestígio.

Por esta perspectiva, estruturas partidárias podem não apenas controlar a oferta de lideranças políticas, mas o fazem com uma clara conexão com estratos sociais que são, no contraste entre as correntes ideológicas, distintos (Costa, 2010, p. 73-76). A Tabela 6 conta essa história.

Tabela 6. Ocupação profissional por partidos políticos –
Senado Federal (1986-2010)*

| ocupações agregadas | principais partidos | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PP | PDT | PT | PTB | PMDB | PFL / DEM | PSDB | outros | total |
| profissionais liberais | 2 | 6 | 5 | 2 | 21 | 10 | 2 | 4 | 52 |
| | 3,8 % | 11,5 % | 9,6 % | 3,8 % | 40,4 % | 19,2 % | 3,8 % | 7,7 % | 100,0 % |
| funcionários públicos | 0 | 2 | 2 | 1 | 9 | 9 | 3 | 11 | 37 |
| | ,0 % | 5,4 % | 5,4 % | 2,7 % | 24,3 % | 24,3 % | 8,1 % | 29,7 % | 100,0 % |
| magistério | 2 | 1 | 11 | 1 | 10 | 2 | 2 | 4 | 33 |
| | 6,1 % | 3,0 % | 33,3 % | 3,0 % | 30,3 % | 6,1 % | 6,1 % | 12,1 % | 100,0 % |
| empresários | 6 | 1 | 1 | 8 | 26 | 13 | 11 | 7 | 73 |
| | 8,2 % | 1,4 % | 1,4 % | 11,0 % | 35,6 % | 17,8 % | 15,1 % | 9,6 % | 100,0 % |
| políticos | 2 | 0 | 0 | 1 | 3 | 4 | 4 | 2 | 16 |
| | 12,5 % | ,0 % | ,0 % | 6,3 % | 18,8 % | 25,0 % | 25,0 % | 12,5 % | 100,0 % |
| comunica-dores | 1 | 0 | 1 | 1 | 9 | 3 | 3 | 1 | 19 |
| | 5,3 % | ,0 % | 5,3 % | 5,3 % | 47,4 % | 15,8 % | 15,8 % | 5,3 % | 100,0 % |
| chefes religiosos | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 | 3 |
| | ,0 % | ,0 % | ,0 % | ,0 % | 33,3 % | ,0 % | ,0 % | 66,7 % | 100,0 % |
| atividades de média qualificação | 0 | 0 | 5 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 7 |
| | ,0 % | ,0 % | 71,4 % | ,0 % | 14,3 % | ,0 % | ,0 % | 14,3 % | 100,0 % |
| total | 13 | 10 | 25 | 14 | 80 | 41 | 25 | 32 | 240 |
| | 5,4 % | 4,2 % | 10,4 % | 5,8 % | 33,3 % | 17,1 % | 10,4 % | 13,3 % | 100,0 % |

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP)/UFPR.

* A agregação de profissões aqui é idêntica à da Tabela 1. Trata-se do mesmo banco de dados. As profissões que aparecem na Tabela 5 são ligeiramente diferentes. Trata-se de outra fonte.

Profissionais liberais estão concentrados no PMDB (40 %) e em menor medida no PFL/DEM (19 %). Atividades ligadas ao magistério (33 %) e profissões urbanas médias (71 %), no PT, que tem um número menor de funcionários públicos do que se esperaria (apenas 5,5 % contra 24 % no PMDB e o mesmo contingente no PFL/DEM). Há um conjunto importante de empresários no PFL/DEM (18 %) e no PSDB (15 %), enquanto no PT ele é mínimo (1,5 %). Esses dados são muito parecidos com os da Câmara dos Deputados na 51ª e 52ª legislaturas, estudados por Rodrigues (2002, p. 66; 2006, p. 134).

## Conclusões

Este trabalho apresentou um apanhado resumido das teses fundamentais a respeito do recrutamento para os postos legislativos nacionais depois da redemocratização. Esse apanhado serviu de pano de fundo para a apresentação de alguns dados sobre os 240 senadores brasileiros que serviram no período 1986-2010. A constatação de que essa literatura apresenta hipóteses conflitantes (popularização *versus* profissionalização, por exemplo) serviu para mostrar que os avanços obtidos na última década a respeito do tema, além de algumas descobertas importantes, abriram espaços novos para novas pesquisas na área.

Há, nesse sentido, muitas perguntas em aberto pelos estudos mencionados. Por exemplo: que tipo de recursos e estratégias têm sido mobilizados pelos novos estratos sociais que chegaram mais recentemente ao universo político-institucional? É possível encontrar alguma conexão entre essas camadas e o perfil de carreira observado pelos estudos que discutem a *expertise* política dos deputados?

Com base nesse gênero de questões, pensamos que é preciso caminhar para um modelo de análise ainda mais complexo e que consiga combinar, numa perspectiva diacrônica, variáveis de três tipos: *institucionais*, *históricas* e *sociais*. Elas, resumidamente, dizem respeito: *i*) à *institucionalização da competição política democrática* (e, consequentemente, à institucionalização dos partidos e dos aparelhos políticos, como os Legislativos); *ii*) à *autonomização do universo político em relação aos demais universos sociais*; e *iii*) à *profissionalização dos agentes* e à sedimentação de suas trajetórias políticas.

A combinação desses processos – que são simultâneos no tempo e que não começaram depois de 1986 – concorre para definir e dirigir esse programa peculiar de circulação de elites entre as posições legislativas mais importantes do País e sacramentar definitivamente, ao que parece, a separação da "classe dirigente" da "classe dominante" brasileira. Uma hipótese a ser testada é que os atributos sociais, políticos e profissionais dos representantes parlamentares no regime democrático nacional, sancionados pelos mecanismos e aparelhos encarregados de recrutá-los, são, de fato, menos elitistas do que aqueles típicos dos períodos anteriores, sem serem, contudo, mais populares.

Para que isso se confirme, os trabalhos disponíveis sobre o recrutamento legislativo no Brasil podem caminhar para a elaboração de um novo programa de investigações no qual seja possível testar, com mais dados, mais casos e, a partir de um intervalo de tempo bastante longo, a relação entre as camadas sociais que têm conquistado posições de elite e os perfis de carreira política no Brasil.

## Referências


ABERBACH, J. D.; PUTNAM, R. D.; ROCKMAN, B. A. *Bureaucrats and politicians in western democracies*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1981.

ABREU, A. A. de et al. (Coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002.

BARTON, A. H. Background, Attitudes, and Activities of American Elites. In: Gwen Moore (Ed.). *Research in Politics and Society.* Volume 1: Studies of the Structure of National Elite Groups. Greenwich, CT: JAI Press, 1985, p. 173-218.

BEST, H.; COTTA, M. *Parliamentary Representatives in Europe*: 1848-2000. Oxford: Oxford University Press, 2000.

BIRNBAUM, P. (dir.). *Les Élites socialistes au pouvoir*: les dirigeants socialistes face à l'État, 1981-1985. Paris: PUF, 1985.

BOHN, S. R. Women and candidate quality in the elections for the Senate. Brazil and the United States in comparative perspective. *Brazilian Political Science Review*, v. 1, n. 2, p. 74-107, 2007.

BOWLER, S.; FARRELL, D.; KATZ, R. Party Cohesion, Party Discipline and Parliaments. In: BOWLER, S.; FARRELL, D.; KATZ, R. *Party Discipline and Parliamentary Government*. Ohio: Ohio State University, 1999.

BRAGA, M. do S. S. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. *Opin. Pública*, v. 14, n. 2, p. 454-486, 2008.

______. *Recrutamento partidário e representação*: seleção de candidatos à Câmara dos Deputados do Brasil. Paper apresentado no III Encontro da Associação Latino-americana de Ciência Política (Alacip), Campinas/SP, 2006.

BRAGA, M. do S. S.; VEIGA, L. F.; MIRIADE, A. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 70, jun. 2009.

CARDOSO, F. H. Partidos e deputados em São Paulo (o voto e a representação política). In: Cardoso, F. H. e Lamounier, B. (Org.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

COLLOVALD, A. La république du militant. Recrutument et fillières de la carrière politique des deputés socialiste. In: BIRNBAUM, P. (dir.). *Les Élites socialistes au pouvoir*: les dirigeants socialistes face à l'État, 1981-1985. Paris: PUF, 1985.

CORADINI, O. L. *Em nome de quem?* Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará, 2001.

______. Representação política e de interesses: bases associativas dos deputados federais de 1999-2007. *Sociedade e Estado*, v. 26, n. 1, abr. 2011.

COSTA, L. D. *Os representantes dos estados no Congresso*: composição social e carreira política dos senadores brasileiros (1987-2007). Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2010.

Di MARTINO, M. *A política como profissão*: análise da circulação parlamentar na Câmara dos Deputados (1946-2007). Tese de Doutorado (Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). USP, 2009.

DOGAN, M. Les professions propices à la carrière politique. Osmoses, filières et viviers. In: Offerle, Michel (dir.). *La profession politique*: XIXe-XXe siècles. Paris: Belin, 1999.

DYE, T. R. *Who's Running America?* The Bush Restoration. 7th. ed. Upper Saddle River, N. J.: Prentice Hall, 2002.

FRANCESCHINI, A. de O. *Vínculo político e recrutamento parlamentar no Brasil*: uma análise da bancada federal do sudeste da 52ª. legislatura da Câmara dos Deputados. Dissertação de Mestrado (Ciência Política). USP. 2003.

GAXIE, D. Les facteurs sociaux de la carrière gouvernementale sous la Cinquième République de 1959 à 1981. *Revue française de sociologie*, v. 24, n. 24-3, p. 441-465, 1983.

______. Les logiques du recrutement politique. *Revue Française de Science Politique*, v. 30, n. 3, fev. 1980.

GAXIE, D.; OFFERLÉ, Michel. Les militants syndicaux et associatifs au pouvoir? Capital Social colectif et carrière politique. In: Birnbaum, Pierre. (dir.). *Les Élites socialistes au pouvoir*: les dirigeants socialistes face à l'État, 1981-1985. Paris: PUF, 1985.

GUTTSMAN, W. L. The British Political Elite and the Class Structure. In: Stanworth, Philip e Giddens, Anthony (Eds.). *Elites and Power in Britsh Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

HIBBING, J. R. *Congressional Careers*: Contours of Life in the U.S. House of Representatives. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1991.

HUBÉ, N. Le recrutement social des professionnels de la politique. In: COHEN, A.; LACROIX, B.; RIUTORT, P. *Nouveau manuel de science politique*. Paris: La Découverte, 2009.

KIEWIET, D. R.; ZENG, L. An Analysis of Congressional Career Decisions, 1947-1986. *The American Political Science Review*, v. 87, n. 4, p. 928-941, Dec., 1993.

LEMOS, L. B. (Org.). *O Senado Federal brasileiro no pós-Constituinte*. Brasília: Senado Federal/Unilegis, 2008.

LEMOS, L.; RANINCHESKI, S. O perfil sociopolítico dos senadores brasileiros. *Senatus*, v. 1, n. 1, p. 33-39, dez. 2001.

LEONI, E.; PEREIRA, C.; RENNÓ, L. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. *Opinião Pública,* v. 9, n. 1, p. 44-67, maio 2003.

LERNER, R.; NAGAI, A. K.; ROTHMAN, S. *American Elites*. New Haven: Yale University Press, 1996;

LLANOS, M.; SÁNCHEZ, F. Council of Elders? The Senate and Its Members in the Southern Cone. *Latin American Research Review*, v. 41, n. 1, p. 133-152, 2006.

MARENCO, A. *Não se fazem mais oligarquias como antigamente*: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998). Tese de doutorado (Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2000.

______. Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* v. 33, p. 87-101, 1997.

MARENCO, A.; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* v. 22, n. 64, jun. 2007.

MATTHEWS, D. R. Legislative Recruitment and Legislative Careers. *Legislative Studies Quarterly*, v. 9, n. 4, p. 547-585, Nov. 1984.

MESSENBERG, D. *A elite parlamentar do pós-constituinte*: atores e práticas. Brasília: Brasileiense, 2002.

MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, p. 115-134, jun. 2003.

MILLER, W. E.; STOKES, D. E. Constituency Influence in Congress. *The American Political Science Review*, v. 57, n. 1, p. 45–56, March 1963.

NAY, O. Les règles du recrutement politique: pour une approche institutionaliste de la sélection politique. L'exemple des candidats à l'élection régionale. *Politix*, n. 44, 1998.

NEIVA, P.; IZUMI, M. Os "doutores" da federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. *Revista de Sociologia e Política,* v. 20, n. 41, p. 171-192, fev. 2012.

NORRIS, P. *Passages to Power*: Legislative Recruitment in Advanced Democracies. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1997.

NUNES, E. Legislativo, política e recrutamento de elites no Brasil. *Dados*, n. 17, p. 53-78, 1978.

OFFERLÉ, M. (Org.). *La profession politique, XIXe-XXe siècles*. Paris: Belin, 1999.

______. Professions et profession politique. In: OFFERLÉ, M. (dir.). *La Profession politique*. Paris: Belin, 1999.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. Successful Re-election Strategies in Brazil: The Electoral Impact of Distinct Institutional Incentives. *Electoral Studies*, v. 22, n. 3, p. 425-448, 2003.

PERISSINOTTO, R. M.; BOLOGNESI, B. Electoral Success and Political Institutionalization in the Federal Deputy Elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). *Brazilian Political Science Review*, v. 4, n. 1, p. 10-32, 2010.

PERISSINOTTO, R. M.; MIRIADE, A. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. *Dados*, v. 52, n. 2, jun. 2009.

POWER, T.; MOCHEL, M. *Shaping the Brazillian Political Class*: causes and consequences of recruitment to the Chamber of Deputies. Paper apresentado no III Encontro da Associação Latino-americana de Ciência Política (Alacip), Campinas/SP, 2006.

RODRIGUES, L. M. *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2006.

______. *Partidos políticos, ideologia e composição social*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2002.

SAMUELS, D. *Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SANTANA, L. Perfil, trajetórias e ambição política dos legisladores na construção de suas carreiras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. *Teoria & Sociedade* (UFMG), v. 16, n. 2, p. 130-155, 2008.

SANTOS, A. M. dos. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* vol.16, n. 45, p. 69-83, 2001.

SANTOS, F. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99. In:______. *Elites políticas e econômicas no Brasil*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

SAWICKI, F. *Les réseaux du Parti Socialiste*: sociologie d'un milieu partisan. Paris: Belin, 1997.

SCHLESINGER, J. A. *Ambition and Politics*: Political Careers in the United States. Chicago: Rand McNally, 1966.

SHARP, N. W.; SHARP, J. R. *American legislative leaders in the West, 1911-1994*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1997.

SILVA, R. S. da. *Senado*: casa de senhores? Os perfis de carreira dos senadores eleitos entre 1990-2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010.

SULEIMAN, E.; MENDRAS, H. *Le recrulement des élites en Europe*. Paris: La Découverte, 1995.

VEIGA, L.; PERISSINOTTO, R. M. *Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários*: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para Deputado Federal de 2010. Trabalho apresentado no 35º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu/MG, 2011.

WILLIAMS, S.; LASCHER JR. L. (Eds). *Ambition and Beyond*: Career Paths of American Elected Officials. Berkeley: Institute of Governmental Studies, 1993.

# As fronteiras móveis da "oligarquia" e a "elite política" maranhense

*Igor Gastal Grill*[*]

## Apresentação

O estado do Maranhão é frequentemente apresentado na mídia e na bibliografia especializada como caso exemplar de "política oligárquica" no Brasil. Tal classificação se apoia geralmente na associação estabelecida dos profissionais da política com práticas patrimonialistas, com domínio familiar, com laços de dependência/reciprocidade com o poder central, com resquícios de instrumentos tradicionais de mando político (mandonismo, coronelismo), etc.

O termo "oligarquia" assumiu enorme elasticidade em tal cenário, sendo utilizado por diferentes atores como intelectuais, analistas políticos, jornalistas e políticos.[1] No plano das lutas eleitorais, a possibilidade de "etiquetagem" e os limites das fronteiras daqueles que podem ser considerados como parte da "oligarquia" ou daquilo que é designado como "oligarquia" delineiam um espaço político dotado de plasticidade. É utilizado estrategicamente de acordo com a conjuntura e com os alinhamen-

[*] Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA

[1] Para uma análise desses usos em batalhas políticas e intelectuais, ver Grill (2010).

tos faccionais.[2] Os critérios sociais (relações de parentesco no mundo da política, reprodução de famílias em posições políticas e partidárias, controle por parte de grupos familiares de recursos de poder políticos, etc.) e políticos (manutenção de "grupos políticos" em cargos por períodos longos, cooptação de lideranças, sucessões controladas, etc.) acionados para justificar a utilização da expressão estigmatizante e portadora de estereótipos possuem alvos móveis e são mobilizados ao sabor das clivagens efêmeras que se fazem, desfazem e refazem constantemente.

Além disso, seu uso aponta para uma tendência de transferir a explicação dos fenômenos políticos às decisões, vontades, interesses e desígnios de uma coletividade substancializada, "a oligarquia", adotando o modelo reificante de perceber a "vida social", em detrimento do enfoque relacional ou processual. Instituições, rótulos, coletividades e relações de poder são antropomorfizadas, substancializadas e personificadas, ao invés de serem concebidas como produtos das cadeias de interdependências, do caráter simbólico da dominação e dos processos coletivos (Elias, 1999). Essa tendência de personificar ou reificar as relações de poder leva a identificar "alguém" (um "líder"), um "grupo" ("grupo oligárquico") ou um "tipo de entidade sobre-humana" (a "oligarquia") como "detentores" do poder.

O esforço aqui é deslocar o debate do plano normativo para o tratamento analítico centrado nos condicionantes, nos padrões e nas transformações da seleção política.[3] Desse modo, o foco recai na composição do domínio especializado da vida social denominado de política e nos agentes que nele se especializam, designados como "elites", profissionais e lideranças políticas, bem como suas interações com a "não-elite", os profanos ou seguidores (Ysmal, 1985).

---

[2] O uso da noção de facção para caracterizar o enfrentamento entre coalizões interpessoais se deve ao caráter instável e temporário, à centralidade das lideranças personalísticas ou de cliques (funcionando como egos), à importância das retribuições materiais, tangíveis e individuais, à ausência ou fraqueza do elemento ideológico e à estruturação das disputas por cadeias de lealdades e hostilidades recíprocas. Ver Landé (1977), Boissevain (1977), Mayer (1977) e Bailey (2001).

[3] Utiliza-se seleção política pelo fato da noção comportar tanto a dimensão do recrutamento executado por parte dos dirigentes políticos que prescrevem atributos e competências, quanto a iniciativa por parte do postulante à carreira política que incorpora papéis e atribuições. Para uma discussão sobre a pertinência do uso da expressão *selection* em detrimento de *recrutement* e *enrôlement*, ver Nay (1998).

Mais do que isso, utilizando os modelos de jogos de Norbert Elias (1999), cumpre perceber como se configura a balança de poder entre o grupo que forma um nível secundário (menor em termos numéricos), representantes, delegados, líderes, "elites", etc. que jogam entre si, e que se mantém ligado à massa de jogadores ou ao nível primário (maior em termos numéricos). Segundo ele, quando a diferença da distribuição de poder entre os indivíduos dos dois níveis é muito grande e favorável aos especialistas, estes monopolizam o acesso ao jogo (entrada de novos jogadores), mantém a disputa entre um círculo restrito de competidores e os movimentos interdependentes de rivalidades ou alianças que se processam entre eles são mais importantes do que o apoio ou influência dos jogadores de nível mais baixo. A este modelo de jogo de tipo oligárquico é confrontado o modelo de jogo de tipo democrático, no qual o equilíbrio de poder se altera, a influência dos jogadores do nível mais baixo cresce, as funções de representação são alteradas nas suas atribuições (os especialistas tornam-se porta-vozes, funcionários, mandatários, etc.) e estão pautadas em proporção semelhante pelas relações entre os indivíduos que compõem o grupo de nível mais elevado e entre esses e os jogadores de nível mais baixo. Como resultado, constelações diversas de interações se misturam, incrementando a incerteza quanto ao resultado do jogo e complexificando as estratégias e cálculos dos jogadores.

Acontece que as bases sobre as quais se assentam as posições de poder de uma "elite", camada de profissionais da política ou lideranças podem residir tanto na força que os agentes possuem em virtude da notoriedade, da reputação ou do carisma pessoal quanto na investidura ou delegação de um capital coletivo acumulado por um grupo ou instituição (Bourdieu, 1989). Isso exige que, além de captar o grau de monopolização do poder político, seja observado em que medida isso é decorrente de uma endogenia social e/ou endogenia política. Em outros termos, é necessário, por um lado, apreender as propriedades sociais que diferenciam os especialistas dos profanos e a maior ou menor heterogeneidade social no interior do espaço político. Por outro lado, compreender os mecanismos que permitem aos profissionais da política operar uma seleção prévia à escolha dos eleitores, filtrar pretendentes e controlar o acesso às posições de poder, assim como a partir de quais instrumentos (partidos, famílias, redes de lealdades, etc.) conseguem atuar.

Em termos metodológicos, deve-se, inicialmente, apreender a relevância dos processos de seleção social via uma sociografia que seja ca-

paz de mensurar o peso do background social, do patrimônio familiar, do acesso a títulos escolares e profissionais, da condição de gênero, da origem étnica, entre outros indicadores de posição social que permitam visualizar a morfologia da "elite" e o grau de diversificação social ao longo do tempo. Posteriormente, considerar os efeitos da constituição de um domínio propriamente político com suas regras e papéis específicos, suas exigências de profissionalização e seus instrumentos de pré-seleção, captando o maior ou menor controle dos segmentos estabelecidos e o nível de concorrência no interior da chamada "elite política". Tarefa viável por intermédio de indicadores de padrões de carreira política (cargo e idade de ingresso na arena política, tempo de mandatos antes de chegar às posições no cume da hierarquia política). Por fim, as estratégias de legitimação dos recursos acumulados dentro e fora da política por meio das definições legítimas de política que os agentes procuram impor.[4]

O texto ora apresentado procura operacionalizar essas diretrizes de pesquisas. Para tanto, são utilizadas informações biográficas coletadas sobre deputados federais eleitos entre 1945 e 2010 no Maranhão, memórias produzidas pelos mesmos, biografias sobre os parlamentares ou parentes que ocuparam cargos políticos e entrevistas em profundidade realizadas com os próprios políticos, assessores e membros das famílias. A exposição está divida em três momentos que abarcam as perspectivas comparativa, diacrônica/quantitativa e sincrônica/qualitativa do estudo. Na primeira seção são apresentados resultados de uma comparação efetuada entre parlamentares maranhenses e gaúchos no período 1945-2006. Na segunda seção, são consideradas 17 bancadas (1945-2010) do

---

[4] A pesquisa aqui apresentada está inspirada em um conjunto de trabalhos realizados por cientistas sociais franceses (Gaxie, 1980 e 1993; Gaxie e Offerlé, 1985; Collovald, 1985; Garraud, 1989; Dogan, 1999) e brasileiros (Coradini, 2001; Perissinoto, 2009; Rodrigues, 2002; Marenco dos Santos e Serna, 2007; Messenberg, 2002). Para um balanço bibliográfico sobre a complementaridade das perspectivas, ver Offerlé (1999), Hubé (2009) e Grill (2008a e 2011). Levêque (1996, p. 176-187) reuniu uma bibliografia sobre as condições da profissionalização política e do êxito na carreira. Seu levantamento chegou a mais de três centenas de referências, considerando quase que exclusivamente autores franceses. Dividiu-os nas seguintes eixos: 1) a profissionalização como processo histórico; 2) profissionalização e carreira política; 3) profissionalização política pela socialização; 4) escolas do poder; 5) peso das variáveis sociais sobre a profissionalização política; 6) o processo coletivo de profissionalização política.

estado do Maranhão na Câmara dos Deputados. Por fim, são apresentados casos de deputados eleitos nas duas últimas eleições (2006 e 2010) neste estado e que protagonizam as disputas políticas mais recentes.

O contraste com o caso gaúcho, uma configuração política regional tão distinta, permite evidenciar padrões de monopolização política controlada por segmentos estabelecidos social e politicamente, logo o “caráter fechado e coeso” da “elite política estadual”. O estudo longitudinal permite nuançar tais constatações e identificar uma incipiente diversificação social nas composições das bancadas e transformações nos padrões de carreiras políticas. Os perfis analisado na última seção sinalizam para a combinação de práticas tidas como mais “tradicionais” e novas exigências de um espaço que se complexifica lentamente.

## Análise comparativa: Maranhão e Rio Grande do Sul[5]

A adoção de um enfoque comparativo entre as duas configurações regionais[6] permite perceber algumas recorrências. Nos dois estados, prevalecem parlamentares do sexo masculino, portadores de diplomas superiores, descendentes de “famílias de políticos” e que se dedicaram a ocupações que conferem notoriedade.

Deve-se grifar que apenas 4 mulheres participaram das bancadas de deputados federais do Maranhão[7] e 8 mulheres participaram das bancadas de deputados federais do Rio Grande dos Sul. Com destaque para o fato que a presença feminina na Câmara dos Deputados teve início apenas em 1990, no primeiro caso, e em 1994, no segundo caso.

---

[5] Os dados apresentados nesta seção foram coligidos de um estudo mais amplo publicado na forma de artigo e capítulos de livros (Grill, 2008b, 2008c e 2009)

[6] A noção de configuração utilizada aqui se inspira nas formulações de Elias (1999) e Sawicki (1997). Para Elias (1999, p. 142) a noção comporta ações e reações dos jogadores, tensões e interdependências entrelaçadas responsáveis pelas modificações históricas e pelos arranjos societais. Sawicki (1997, p.37) define configuração como o espaço onde as relações de força entre grupos sociais tomam uma forma singular, modelando e retraduzindo as mudanças de todas as ordens que a afetam.

[7] Para um estudo detalhado acerca da presença, perfis, percursos e atuação de deputadas federais e estaduais no Maranhão, ver Costa (2009).

Do mesmo modo, assinala-se que em ambos os cenários a presença de deputados federais que possuem título de ensino superior ultrapassa 85 %. Mais precisamente 85 % no Maranhão e 87 % no Rio Grande do Sul.[8]

A análise dos dados de origem dos deputados levou à constatação de que 70 % dos deputados federais do Maranhão possuem parentes que ocuparam ou ocupam cargos eletivos, enquanto no Rio Grande do Sul a porcentagem chega à 50 %.[9] No conjunto da população analisada em cada estado, 30 % no Maranhão e 25 % no Rio Grande do Sul têm ascendentes que exerceram ou exercem cargos eletivos; 22 % no Maranhão e 16 % no Rio Grande do Sul possuem descendentes que ocuparam ou ocupam cargos eletivos; 40 % no Maranhão e 31 % no Rio Grande do Sul têm membros da mesma geração na "família" que desempenharam ou desempenham cargos eletivos. Ademais, o número de parentes com cargos eletivos em um mesmo grupo familiar é outro dado importante. No Maranhão 15 % dos deputados têm, no mínimo, cinco parentes que ocuparam ou ocupam cargos eletivos, enquanto no Rio Grande do Sul a porcentagem chega a 10 %. Mais de 42 % dos deputados maranhenses e 30 % dos deputados gaúchos possuem entre dois e quatro parentes que ocuparam ou ocupam cargos eletivos, sem desconsiderar que 47 % dos deputados maranhenses e 30 % dos deputados gaúchos pertencem a "famílias de políticos" de duas, três ou quatro gerações de ocupantes de cargos eletivos. Os dados demonstram, então, um peso maior do vínculo de parentesco entre políticos ocupantes de mandatos eletivos no Maranhão, mas indicam uma significativa presença também de laços familiares entre a "elite política" gaúcha.[10]

---

[8] Porcentagens próximas à identificada por Rodrigues (2002) para o conjunto dos deputados federais que compõem 51ª Legislatura. Segundo o autor, 82 % dos casos analisados por ele têm algum diploma de curso superior. Número próximos também àqueles identificados por Messenberg (2002) para o período 1987-1995

[9] Sobre a relação entre parentesco e disputas eleitorais no Rio Grande do Sul, consultar Grill (2003).

[10] Seria necessário uma analise mais minuciosa para verificar o peso entre os agentes com parentesco com outros políticos da "hereditariedade política" (a contribuição familiar pra predispor os agentes a investirem na carreira) e da "hereditariedade eletiva" (o parentesco como um recurso eleitoral). Ver Garraud (1989). Sem falar que os repertórios biográficos ainda são pouco confiáveis na tarefa de detectar tais informações, apenas apresentando os casos de maior notoriedade.

Tanto no Maranhão como no Rio Grande do Sul o conjunto das profissões exercidas no período que precede o ingresso na carreira eletiva (ocupação do primeiro cargo eletivo) sinaliza a importância de três fatores: 1) a reconversão de uma notoriedade profissional (indicada principalmente pelo número de advogados, médicos, jornalistas, professores e professores universitários); 2) o peso do patrimônio econômico e do pertencimento aos círculos que compõem as "elites econômicas" nas carreiras políticas (sugerido pela significativa presença de empresários e proprietários rurais); 3) a passagem por funções públicas (via concurso ou nomeação com base em laço político)[11] – sendo que as bases sociais derivadas da profissão não são excludentes entre si.

No entanto, é necessário apresentar as diferenças que existem entre os dois estados. Proporcionalmente, no Maranhão predominam os empresários, os proprietários rurais e os funcionários públicos, ao passo que no Rio Grande do Sul há um número maior de advogados, professores e professores universitários. No primeiro caso, o recrutamento é mais concentrado em termos de extração social e há uma forte recorrência de profissões relacionadas ao domínio econômico e à administração pública. No segundo caso, a diversificação social no recrutamento é mais contundente, assim como é maior o peso de profissões que possibilitam a afirmação de um reconhecimento como intelectual e de uma posição de porta-voz de causas legítimas.[12]

---

[11] Dogan (1999, p.174) salientou a "afinidade evidente" entre profissões do domínio "du verbe et de plume" como advocacia, jornalismo e magistério, assim como o peso dos funcionários públicos na esfera política na caso da França. Rodrigues (2002) destacou, a partir da bibliografia sobre diversos países, a importância de categorias como funcionários, professores, advogados, jornalistas, profissionais liberais como "fontes de abastecimento da classe política". O principal motivo apontado é justamente por essas profissões possibilitarem um maior tempo livre e/ou grande flexibilidade no horário de trabalho, além do "domínio da oratória". Salientou também a presença de empresários nos parlamentos.

[12] Para um estudo detalhado sobre as estratégias de afirmação de recursos intelectuais e militantes, ver Reis (2007).

Quadro 1. Profissão exercida antes do primeiro cargo eletivo

| Profissão | nº de casos MA | nº de casos RS |
|---|---|---|
| Advogados | 34 | 100 |
| Empresários (grandes e médios) | 50 | 30 |
| Proprietários Rurais (grande e médio) | 30 | 30 |
| Professores Universitários | 11 | 30 |
| Professores | 7 | 20 |
| Jornalistas | 7 | 15 |
| Comunicadores (rádio e TV) | - | 6 |
| Médicos | 15 | 10 |
| Dentistas | 1 | 4 |
| Alto Funcionário Público | 25 | 18 |
| Médio Funcionário Público | 30 | 14 |
| Baixo Funcionário Público | 5 | 10 |
| Metalúrgico | 1 | 3 |
| Pescador | - | 1 |
| Pequeno Agricultor | - | 3 |
| Estudante | 3 | 1 |

Fontes: Abreu (2001) e entrevistas.

Ocorrem variações também no que se refere aos diplomas escolhidos e às instituições de ensino frequentadas. Apesar de nos dois estados predominarem os deputados titulados nos cursos de Direito, Medicina e Engenharia, em termos proporcionais observa-se no Maranhão a frequência maior dos formados em Medicina (17,7 % contra 5,7 % no Rio Grande do Sul) e Engenharia (21,1 % contra 5,7 %) e há maior concentração nos três principais cursos (Direito, Medicina e Engenharia), por outro lado, no Rio Grande do Sul, há maior incidência de parlamentares formados em Direito (63,2 % contra 41,2 % no Maranhão)[13] e uma diversificação maior de títulos.

[13] Mais uma vez tomando como parâmetro o trabalho de Rodrigues (2002), que se limita a uma legislatura, constata-se que o mesmo encontrou os seguintes números: 31 % em Direito, 13,1 % em Medicina e 11,7 % em Engenharia. Percebe-se que os

Os dados sobre o tipo de instituição de Ensino Superior em que foi obtido o título reforçam novamente a constatação de uma concentração maior em termos de segmentos sociais de origem da “elite política maranhense” e uma diversificação social maior da “elite política gaúcha”. Entre os deputados com título superior, os números referentes àqueles que obtiveram diplomas nas instituições públicas (federal e estadual) situadas na capital assemelham-se (pouco mais de 45 % dos casos). O que os diferencia significativamente é o peso no Maranhão das instituições públicas e particulares de outros estados, em contraposição à importância no Rio Grande do Sul das instituições públicas situadas no interior e das instituições particulares na capital ou no interior.

Quadro 2. Primeiro diploma de nível superior obtido.

| 1º Título Obtido | nº casos MA | (%) MA | nº casos RS | (%) RS |
|---|---|---|---|---|
| Direito | 35 | 41,2 | 110 | 63,2 |
| Medicina | 15 | 17,7 | 10 | 5,7 |
| Engenharia | 18 | 21,1 | 10 | 5,7 |
| Administração | 4 | 4,7 | 5 | 2,9 |
| Economia | 5 | 5,8 | 15 | 8,6 |
| Veterinária | 1 | 1,1 | 4 | 2,3 |
| Agronomia | 1 | 1,1 | 2 | 1,2 |
| Comunicação Social | - | - | 4 | 2,3 |
| Ciências Humanas | 4 | 4,7 | 8 | 4,6 |
| Farmácia | 2 | 2,3 | - | - |
| Odontologia | - | - | 5 | 2,9 |
| Matemática | - | - | 1 | 0,6 |
| Total | 85 | 100 | 174 | 100 |

Fontes: Abreu (2001) e entrevistas.

índices encontrados para o Maranhão estão com porcentagens, nos três principais cursos, acima daqueles por ele encontrado pelo autor (especialmente no caso da Engenharia). Chama a atenção também a alta porcentagem de parlamentares formados em Direito no Rio Grande do Sul comparativamente àqueles formados em Medicina e Engenharia.

Quadro 3. Tipo de instituição de ensino superior

| Tipo de Instituição Superior | nº casos MA | (%) MA | nº casos RS | (%) RS |
|---|---|---|---|---|
| Públicas da capital | 40 | 47 | 80 | 46 |
| Públicas de outros estados | 41 | 48,2 | 8 | 4,5 |
| Públicas do interior | 0 | 0 | 20 | 11,5 |
| Particulares da capital | 1 | 1,1 | 31 | 17,6 |
| Particulares do interior | 0 | 0 | 35 | 20,1 |
| Particulares de outros estados | 3 | 3,5 | 0 | 0 |
| Total | 85 | 100 | 174 | 100 |

Fontes: Abreu (2001) e entrevistas.

Os dados reunidos sobre as carreiras também demonstram similaridades e discrepâncias. É possível observar que mais da metade dos parlamentares dos dois estados iniciaram-se na carreira eletiva (ou seja, ocuparam o primeiro cargo conquistado em pleitos eleitorais) com menos de 35 anos. Esse ingresso precoce torna-se ainda mais visível quando se considera a idade nos primórdios da ocupação dos cargos (incluindo eletivos e nomeados): mais de 70 % dos agentes estrearam com idade inferior a 35 anos, mais da metade antes dos 30 anos e entre 25 % no Maranhão e 23 % no Rio Grande do Sul antes dos 25 anos.

Ainda no tocante às carreiras, cotejando as informações por estado sobre o primeiro cargo eletivo ocupado, as dessemelhanças entre os padrões regionais vêm à tona, uma vez que 13 % dos deputados federais do Maranhão ingressaram na carreira política via posições eletivas locais (vereança, vice-prefeitura e prefeitura) contra 39,5 % do Rio Grande do Sul. Ademais, 50 % dos deputados federais do Maranhão iniciaram-se em cargos políticos administrativos, logo não-eletivos (somando cargos de primeiro e segundo escalões nos níveis municipal, estadual e federal) contra 25 % no Rio Grande do Sul.

Tais padrões são corroborados com a verificação das informações sobre o cargo de ingresso na carreira eletiva (primeiro cargo eletivo ocupado). Os dados mostram que, no Maranhão, apenas 18 % começaram a carreira eletiva por posições locais, isto é, como vereadores (12 %) e como prefeitos e vice-prefeitos (6 %), contra 47 % dos deputados federais, no Rio Grande do Sul, que iniciaram por posições do mesmo tipo como vereadores (39 %), vice-prefeitos e prefeitos (8 % somados). Contrariamente, no Maranhão 80 % dos agentes investigados debutaram na ocupação de

cargos eletivos como deputados federais (44 %) ou estaduais (36 %), contra 53 % no Rio Grande do Sul que ingressaram pelos mesmos cargos (27 % e 26 %, respectivamente). Dois dados merecem destaque: 1) dos deputados federais analisados, no Maranhão 12 %[14] e no Rio Grande do Sul 39 % iniciaram suas carreiras eletivas como vereadores; 2) dos deputados maranhenses 44 % chegam diretamente à Câmara dos Deputados sem passar por vereança, prefeitura ou deputação estadual; para os gaúchos esse índice é de 27 %.

Quadro 4 . Cargo de ingresso na carreira política

| **Cargo** | **nº de casos MA** | **(%) MA** | **nº de casos RS** | **(%) RS** |
|---|---|---|---|---|
| Vereador | 9 | 9 | 67 | 33,5 |
| Deputado estadual | 21 | 21 | 34 | 17 |
| Deputado federal | 16 | 16 | 37 | 18,5 |
| Prefeito/Vice-prefeito | 4 | 4 | 12 | 6 |
| Cargos administrativos (nomeação) | 50 | 50 | 50 | 25 |
| Total | 100 | 100 | 200 | 100 |

Fontes: Abreu (2001) e entrevistas.

[14] Messenberg (2002) também apontou para a pequena incidência de parlamentares nordestinos que passaram pela vereança no período 1987 a 1995. Apesar disso, suas porcentagens ainda são um pouco maiores para o conjunto dos estados do nordeste (18,2 %).

Quadro 5. Cargo de ingresso na carreira eletiva

| Cargo | nº de casos MA | (%) MA | nº de casos RS | (%) RS |
|---|---|---|---|---|
| Vereador | 12 | 12 | 78 | 39 |
| Deputado estadual | 36 | 36 | 52 | 26 |
| Deputado federal | 44 | 44 | 54 | 27 |
| Prefeito/Vice-prefeito | 6 | 6 | 16 | 8 |
| Vice-Governador | 2 | 2 | ------------ | ------ |
| Total | 100 | 100 | 200 | 100 |

Fontes: Abreu (2001) e entrevistas.

Tal discrepância nos padrões de carreiras traduz-se igualmente nas diferenças quanto à experiência eletiva prévia à chegada ao cargo de Deputado Federal. Somando os anos de cargos eletivos que os deputados federais exerceram ou alcançaram antes de elegerem-se deputados pela primeira vez, revela-se mais uma vez a variação regional. Analisando-se o Quadro 6, percebe-se que apenas 10 % dos casos analisados do Maranhão desempenharam ou conquistaram nas urnas mais de oito anos de mandatos eletivos antes de chegarem ao Congresso Nacional e 28,5 % dos casos analisados do Rio Grande do Sul. E 73 % (quase 3/4) dos parlamentares maranhenses chegaram à Câmara dos Deputados com menos de quatro anos de mandatos eletivos conquistados, contra 47,5% – menos da metade – dos parlamentares gaúchos.

Quadro 6. Experiência eletiva prévia ao mandato de deputado federal

| Anos de cargos eletivos prévios exercidos ou conquistados | nº de casos MA | (%) MA | nº de casos RS | (%) RS |
|---|---|---|---|---|
| 0 | 44 | 44 | 56 | 28 |
| 1-4 | 29 | 29 | 39 | 19,5 |
| 5-8 | 17 | 17 | 48 | 24 |
| + de 8 | 10 | 10 | 57 | 28,5 |
| Total | 100 | 100 | 200 | 100 |

Fontes: Abreu (2001) e entrevistas.

Por meio do exame dos perfis e itinerários políticos dos agentes associando-os aos dados sobre os ascendentes, foi possível ainda identificar, nas duas *configurações*, três padrões de afirmação social, bem como de acesso, especialização e reprodução no espaço político. O primeiro abarca os "descendentes" das "famílias mais tradicionais", estabelecidas social e politicamente desde o século XIX e início do século XX. O segundo reúne os deputados egressos de "famílias" marcadas por uma "ascensão social" significativa ou pelo "empreendedorismo" na primeira metade do século XX, com presença preponderante de "descendentes de imigrantes". E o terceiro (minoritária nos dois estados investigados) congrega os casos de ascensão política a partir de origens sociais mais baixas, calcada na atuação militante em diversos espaços.

O quadro abaixo constitui um esforço de sistematização das informações que permitem aproximar os agentes a percursos individuais e coletivos comuns. São realçados, também, os princípios de hierarquização social em concorrência, seus usos políticos e os trunfos acionados para legitimação dos deputados e dos seus "grupos familiares" no espaço político.

Quadro 7. Modalidades de afirmação e reprodução políticas

| **Características / Padrões** | **"Tradicional"** | **"Ascensão Social"** | **"Militância"** |
|---|---|---|---|
| Perfil dos ascendentes | Pertencentes às "elites" econômicas, políticas e sociais estabelecidas desde o século XIX (fazendeiros, comerciantes, altos funcionários públicos e militares). | Comerciantes ligados ao processo de imigração que ascenderam e tornaram-se prósperos empresários. | Baixa extração social ou origem humilde (pequenos agricultores, pescadores, lavradores, metalúrgico, pedreiro etc.). |
| Período de ingresso do grupo familiar na política eletiva | Antes de 1930. | 1930-1970 (especialmente na redemocratização iniciada em 1945). | Pós-1959 (especialmente nas três últimas décadas). |
| Padrão de formação escolar | Diplomas em Medicina, Direito e Engenharia, conquistados em instituições públicas (no RS, principalmente na capital, e no MA, principalmente fora do estado). | Diplomas em Medicina, Direito e Engenharia, conquistados em instituições públicas e comunitárias na capital, no RS, e em instituições públicas na capital e em centros maiores, no MA. | Maior diversificação dos títulos escolares obtidos em instituições públicas, privadas e comunitárias da capital, e públicas, privadas e comunitárias do interior, no RS, e em instituições públicas da capital, no MA. |
| Padrão de ingresso na carreira política | Cargos eletivos e públicos (mais eletivos, no Rio Grande do Sul, e mais públicos, no Maranhão). | Majoritariamente por cargos eletivos, no RS, e em proporções semelhantes entre cargos eletivos e públicos, no MA. | Cargos eletivos. |
| Padrão de ingresso na carreira eletiva | Deputação federal. | Vereança e prefeitura, no Rio Grande do Sul, e deputação estadual, federal e prefeitura, no Maranhão. | Vereança, no RS, e deputação estadual, no MA. |
| Estratégias de consagração do grupo familiar | Ênfase na vinculação com o passado mítico de lutas militares e políticas, no RS, e associação com uma época de apogeu inventada que se traduzia em um estilo de vida sofisticado e na tradição de intelectualidade, no MA. Referências de síntese da "vocação política" = ideia de possuírem uma "vocação" para a "coisa pública", pretensamente atestada por atributos naturalizados como: "formação", "preparo", "cultura", "erudição", "conhecimento", "poder argumentativo", "tradição de estudo". | Ênfase nas condições adversas dos pioneiros imigrantes e no trajeto excepcional ascendente da família. Referências de síntese para justificar a "vocação política" = "vocação" para o "empreendedorismo" e para o "trabalho comunitário", atestada por atributos naturalizados como: "capacidade de trabalho", "capacidade de comunicação", "audácia", "vivência empresarial". | Ênfase na "precariedade", na "humildade" e na "carência" que marcaram os "antepassados" do primeiro político e na excepcionalidade do trajeto de afirmação política. Referências de síntese para justificar a "vocação política" = "missão", "predestinação" e "obstinação", atestadas pela "superação" via engajamento. |

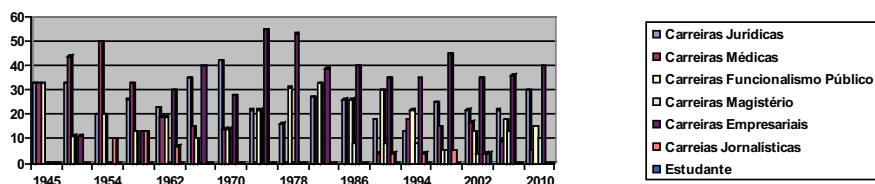
Fontes: Repertórios biográficos, biografias e entrevistas em profundidade.

## A morfologia de uma "elite política estadual" e suas transformações

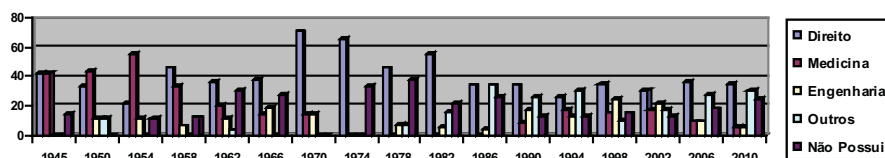
Os dados apresentados na seção anterior e o viés comparado adotado enfatizaram condicionantes da política maranhense que configuram um cenário de endogenia social e política. Predomínio de advogados, médicos, engenheiros e empresários; reprodução de "famílias tradicionais"; cooptação de segmentos outsiders; mecanismos de transmissão política via parentesco; carreiras políticas que iniciam por cima e/ou por intermédio da ocupação de cargos públicos conquistados através de nomeações; experiência de mandatos eletivos pouco significativa antes de chegar à Câmara dos Deputados; são fatores que delineiam o controle que camadas estabelecidas social e politicamente exercem sobre o espaço político.

A perspectiva longitudinal possibilita, por sua vez, atentar para alguns aspectos de diversificação da composição social da "elite política maranhense". Considerando os mesmos indicadores mobilizados no item anterior, verifica-se que os parlamentares tendem a se distribuir ao longo do tempo em ocupações mais variadas, a conquistar diplomas em áreas menos concentradas e em instituições situadas no próprio estado (públicas e particulares) em detrimento da passagem por outros centros.

No que tange às ocupações é possível notar a diminuição de presença de médicos, funcionários públicos e advogados – que monopolizavam as cadeiras do estado no parlamento até a década de 1960 –, o aumento de carreiras empresariais entre as décadas de 1960 e 1970 e a distribuição mais equitativa entre carreiras jurídicas, médicas, empresariais, no funcionalismo público, no magistério e no jornalismo a partir da década de 1980.

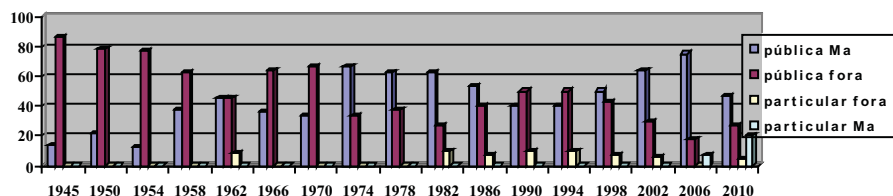
Principal ocupação

Fonte: DHBB (CPDOC-FGV) e Repertórios Biográficos (Câmara dos Deputados).

Isso se traduz igualmente na diversificação dos diplomas conquistados. O gráfico abaixo mostra um significativo domínio dos títulos de direito e medicina[15] em um primeiro período que se estende até a década de 1970 (sendo que com decréscimo da presença dos titulados em medicina). Sinaliza ainda para um relativo equilíbrio entre formados em direito, medicina, engenharia e outros cursos nas últimas décadas.

Primeiro diploma superior

Fonte: DHBB (CPDOC-FGV) e Repertórios Biográficos (Câmara dos Deputados).

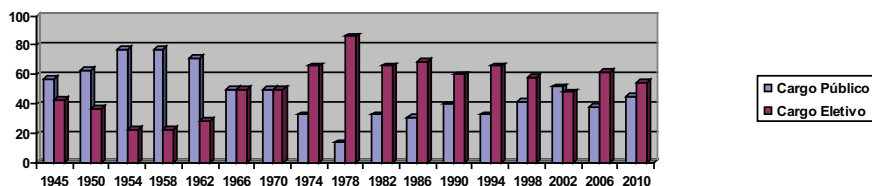
Diplomas cuja obtenção tende a ser, por sua vez, cada vez mais em instituições locais, o que denota menores custos e exigências. O gráfico a seguir demonstra a relevância da passagem por outros centros nos trajetos escolares dos parlamentares maranhenses no período que inicia em 1945 e vai até 1974. A partir da década de 1970 evidencia-se a centralidade das instituições publicas (Universidade Federal do Maranhão e Universidade Estadual do Maranhão) como veículo de formação da "elite política estadual". Nas últimas décadas é possível constatar a presença mais acentuada de deputados formados em instituições particulares de fora do estado e principalmente no Maranhão (mais especificamente na capital).

[15] Sobre a vinculação entre Medicina e posições no espaço do per, ver Nunes (2000).

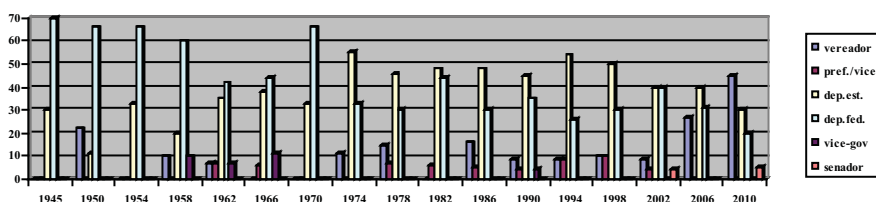
Instituição em que obteve o título superior

Fonte: DHBB (CPDOC-FGV) e Repertórios Biográficos (Câmara dos Deputados).

A diversificação social é acompanhada de uma recente transformação nos padrões de carreiras políticas. Ao longo do tempo: diminuiu a proporção de deputados que iniciaram a carreira por cargos políticos não-eletivos (cargos de nomeação de primeiro e segundo escalões); o "ingresso por cima", isto é, o número de casos de deputados também caiu em termos percentuais; as bancadas são formadas por deputados que chegam à Câmara dos Deputados em idade mais elevada; há um número mais expressivo de casos eleitos nas últimas eleições com carreiras de mandatos eletivos prévios mais longas.

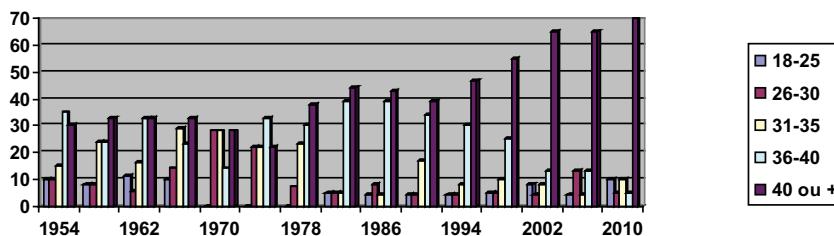
O gráfico abaixo ilustra como existia a predominância de deputados que iniciavam suas carreiras por cargos públicos não-eletivos até 1962. No início da década de 1970 há um equilíbrio entre aqueles que ingressam por cargos públicos e por cargos conquistados via eleições. A partir da década de 1974 prevalecem os parlamentares que debutam na carreira por meio de processos eleitorais.

Cargo de ingresso na carreira política

Fonte: DHBB (CPDOC-FGV) e Repertórios Biográficos (Câmara dos Deputados).

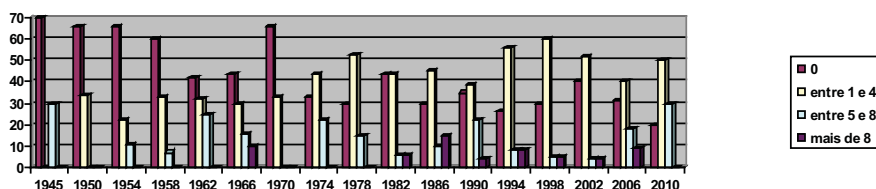
Tomando especificamente o primeiro mandato eletivo conquistado, é possível estabelecer um paralelo com as informações analisada acima. Ou seja, visualiza-se no gráfico abaixo que a partir de 1974 os deputados que chegam à Câmara dos Deputados sem passar por outros cargos deixam de ser majoritários, Cabe salientar também o aumento dos casos de carreiras que começam pela deputação estadual entre 1974 e 1998 e, principalmente, o número daqueles que começam como vereadores que foram eleitos nas duas últimas eleições (2006 e 2010).

Cargo de ingresso na carreira eletiva

Fonte: DHBB (CPDOC-FGV) e Repertórios Biográficos (Câmara dos Deputados).

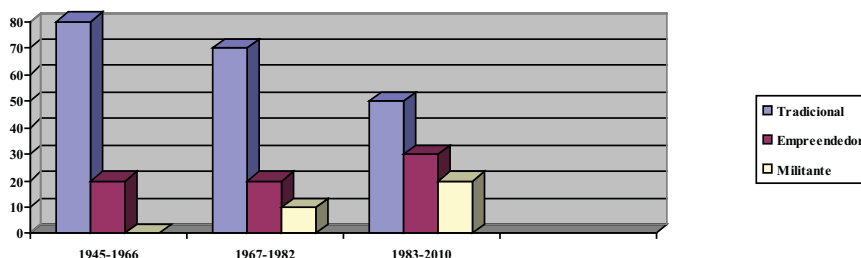
Tais constatações podem ser corroboradas pelas informações acerca da idade que os deputados que compõem as bancadas possuíam quando chegaram à Câmara dos Deputados. Percebe-se no gráfico a seguir que a partir de 1978 há um predomínio de deputados que chegaram ao cume da hierarquia dos cargos de eleições proporcionais com mais de 40 anos. Fator incrementado ao longo das décadas de 1990 e 2000.

Idade de chegada na Câmara dos Deputados

Fonte: DHBB (CPDOC-FGV) e Repertórios Biográficos (Câmara dos Deputados).

O fato de chegarem à Câmara dos  Deputados em idade mais elevada se torna um dado ainda mais significativo quando observamos a diminuição do número de casos que alcançam tal posição com nenhuma experiência de mandatos eletivos prévios, bem como o aumento daqueles que atingem o mandato com entre 1 e 4 anos (principalmente) e com entre 5 e 8 anos de experiência (presentes entre os eleitos nas duas últimas eleições) prévia em cargos eletivos.

Tempo de mandatos eletivos conquistados
antes de chegar à Câmara dos Deputados

Fonte: DHBB (CPDOC-FGV) e Repertórios Biográficos (Câmara dos Deputados).

Reunindo mais uma vez as informações sobre origens sociais e carreiras políticas para o conjunto dos casos, é possível distribuir o conjunto de casos entre os padrões descritos na seção anterior (“tradicional”, “empreendedor” e “militante”) e revelar o processo de diversificação da “elite política” ao longo do tempo.

Padrão e distribuição dos casos por período

Fonte: DHBB (CPDOC-FGV) e Repertórios Biográficos (Câmara dos Deputados).

## Mudança e continuidade nas duas últimas eleições: abordagem sincrônica e tratamento qualitativo das informações

Em que pese o exercício comparativo entre deputados federais do Maranhão e do Rio Grande do Sul ter indicado uma forte seleção social e mecanismo de seleção endógenos (seção 1), os dados expostos e considerados em uma perspectiva longitudinal apontam para uma diversificação social e para uma maior concorrência no interior da "elite política maranhense" (seção 2). Nesta seção, o enfoque adotado será sincrônico, pois abordará um conjunto de parlamentares eleitos nas duas últimas eleições (2006 e 2010) e que protagonizam as disputas eleitorais no estado na última década, assim como o tratamento das informações será, dessa vez, qualitativo, já que se apoiará em entrevistas, biografias e material coletado na mídia para descrever casos representativos das bases sociais e modalidades de carreiras.

Três eixos estruturam os padrões apresentados nas duas seções anteriores: "tradicional", "empreendedor" e "militante". O primeiro se constitui em torno das propriedades sociais dos agentes, isto é, perfil dos antepassados, composição do patrimônio familiar e pessoal, ocupações exercidas e trajetos escolares. O segundo de fundamenta nas modalidades de percursos políticos (cargo de ingresso na carreira política, tempo de mandatos eletivos prévios e idade no momento da conquista do primeiro mandato na Câmara de deputados). Por fim, o último evidencia concepções contrastantes e concorrentes sobre a atividade política. A caracterização feita a seguir sobre um conjunto de deputados utilizará os dois primeiros eixos para permitir uma comparação entre os casos, bem como para revelar os fatores de mudanças na composição social e política da "elite" no estado e os mecanismos de continuidade.

Partindo das origens sociais, dois casos se mostram exemplares da capacidade de adaptação das estratégias de reconversão grupos familiares estabelecidos. O primeiro é deputado federal pelo Partido Verde (PV) e o segundo ocupa o mesmo cargo pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Oriundo de "família de políticos", o parlamentar do PV é neto de um desembargador - cujo pai, professor, casou com a filha de um político de Pernambuco – e de um médico – descendente de uma "tradicional família maranhense". O pai estudou no Liceu Maranhense e na Faculdade de Direito, em São Luís. Foi oficial de gabinete do governador, secretário

do tribunal de justiça, deputado federal – eleito pela primeira vez aos 24 anos e reeleito em duas ocasiões, governador, senador pelo Maranhão (durante 15 anos), presidente da república (eleito vice-presidente, assumiu a vaga com a morte do titular) e é senador pelo Amapá desde 1990, quando se elegeu pela primeira vez, sendo reeleito em 1998 e 2006. Foi filiado ao Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN), Aliança Renovadora Nacional (ARENA, da qual foi presidente nacional), ao Partido Democrático Social (PDS) e ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro. É membro da Academia Brasileira de Letras e, da Academia Maranhense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Um dos irmãos foi deputado estadual. Entre os descendentes, dois sobrinhos foram deputados, além da filha que foi deputada federal (eleita pela primeira vez aos 36 anos), governadora do Maranhão (eleita em 1994 e reeleita em 1998), senadora (entre 2002 e 2009, quando assumiu com a cassação do governador eleito em 2006 no Supremo Tribunal Federal) e novamente governadora (eleita em 2010). Os dois irmãos do parlamentar se casaram com descendentes de uma "família de libaneses", cujos membros se constituíram em importantes empresários do estado e já contou com dois deputados federais.

Formado em Direito pela UFMA, o político do PV se elegeu pela oitava vez deputado federal em 2010, já foi deputado estadual (eleito em 1978, com 21 anos) pela Arena, deputado federal (sendo eleito a primeira vez com 25 anos) pelo PDS, pelo Partido da Frente Liberal (PFL) e pelo PV. Foi ministro do Meio Ambiente durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) entre 1995 e 2002. Filiado ao PV desde 2003, liderou uma migração de lideranças municipais ao partido[16] e apoiou as gestões de Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) como presidente. O "grupo familiar" concentra investimentos empresariais diversificados, com destaque para o sistema mirante de comunicações (composto de TV, rádios e jornais e administrado pelo seu irmão), e o parlamentar declarou à justiça eleitoral um patrimônio de R$ 4.077.996 (terceiro maior patrimônio declarado entre os 18 eleitos pelo Maranhão em 2010) formado por ações em empresas da família e imóveis diversos (terrenos, casas, apartamento e automóveis).

[16] Ver Grill (2010b)

O deputado federal pelo PMDB também possui ascendentes que ocuparam importantes postos políticos no estado. O bisavô, bacharel em direito pela academia jurídica de Olinda, foi senhor de engenhos, promotor público, deputado provincial à Assembleia Provincial do Maranhão e deputado constituinte, além de possuir a patente de major. O avô paterno foi senhor de engenhos, ostentava a patente de capitão e casou com a filha de comendador. O pai foi funcionário público e atuou na imprensa maranhense, como colaborador do Jornal “O Combate”, ligado ao Partido Republicano, sob a direção do deputado Lino Machado. No serviço público foi datilógrafo do gabinete do então secretário de fazenda do estado e, posteriormente, chefe de seção da contadoria geral do mesmo órgão. Foi ainda diretor de serviço público e diretor do tesouro público. Chegou aos cargos de secretário geral do estado (secretaria que abrangia as pastas da fazenda, educação, interior, justiça e segurança), secretário da fazenda da prefeitura municipal de São Luís e secretário estadual da fazenda. Dirigiu também a Companhia Maranhense de Abastecimento e Preços.

Esse funcionário público teve 7 filhos, 4 homens e três mulheres. Entre os homens, o mais velho foi funcionário público, outro se tornou um importante advogado no Maranhão, o mais moço engenheiro que ocupou vários cargos públicos em governos do estado e o penúltimo (caso enfocado aqui) fez carreira política. Formado em direito pela UFMA (tendo participação no movimento estudantil nos anos 1960), com mestrado em direito pela PUC do Rio de Janeiro, trilhou uma carreira de cargos públicos antes de chegar aos postos eletivos. Foi assessor da secretaria da fazenda na década de 1970, analista de desenvolvimento científico do CNPq, secretario executivo do programa Carajás do governo federal na década de 1980, deputado estadual constituinte (eleito em 1986 aos 40 anos), reelegendo-se em 1990, secretario de planejamento do estado (1991-1994) e deputado federal desde 1994 (quando se elegeu pela primeira vez aos 48 anos), tendo nesse período se afastado para assumir a secretaria de educação do governo do estado do Maranhão. Foi filiado ao PMDB, PSC (Partido Social Cristão) e novamente ao PMDB. Concorreu à prefeitura de São Luís em 2008. Declarou um patrimônio à justiça eleitoral em 2010 de R$ 421.180,19, composto de imóveis (2 casas e 1 carro) e contas correntes.

Quando se considera o eixo do padrão de carreiras é possível, principalmente a partir do primeiro cargo eletivo conquistado, perceber modalidades de controle e seleção por parte de segmentos estabelecidos

politicamente, que criam as condições de entrada de “novatos” (trazendo inclusive repertórios originais). É o caso do deputado federal pelo Partido Comunista do Brasil, eleito em 2006 (que concorreu ao governo do estado em 2010) sem ter disputado nenhuma eleição até então e após um período de afastamento do estado, e do deputado federal eleito pelo PMDB em 2010, depois de exercer mais de 20 anos de cargos de primeiro escalão, muitos dos quais fora do estado e tendo origem no Ceará. São casos que ilustram os efeitos de máquinas políticas[17] (com lideranças rivais que polarizam as disputas e controlam facções hostis nos momentos eleitorais) para a chegada de determinado indivíduos ao topo da carreira de cargos legislativos, sem passar por postos eletivos situados em posições menos valorizadas na hierarquia política.

O primeiro[18] é originário de uma “família” notabilizada pelas carreiras políticas, jurídicas e intelectuais. O bisavô foi deputado provincial no Amazonas. O avô, formado em direito na Faculdade do Pará, foi promotor e juiz no Maranhão, chegando ao posto de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, além de pertencer ao panteão jurídico (patrono da cadeira número 40 da Academia Maranhense de Letras Jurídicas), e intelectual (membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão) do estado.

O pai, formado pela Faculdade de Direito de São Luís, foi vereador e deputado estadual antes do golpe militar de 1964. Com os direitos políticos cassados pelo regime militar, ocupou cargos de primeiro escalão no governo do estado nas gestões de José Sarney (1966-1970) e Pedro Neiva de Santana (1971-1974), filiados à Arena. Em 1974, recuperou o direito de concorrer a postos eletivos e se elegeu novamente deputado estadual. Não obteve sucesso nas eleições para o mesmo cargo em 1978 e 1982. Voltou a ocupar cargos de primeiro escalão nas gestões de João Castelo

---

[17] Modalidade específica de organização política informada por motivações de natureza material, incentivos exclusivos e individuais, retribuições tangíveis, pragmáticas no seu funcionamento, instáveis e conflituosas no interior das suas fronteiras. Ver Scott (1969) e Diniz (1982).

[18] Os dados usados para a construção do itinerário do agente foram coligidos de uma dissertação de mestrado defendida no programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA (Barros Filho, 2007) e que mobilizou uma entrevista realizada com o atual deputado federal (seguindo roteiro elaborado para uma pesquisa mais ampla sobre as bases da especialização política no Maranhão e aplicado em outros 13 casos) e uma gama variada de fontes para coleta de informações biográficas e referentes à genealogia (livros, entrevistas em jornais, anais da Assembleia Legislativa, etc.).

e Luís Rocha, governadores eleitos pela Arena e PDS, respectivamente. Foi ainda prefeito de João Lisboa por duas vezes e encerrou sua carreira quando foi derrotado na tentativa de reeleição. Autor de vários livros, foi consagrado como integrante da Academia Maranhense de Letras e membro fundador da academia Imperatrizense de Letras.

Seus três filhos homens, entre os quais o deputado federal pelo PCdoB no período 2007-2010, estudaram nos principais particulares de São Luís e se formaram em direito pela UFMA. O segundo mais velho (caso em foco), iniciou sua militância no movimento estudantil, foi presidente do grêmio da escola em que estudou e coordenador do Diretório Central de Estudantes (DCE) da universidade. Nesse período se filiou ao Partido dos Trabalhadores, sendo, inclusive, vice-presidente do Diretório Municipal. Formado, atuou como advogado de sindicatos, foi secretário da Comissão de Direitos Humanos da ordem dos Advogados do Brasil no estado e professor da UFMA. Aprovado em concurso para juiz federal, foi vice-presidente e presidente da Associação dos Juízes Federais, membro do Conselho de Justiça Federal e secretário da Comissão de Altos Estudos da Justiça Federal. É autor de livros e artigos sobre problemáticas ligadas à reforma do judiciário, sobre "direito ambiental", "direito administrativo", "direito constitucional", "direito público", "acesso à justiça", "trabalho escravo", "crimes ambientais" e "direitos humanos". Após esse período de intervenções na política categorial e voltada pra o âmbito da justiça, concorreu ao cargo de deputado federal pelo PC do B.

Uma série de movimentos propiciou seu ingresso na carreira política e seu reingresso nas disputas partidárias do estado. As dissidências no jogo de facções locais redefiniram as clivagens. O então governador José Reinaldo Tavares rompeu sua ligação com a principal liderança do seu "grupo político" (José Sarney) e se aproximou das lideranças ligadas à facção rival. Atraiu vários prefeitos e personalidades para uma grande frente intitulada "Frente da Libertação" (entre elas quadros de destaque do judiciário). Na recomposição do seu secretariado, José Reinaldo Tavares contou com a colaboração de um advogado e professor universitário, que fora coordenador do Diretório Central de Estudantes da UFMA, irmão do futuro deputado federal pelo PCdoB. Foi beneficiado, então, pelo apoio de parte das lideranças locais cooptadas pelo então governador e acionou um leque de contatos com círculos da "elite política brasileira" estabelecido no período em que atuou em Brasília. Tais trunfos se soma-

ram ao trabalho de mobilização dos "operadores do direito" espalhados pelo estado, aos quadros do PC do B que atuaram de forma coesa na campanha, aos contemporâneos de movimento estudantil (muitos deles, inclusive, ainda filiados ao PT) e a uma importante parcela dos chamados "formadores de opinião" (como professores e jornalistas) de São Luís.[19]

Um dos resultados desses investimentos foi a conquista de um cargo eletivo já na primeira competição eleitoral e como o quarto deputado federal mais votado no MA (aos 38 anos). O ingresso "por cima", diretamente como deputado federal, favorecido por apoios no centro da política nacional, se utilizando de rearranjos nas alianças e alinhamentos no estado, bem como se alicerçando nas "imagens" que mesclam o reconhecimento como intelectual e político, permitem o aproximar do padrão dominante de recrutamento da "elite política". Mesmo que os repertórios e as linguagens utilizados sejam renovados e reatualizados constantemente. Em 2010, concorreu ao governo do estado e declarou à justiça eleitoral o patrimônio de R$ 868.807,96.

Se o primeiro caso exemplifica a combinação de engajamento militante,[20] posição ideológica de esquerda e funcionamento de máquinas políticas, o segundo caso revela a justaposição do que se convencionou chamar de recursos de *expertise* aos trunfos decorrentes da ocupação de cargos públicos, assim como às cadeias de apoiadores que possibilitaram. O atual deputado federal pelo PMDB, é originário do município Uruoca no Ceará. Filho de um comerciante, estudou engenharia na capital, Fortaleza, e foi estagiário da Secretaria de Planejamento do Ceará. Concluiu

[19] Sobre a composição da rede de apoiadores e a mobilização da mesma durante a campanha em diferentes cenários (comícios, caminhadas, atos, etc.) e mediante linguagens distintas (panfletos, depoimentos, cartas de apoiadores, etc.) pode-se consultar Barros Filho (2007).

[20] Nota-se que não se trata de simplesmente acionar a atividade profissional (advocacia ou magistratura), mas como mostra Coradini (2001, p. 31): "[...] a importância da 'profissão', enquanto base de recursos eleitorais, é inversamente proporcional ao seu exercício, no sentido do exercício direto conforme as prescrições que o definem. Porém, mais que distanciamento da profissão enquanto exercício, trata-se da mencionada redefinição das relações com a mesma, o que possibilita a apresentação do candidato como incluído nesse mesmo 'exercício' como algum tipo de 'líder' ou, então, em alguns casos, a colocação desse exercício a serviço de alguma 'causa' externa ao mesmo [....]".

a pós-graduação em Administração e Gerência pela mesma instituição, ainda na década de1980, e mais recentemente fez mestrado em gestão Pública pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). É autor do livro intitulado "Reforma do Estado e cidadania: contexto Maranhão", lançado em 2010 (ano em que concorria à deputação federal)

Foi conselheiro e presidente do Conselho Regional de Economia do estado, na década de 1980. Na sequência, foi secretário de planejamento e coordenação, secretário de estado da administração e coordenador da reforma administrativa do governo Tasso Jereissati, ainda no Ceará. Na década de 1990 foi recrutado para trabalhar no projeto de reforma do estado durante o governo Edson Lobão. Nos últimos vinte anos, foi secretário de estado da administração, recursos e previdência, secretário de planejamento, secretário de ciência e tecnologia, secretário de assuntos estratégicos, reitor pró-tempore da UEMA, gerente de estado de planejamento, orçamento e gestão, coordenador da reforma administrativa do governo Roseana Sarney e secretário de administração e previdência social. No período em que a "família Sarney" e seus aliados estiveram afastados do governo do estado, o atual parlamentar foi secretário de gestão estratégica e administração e secretário de educação, cultura e desporto em Roraima.

Na sua campanha de 2010 apresentou sua biografia de cargos públicos ocupados e buscou a associação com as chamadas "realizações" nas administrações, reivindicando ser o "pai do Shopping do Cidadão", ter criado o "Programa de Valorização do Servidor", "o 1º plano de carreira, cargos e salários do Servidor Público da história do Maranhão", ser responsável pela "realização de concursos públicos", pela "Anistia da Casa Própria", entre outras medidas. Entre as estimativas feitas por analistas sobre os possíveis eleitos, o ex-secretário aparecia invariavelmente como um dos favoritos para ser um dos mais votados em sua coligação. Uma lista de prefeitos, ex-prefeitos e lideranças municipais ligadas à facção liderada pela então candidata Roseana Sarney foi computada como responsável pela sua expressiva votação de 125.915 votos, sendo o quarto mais votado entre os candidatos a deputado federal[21] (aos 58 anos). O patrimônio declarado ao Tribunal Superior Eleitoral em 2010 é de R$ 711.306, 16 e formado por apartamento e automóveis.

---

[21] Coradini (2001) já mostrara a importância dos cargos públicos ocupados como prova de excelência e como trunfo eleitoral nas eleições de 1998 no Rio Grande do Sul. Segundo ele, um dos segredos da sua eficácia reside no seu caráter restrito

Outras extrações sociais também são fontes de recrutamento de lideranças políticas no estado. Como foi possível mostrar na seção anterior, paulatinamente distintos segmentos passaram a coabitar o espaço político, juntamente com as camadas mais "tradicionais" da topografia social e política maranhense. Entre eles destacam-se aqueles oriundos de "famílias de empresários", estabelecidas social e politicamente mais recentemente (sobretudo os descendentes de imigrantes libaneses)[22] e os parlamentares que ascendem politicamente a partir de uma "origem humilde" e se afirmam por intermédio da "militância. São ilustrativos os casos do deputado federal eleito pelo DEM em 2006 (atual primeiro suplente de senador) e o deputado federal eleito pelo PT em 2006 e 2010.

O primeiro é neto de um empresário radicado em Rio Branco, juntamente com vários primos e irmãos da mesma "família de origem libanesa". O pai, engenheiro formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) na década de setenta. Foi prefeito nomeado de São Luís no final da mesma década e início da década de 1980. Em 1982 se elegeu deputado estadual pelo PDS. Em 1986 concorreu à deputação federal e ficou na segunda suplência. Assumiu em 1988 e permaneceu na Câmara dos Deputados até 2002. Nesse ano concorreu a suplente de senador de Roseana Sarney, elegendo-se. Assumiu uma vaga no senado em 2009 e concluiu o mandato em 2010. É considerado um dos empresários mais ricos do estado, com patrimônio declarado à justiça eleitoral em 2010 de R$ 20.386.066,78, cuja composição é feita por cotas de empresas, imóveis, contas e propriedade rural. Atualmente é segundo suplente de senador.

Em 2002, seu filho, o engenheiro formado pela UEMA, elegeu-se deputado federal pela primeira vez (aos 33 anos), sendo reeleito em 2006. Em 2010, se elegeu primeiro suplente do atual senador João Alberto (que fora vice-governador de Roseana Sarney entre 2009 e 2010). É o atual pre-

(raro entre os concorrentes), além disso conta com a importância atribuída aos cargos previamente ocupados e todos os ritos de institucionalização que deles decorrem. Contudo, a conversão da ação administrativa em base eleitoral se apoiaria fundamentalmente na possibilidade de ampliar social e geograficamente a área de influência, estender as redes de relações verticais administradas, contribuir para a fixação de uma imagem pública e evidenciar uma seleção prévia e interna ao meio político, pela qual o agente se diferencia dos demais especialistas.

[22] Para mais detalhes, recomenda-se a leitura de trabalho publicado anteriormente (Grill, 2009).

sidente estadual do DEM no Maranhão. Seu patrimônio, segundo declaração ao Tribunal Superior Eleitoral, é de R$ 11.167.555,81, sendo composto de imóveis, quotas de ações em empresas e fundos de investimentos.

O atual deputado federal pelo PT, por sua vez, é descendente de uma "família" de trabalhadores rurais. Seu pai foi vaqueiro e lavrador e a mãe quebradeira de coco, doméstica e lavradora. Alfabetizou-se depois de adulto. Na adolescência atuou em um grupo de teatro da periferia ligado à Igreja Católica e chamado Grita. Após passagem pelo exército (como reservista), foi empacotador de supermercado e integrou um grupo de teatro da Universidade Federal do Maranhão denominado Gangorra. Teria combinado a influência dos colegas do grupo de teatro e a realização de um curso pré-vestibular para ingressar no curso de Direito da UFMA. Durante a graduação foi professor de história em colégios particulares e participou de "grupos" no movimento estudantil cujos integrantes formaram as principais agremiações partidárias de esquerda do estado, notadamente o Partido dos Trabalhadores (PT). Profissionalmente atuou como advogado da Comissão Pastoral da Terra, da Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos, da Cáritas Brasileira, de sindicatos rurais e urbanos e em defesa dos "quilombolas".

Concorreu a vereador de São Luís em 1982 e 1988 e não obteve êxito. Ainda na década de 1980 foi um dos principais líderes do PT e de uma tendência denominada "PT de Aço", notabilizada pela atuação junto aos movimentos de trabalhadores rurais. Ocupou vários cargos de direção nos diretórios municipal e estadual. Alcançou o primeiro cargo eletivo como deputado estadual em 1990 (aos 34 anos); em 1994 elegeu-se deputado federal (aos 38 anos) e, em 1996, vice-prefeito de São Luís. Em 2002 retornou ao poder legislativo estadual e, em 2006, reconquistou o mandato de deputado federal. Participou ativamente da chamada Frente de Libertação do Maranhão, liderada pelo então governador, José Reinaldo Tavares, o que contribuiu para a sua eleição. Foi Presidente do Diretório Regional do PT entre 2006 e 2008. Em 2010, se elegeu em uma coligação de partidos alinhados à facção liderada pela candidata Roseana Sarney. Sua reação à aproximação do PT com os denominados "adversários históricos" e à indicação pelo partido do candidato a vice-governador na chapa da atual governadora, chegando a realizar uma greve de fome com repercussão nacional, permitiram que a sua candidatura congregasse os chamados "setores oposicionistas à família Sarney". Seu patrimônio declarado à justiça eleitoral é de R$ 69.291,00.

Outro vetor de diversificação da "elite política estadual", como vimos, são as modalidades de itinerários de cargos políticos. Sobretudo, atentando para o cargo de ingresso e constatando o aumento do número de deputados federais eleitos pelo Maranhão que iniciaram suas carreiras como vereadores. Entre aqueles que teriam "ingressado por baixo" pode-se elencar um conjunto de casos distribuídos por diferentes siglas (PTB, PTC, PRB, PMDB e PSDB) e que começaram seus percursos seja na capital, seja no interior. Tal via de afirmação, ascensão e reprodução no espaço político, é utilizada tanto por agentes pertencentes a "grupos familiares" tidos como "tradicionais" que passaram por algum processo de desclassificação, quanto por segmentos *outsiders* que logram êxito na inscrição de seus "nomes" e de suas "famílias" no universo da política.

O único deputado eleito pelo PTB em 2010 é originário de uma "tradicional família" de políticos e proprietários rurais, grandes fazendeiros, em Arari. O "grupo familiar" é um dos mais antigos do município. Entre os "ascendentes", três tios (por parte de pai e por parte de mãe) foram prefeitos da cidade. Seu pai, ao contrário dos irmãos que mantiveram as propriedades rurais e trabalhavam como fazendeiros, atuou como empregado na empresa de um próspero empresário de origem libanesa, intermediando produtos alimentícios. O deputado declarou à Justiça Eleitoral nas últimas eleições um patrimônio de R$ 994.000,00, constituído de imóveis, automóveis e propriedades rurais.

Formado em engenharia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), iniciou sua carreira política (depois de atuar em empresas de familiares e como estagiário de empresas de engenharia). Começou a exercer funções públicas como funcionário do Banco do Desenvolvimento do Nordeste e, em 1989, filiado ao PSDB, foi convidado a ser diretor da Companhia de Limpeza Pública da Capital (Coliseu), em uma administração municipal comandada por rivais da "família Sarney". Posteriormente foi vereador (1992-1996), secretário municipal (em uma administração do Partido Socialista Brasileiro), candidato a prefeito em São Luís (1996) e deputado federal (pela primeira vez aos 49 anos) no período 1999-2011, já na condição de "aliado" do que se convencionou chamar de "grupo político". Concorreu a prefeito da capital novamente em 2008.

Seu irmão, que atualmente é deputado estadual pelo PTB, empresário e grande proprietário rural (com patrimônio declarado de R$ 3.503.206,46 e no qual se destacam imóveis, cotas de empresas e proprie-

dades rurais), foi vereador por quatro legislaturas e deputado estadual por quatro mandatos consecutivos, tendo sido presidente da Assembleia Legislativa e um dos principais aliados da “família Sarney”. Outro irmão foi secretário de agricultura no governo de Roseana Sarney e primeiro suplente de senador entre 2002 e 2010. O sobrinho também foi vereador da capital (1996-2000).

Já o único deputado federal eleito pelo Partido Trabalhista Cristão (PTC) é filho de advogado formado pela Universidade Federal do Maranhão, membro da igreja batista central de São Luís (atuando como cantor gospel) e proprietário de um patrimônio de R$ 176.161,12, formado por imóveis (segundo declaração são TSE em 2010). Além disso, seu pai foi ex-vereador em São Luís, ex-deputado federal constituinte e ex-deputado estadual. Teve atuação destacada no parlamento municipal (foi presidente da Câmara Municipal) e estadual (foi líder do governo Luís Rocha no início da década de 1980 e do governo Jackson Lago mais recentemente, além de líder da oposição em 2010). Disputou a prefeitura de São Luís em três oportunidades. Foi secretário da casa civil do estado e da prefeitura da capital.

Eleito em 2004 vereador (aos 26 anos) e reeleito em 2008, o atual deputado federal e advogado formado pelo centro Universitário do Maranhão (Ceuma) herdou parte das bases eleitorais do pai, contou com densas relações acumuladas por esse no espaço político, se destacou no legislativo municipal e chegou à Câmara dos Deputados em 2010 (aos 32 anos). Seu patrimônio declarado à justiça eleitoral é de R$ 142.059,71 e o rol de bens apresenta veículos, apartamento e cota em empreendimento educacional.

Também membro de bancada de um único deputado no estado, o parlamentar pelo PRB é filho de lavradores (pequeno agricultores de subsistência) que tentaram investir em atividades comerciais no interior, sem sucesso. Originário de uma “família humilde”, seus pais trabalharam em feiras e com comércio informal em São Luís. O atual deputado federal estudou em escolas públicas e cursou o Centro Federal Tecnológico (escola técnica conhecida como Cefet), a faculdade de matemática da UFMA e a faculdade de direito do Ceuma. Participou do movimento estudantil desde o ensino secundário, de movimentos ecológicos (doações de mudas, replantio, etc.) e culturais (organizando grupo de jovens ligados à música, danças, gincanas, etc.). Embora oriundo de família católica, passou a atuar em uma igreja evangélica. Funcionário Público do Instituto Nacional de Seguridade Social, chegando à chefia de postos, conquistou

por intermédio dessa função uma clientela política. Um dos seus irmãos é formado em filosofia e cursou direito na Faculdade Candido Mendes (FACAM), tendo atuado como assessor na Câmara de Vereadores e na Câmara dos Deputados, sendo secretário-geral do partido no estado.

Em 1996 concorreu à vereança pelo Partido Verde (PV), sem sucesso, e, em 1998, a deputado estadual pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), sem obter êxito. Em 2000 chegou à Câmara de Vereadores de São Luís (aos 28 anos) pelo Partido dos Aposentados da Nação (PAN), do qual foi presidente nacional. Em 2004, se reelegeu e exerceu a liderança do governo do então prefeito Tadeu Palácio. Em 2006, chegou à Câmara dos Deputados (aos 34 anos), compondo uma coligação que apoiava a candidatura de Jackson Lago ao governo do estado. Disputou a prefeitura de São Luís em 2008 e se elegeu para o segundo mandato em 2010, em uma coalizão de partidos deu sustentação ao projeto da reeleição de Roseana Sarney. Mantém um espaço de atendimento chamado "Casa do Povo" destinado à "assistência", "orientação" e "auxílio" da "comunidade".[23] Seu patrimônio declarado quando inscreveu sua candidatura em 2010 é de R$ 976.662,74, composto de casas, apartamentos, automóveis e contas bancárias.

Tal percurso ascendente não é exclusividade dos pequenos partidos e de políticos que iniciam sua carreira pela capital (poderiam ser citados ainda o único deputado federal pelo Partido Social Cristão, um advogado formado pela UFMA e líder evangélico, e o único deputado federal eleito pelo Partido Trabalhista do Brasil, o funcionário público e líder da associação dos delegados da polícia civil). Dois deputados eleitos pelo PMDB trazem exemplos de trajetos que se iniciam pelo interior e que pertencem a um grande partido.

O primeiro é considerado sucessor do ex-deputado federal, ex-vice-governador e atual senador João Alberto e um dos principais aliados do prefeito da sua cidade, Bacabal, e da filha, ex-deputada estadual. Filho de um empresário e pecuarista, sobrinho de uma vereadora, formado em direito pelo centro Universitário do Maranhão (Ceuma), chegou à Câmara

[23] Os dois últimos casos estão diretamente associados ao uso da filantropia como recurso eleitoral. Coradini (2001) mostrara a combinação da ética religiosa e o valor da benevolência como critério de legitimação de candidaturas e como fator de sucesso eleitoral no Rio Grande do Sul.

de Vereadores em 2008 (com 19 anos) e à Câmara dos Deputados em 2010 (com 23 anos). Seu patrimônio declarado ao TSE foi de R$ 177.753,53.

O segundo é marido da atual prefeito de Timon, reeleita em 2008 para o segundo mandato e ex-deputada estadual. Filho de um sapateiro e formado em educação artística e professor do ensino médio, ingressou na carreira política como vereador na década de 1970. Fundou mais de 100 entidades de movimentos comunitários ligados ao problema da moradia. Foi vereador na sua cidade em 5 legislaturas e exerceu a presidência da Câmara de vereadores em duas oportunidades. Está no segundo mandato. Chegou à Câmara dos Deputados pela primeira vez em 2006 (aos 56 anos). Possui patrimônio de R$ 262.430,81, segundo declaração à justiça eleitoral.

Além dos casos descritos acima podem ser mencionados outros exemplos de políticos que começaram suas carreiras como vereadores: um deputado federal eleito pelo PSDB, empresário rural e ex-vereador em Açailandia (apoiado pelo prefeito em segundo mandato na cidade); um deputado federal eleito pelo PR, também empresário, ex-vereador e ex-prefeito de Bacabal (reeleito), pai de uma ex-deputada estadual; e outro deputado federal reeleito pelo PSDB em 2010, empresário de *radiolas de reggae* (equipamento que reproduz em festas populares músicas desse gênero musical) e ex-vereador em São Luís entre 2001 e 2006.

## Considerações finais

O estudo apresentado ao longo desse texto mobilizou diversos modos de apreender a composição social e as carreiras nos agentes que ocuparam uma posição de destaque no espaço político maranhense. Em um primeiro momento, foram realçados os elementos de monopolização de postos políticos por segmentos social e politicamente estabelecidos e a capacidade de reprodução dos mesmos. No momento seguinte, foram iluminados aspectos como a diversificação social decorrente do ingresso de agentes que reivindicam o empreendedorismo e ativam uma série de qualidades que justificariam a ascensão social e a afirmação política (sobretudo os descendentes de imigrantes libaneses) e a entrada na política de protagonistas com posição social de origem mais baixa, que combinam atuações militantes, inserções religiosas e modalidades distintas de atendimento. Como corolário, as carreiras políticas passaram a revelar percursos diversos em que o "ingresso por baixo" e a passagem por cargos eletivos antes de chegar ao cume da hierarquia dos cargos parlamentares começaram a

ser cada vez mais recorrentes. No último momento, os perfis analisados revelaram a persistência de práticas tidas como "tradicionais" (transmissão familiar, clientelismo, mediação, personificação do capital simbólico, centralidade das máquinas políticas, trânsito entre partidos ao sabor dos realinhamentos faccionais, etc.).

Tal quadro desvela a complexidade das interdependências entre mudança social e mudança política. Por um lado, a despeito da diversificação de camadas sociais, de recursos, de atributos, de repertórios e de ideologias percebe-se a manutenção de lógicas de controle da chamada "elite política" sobre tal processo. Por outro lado, no bojo desses mecanismos de autorreprodução criam-se as condições de acesso de novos discursos, personagens e formas de identificação na política.

## Referências


ABREU, A.; BELOCH, I.; LATTMAN-WELTMAN, F.; LAMARÃO, S. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BAILEY, F. G. *Strategems and Spoils.* A Social Anthropologic of politics. Oxford: Westview, 2001.

BARROS FILHO, José. A *Tradição Engajada*: origens sociais, redes e recursos eleitorais no percurso de um agente. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, 2007.

BOISSEVAIN, J. Factions, Parties and politics in a Maltese village. In: SCHMIDT, S.W. et al.(Eds.). *Friends, Followers and Factions.* A Reader in political clientelism. Berkeley, University of California Press, 1977.

BOURDIEU, P. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. BOURDIEU, P. *O Poder simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.

COLLOVALD, A. La république du militant. Recrutument et fillières de la carrière politique des deputés socialiste. In: BIRNBAUM, P. (Dir.). *Les Élites Socialistes au Pouvoir:* Les dirigeants socialistes face à l'État-1981-1985. Paris: Puf, 1985.

COSTA, D. dos S. D. *Mulheres e Especialização Política*: trajetórias e recursos eleitorais entre as deputadas federais/estaduais do Maranhão. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, 2009.

CORADINI, O. L. *Em nome de quem?* Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará, 2001.

DINIZ, E. *Voto e Máquina Política*: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

DOGAN, M. Les professions propices à la carrière politique. In: OFFERLÉ, M. (Org.). La profession politique. Paris: Belin, 1999.

ELIAS, N. *Introdução à Sociologia.* Lisboa: Edições 70, 1999.

GARRAUD, P. *Profession Homme Politique*. Paris: L`Harmattan, 1989.

GAXIE, D. *La Démocratie Représentative*. Paris: Montchrestien, 1993.

______. "Le vote comme disposition et comme transaction". In: (Org.). GAXIE, D. *Explication du vote.* Un bilan des études électorales en France. Paris: Presses de la foundation nationale des sciences politiques, 1989.

______. "Les logiques du recrutement politique". In: *Revue Française de Science Politique.* v. 30, n. 3. fev. 1980.

GAXIE, D.; OFFERLÉ, M. "Les militants syndicaux et associatifs au pouvoir? Capital Social colectif et carrière politique". In: BIRNBAUM, P. (Dir.). *Les Élites Socialistes au Pouvoir:* Les dirigeants socialistes face à l'État-1981-1985. Paris, Puf, 1985.

GRILL, I. G. "Especialização Política: bases sociais, profissionalização e configurações de apoios". In: SEIDL, E.; GRILL, I. G. *As Ciências Sociais e o estudo da Política*, 2011 (no prelo).

______. "Os usos de "ismos" em batalhas políticas e intelectuais (RS e MA)". 34. Encontro Anual da Anpocs, 2010.

______. "Descendentes de imigrantes na política do Rio Grande do Sul e do maranhão: ascensão social, afirmação eleitoral e cooptação política". In: FERRETTI, S. F.; RAMALHO, J. R. *Amazônia*: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultura. São Luís: EDUFMA, 2009.

______. "Múltiplas dimensões de uma agenda comum de pesquisas: elites, profissionais e lidernaças políticas". In: GRILL, I. G.; REIS, E. T. dos; BARROS FILHO; J. *Elites, Profissionais e Lideranças Políticas*: pesquisas recentes. São Luís: EDUFMA, 2008a.

______. "As Bases Sociais da Especialização Política no Rio Grande do Sul e no Maranhão". In: GRILL, I. G.; REIS, E. T. dos; BARROS FILHO; J. *Elites, Profissionais e Lideranças Políticas*: pesquisas recentes. São Luís: EDUFMA, 2008b.

______. "Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão". *Revista Sociologia e Política*, n. 30, 2008c.

______. *Parentesco, redes e partidos*: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

HUBÉ, N. "Le recrutement social des professionnels de la politique". In: COHEN, A.; LACROIX, B.; RIUTORT, P.; *Nouveau manuel de science politique.* Paris: La Découverte, 2009.

LANDÉ, C. H. “Introduction: the dyadic basis of clientelism”. In: SCHMIDT, S.W. et al. (Eds.). *Friends, Followers and Factions.* A Reader in political clientelism. Berkeley, University of California Press, 1977.

LÉVÊQUE, S. “Bibliographie sur l’entrée en politique”. *Politix*, n. 35, 1996.

MARENCO, A.; SERNA, M. Por que Carreiras Políticas na Esquerda e na Direita não são iguais? Recrutamento Legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 22, n. 64, 2007.

MAYER, A. C. “The Significance of Quase-group in the Study of Complex Societies”. SCHMIDT, S. W. et alli.(Eds.). *Friends, Followers and Factions*. A Reader in political clientelism. Berkeley, University of California Press, 1977.

MESSENBERG, D. *A elite parlamentar do pós-constituinte*: atores e práticas. Brasília: Brasiliense, 2002.

NAY, O. “Les règles du recrutement politique: pour une approche institutionaliste de la sélection politique. L’exemple des candidats à l’élection régionale”. *Politix,* n.44, 1998.

NUNES, P. P. *Medicina, poder e produção intelectual*. São Luís: UFMA, 2000.

OFFERLÉ, M. “Professions et Profession Politique”. In: OFFERlÉ, M. *La Profession politique*. Paris: Belin, 1999.

PERISSINOTTO, R. M. et al. “Origem social dos parlamentares paranaenses (1995-2006): alguns achados e algumas questões de pesquisa”. *Sociologias*, v. 22, 2009.

RODRIGUES, L. M. *Partidos, Ideologia e Composição Social*. São Paulo: Edusp, 2002.

SAWICKI, F. *Les réseaux du Parti Socialiste*: sociologie d’un milieu partisan. Paris: Belin, 1997.

SCOTT, J. “Corruption, machine politics and political change. *American Political Science Review.* V. 63, n.4, 1969.

TAVARES DOS REIS, E. *Contestação, engajamento e militantismo*. Porto Alegre. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

YSMAL, C. “Elites et leaders”. In: GRAWITZ, M.; LECA, J. (Org.). *Traité de Science Politique.* Paris: PUF, 1985.

# De onde vêm os representantes de Sergipe: notas sobre a política em pequena escala

*Ernesto Seidl*[*]

Este texto procurará atender em alguma medida à questão *de onde vêm os representantes do Brasil*. Dadas as limitações e o próprio tamanho da questão, procurarei concentrar-me na realidade do menor estado da federação – Sergipe – onde tenho realizado alguns estudos. Situado entre a Bahia e Alagoas, dois estados da região nordeste nacionalmente bastante conhecidos por elementos turísticos e peculiaridades ditas regionais – como traços da cultura e da política –, Sergipe, ao contrário, não frequenta grandes vitrines nem no campo do turismo nem no da política. No que tange às grandes características do espaço político naquele estado, entretanto, são muitas as semelhanças com os outros oito estados do nordeste, mas também com diversos estados de outras regiões.

Antes de tudo, gostaria de apontar a problemática geral em jogo nas discussões que parte dos integrantes de nosso grupo de pesquisa na Universidade Federal de Sergipe tem procurado levar adiante através de investigações pontuais. Em poucas palavras, o interesse principal liga-se à compreensão das condições específicas de constituição e exercício da liderança política. Vale dizer, os mecanismos, formas e recursos ligados ao fenômeno de especialização de determinados agentes sociais em

[*] Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe, coordenador do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (Lepp).

tarefas políticas as mais variadas (e não somente aquelas oficialmente apresentadas ou concebidas como tais, como as vinculadas a partidos, sindicatos ou cargos em governos, por exemplo). Dentro dessa questão bastante geral, um questionamento costuma orientar todos os trabalhos empíricos do grupo:[1] para além das prescrições legais e dos princípios universalistas que informam o regime democrático e a política baseada na representação, no que consiste concretamente a vida política de ocupantes de cargos eletivos no Brasil?

Um problema de escala coloca-se já de início. Como falar genericamente em Brasil sem tomar em conta a miríade de variações nas características de estados e municípios? Logo, fica o desafio de articular a esses questionamentos variáveis como: tamanho da população do estado e do município, taxas de urbanização, taxas e perfil de escolarização, perfil econômico estadual e municipal, características geográficas e demográficas, história e dinâmica da política local e regional, características étnicas e religiosas. Obviamente, respostas a estas questões só podem ser dadas por meio de pesquisas empíricas por todo o país. Mas fiquemos no estado de Sergipe.

Para tentar pelo menos esboçar encaminhamentos ao proposto acima, gostaria de começar com algumas informações básicas sobre Sergipe para, em seguida, poder melhor situar os eleitos e eleitas que lá realizam atividades na condição de políticos. O estado de Sergipe conta com população de pouco mais de dois milhões de habitantes, o que corresponde a cerca de 3 % da população total da região nordeste, que está hoje em torno de 60 milhões. Desses dois milhões, um quarto é apontado pelo IBGE como população rural. O estado possui 75 municípios, dos quais, destaque-se bem, cerca de 70 % têm população inferior a 20 mil habitantes e mais de 90 % têm menos de 30 mil. Registre-se, ainda, que quase 40 % dos municípios sergipanos têm menos de 10 mil habitantes e, desses, boa parcela possui menos de 5 mil. Por outro lado, somente seis cidades contam com mais de 50 mil habitantes, o que inclui a capital Aracaju, cuja Região Metropolitana concentra 40 % da população total do estado. Além da concentração demográfica, esta também reúne a maior fatia de serviços e gera a grande porção da riqueza no estado.

[1] Estudos monográficos sobre recrutamento e seleção de elites políticas, bem sobre a elaboração de carreiras políticas em Sergipe estão disponíveis em Leandro (2011), Montalvão (2011), Santos (2009), Silva (2010), Steckel (2010).

Em resumo, trata-se de um estado muito pequeno do ponto de vista territorial e populacional, com alta concentração demográfica (litorânea) e econômica e fortes características rurais. Sobre esse ponto caberia indicar que, dado o tamanho e a base econômica da vasta maioria dos municípios, essencialmente calcada na pequena produção agropecuária, tem-se um panorama de pequenos e micro municípios de contornos rurais e comunitários:[2] baixa distinção entre o estilo de vida na sede urbana e na região rural (povoados), alto interconhecimento pessoal, religiosidade intensa, pequena oferta de serviços públicos. Portanto, é sobretudo a esse universo social que nos referimos quando falamos da vida política no estado de Sergipe. Caso contrário, estaríamos tomando a exceção – a região metropolitana, as maiores cidades ou apenas a capital – pela regra, problema, de resto, bastante frequente encontrado tanto no senso comum ordinário quanto no acadêmico.

Para ser mais explícito, daria o seguinte exemplo. O total de prefeitos e de vereadores em atuação em Sergipe é de respectivamente 75 e 693. Como visto, menos de 10 % destes frequentam prefeituras e Câmaras de Vereadores de cidades com mais de 30 mil habitantes. Logo, falar da política em Sergipe, com um pouco mais de rigor, significa referir-se acima de tudo a espaços de concepções e de disputas próprias a pequenas localidades.[3] Ao mesmo tempo, e como exceção, pois, a capital Aracaju contrasta fortemente com o "interior", com traços próprios a uma grande cidade com mais de meio milhão de habitantes.

Sendo assim, um ponto de partida para a discussão aqui apresentada é o pressuposto de que as concepções de política e do papel do representante, a relação com as instituições políticas – sobretudo os partidos – e com princípios ideológicos, o interesse e a adesão a atividades da política, a lógica de ingresso em disputas eleitorais e as estratégias de legitimação eleitoral estão longe de ser uniformes no Brasil. E isso não apenas entre os estados, mas igualmente entre municípios.

---

[2] Vale lembrar que 45,9 % dos municípios brasileiros são caracterizados como micro, embora concentrem apenas 7,3 % da população nacional, frente a 4,8 % de municípios grandes onde se encontram 83,9 %. Cf. IBGE, 2010.

[3] Trata-se de espaços em que a política está referida antes de tudo à reputação (Bailey, 1971) individual. Estudos detalhados sobre a política nestas comunidades podem ser encontrados principalmente em Palmeira (1996, 2006) e Heredia (1996).

## Disputas para prefeito

É preciso destacar que os dados disponíveis até o momento são parciais, relativamente agregados e permitem somente aproximações. Um primeiro conjunto de indicações sobre a seleção de lideranças política em Sergipe pode ser visto em dados relativos à extração social de candidatos e prefeitos eleitos naquele estado em 2008. Estes dados dizem respeito basicamente ao patrimônio, grau de escolarização e à distribuição de perfis segundo o tamanho dos colégios eleitorais.[4] Naquelas eleições, exatamente 200 candidatos e candidatas disputaram o cargo de prefeito (a) nos 75 municípios sergipanos.

Tanto entre a população de candidatos quanto a de eleitos, destaca-se forte predomínio de homens (82,5 % e 80 %), com ocupações declaradas que podem ser classificadas como superiores e intermediárias e socialmente valorizadas, experiência na política eleitoral e patrimônio econômico declarado entre até R$100.000,00 e R$500.000,00 (73 % e 69,3 %), composto principalmente por bens de consumo duráveis (residências e automóveis), imóveis não utilizados e bens ligados a investimentos agropecuários (72,5 % e 71,99 %). Ressalte-se, no entanto, que o percentual de indivíduos com patrimônio entre R$501.000,00 e mais de um milhão sobe de 15% entre candidatos para 21 % entre eleitos. Quanto ao grau de escolarização, tem-se o predomínio absoluto de indivíduos com ensino médio completo e superior completo ou não (79,5 % e 80 %), com preponderância de candidatos e eleitos diplomados em cursos superiores (38,5 % e 40 %).

Quando decompomos parte desses indicadores segundo o tamanho do Colégio Eleitoral, torna-se mais flagrante a importância do patrimônio econômico e do capital escolar à proporção que aumenta a magnitude do município. Assim, se nas cidades com até 10 mil eleitores os candidatos a prefeito com patrimônio de até R$100.000,00 representam uma maioria relativa (39,4 %, mas logo sucedida de 38,3 % com patrimônio entre R$101.000,00 e R$500.00,00), estes tendem a decrescer progressi-

[4] Sou grato a Elthon Aragão pelo paciente trabalho de compilação e organização dos dados do Tribunal Superior Eleitoral. Os indicadores utilizados e parte das questões de pesquisa aqui em discussão inspiram-se no trabalho de Grill et al. (2010) no Maranhão. Para este artigo não foi incluída a variável "pertencimento partidário".

vamente em detrimento de candidatos com patrimônios mais substantivos, com algumas variações importantes em função da proporção de municípios segundo o número de eleitores.[5] De todo modo, considerando que os municípios sergipanos com até 20 mil eleitores representam 82,6% do total no estado, é fácil identificar-se o padrão predominante. Ao se tomar em conta a composição do patrimônio dos candidatos, é reforçada a evidência de que o peso do capital econômico tende a crescer de acordo com o tamanho do município, com maior presença de bens ligados a investimentos agropecuários em combinação com investimentos empresariais comerciais.

De forma similar ao que ocorre com o patrimônio econômico, também o grau de escolarização dos candidatos aumenta significativamente segundo a magnitude do município. Assim, se nos municípios com até 10 mil eleitores o percentual de candidatos a prefeito que pelo menos concluíram o ensino médio é de 79,8, este passa a 85,4 nos municípios de até 20 mil, 88 naqueles de até 50 mil e atinge 100 nos municípios com mais de 50 mil eleitores. Destaque-se que nas cidades classificadas entre 50 mil e 100 eleitores, registram-se 12,5 % de candidatos com ensino médio completo e os demais com superior completo. Já na única cidade com mais de 100 mil eleitores, Aracaju, todos os candidatos indicaram ao TSE ensino superior completo ou incompleto como grau de escolaridade.

A questão da "profissão" dos candidatos e eleitos merece atenção adicional. Em primeiro lugar, pelos conhecidos problemas de imprecisão que dados oficiais dessa natureza envolvem, em particular nos casos de indicações da "profissão" como "político" (prefeito, vereador, deputado, senador). Como se vê abaixo, esta é, de longe, a categoria predominante entre candidatos e eleitos. Para contornar essa superrepresentação "profissional" inicialmente encontrada na população – 17,5 % entre candidatos e 27 % entre eleitos – e que oculta informações sobre a ocupação e formação profissional dos indivíduos, procedeu-se ao levantamento das ocupações daqueles que declararam como profissão algum cargo eletivo ao registrar suas candidaturas no TSE.

Embora novamente se colocassem problemas de apresentação da profissão e dificuldades na localização de informações fiáveis, foi possível detectar uma diversidade de profissões e ocupações vinculadas aos

[5] 50,6 % menos de 10 mil; 32 % 10-20 mil; 12 % 20-50 mil; 4 % 50-100 mil; 1,3 % (1) mais de 100 mil.

trajetos desses indivíduos. Mesmo que boa parte deles tenha se dedicado majoritariamente a atividades políticas ao longo da vida, o que inclui o exercício de um ou vários mandatos eletivos e de outros tantos postos e cargos ligados à política (presidente de partido, secretário municipal e estadual), a associação daquela indicação genérica com outras atividades profissionais dá melhores pistas quanto à própria relação entre o investimento político individual e o percurso escolar/diploma, a inserção em determinadas redes, o *status* social, enfim, as condições de acúmulo de capital político eleitoral.

Assim, em primeiro lugar é preciso destacar o elevado grau de experiência política dos candidatos a prefeito: entre os 35 candidatos cuja profissão é apontada por eles próprios como "político", 23 já haviam sido prefeitos ou buscavam reeleição; 7 haviam sido ou eram vereadores; 3 eram deputados estaduais e 1 um era deputado federal; e ainda 1 candidato era senador. Apesar da imprecisão das fontes, pelo menos 6 indivíduos apresentam trajetos profissionais exclusiva ou quase exclusivamente atrelados a atividades da política, os quais poderíamos chamar de políticos profissionais. Em seguida, as duas outras "profissões anteriores" prevalentes são "servidor público" (6) e "comerciante" (5), ambas sem maiores especificações, seguidas em menor escala por "empresário/diretor de empresa" (3) e "advogado" (2).

O exercício prévio de algum mandato eletivo aparece sem dúvida como recurso efetivo nas eleições municipais em questão. Quase 30% dos eleitos haviam ocupado ou ocupavam cargos em 2008, a grande maioria, como mencionado, prefeitos. Associando este dado com as outras profissões mais representativas entre os eleitos, a saber, empresário (9,5 %), agricultor (6,67 %),[6] servidor público estadual e municipal (6,67 %), professor de ensino médio e fundamental (6,67 %), engenheiro (5,34 %) e pecuarista (5,34 %), chega–se a praticamente dois terços do total.[7]

---

[6] Para o caso em questão, a categoria "agricultor" é uma das mais problemáticas. A comparação dessa indicação "profissional" com o patrimônio econômico dos indivíduos revela alta heterogeneidade, incluindo desde aqueles "sem patrimônio" até os que declararam bens acima de um milhão de reais (compostos principalmente por investimentos agropecuários e financeiros), passando por diversos outros valores.

[7] Para uma comparação com dados do Maranhão para as mesmas eleições, consultar Grill et al. (2010).

Mesmo que apresentado de forma muito sintética, esse conjunto de dados evidencia o contraste entre o perfil social dos dirigentes políticos municipais e o da população que os elege. Considerando que a taxa de analfabetismo somada à de analfabetismo funcional em Sergipe chega a 45 % da população, que o índice de mortalidade infantil (31,4 %) está entre os 10 piores do país e que o rendimento médio mensal familiar é R$1.749, 37, é muito clara a sobrerrepresentação das camadas dominantes entre os governantes locais.

Sexo dos candidato

| Sexo | n. | % |
|---|---|---|
| Masculino | 165 | 82,5 |
| Feminino | 35 | 17,5 |
| Total | 200 | 100 |

Fonte: TSE

Sexo dos eleitos

| Sexo | n. | % |
|---|---|---|
| Masculino | 60 | 80 |
| Feminino | 15 | 20 |
| Total | 75 | 100 |

Fonte: TSE

Montante do patrimônio dos candidatos

| Montante | n. | % |
|---|---|---|
| Não possui bens | 24 | 12 |
| Até R$ 100.000,00 | 67 | 33,5 |
| R$ 101.000,00 – R$500.000,00 | 79 | 39,5 |
| R$ 501.000,00 – R$ 999.000,00 | 14 | 7 |
| Acima de R$ 1.000.000,00 | 16 | 8 |
| Total | 200 | 100 |

Fonte: TSE

Montante do patrimônio dos eleitos

| Montante | n. | % |
|---|---|---|
| Não possui bens | 8 | 10,7 |
| Até R$ 100.000,00 | 23 | 30,7 |
| R$ 101.000,00 – R$500.000,00 | 29 | 38,6 |
| R$ 501.000,00 – R$ 999.000,00 | 7 | 9,3 |
| Acima de R$ 1.000.000,00 | 8 | 10,7 |
| Total | 75 | 100 |

Fonte: TSE

Profissão dos candidatos

| Profissão | n. | % |
|---|---|---|
| Deputado/prefeito/vereador/senador | 35 | 17,5 |
| Comerciante/comerciário | 17 | 8,5 |
| Empresário | 16 | 8 |
| Agricultor | 14 | 7 |
| Servidor Público (EST e MUN) | 12 | 6 |
| Pecuarista/Produtor Agropecuário | 11 | 5,5 |
| Professor (EF e EM) | 11 | 5,5 |
| Outros | 10 | 5 |
| Advogado | 9 | 4,5 |
| Engenheiro | 8 | 4 |
| Médico | 8 | 4 |
| Administrador | 3 | 1,5 |
| Agente administrativo | 3 | 1,5 |
| Técnico em contabilidade | 3 | 1,5 |
| Aposentado | 2 | 1 |
| Arquiteto | 2 | 1 |
| Dona de casa | 2 | 1 |
| Economista | 2 | 1 |
| Estudante/Bolsista/Estagiário | 2 | 1 |
| Motorista | 2 | 1 |
| Odontólogo | 2 | 1 |
| Policial militar | 2 | 1 |
| Téc. agrônomo/Téc. em agronomia | 2 | 1 |
| Agente de saúde | 1 | 0,5 |
| Agrônomo | 1 | 0,5 |
| Assistente social | 1 | 0,5 |
| Auxiliar de escritório | 1 | 0,5 |
| Biomédico | 1 | 0,5 |
| Contador | 1 | 0,5 |
| Fiscal | 1 | 0,5 |
| Gerente | 1 | 0,5 |
| Industrial | 1 | 0,5 |
| Locutor/comentarista de Rádio e TV | 1 | 0,5 |
| Membro de ordem ou seita religiosa | 1 | 0,5 |
| Padeiro | 1 | 0,5 |
| Pedagogo | 1 | 0,5 |
| Pescador | 1 | 0,5 |

continua...

| Profissão | n. | % |
|---|---|---|
| Produtor de espetáculos | 1 | 0,5 |
| Programador de computadores | 1 | 0,5 |
| Químico | 1 | 0,5 |
| Serralheiro | 1 | 0,5 |
| Técnico em mecânica | 1 | 0,5 |
| Trabalhador da construção civil | 1 | 0,5 |
| Veterinário | 1 | 0,5 |
| Vigilante | 1 | 0,5 |
| Total | 200 | 100 |

Fonte: TSE

Profissão dos eleitos

| Profissão | n. | % |
|---|---|---|
| Deputado/prefeito/vereador/senador | 20 | 27 |
| Empresário | 7 | 9,5 |
| Agricultor | 5 | 6,67 |
| Professor (EF e EM) | 5 | 6,67 |
| Servidor Público (EST e MUN) | 5 | 6,67 |
| Engenheiro | 4 | 5,34 |
| Pecuarista | 4 | 5,34 |
| Comerciante/comerciário | 3 | 4 |
| Outros | 3 | 4 |
| Advogado | 2 | 2,67 |
| Arquiteto | 2 | 2,67 |
| Téc. agrônomo/Téc. em agronomia | 2 | 2,67 |
| Aposentado | 1 | 1,4 |
| Assistente social | 1 | 1,4 |
| Dona de casa | 1 | 1,4 |
| Economista | 1 | 1,4 |
| Veterinário | 1 | 1,4 |
| Estudante/Bolsista/Estagiário | 1 | 1,4 |
| Médico | 1 | 1,4 |
| Membro de ordem ou seita religiosa | 1 | 1,4 |
| Programador de computador | 1 | 1,4 |
| Químico | 1 | 1,4 |
| Serralheiro | 1 | 1,4 |
| Técnico em contabilidade | 1 | 1,4 |
| Total | 75 | 100 |

Fonte: TSE

Profissão dos “políticos”

| Profissão | n. | % |
|---|---|---|
| Político/dep./pref./ver. | 6 | 18,7 |
| Servidor Público | 6 | 18,7 |
| Comerciante | 5 | 15,6 |
| Empresário/dir. empresa | 3 | 9,3 |
| Advogado | 2 | 6,2 |
| Engenheiro | 1 | 3,1 |
| Agricultor | 1 | 3,1 |
| Professor | 1 | 3,1 |
| Médico | 1 | 3,1 |
| Téc. Contabilidade | 1 | 3,1 |
| Pescador | 1 | 3,1 |
| Jornalista | 1 | 3,1 |
| Cargo comissionado | 1 | 3,1 |
| Estudante | 1 | 3,1 |
| Outros | 1 | 3,1 |
| Total | 32 | 91,4 |

Fonte: *Site* pessoais, jornais e *blogs* na Internet.

### Composição do patrimônio dos candidatos

| Composição | n. | % |
|---|---|---|
| Não possui bens | 24 | 12 |
| Bens de Consumo Duráveis[8] | 55 | 27,5 |
| Bens de consumo Duráveis + Imóveis Não Utilizados[9] | 35 | 17,5 |
| Bens Ligados a Investimentos Agropecuários[10] | 55 | 27,5 |
| Bens Ligados a Investimentos Empresariais/Comerciais[11] | 13 | 6,5 |
| Bens Ligados a Investimentos Agropecuários + Investimentos Empresarias Comerciais | 18 | 9 |
| Total | 200 | |
| 100 | | |

Fonte: TSE

### Composição do patrimônio dos eleitos

| Composição | n. | % |
|---|---|---|
| Não possui bens | 8 | 10,6 |
| Bens de Consumo Duráveis | 18 | 24 |
| Bens de consumo Duráveis + Imóveis Não Utilizados | 16 | 21,3 |
| Bens Ligados a Investimentos Agropecuários | 20 | 26,6 |
| Bens Ligados a Investimentos Empresariais/Comerciais | 5 | 6,67 |
| Bens Ligados a Investimentos Agropecuários + Investimentos Empresarias Comerciais | 8 | 10,6 |
| Total | 75 | |
| 100 | | |

Fonte: TSE

### Grau de escolarização dos candidatos

| Grau de Escolarização | n. | % |
|---|---|---|
| Ensino Fundamental Completo | 19 | 9,5 |
| Ensino Fundamental Incompleto | 13 | 6,5 |
| Ensino Médio Completo | 46 | 23 |
| Ensino Médio Incompleto | 9 | 4,5 |
| Ensino Superior Completo | 77 | 38,5 |
| Ensino Superior Incompleto | 36 | 18 |
| Total | 200 | 100 |

Fonte: TSE

### Grau de escolarização dos eleitos

| Grau de Escolarização | n. | % |
|---|---|---|
| Ensino Fundamental Completo | 8 | 10,7 |
| Ensino Fundamental Incompleto | 6 | 8 |
| Ensino Médio Completo | 20 | 26,7 |
| Ensino Médio Incompleto | 1 | 1,3 |
| Ensino Superior Completo | 30 | 40 |
| Ensino Superior Incompleto | 10 | 13,3 |
| Total | 75 | 100 |

Fonte: TSE

[8] Principalmente casas de residência (quando possuem apenas uma) e automóveis.

[9] Quando os candidatos possuem mais de um imóvel. Isto é, outros imóveis além daquele em que habitam.

[10] Especialmente terras, cabeças de gado e tratores.

[11] Destacando-se salas e pontos comerciais, participação em empresas e indústrias etc.

Montante do patrimônio por tamanho do Colégio Eleitoral (%)

| Montante/ Tamanho | Até 10.000 eleitores | 10.001-20.000 eleitores | 20.001-50.000 eleitores | 50.001-100.000 eleitores | Acima de 100.000 eleitores |
|---|---|---|---|---|---|
| Não possui bens | 11,7 | 13,2 | 8 | 12,5 | 20 |
| Até R$ 100.000,00 | 39,4 | 29,4 | 32 | 25 | - |
| R$ 101.000,00 – R$500.000,00 | 38,3 | 35,3 | 48 | 50 | 60 |
| R$ 501.000,00 – R$ 999.000,00 | 4,2 | 11,8 | 4 | 12,5 | - |
| Acima de R$ 1.000.000,00 | 6,4 | 10,3 | 8 | - | 20 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: TSE

Composição do patrimônio por tamanhos de Colégio Eleitoral (%)

| Composição/ Tamanho | Até 10.000 eleitores | 10.001-20.000 eleitores | 20.001-50.000 eleitores | 50.001-100.000 eleitores | Acima de 100.000 eleitores |
|---|---|---|---|---|---|
| Não possui bens | 11,70 | 13,24 | 8,00 | 12,50 | 20,00 |
| Bens de Consumo Duráveis | 32,98 | 22,05 | 32,00 | 12,50 | - |
| Bens de consumo Duráveis + Imóveis Não Utilizados | 13,82 | 17,65 | 16,00 | 37,50 | 60,00 |
| Bens Ligados a Investimentos Agropecuários | 31,92 | 25,00 | 28,00 | 12,50 | - |
| Bens Ligados a Investimentos Empresariais/ Comerciais | 6,38 | 7,36 | 4,00 | 12,50 | - |
| Bens Ligados a Investimentos Agropecuários + Investimentos Empresarias Comerciais | 3,20 | 14,70 | 12,00 | 12,50 | 20,00 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: TSE

Grau de escolarização por tamanho de Colégio Eleitoral (%)

| Grau de Escolarização/Tamanho | Até 10.000 eleitores | 10.001-20.000 eleitores | 20.001-50.000 eleitores | 50.001-100.000 eleitores | Acima de 100.000 eleitores |
|---|---|---|---|---|---|
| Ensino Fundamental Completo | 12,8 | 10,2 | - | - | - |
| Ensino Fundamental Incompleto | 7,4 | 4,4 | 12 | - | - |
| Ensino Médio Completo | 24,5 | 28 | 12 | 12,5 | - |
| Ensino Médio Incompleto | 7,4 | 3 | - | - | - |
| Ensino Superior Completo | 35,1 | 30,9 | 56 | 87,5 | 40 |
| Ensino Superior Incompleto | 12,8 | 23,5 | 20 | - | 60 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: TSE.

## Disputas em maior escala:
## vereadores da capital, deputados estaduais e federais

O estágio ainda inicial da pesquisa sobre os vereadores em Sergipe impede que se trate aqui devidamente deste tipo de disputa tão central na política no país, uma vez que, entre outros aspectos, envolve cerca de 60 mil postos remunerados.[12] No entanto, talvez seja de algum interesse observar indicações relativas aos vereadores da capital Aracaju.[13]

Em primeiro lugar, é preciso recordar que se trata de vereadores que atuam na única cidade com mais de 100 mil eleitores do estado – uma cidade, como visto, bastante diferente da maioria absoluta das demais. Sem grandes surpresas, portanto, com o fato se encontrar não apenas diversidade grande de origens sociais, profissões e tipos de relação com a política nos trajetos daqueles indivíduos, mas também elevado grau de profissionalização ou especialização em atividades do mundo políti-

[12] Apenas em Sergipe, 4175 candidatos a vereador apresentarem-se nas eleições de 2008.

[13] Agradeço a Yuri Pereira da Silva pelo auxílio na coleta de informações nesta pesquisa.

co. Como já evidenciado em parte aqui, mas também em outros estudos (Grill, 2010), quanto maior o colégio eleitoral – logo, quanto mais urbana e diversificada a cidade –, maior a tendência à composição de um universo de dirigentes políticos de origem social menos homogênea, de alta escolaridade e com entradas e percursos variados na política.

Se quase a totalidade (90 %) dos vereadores eleitos apresenta curso superior completo ou incompleto – indicando algo sobre o capital cultural[14] e a posição social desses indivíduos –, quando combinado com o tipo de diploma escolar, a inserção profissional, o patrimônio econômico, o capital de relações[15] e o itinerário político, esse dado mostra o risco de tomá-lo isoladamente. Em primeiro lugar, constata-se que o conjunto de 19 vereadores eleitos em 2008 é recrutado predominantemente em camadas sociais médias e médio-altas (professores de ensino médio, jornalistas, advogados, médicos e pequenos e médios empresários). Porém, o volume e composição de seus patrimônios variam sensivelmente: cerca de um quarto não possui bens declarados ou os possui em valor inferior a R$50.000,00, composto de bens duráveis como residências e/ou veículos; por outro lado, as faixas predominantes de patrimônio são, em igual proporção, entre R$50.000,00 e R$100.000,00 e acima de R$200.000,00, com prevalência de bens duráveis e investimentos financeiros. Registre-se ainda que três indivíduos declararam patrimônio acima de R$400.000,00.

Com efeito, ao que tudo indica até o momento, a única variável que permite identificar entre essa população algum padrão de investimento e acúmulo de recursos na política são os itinerários políticos. Nomeadamente, o tipo de entrada dos vereadores na política e seus espaços sociais de inserção. Grosso modo, os itinerários dividem-se em: a) um padrão marcado por envolvimentos políticos mais precoces (militância estudantil, sobretudo), com inserções e militâncias no espaço associativo-sindical, especialmente em sindicatos, associações de moradores e igrejas. Nesta modalidade situam-se principalmente candidatos com

[14] Com base em dados de 2004, percebe-se que esse índice é, em média, três vezes superior ao do conjunto de vereadores da região Nordeste. Cf. Kerbauy (2005).

[15] Embora muito parciais, as informações sobre o capital de relações pessoais privilegiaram origens familiares e geográficas, arranjos matrimoniais, ocupação de cargos políticos de comando ou confiança e vinculações políticas e de amizade com líderes políticos.

maior investimento partidário; b) um padrão marcado por baixo grau de envolvimento associativo e de menor militância associativa e partidária. Nesta modalidade situam-se majoritariamente candidatos cuja entrada na política eletiva se dá pela inserção em redes de lideranças políticas ditas tradicionais, por meio de vínculos com líderes de facções. Em geral, não apresentam experiências prévias de socialização política em sindicatos, associações ou partidos.

Mencionaria rapidamente, ainda, que estes padrões acima são também encontrados entre a população de deputados estaduais. Nesta esfera da disputa eleitoral, além do exercício de mandatos como prefeito e vereador, um dos principais recursos distintivos dos eleitos é a ocupação prévia de secretarias de estado e de município (sobretudo na capital). Entre os deputados federais – e em escala muito maior, entre os senadores –, por outro lado, tem-se um quadro em que as condições de entrada são mais exigentes. É claro o predomínio de indivíduos cujo capital eleitoral está fortemente associado ao pertencimento a grupos familiares economicamente dominantes e especializados na política, o que ajuda a explicar entradas precoces e bem sucedidas em disputas por cargos elevados. Dos 8 deputados eleitos para a legislatura 2011-2015, seis tiveram seu primeiro cargo eletivo como deputado (3 como estadual e 3 como federal). Os outros 2 haviam estreado na política eletiva como prefeito e vereador. A esta fração de indivíduos menos dotados de recursos econômicos e familiares, novamente a principal via de acúmulo de recursos encontra-se na militância associativa e partidária, com experiências em cargos de administração como secretarias prefeitura de Aracaju e do governo do estado.[16]

## Considerações finais

Para concluir, retomaria brevemente um dos pontos iniciais levantados a respeito da escala das disputas políticas e do problema das generalizações. Como se tentou demonstrar com base em alguns dados, mesmo o menor estado do Brasil em território, com o sexto menor número de municípios e de habitantes e com alta homogeneidade de características entre seus municípios, apresenta certa diversidade nos espaços de concorrência política. Essa diversidade está ligada sobretudo ao tamanho

[16] Sobre o peso crescente do capital associativo no espaço eleitoral brasileiro nas últimas décadas, consultar Coradini (2007).

dos colégios eleitorais, variável que tende a definir em relação direta o peso do patrimônio econômico, da escolaridade e da militância exigido daqueles que buscam sucesso em competições eleitorais.

Por outro lado, caberia atentar ao fato que, se há diferenças nas características sociais do pessoal político entre diferentes municípios, estas também existem dentro de municípios de médio ou grande porte, espaços com maior tendência à diversificação de bases sociais e de recursos para especialização na política. Nesse sentido, pode-se seguramente vincular esta tendência aos efeitos da intensificação da concorrência eleitoral conhecida após o fim do regime autoritário brasileiro. Em combinação com outros elementos como a urbanização, a elevação das taxas de escolaridade da população e certa recomposição da estrutura social, este fenômeno aponta para uma inevitável complexificação do processo de legitimação no espaço político-eleitoral, marcado justamente pela diversificação das formas de se construir carreiras políticas e, consequentemente, de se exercer funções executivas e legislativas no país.

## Referências


BAILEY, F. G. *Gifts and poison*: the politics of reputation. New York: Schocken Books, 1971.

CORADINI, O. L. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 28, p. 195-217, 2007.

GRILL, I. G. As bases sociais e políticas na seleção de prefeitos. In: GRILL, I. G. et al. *Eleições Municipais no Maranhão: bases sociais das candidaturas, especialização política e redes de relações.* São Luís: EDUFMA, 2010, p. 13-25, 2008.

HEREDIA, B. M. A. Política, Família, Comunidade. In: PALMEIRA, M. e GOLDMAN, M. (Org.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa, p. 57-72, 1996.

IBGE. *Estatísticas do Registro Civil 1999/2008*.

______. *Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2009*.

______. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009*.

______. *Pesquisa Nacional de Saúde Escolar 2009*.

______. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008/2009*.

______. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009*.

KERBAUY, M. T. M. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. XI, n. 2, p. 337-365, 2005.

LEANDRO, H. W. *A Política como Vocação Familiar*: "os Rollemberg" e a dinâmica política em Sergipe (1885-1964). Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe, 2011.

MONTALVÃO, A. T. *Recrutamento de Elites Parlamentares*: os deputados da ARENA em Sergipe (1964-1985). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2011.

PALMEIRA, M. Eleição municipal, política e cidadania. In: PALMEIRA, M. e BARREIRA, C. (Org.). *Política no Brasil*: visão de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 137-150, 2006.

PALMEIRA, M. Política, Facções e Voto. In: PALMEIRA, M. e GOLDMAN, M. (Org.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa, p. 41-56, 1996.

SANTOS, V. de G. *Antropologia do Cotidiano da Política:* o gabinete parlamentar. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe, 2009.

SILVA, Y. N. P. *As Companheiras no Parlamento*: percursos e personagens. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe, 2010.

STECKEL, D. de O. G. *Veredas e atalhos*: recrutamento e seleção de elites políticas em Sergipe. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2007.

# Apropriações da gramática democrática, perfis militantes e concepções de gestão pública (RS e MA)

*Eliana Tavares dos Reis*[*]

Nos mais diferentes cenários das lutas políticas contemporâneas é possível constatar, sobretudo nas últimas décadas, a afirmação de um "imperativo participativo" (Nonjon, 2005), a um só tempo, resultante e propulsor do trabalho de objetivação de um consenso em torno do ideal/arranjo democrático. No presente capítulo pretende-se examinar dimensões que permitem apreender alguns fatores que condicionam o campo de possibilidades de ativação dessa gramática que fundamenta a edificação de modelos de gestão pública. Assim, as considerações que seguem fazem parte de uma reflexão mais ampla acerca dos mecanismos de produção de matrizes de referenciais e de práticas que se traduzem em experiências administrativas, mais ou menos bem sucedidas, que proclamam pautar-se por princípios de "participação", "cooperação", "articulação de setores e atores sociais diversos", laços de "solidariedade", "descentralização", etc. Ideias essas que contemplam demandas diversas e diversificadas, geralmente apontadas como propriamente e apropriadamente democráticas.

A discussão proposta se ampara em pesquisas centradas no exame das carreiras, destinos sociais e repertórios de mobilização de agentes que

[*] Professora Adjunta do Departamento de Sociologia e Antropologia (Desoc) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

iniciaram sua militância durante o regime militar e, subsequentemente, ocuparam ou ocupam posições relativamente bem alocadas enquanto porta-vozes de diferentes "causas" em domínios sociais distintos, sobretudo políticos e universitários, no Rio Grande do Sul e no Maranhão. A investigação das duas configurações regionais pelo mesmo ponto de vista analítico e metodológico, bem como em função da utilização dos mesmos critérios mais gerais de delimitação do universo empírico (particularmente no que diz respeito ao estudo das entradas na política de agentes que participaram da "luta contra a ditadura"), inevitavelmente aciona o registro comparativo. Dentre as vantagens do confronto de lógicas e realidades contrastantes, vale destacar: a oportunidade de relativizar possíveis pré-noções ou "obviedades" que se constitui em um dos principais obstáculos ao trabalho do cientista social; a possibilidade de se encontrar regularidades, discrepâncias e especificidades dos condicionantes históricos, das correlações de forças políticas, dos perfis sociais, das trajetórias individuais e das problemáticas legítimas consagradas pelos agentes que estrearam sua atuação em conjunturas de *crise política* (Dobry, 2000); e ainda o valor propriamente heurístico do procedimento comparativo e do teste de referenciais de análise pertinentes para a apreensão dos universos em pauta.

A análise das dinâmicas permitiu trazer à tona questões sobre as diferentes formas de apropriação do discurso e de operacionalização prática do binômio "democracia" e "participação", que, evidentemente, variam conforme as especificidades nacionais, regionais, e, é claro, em função das arenas, dos objetos de disputas e das posições políticas e sociais ocupadas por seus porta-vozes. Mas que se coadunam, particularmente, em um "credo" que se impõe como prática e como representação (no duplo sentido) do mundo social, comportando espaços de atuação, bandeiras de luta, formas de mobilização, carreiras e perfis dos seus porta-vozes legítimos, etc.

Tendo isso em vista, a primeira parte deste texto é dedicada à reflexão/problematização mais geral em torno da afirmação do ideal democrático, da sua gramática e temática correlatas com poder de interpelar militantes e intelectuais preocupados com as "melhores alternativas" de governo popular; e a segunda parte é destinada à apresentação de alguns resultados de pesquisa que revelam as especificidades e consonâncias entre os casos investigados, mais diretamente no que diz respeito ao perfil e investimentos de militantes que constituíram equipes de governos, com experiências contestatórias e posicionamentos políticos semelhantes, no sentido de promover a "participação popular" nos dois estados (RS e MA).

## Alguns elementos da "moderna" gramática democrática

A afirmação da democracia como arranjo de governo e como crença é tributária de variados fatores normativos e cognitivos, sobretudo relacionados às formas práticas de funcionamento de governos representativos e à valorização de mecanismos considerados como eficazes para a "participação política do povo" ou para a reprodução/modificação das "elites no poder". Assim, nas suas diferentes versões (mais ou menos realistas ou idealistas), as atenções dos analistas sociais se voltam para questões que vão desde engenharia política melhor ajustadas às dinâmicas históricas até uma espécie de moral-cívica consagradora dos métodos democráticos. Passando ainda por aspectos da chamada "cultura política" ou considerando processos históricos de formação de Estados-Nação e suas especificidades (geralmente detectando-se nos "centros" as fontes de constituição das configurações bem sucedidas e atribuindo-se às "periferias" dificuldades de adequação relativamente fiel aos modelos centrais).

Um dos elementos comumente evocados para definir o sentido do jogo democrático é o da incerteza quanto aos seus resultados, em contraposição aos sistemas autoritários que se pautam pela circunscrição das ações e percepções dos indivíduos, procurando controlar os resultados dos seus movimentos (Dobry, 2000). Obviamente, nem os regimes democráticos são desprovidos de fundamentos de previsibilidade e certeza para a sua estabilidade e para alcançar o ideal da participação e renovação política; nem o ideal autoritário de antecipação das ações, com a limitação dos espaços, modalidades e repertórios de mobilização consegue ser atingido plenamente. Há perspectivas que assinalam que é justamente nisso que residiria a possibilidade de transformação de qualquer configuração histórica, ou seja, o modelo democrático poderia ser entendido como o resultado parcial e temporário de um estado de relações de poder, ou melhor, seriam atos de poder que constituem a objetividade social (Laclau, 1996; Mouffe, 2000).

De qualquer modo, a consolidação do arranjo e mito democrático (é bom que se diga, não sem contestações ao longo do tempo conforme os diferentes interesses em jogo nos principais contextos de sua emergência) fundamentou-se, em significativa medida, por sua capacidade de, por um lado, oferecer respostas e sentidos para aqueles que edificam e investem no jogo democrático. Por outro lado, por sua eficácia em controlar a agressividade social. A partir disso seria possível procurar contornar

os obstáculos à apatia (o apolitismo) por meio da propagação de alternativas (reais ou imaginárias) resultantes do trabalho de mobilização de grupos e atores que explicitam a pluralidade compatível com a sociedade moderna. Do mesmo modo, seria possível conter os conflitos exacerbados (a politização excessiva) mediante a ênfase na busca por consenso passível de ser construído graças ao convívio regrado e o reconhecimento mútuo que sedimentaria esse arranjo (Braud, 1992).

No que diz respeito mais diretamente à afirmação da "democracia representativa", a principal característica apontada por Weber (1993) refere-se à progressiva especialização e profissionalização da atividade política. Nesta, os partidos políticos modernos assumem o lugar de destaque constituindo-se, como afirma Offerlé (1993), em empresas sistemáticas e coordenadas de conquista de poder político e também como veículos de defesa de causas de interesse dos "desfavorecidos" ou, simplesmente daqueles que estão fora da "política" (os "profanos").

É na articulação constitutiva de princípios políticos e jurídicos sob uma ideia de democracia como regime de governo fundado em crenças, que as eleições ocupam um lugar de destaque no universo de ritos e práticas cerimoniais, por um lado, interpelando profissionais de diferentes domínios sociais (jornalistas, advogados, cientistas sociais, etc.), afora os próprios "homens políticos" (Reis e Grill, 2010). E, por outro lado, assemelhando "todos os cidadãos no ato ficcional: a formação da vontade geral que transforma uma comunidade imaginada em 'realidade'" (Braud, 1997, p. 217). Deste modo, a concepção de cidadão estaria relacionada à exaltação do sufrágio universal e pode ser assimilada a um princípio fundamental da democracia em que o indivíduo seria capaz de ter uma opinião e de expressá-la em termos de preferências políticas e interesse pela esfera pública. A mobilização eleitoral, assim, assume contornos éticos, pois refletiria a imagem digna do "povo" como ente capaz de tomar decisões políticas e com o dever de estar ativados, enquanto "cidadãos" (indistintamente), no âmbito de suas instituições e de seus porta-vozes (Offerlé, 1993).

Sendo necessário construir consensos (ou ao menos "maiorias") no dissenso (a partir da pluralidade de posições), no "jardim das delícias democráticas", independentemente do tipo de democracia que se esteja falando (pluralista, representativa, participativa...), não há dúvidas de que um dos principais trunfos é o uso da linguagem. A disponibilidade para "debater" (que comporta a habilidade para "convencer"), objetiva-se

como “categoria de conflito” e como trunfo por excelência, cujo principal objetivo é a imposição de princípios de classificação do mundo social. Então, numa ordem histórica em que confrontar pontos-de-vista é uma “forma de competência que pertence ao universo da lutas simbólicas” (em oposição aos combates físicos, por exemplo), o “debate de ideias” conquista centralidade como forma de “cultura democrática”, tornando-se cada vez mais complexo, diversificando tanto os níveis e conteúdos articulados como os interlocutores envolvidos.

Nos desdobramentos das lógicas e práticas democráticas legítimas, além do debate entre os profissionais da política (fixação da “Assembleia” como lugar por excelência de deliberação), há cada vez mais a diversificação e multiplicação de categorias de profissionais aptos e autorizados a “debater” e sua expansão para agentes não necessariamente (ao menos em tese) especializados para tanto. Assim, a “participação popular” (idealmente, a de pessoas “comuns” interessadas nos assuntos “públicos” que lhes diriam respeito) nas tomadas de decisão é particularmente valorizada em algumas circunstâncias. A proliferação de vozes chamadas à cena é acompanhada pela redefinição dos espaços, institucionais ou não (instâncias, organizações, associações, fóruns, conselhos, etc.) pertinentes à manifestação dos múltiplos posicionamentos.

Com efeito, há a diversificação das modalidades de intervenção política que extrapola a atuação nos partidos políticos e sindicatos, (raramente sem estar em referencia a estes espaços “clássicos” de atuação), bem como das “causas” que conformam os repertórios de ação e dos perfis sociais dos agentes munidos de recursos e disposições para tomar a frente das “questões coletivas”. O que conduz a refletir sobre as bases sociais do reconhecimento e das identificações entre os interlocutores, inseridos em diferentes arenas de disputa pela condução das deliberações. E ainda, é preciso considerar os condicionantes da inscrição dos agentes em um fundo comum de questões, condutas, recursos, princípios de autoridade e de autorização, que os individualiza em relação ao “cidadão anônimo” e redesenha as fronteiras entre o “porta-voz” e o “representado”.

Assim, a gramática democrática passa a não comportar somente a “participação política” relacionada ao mercado político-eleitoral, mas se desdobra na reivindicação da necessária existência de outros lugares legítimos de inscrição do “cidadão” interessado em posicionar-se e, de algum modo, influenciar nas decisões do Estado, notadamente no que

tange à implementação das suas políticas públicas percebidas como coletivamente apropriadas.

Dominique Memmi (1985) oferece a análise de como é constituído o campo de estudos que definem a "participação política" como uma *representação normativa* (e não um objeto de estudos) e um *imperativo categórico* (em detrimento da sua apreensão como resultado de processos históricos específicos); como uma *norma* que carrega a ambivalência de combinar obrigação e eficácia, fundamentada no "julgamento sobre a realidade da coisa e sobre o seu valor" (Dominique Memmi, p. 318, 1985); e como uma *norma para a ciência política* que, mesmo a partir de diferentes vias – passando pela problematização da "legitimidade da norma" – os politólogos fixaram-na como categoria fundamental de mensuração e prescrição do jogo político desejável. As concepções menos realistas (sobretudo aquelas que partem da separação dos "cidadãos politicamente ativos" dos "cidadãos politicamente passivos, nos termos weberianos) de democracia seriam forjadas na adição entre a "valorização da política" e a "representação das práticas políticas", tendo como um dos seus resultados mais radicais a concepção "hiperdemocrática": resistente ao sistema partidário e suas regras, defensora de formas alternativas de engajamento. De uma forma ou de outra, seria necessário levar em conta a multiplicidade de aspectos históricos e sociais, conjunturais e identitários, discursivos e práticos, que interferem tanto na valorização da "participação política" como na sua tradução em tomadas de posição sobre questões consideradas como legítimas e "políticas" ou "politizáveis".

## O valor democrático e a "participação popular" no Brasil

No Brasil, foi especialmente a partir do "regime militar" que os valores da democracia passaram a ser sistematicamente ressaltados e definidos com base na imbricação com outros modelos perseguidos por seus porta-vozes (principalmente, com versões de socialismo), sendo, paulatinamente, consubstanciados seus pilares inelutáveis. Neste caso, ideias e estratégias de ativação da "sociedade civil", da "participação popular", dos "movimentos sociais", entre outras, posicionaram-se no centro do debate político e acadêmico (com especial atenção das ciências humanas e sociais).[1]

[1] Para Daniel Pécaut (1990), este "pensamento democrático" foi fundado na reativação da "sociedade civil: este é na verdade o lema que se difundirá no quadro de

Na esteira do mesmo processo, foram edificados os espaços propícios para a inscrição (mobilização, socialização, hierarquização) de redes de militantes, compatíveis com a nova configuração social "democrática". Principalmente no decorrer dos anos 1980 e dos 1990 houve uma proliferação de associações e dinâmicas ebulientes da *arena societária*, viabilizando a atuação institucional dos agentes. Tendo se perpetuado como lugares legítimos de interlocução e deliberação de "lideranças democráticas", quase sempre esses canais de participação orientam seus debates e embates em torno da necessidade de formulação e efetivação de políticas públicas eficazes para as respectivas áreas ou temáticas que pretendem salvaguardar (Azevedo Moura e Silva, 2008; Avritzer e Navarro, 2003; Avritzer, 1997; Avritzer e Azevedo, 1994). Desta forma, as preocupações ao mesmo tempo normativas e acadêmicas acerca das "políticas públicas" e de modelos específicos, como o do Orçamento Participativo, assumem centralidade na agenda política e de pesquisas, principalmente, no âmbito das ciências humanas e sociais.

Arretche (2003, p. 07) situa os fatores conjunturais que incidiram nesse progressivo interesse:

> O intenso processo de inovação e experimentação em programas governamentais – resultado em grande parte da competição eleitoral, da autonomia dos governos locais, bem como dos programas de reforma do Estado –, assim como as oportunidades abertas à participação nas mais diversas políticas setoriais – seja pelo acesso de segmentos tradicionalmente excluídos a cargos eletivos, seja por inúmeras novas modalidades de representação de interesses – despertaram não apenas uma enorme curiosidade sobre os "micro" mecanismos de funcionamento do Estado brasileiro, como também revelaram o grande desconhecimento sobre sua operação e impacto efetivo.

O problema é que os trabalhos sobre as "políticas públicas" raramente atentam para a relação condicionante e condicionada entre as repre-

abertura. Ele não comporta quaisquer concessões ao liberalismo ou exaltações à democracia formal" (p. 290, 1990). A ordem naquele momento era institucionalizar o dissenso, por uma ação sustentada em um realismo pragmático em detrimento das práticas revolucionárias, essas últimas desvalorizadas pela estratégia dos militares de definir o "golpe de 64" como uma "revolução", apresentando um deslocamento da significação política da palavra (Fontes, p. 232, 1996). Conforme Fontes (1996), apenas com a mobilização dos movimentos sociais no fim da década de 1970 é que ocorrerá a revalorização da ideia de "revolução".

sentações e características sociais dos agentes envolvidos na formulação de políticas, bem como os contextos históricos e de disputas políticas nos quais estão inseridos. Essas são dimensões explicativas das opções de políticas priorizadas ou descartadas, interferindo não somente nas estratégias e escolhas assumidas nos processos decisionais como nos efeitos que podem acarretar. A política pública deixa de ser tomada apenas como processo e causa, e passa a ser considerada como efeito de processos históricos e sociais mais amplos que definem o espaço das questões e dos procedimentos possíveis e legítimos.

Nesse sentido, cabe operar uma ruptura com as definições nativas dos militantes e do senso comum intelectual que consideram os objetos de disputa das políticas públicas como "interesses" pré-existentes de "grupos" dados, com maior ou menor "influência" sobre as arenas de decisão. Para tanto, é necessário dar conta dos múltiplos processos e atores que fazem o grupo existir enquanto força política, observando a demarcação de fronteiras e clivagens que estabelecem com os concorrentes. Sem deixar de mencionar os trunfos individuais dos protagonistas e os recursos coletivos das organizações a que pertencem, bem como os repertórios que acionam: manifestações; abaixo-assinados; colóquios como fóruns, congressos, eventos e os registros de expertise e negociação; mobilizações nos bastidores da cena política e nas redes de sociabilidade próprias aos segmentos dominantes. Desse modo, desenha-se um intrincado quadro de relações sociais e políticas, de agentes pertencentes a distintos domínios sociais, de definição e usos de interesses, de trânsitos, interstícios e mediadores entre setores estatais e não-estatais com suas respectivas bases materiais e simbólicas (Offerlé, 2009, 1998; Coradini, 2008).

A afirmação de novas temáticas, atores e lugares de intervenção produziram, dessa forma, deslocamentos nas fronteiras já tênues entre domínios políticos, intelectuais e sociais, das exigências para a circulação entre eles e das definições de problemas sociais considerados legítimos e, por isso, potencialmente constituídos como questões políticas relevantes. Sendo assim, o terreno em pauta é marcado pela plasticidade de posições e posicionamentos mais ou menos militantes, intelectuais ou administrativas, permitindo que, em muitos casos, sejam os mesmos agentes que, em diferentes momentos, ocupem as diversas posições de reivindicação, de fundamentação teórica, de deliberação, de formulação e de operacionalização. Neste caso, os modelos de gestão pública valorizados e/

ou implementados seriam o resultados da confluência entre, de um lado, princípios e discursos compartilhados e, de outro lado, saberes, técnicas, linguagens, códigos, redes de relações, etc. acumulados nas variadas inserções, constituindo o *background* e a certificação de competência de alguns agentes para a ocupação de posições relativamente bem alocadas no âmbito governamental, na "sociedade civil", ou na universidade, por exemplo; de qualquer modo, como porta-vozes das questões que ajudam a edificar.

Nicolas Gilhot (2003) propôs uma análise dos "profissionais da democracia" indicando a hegemonia norte-americana na exportação para o "terceiro-mundo" de concepções e modelos de Estado e de democracia. O foco da sua discussão são as lógicas da expansão da indústria de promoção dos direitos humanos e dos processos de democratização desde Washington, que resultaram na reconversão de militantes antiimperialistas (muitos dos que "lutaram contra a ditadura"), em *experts* do Estado. Isso graças às estratégias de gestão de programas internacionais fixados por esse centro que financiou os mais variados investimentos de "formulação", possibilitando que agentes com determinados "perfis" profissionais e capital militante, acionassem seus saberes de perícia e de conhecimento de causa no elogio à democracia e aos direitos humanos, sobretudo na conquista de posições de destaque em diferentes domínios sociais. O que, por sua vez, seria uma garantia da própria sustentação dos discursos e contradições das políticas de Estado americano. Nasceriam, assim, os "profissionais da democratização", "beneficiários" de investimentos econômicos e institucionais que, posteriormente, se constituíram como consultores, membros de ONGs, de centros de pesquisas universitários, de associações profissionais; etc. Dentre eles, estariam muitos politólogos que se serviram da caução científica para coadunar seus estudos sobre as "transições democráticas" (sobretudo na America Latina) com a agenda "global".

É claro que não é possível demonstrar a conexão direta entre esses fatores e a constituição dos discursos e prática aqui tratadas, e é claro, também, que ele tem alguma interferência, assim como outros, na conformação dos repertórios de mobilização e das modalidades de "participação política" perseguidas pelos diferentes agentes, no Brasil.

Outra possível interferência importante seria aquela advinda da multiplicação de movimentos reivindicatórios que se ergueram em diferentes contextos nos anos 1960 e que, em consonância, promoveram uma "subversão cognitiva" das bases de esquerda, conforme examinado por

Gilcher-Holtey (2009). Com características distintas, porém com "raízes europeias" (mais diretamente o "maio de 68"), ela parte da caracterização dos anos 1960 como um "momento crítico", tendo sido oportunizado pela "crise estrutural das universidades" e, na cena internacional, pelas interpelações da guerra do Vietnã. Conjugam-se a isso, os princípios de democratização e o crescimento das modalidades de participação que aparecem como uma retomada das propostas da Primavera de Praga, ativando "ideias força" como "democracia participativa", "autogestão", "codecisão" ou "paridade", contribuindo, assim, para a subversão das percepções em voga acerca do mundo social e a formação de uma "nova esquerda intelectual' (Gilcher-Holtey, p. 185, 2009).

Para a presente discussão, importa, acima de tudo, situar a centralidade da "participação popular" acionada como bandeira de luta legitimadora de práticas concebidas como "democráticas", constituindo-se como objeto de conflitos em torno dos mecanismos mais eficazes para proporcioná-la, o que significa do mesmo modo, ou fundamentalmente, a luta pelo reconhecimento daqueles que estariam mais aptos para tanto.

As propostas e avaliações da institucionalização dos "conselhos" ocuparam a agenda de debates de militantes e intelectuais preocupados com a elaboração e aperfeiçoamento de programas voltados para a aplicação de recursos públicos, sendo que as áreas priorizadas por parte do orçamento poderiam ser definidas com a participação da população nas tomadas de decisão (Gandin, 1994). Uma dessas "experiências" de gestão "democrática e participativa" do orçamento público é o Orçamento Participativo. Este se afirmou como arranjo institucional *sui generis* que articularia a democracia representativa e a democracia participativa numa "inovação democrática", cuja eficácia seria comprovada na sua aplicação não somente em muitos municípios brasileiros, como também por sua exportação para cidades da Europa e da América Latina (Avritzer e Navarro, 2003).

Na genealogia eventualmente evocada desse mecanismo, são resgatados os casos da administração em Lages (SC), em Vila Velha (ES) e em Pelotas (RS), ainda durante o regime militar, o que seria uma explicação para não terem sido bem sucedidas na sua continuidade, ou seja, havia limitações nas condições históricas e conjunturais de sua realização; afora outras iniciativas de descentralização administrativa em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, entre outras, anteriores à consagração do Orçamento Participativo no Rio Grande do Sul (Souza, 2000), decorrente dos

dezesseis anos de administração do Partido dos Trabalhadores à frente da prefeitura de Porto Alegre. É preciso ressaltar também a miríade de trabalhos escritos de caráter laudatório, contestatório ou analítico, somando-os às repercussões internacionais muito tributárias da realização do Fórum Social Mundial nesta capital, tudo confluindo para a objetivação da "experiência" como a mais significativa e mais ou menos eficaz de gestão "participativa e popular".

## Porta-vozes da "participação popular"

O principal material que serviu de base para a produção deste texto é proveniente de pesquisas mais amplas sobre os condicionantes históricos e sociais das modalidades, espaços e repertórios de intervenção política no RS e no MA, abordando as carreiras sociais, políticas e profissionais de agentes que estrearam sua atuação em movimentos de resistência à ditadura militar nos dois estados. No âmbito destes investimentos, foram produzidas reflexões mais específicas acerca da afirmação da "participação popular" na "gestão pública" do Rio Grande do Sul como "causa legítima" e sobre os porta-vozes da cultura, os condicionantes do trabalho de mediação cultural e de produção de referenciais de políticas públicas no Maranhão.

No primeiro caso, o alvo é o Orçamento Participativo, operacionalizado por membros do Partido dos Trabalhadores, com ênfase na potencialização ou aperfeiçoamento de um modelo de "democracia representativa", mediante o aprofundamento de mecanismos de participação e decisão orçamentária. Foram observados aspectos divergentes e semelhantes entre agentes que se apresentam como antagonistas no espectro de força políticas do estado, responsáveis por sua edificação, a partir das lutas travadas por sua definição, paternidade e operacionalização (Reis, 2008a). No segundo caso, é examinada a gestão da "cultura" por uma equipe constituída predominantemente por componentes vinculados ao PT, durante a administração do Partido Democrático Trabalhista no governo do Maranhão (2007-2009). Como o anterior, o olhar é direcionado não apenas para os aspectos discrepantes como também para as características homogeneizantes do universo de representações e posicionamentos de agentes localizados em lados opostos no espaço de luta política.

No Rio Grande do Sul, os porta-vozes da "participação popular" investigados apresentaram distinções no que tange aos seus perfis sociais, às orientações ideológicas e aos pertencimentos a siglas partidárias (no-

tadamente, o PMDB e PPS, PT e PDT). Dentre as semelhanças, pode-se ressaltar a estréia de sua atuação política nos movimentos de resistência ao regime militar; a participação em eventos e discussões, já no final da década de 1970, que o salientavam como alternativa às praticas e concepções "populistas", "tradicionais", "conservadoras", etc. de política; a premência na elaboração e implantação de mecanismo da "participação popular"; e a exaltação de "modelos" de "gestão" estruturados sobre a mesma base (a "participação popular"), mesmo que com referenciais contrastantes (mais ou menos militantes ou técnicos; com origens mais ou menos comunistas ou cristãs; etc.).

Sobre esse último ponto, cabe realçar que as divergências referentes às forças políticas em oposição no RS se cristalizaram nas concepções de OP e Governança Solidária. De um lado, o "Orçamento Participativo" seria um modelo fundado na discussão do orçamento público, no caráter decisional e no aprofundamento dos mecanismos de participação (como resposta aos limites da democracia representativa). De outro lado, a "Governança Solidária" apresentava-se como uma alternativa, mais ampla e abrangendo o próprio "OP", alicerçada em valores como solidariedade, cooperação e parcerias decorrentes do "compartilhar de espaços de convivência" (Reis, 2008a e Coradini, 2002).

No entanto, nem sempre a ideia de "participação" se impõe como objeto de luta por parte de diferentes equipes administrativas. Há configurações regionais em que, antes disso, ela (como as noções de "democracia", "cidadania", "sociedade civil", etc.) constitui-se precariamente nas tentativas de interpelação de determinados setores sociais. Tal fragilidade pode estar relacionada a basicamente três fatores mais amplos: as características das histórias regionais e das práticas políticas específicas em que a consolidação de outros elementos (como a "tradição", a religiosidade, a "políticas das reciprocidades"....) exigem que os mesmos estejam articulados nas cadeias de equivalências construídas pelos porta-vozes; as discrepâncias geracionais entre os agentes e "grupos" que compõe o espaço político e que ocupam as principais posições de mando; e, o grande desequilíbrio na correlação de forças com explícito benefício das posições e posicionamentos gestados em configurações discrepantes daquelas em que ocorreram as inserções em nome das chamadas "lutas democráticas".

É possível afirmar que as gerações de militantes que se inscreveram em ações de contestação ao regime militar são muito mais atraídas e

seus protagonistas apresentam-se como autorizados a apropriar-se do discurso democrático. Acrescenta-se a isso, que essa tendência aumenta quando esses agentes inauguraram a sua atuação política naqueles movimentos e que, por esse motivo, estiveram (pela atuação em movimentos de resistências, devido à formação universitária, por assimilação das formulações disseminadas por intelectuais de notoriedade nacional, etc.) mais expostos a essas ideias e ideais. Neste caso, os repertórios e práticas são muito mais estruturantes da gramática política em dinâmicas em que os militantes passaram, posteriormente, a ocupar lugares de relativo destaque seja no domínio político, seja no universitário, sindical, etc. do que em dinâmicas em que isso não ocorreu. De qualquer modo, mesmo nesses casos, algumas constâncias podem ser percebidas.

Trata-se, então, de observar os investimentos de determinados agentes num discurso que notabiliza os modelos de “democracia” e de “participação” política como ressonância de “experiências” tidas como relativamente “bem-sucedidas”. Para delimitar melhor essa questão, propõe-se tomar especificamente a defesa de determinados mecanismos de “políticas públicas” para a “cultura” no Maranhão, conduzida por uma rede de militantes que veio a formar a equipe de governo, nesta área, durante a administração estadual do pedetista Jackson Lago.[2]

Esta última opção pode ser duplamente justificada pelo fato de que, em primeiro lugar, a “cultura” é uma “causa” que se constituiu como legítima no estado, definida nos embates acadêmicos, assimilada no senso comum, racionalizada nas políticas de Estado e que ocupa um lugar de destaque na construção da identidade regional e das múltiplas identidades específicas (Reis, 2011). E, em segundo lugar, porque os debates e embates em torno da definição da “cultura” e de políticas públicas apropriadas, permite ponderar sobre disputas mais abrangentes e princípios subjacentes à dinâmica política e social regional. As polêmicas que animam o meio universitário, confrontos, arranjos e negociações político-institucionais em diferentes governos, a participação da chamada “sociedade civil” ou da “cultura popular” em determinados espaços propícios e propiciados para a discussão da “cultura” e do “cultural” no Maranhão,

[2] Jackson Lago (PDT) venceu as eleições de 2006, apoiado por um amplo e heterogêneo leque de alianças construído com a finalidade de derrotar a “família Sarney”. Entre os seus aliados na campanha e quadros do governo contou com militantes de partidos de esquerda no estado como o PT.

são reveladores da configuração dos objetos e objetivos compartilhados, disputados e distintivos entre os porta-vozes da "cultura".

Algumas considerações sobre essa dinâmica são importantes. Com base no estudo de maior fôlego, atentou-se para a existência de uma polaridade (relativamente recorrente) entre o que seria uma perspectiva mais "empresarial" e outra mais "militante" entre o pessoal político administrativo das gestões do governo do estado do Maranhão, comandadas pelos principais antagonistas das últimas décadas: Roseana Sarney (PMDB) e o agora falecido Jackson Lago (PDT), cujos cortes discursivos que procuram imprimir expressam-se na oposição: modernizadora X democrática, respectivamente.

De um lado, "racionalização", "modernização", organização e maximização do trabalho de produção, sanção e divulgação dos bens culturais, num discurso "para fora", visando o mercado externo, com a promoção do estado e dos seus personagens. Neste caso, o desenho de uma engrenagem de laços de tipos variados que se ramificam verticalmente e horizontalmente, abrangendo agentes com perfis e posições sociais diversos, assim como os lugares nos quais se inscrevem, apropriados à divisão social do trabalho de consagração das representações e dos representantes legítimos da "cultura". De outro lado, "participação", "democratização", "descentralização", a produção cultural devendo ser "beneficiada" e "vivenciada", num discurso voltado "para dentro", visando o mercado interno, com a busca de uma gestão "meritória" das políticas culturais e garantindo a "espontaneidade" das manifestações culturais. Em outros termos, a ativação do repertório sancionado na gramática democrática universalista (em nome da "sociedade civil", da "cidadania", "ética", etc.). Nesse caso, as redes de relações configuram uma maior horizontalidade (o que não significa dizer que não existam *egos* centralizadores de laços[3]) e os domínios de inscrição são heterogêneos e maios simétricos em termos de força política. Como se vê esse espaço foi privilegiado para a emergência de um discurso participativo e para a afirmação de seus porta-vozes.

Porém, para além das rivalidades partidárias, efêmeras e voláteis, revela-se neste espaço de concorrência a cristalização de teias de indivíduos que se encontram espraiados em domínios da cultura (teatro, música,

---

[3] Sobre as definições e potencialidades analíticas dos estudos de redes, ver Mayer (1987) e Landé (1977).

dança, etc.) e que se reúnem em lugares e meios de expressão (“grupos”, instituições governamentais e universitárias, publicações, etc.). A partir deles, alimentam, renovam, tecem, redefinem e fixam momentaneamente lealdades, hostilidades, e retiram gratificações materiais e simbólicas. No interior dessas cadeias de agentes, competências políticas e técnicas mesclam-se numa arena de disputas por postos em governos e por reputação social. Um paradoxo se estabelece: a combinação da valorização dos porta-vozes da cultura na chamada “sociedade” e a posição periférica e via cooptação no espaço político.

Como resultado, a oposição (que se mistura e é diretamente dependente dos alinhamentos políticos) entre agentes que falam “em nome da cultura”, amparados na autoridade de títulos escolares e profissionais e na posse de biografias de inserções em múltiplos espaços. O que os difere, porém, não são nem as competências, nem os domínios de atuação, mas, principalmente, o lugar ocupado pelas personalidades e pelas instâncias de consagração as quais estão vinculados. Em outros termos, o valor tanto dos indivíduos quanto dos lugares a partir dos quais falam se mostram profundamente dependentes dos resultados das disputas eleitorais, que, por sua vez, tem mostrado um forte desequilíbrio na balança do poder (Elias, 1999), pendendo para um dos pólos antagônicos que estruturam a dinâmica política mais ampla.

## Traços gerais da morfologia dos militantes da “causa participativa”

As indicações sobre a caracterização geral dos universos considerados são primordiais para fundamentar as condições de afirmação de porta-vozes e de “causas” legítimas relacionadas à *griffe* democrática sob determinadas circunstâncias históricas e regionais. Assim, na primeira parte da discussão que segue, as considerações vão ser desdobradas tomando-se quatro eixos fundamentais, quais sejam: 1) os perfis sociais dos agentes; 2) as modalidades de atuação militante durante o “regime militar”; 3) seus destinos, principalmente em termos políticos; e 4) os investimentos visando a implementação de formas “participativas” e “populares” de “democracia”. E, na sequência, a pretensão é de dar algumas pistas sobre as diferentes condições de apropriação dessas ideias referenciadas em concepções que guiam e justificam a adesão a determinados discursos e formas de gestão.

A partir da análise dos quatro eixos supracitados, observou-se a sempre maior diversificação de possibilidades para o caso "gaúcho", quando cotejado ao caso maranhense.

No que concerne aos perfis sociais, atentou-se que são mais heterogêneos para o RS e menos para os militantes do MA. Um indicador desse aspecto é aquele referente aos investimentos em escolarização que, no que pese os dados analisados para os dois estados revelarem que são semelhantes, para o primeiro observou-se uma maior diversificação das instituições de ensino, dos cursos universitários realizados e das profissões seguidas; ao passo que, para o segundo, há uma concentração em instituições localizadas na capital, frequentadas desde o ensino primário, e nas universidades Federal e Estadual do estado, nas quais fizeram mais predominantemente cursos voltados para a área de ciências humanas.[4]

No RS, os militantes são filhos da chamada classe média, basicamente os pais são funcionários públicos, professores universitários, militares, alguns profissionais liberais, comerciantes, entre outros. Grifa-se o peso relativamente alto do capital cultural e político de origem, isto é, são provenientes de famílias que valorizaram a prática, notadamente, da leitura e de viagens, bem como sublinham algum tipo de adesão, atuação ou concepção de política definida. Enquanto no MA, os militantes são originários de uma extração mais baixa da classe média, isto é, são filhos de funcionários públicos, muitos trabalhadores manuais, autônomos, operários e pequenos comerciantes, raramente com algum tipo de atuação política sistemática. Esses agentes valorizam e têm, na sua maioria, vínculos com a "cultura" enquanto forma de expressão artística e, portanto, dedicam-se de diferentes formas a essa dimensão, não necessariamente como aquisição de um capital tido como legítimo, mas como produtores (músicos, compositores, teatrólogos, atuando no teatral, literatos, entre outros), situando-se na "tradição cultural" do Estado, definidor da identidade regional.

No que diz respeito às formas de mobilização durante a "ditadura", no RS estas foram deflagradas tanto na capital (Porto Alegre) como no interior do estado e foram relativamente intensas durante as décadas de 1960, 70 e 80. Evidentemente, tendo sido modificadas, ao longo desse período, os personagens, as temáticas priorizadas, as justificativas acio-

[4] Fatores estes que pesam igualmente para a seleção de Deputados Federais, como demonstrou Grill (2008).

nadas, os tipos de intervenção e o fluxo de entrada de novos aderentes no trabalho de resistência.

Na “luta contra a ditadura”, entre outras estratégias, foram realizadas passeatas, produção de panfletos, reuniões, treinamentos de guerrilha, atuação nas organizações clandestinas articuladas nacionalmente, exílios como extensão da “luta”, participação, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1970, nos marcos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e nos debates sobre a articulação de partidos políticos, vislumbrando o pluripartidarismo. Destaca-se, em especial: 1) a forte importância da mobilização estudantil secundarista, mas principalmente na universidade; 2) o peso significativo das organizações clandestinas na articulação dos agentes e das “ações”; e 3) a inscrição protagonista no MDB, particularmente mediante canais como o Setor Jovem e o Instituto de Estudos Políticos Econômicos e Sociais (Iepes).

No interior do estado, observou-se a considerável influência da Igreja na atuação de jovens que entraram em grupos católicos e, sob os investimentos da Ação Católica, participaram, por exemplo, da Juventude Universitária Católica que, combinada com as pautas esquerdistas mais amplas de “combate à ditadura”, constituíra a Ação Popular (AP) que, de modo muito simplificado, foi a organização política dos “jovens católicos” fora da égide da Igreja.

Essas inserções favoreceram a vinculação dos militantes em grupos um tanto coesos, com características sociais mais ou menos semelhantes que se deslocaram, no decorrer de suas trajetórias coletivas, com relativa sintonia. Estes grupos (de fronteiras e unidades móveis) aliaram-se em determinadas circunstâncias de “luta contra a ditadura”, localizando-se no espectro das forças esquerdistas, marxistas, socialistas, revolucionárias, etc.; aproximaram-se de dirigentes estabelecidos no campo oposicionista construindo vínculos (ideológicos, afetivos, instrumentais, etc., conforme o caso); rivalizaram com as lideranças políticas estabelecidas e também entre si, disputando modelos de socialismo, de luta revolucionária, de organização partidária, de formas legítimas de gestão (já na “era democrática”), etc. Desfrutando, muitos deles, posições de notoriedade política no RS e no plano nacional, principalmente, reconfigurando o espaço das intervenções políticas no estado (Reis, 2008b; 2007).

Para o estado do Maranhão a pesquisa ainda está em fase de andamento, no entanto já é possível lançar algumas indicações. No que tange

a atuação política de militantes que lutaram contra a ditadura, observa-se que esta foi muito mais centrada na capital (São Luís) e que teve seu período mais intenso nos anos 1970 e 1980. Neste caso, o peso maior recai sobre o trabalho de mobilização realizado por lideranças da igreja católica, não raro provenientes de países da Europa (como Itália e Bélgica) – empenhados, desde os anos 1960, no atendimento e organização de populações do chamado "terceiro-mundo" – que agiram via movimentos de base e conquistaram uma presença preponderante na articulação das problemáticas legítimas no estado.

Assim, por um lado, a organização do movimento estudantil, fundamentalmente no âmbito universitário, que conseguiu alguma notabilidade nos desdobramentos subsequentes, foi decorrente do engajamento de militantes que mantinham elos com lideranças deste universo religioso, geralmente filiadas a versões politizadas e heterônomas da Igreja, mormente a Teologia da Libertação.

A atuação mais contundente em organizações clandestinas ligada à luta armada e acionada nas reconstituições retrospectivas foi "rural", tendo à frente Manoel da Conceição, reconhecido como o líder camponês, com atuação sindical, experiência de exílio em Genebra, fundador do PT, tendo concorrido, em 2000, a presidente deste partido. Em sua biografia são geralmente enfatizadas a origem pobre e a deficiência para andar decorrente dos tiros que levou nos pés pela polícia numa situação de confronto ainda durante o regime militar (Fiuza, 2005, p. 53). Vale destacar a interferência da inserção religiosa no seu itinerário, por exemplo, como auxiliar de pastor e na realização participação no Movimento de Educação de Base (MEB), organismo da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), constituído em 1961, para a "educação popular em diversas regiões do Norte e Nordeste do país", por serem regiões "em que os indicadores socioeconômicos revelam situação de pobreza e, consequentemente, índices sociais e econômicos abaixo dos desejados" (http://www.meb.org.br, acessado em 16/05/2011).

Afora isso, alguns protestos foram marcantes na história de contestações maranhenses e na afirmação de porta-vozes, de instâncias e de questões legítimas no estado, tais como as "lutas por moradia", aquelas em torno dos "direitos humanos", o "movimento contra a carestia", a "greve da meia passagem". Em pesquisas monográficas específicas que vem sendo feitas sobre essas mobilizações, os repertórios e perfis dos

militantes, tem-se observado a importância dos movimentos de cunho "cultural" no papel de produção (ou reprodução) de princípios éticos e estéticos indissociavelmente políticos, religiosos e culturais.

O exame das lógicas de inscrição nesses lugares, repertórios e protagonistas, bem como seus desdobramentos posteriores, permitiu identificar a existência de uma maior densidade de interconhecimentos e inter-reconhecimentos, com a constituição de redes mais flexíveis de relações. Isto quer dizer, em que os laços de amizades, por exemplo, podem ser mais ou menos duradouros, entretanto aqueles que definem o pertencimento a determinadas organizações são mais efêmeros, inconstantes, tributários da trama de posicionamentos e oportunidades em constante movimento neste cenário.

No tocante aos destinos dos agentes e o empenho na operacionalização da "participação popular", mais prontamente no que se refere às posições que ocupam na hierarquia do espaço social e político das configurações em questão, detectou-se o "sucesso" de muitos militantes gaúchos na conquista de lugares de destaque em domínios políticos e universitários locais e nacionais. A inserção no MDB parece ter sido significativa na disputa geracional com dirigentes políticos estabelecidos, desvendando as estratégias das jovens lideranças no sentido de impor percepções e formas de agir políticas alternativas. Contaram com saberes herdados sobre o "mundo político" (muitos oriundos de famílias com algum tipo de inscrição política, principalmente de orientação "comunista" ou "trabalhista") e como saberes adquiridos (transmitidos no mundo acadêmico e interpretações do marxismo) que compunham o instrumental de intervenção potente. No mesmo sentido, se distinguiram entre si em termos de disputas pela ocupação de posições de porta-vozes da "esquerda democrática", dos seus símbolos, siglas e iniciativas.

Esses aspectos contribuíram para a constituição de uma nova sigla partidária forte (PT), mas também a presença de lideranças nascidas da "luta contra a ditadura" em partidos comandados por "chefes políticos tradicionais", como o PDT e o PMDB. Para esses últimos, o confronto geracional no âmbito desses partidos promoveu a flexibilização do poder das posições e posicionamentos dominantes e repercutiu numa relativa aproximação de perfis e bandeiras de luta daqueles militantes petistas. Gerando, portanto, a reconfiguração do espaço das relações de força no RS.

É claro que isso não significa dizer que partidos e lideranças sejam pouco distintos. Os perfis específicos dos militantes são diferentes e apre-

sentam encaminhamentos políticos discrepantes, no entanto essas agremiações possuem um mesmo repertório de problemática, um mesmo espaço semântico a partir do qual se distinguem. Por exemplo, com relação à valorização da "participação popular" como uma "causa legítima" nos três principais partidos (PDT, PT e PMDB) que visaram empreender e consagrar a forma mais eficaz de gestão pública "democrática", "participativa" e "popular": via Coredes, Orçamento Participativo e Governança Solidária, respectivamente.

No Maranhão, observa-se que o ingresso nos movimentos de contestação ao regime militar é mais tímido e mediado por princípios religiosos. A atuação no MDB é relativamente fraca, até porque as fronteiras partidárias são mais bem guardadas pelos chefes políticos locais, obstruindo a possibilidade de emergência de um luta geracional intensa pela imposição de princípios de política e de sociedade inovadores. O próprio Partido dos Trabalhadores, que aparece do mesmo modo como aglutinador de opções alternativas e vinculado às lutas políticas democráticas e de esquerda, se apresenta como uma organização com pouca força política, enquanto o PDT e o PMDB são dominados por lideranças construídas em outras bases e experiências políticas.

A especialização militante ocorre com bastante força via universidade, mas sem usufruir de posições de muito destaque nessa esfera e com forte interferência da igreja e dos chamados "movimentos sociais". De um modo geral, os militantes examinados ocupam posições dominadas não somente no espaço político mais amplo como também nos universitários e, na clivagem que parte os embates no estado em "oligarcas" e "antioligarquias", constituem o espaço específico de produção dessas oposições.[5] Evidencia-se uma fraca especialização da esfera eleitoral e da dimensão técnica no âmbito administrativo.

Por todos esses motivos, verifica-se a maior vulnerabilidade das apropriações da gramática democrática e precárias tentativas de operacionalização de política públicas nesse sentido. Os agentes falam em nome da "participação popular" e criam lugares de debate em torno das temáticas democráticas aplicadas à "realidade" do estado: fóruns, semi-

[5] Sobre a dinâmica de produção da categoria "oligarquia" e seus usos em batalhas políticas e intelectuais, ver Grill (2010).

nários, conselhos, etc. Entretanto, veem seus investimentos frustrados pela preponderância de lógicas patrimoniais e faccionais por eles mesmos identificados nos seus próprios meios de inscrição.

## Carreiras exemplares e concepções de gestão pública

As mesmas dimensões de análise que foram estabelecidas para situar o perfil geral dos agentes investigados orientaram a apresentação que segue de itinerários exemplares com o intuito de demonstrar de modo um pouco mais preciso a articulação dinâmica entre elas. Optou-se então por tomar dois casos de lideranças que, além de contar com posições autorizadas de formulação e enunciação do OP no RS e da "cultura" no MA, possuem propriedades sociais e inscrições políticas representativas dos militantes contemplados nas respectivas configurações. Tendo em vista o que foi discutido até aqui, as descrições subsequentes ilustram dois casos de emergência da "causa" a partir dos protagonistas.

Filho de médios proprietários rurais, Ubiratan de Souza, ao apresentar a inserção partidária do pai em entrevista, ressalta a ideia de que ele fora membro, assim como outros familiares, do "antigo" Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), agremiação que se caracterizaria pela "inserção social", "anti-imperialista" e voltada para a "soberania nacional" e não uma "legenda de aluguel", como seria atualmente. Além dessa "influência", é destacada também a do irmão mais velho, que fora seu contemporâneo de movimento estudantil (presidente do centro acadêmico da faculdade de direito da UFRGS em 1968 e posteriormente deputado estadual).

A liderança em questão inaugurou sua atuação no movimento estudantil secundarista, em Cachoeira do Sul (município do RS), depois de 1964. Na passagem que segue, ele sublinha o contato inicial com o "grupo" de militantes secundaristas, os "Brancaleones", e com "velhos comunistas", bem como buscar demonstrar sua "politização" precoce via o acesso a uma "literatura" condizente com suas perspectivas de "militância":

> O nosso o primeiro contato nosso lá de Cachoeira é com o pessoal dos Brancaleones, apesar e também com o pessoal do Partido Comunista que eram mais velhos que a gente, não era a mesma geração. Então, já em Cachoeira, a gente já tinha uma politização, já tínhamos lido inclusive uma literatura, como "Os 10 dias que abalaram o mundo" com John Reed, "A história da riqueza do homem" do Léo Huberman, já naquela época né?! E, depois os li-

> vros do Che, “O diário da luta” do Che, “A guerra de guerrilhas”, aí também livros do Lênin, do Stalin, do ‘O que fazer’.

O deslocamento para Porto Alegre para concluir o 3° científico na escola Pio XII teria sido a oportunidade de “aprofundar a militância e a literatura também”. Já havia um contato prévio com militantes do colégio Júlio de Castilhos, basicamente os membros do “grupo” chamado “brancaleones”. Tratava-se de um conjunto de estudantes secundaristas dissidentes do PCB que, posteriormente, veio a se constituir como base de apoio e como uma das interconexões fundadas em relações pessoais e ideológicas do casal Carlos Araújo – que fora deputado estadual e candidato a prefeito de Porto Alegre pelo PDT –; e Dilma Rousseff – que ocupou secretarias do estado no governo de Alceu Collares do PDT e de Olívio Dutra do PT, foi ministra-chefe da casa civil no governo de Luís Inácio Lula da Silva do PT, atualmente é a Presidenta da República (Reis, 2008b, 2007).

Uma das características desse “grupo” era a disposição para o ativismo e para as “ações armadas”. Dentre os que foram estudados (Reis, 2008c; 2007), a maioria possuía uma origem social relativamente baixa, com pais operários, ferroviários, pequenos comerciantes, com inserção sindical e baixa escolaridade. Eles apresentam como característica particular do seu ingresso na militância a vinculação original ao PCB (inclusive herdada no meio familiar) e via movimento estudantil secundarista. No que se refere à passagem por diferentes “organizações”, a maior parte deles seguiu um trajeto comum, com destaque às vinculações ao PCB, “Brancaleones”, Var-Palmares, MDB, PDT e PT. Vindos de outros municípios do RS (como Cachoeira do Sul e Santa Maria), eles se deslocaram, por diferentes motivos, para Porto Alegre e estudaram na escola pública Júlio de Castilhos. O “Julinho”, como é conhecido, funcionava, em 1966, “como uma célula comunista em qualquer lugar do mundo, segundo o figurino do ‘partido de novo tipo’ idealizado por Vladimir Lênin no início do século” (Guterrez, 1990, p.30).

Vários eventos foram referidos como singulares das mobilizações estudantis ocorridas durante o ano de 1967 e início de 68. Dentre as razões que teriam os desencadeado são citadas: a morte do estudante Edson Luís no Rio de Janeiro e as mobilizações que gerou; o acordo do MEC com a agência governamental norte-americana USAID que vislumbraria uma reforma no ensino abandonando o “padrão europeu” (estrutura educacional fundada no modelo “clássico” ou “científico”, ensino público

gratuito, etc.); as decisões do "governo militar" de reduzir os recursos para o ensino médio e universitário; a falta de vagas para alunos que haviam passado no vestibular; a proibição do funcionamento do DCE da UFRGS; no "Julinho" os alunos se insurgem "contra as normas restritivas" impostas pela direção que proibira o uso de "cabelos compridos" para os homens e de "minissaias" para as mulheres. Por conta dos protestos empregados, o Grêmio do colégio fora fechado e os alunos decidiram reativá-lo "numa barraca na praça em frente ao colégio" (Gutierrez, 1999, p. 32-34).

As "manifestações estudantis" repercutiram igualmente nas tomadas de posição frente ao PC que, nessa conjuntura, não estaria correspondendo às aspirações e inspirações revolucionárias dos adeptos. O VI Congresso do partido ocorrido nesse ano teria sido o marco do rompimento das "bases estudantis" que constituíram "dissidências" em vários estados.

Havia dissidentes universitários e secundaristas. Os primeiros assumiram ou afirmaram-se no comando da "Dissidência". Portanto, mais que uma ação de rompimento, a "dissidência do PC" acabou afirmando--se mesmo como uma "organização", ainda que provisória, a ponto de produzir sua própria "dissidência" (por expulsão ou rompimento, conforme diferentes versões). Nesta encontram-se os "secundaristas", particularmente os "Brancaleones", que acabaram sendo chamados "dissidentes" da "dissidência", mas não deixavam, obviamente, de serem "dissidentes" do PCB.

Os motivos assumidos da divisão teriam sido a defesa da articulação imediata da "guerrilha rural" ou do "foquismo" e a oposição dos "Brancaleones" à aproximação feita com uma parcela de militantes "dissidentes" da Polop (localizados basicamente em Minas Gerais). Porém, observa-se que sob as disputas mais "programáticas" havia diferenças de disposições, de "gerações" e de redes de relações que se traduzia também em "estilos de atuação" e em "rótulos".

Em fevereiro de 1968, os "Brancaleones" participaram da direção da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES) presidida por Luis Andréa Fávero, o que o que teria lhes permitido inscrever-se em mobilizações estudantis "mundiais" ocorridas naquele ano, reivindicando o "papel histórico" para a "juventude" e, por este intermédio, buscando o reconhecimento do seu próprio "papel".

As atividades e eventos promovidos a partir da inserção na UGES, durante o ano de 1968, são vistas, no momento em que foi examinado o conjunto de relatos reunidos, como desprovidas do impacto "revolu-

cionário” almejado e ao movimento estudantil é imputado um arrefecimento que instigava os militantes a buscarem formas mais contundentes de atuação. Adiciona-se a isso que, a promulgação do Ato Institucional número 5 no final do ano, a um só golpe ratificava o “fechamento político” do regime com disponibilidade para uso dos mecanismos necessários para manter-se, reforçando, para alguns militantes, a adoção da via clandestina e armada como única opção plausível e eficaz.

Para os “Brancaleones”, o ano de 1969 foi marcado por redefinições “organizacionais” que resultaram na sua relativa dispersão, ao menos em termos de lugares a partir dos quais desenvolviam suas intervenções. Sendo necessário frisar que, mesmo sendo eventualmente diferentes, as “organizações” as quais adentravam tinham sempre a característica de privilegiar as “ações armadas” na “luta contra a ditadura”.

A conexão mais decisiva para o “grupo” se deu a partir da liderança de Carlos Araújo, um advogado trabalhista, com forte inserção sindical, que fora, desde a década de cinquenta, ligado ao PCB (assim como seu pai e irmãos que tinham a mesma formação e atuação profissional e política). Com trânsito nacional significativo, ele reuniu militantes provenientes de diferentes meios, sendo que a característica mais comum entre eles é a detenção ou reivindicação de uma origem “operária” ou nas “classes trabalhadoras”. Interessante que Araújo acabou promovendo a reunião dos “dissidentes” secundaristas do PC com a outra parcela dos “dissidentes” da Polop de Minas Gerais que não participaram da fundação do POC (“organização” fundada pelos “dissidentes” universitários do PC gaúcho com uma parcela de “dissidentes” da Polop de Minas, a qual os “Brancaleones” teriam se oposto, como foi anteriormente dito).

O porta-voz do OP ora referido, passava a atuar na organização clandestina Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), inclusive participando do seu “campo de treinamento militar” no Vale da Ribeira, para onde foi em detrimento da faculdade de geologia que iniciara em 1969. No seu retorno, foi preso, “trocado pelo embaixador Suíço” (sequestrado com o objetivo de libertação de “presos políticos”) e “banido” para o Chile. Depois teria ido para Cuba fazer “treinamento”. De volta a Santiago (Chile), militou na “clandestinidade” sob a ditadura de Pinochet. Por fim, terminou o período de exílio em Cuba, lá residindo até o final de 1977.

Tendo morado naquele país e realizado viagens pela Europa (principalmente França), Ubiratan privilegia, na sua reconstrução biográfica, a

ênfase no gosto pelas expressões culturais (literatura, cinema, teatro, etc.), a participação em grupos de discussão do marxismo com a esposa chilena (igualmente militante) e as "experiências coletivas" da "realidade cubana".

A ideia de "coletividade" aparece na descrição dos seus movimentos, sempre buscando demonstrar o apoio e a influência do mesmo círculo de amizades ao longo do tempo. Talvez beneficiado pelo fato de ter um irmão deputado estadual, um dos principais protagonistas gaúchos da reconstrução do PDT e reconhecido por pertencer à "ala de esquerda" do partido, o que, inclusive, se refletiu na maior aproximação do entrevistado com Carlos Araújo nos anos 1980, enquanto esteve filiado ao PDT.

Dentre os fatores decisivos no seu itinerário está o deslocamento para o PT no momento de ascensão dessa sigla e no momento de declínio do PDT (deslocamento feito por praticamente todos os membros dos "brancaleones") e a administração de laços com contemporâneos da contestação ao "regime militar". Formado em economia pela UFRGS já no período de redemocratização, em 1990 começou a militar no núcleo dos economistas do PT. Em 1992, como coordenador desse núcleo, desenvolveu o programa de gestão e finanças públicas e, em 1993, foi convidado por Tarso Genro (que fora líder de um dos "grupos" de resistência à ditadura militar no estado) para ser o Secretário do Gabinete de Planejamento de Porto Alegre e, consequentemente, para coordenar o Orçamento Participativo na capital. Nesse cargo ele ficou até 1998 e, com a conquista do governo do estado pelo PT, coordenou o Gabinete de Planejamento do Orçamento Participativo (OP), de 1999 a 2002, no governo de Olívio Dutra. Nesse ano concorreu, sem sucesso, à deputação estadual, amparado pela coordenação da experiência do Orçamento Participativo.

A partir de então passou a atuar como assessor do deputado estadual e ex-prefeito de Porto Alegre, Raul Pont. Vinculou-se também à tendência do PT denominada "Democracia Socialista", que tem como um dos seus fundadores e principais líderes o próprio Raul Pont (que fora militante do Partido Operário Comunista, do Iepes, do Setor Jovem e da Tendência Socialista do MDB).

Como se vê, a migração para o PT, a atualização de vínculos com antigas lideranças da contestação ao regime militar e o investimento na obtenção de um título escolar de economista, associados à biografia militante, permitiram a conquista de uma posição destacada na hierarquia de cargos disponíveis para os militantes.

Ubiratan de Souza acabou se constituindo como um dos principais porta-vozes da “causa” ou “bandeira” da “participação popular”, viabilizada pelo Orçamento Participativo (OP). Publicou desde artigos de circulação interna ao partido, até matérias em jornais internacionais (principalmente por ocasião dos Fóruns Sociais Mundiais realizados em Porto Alegre). Produziu um livro sobre o OP em coautoria com Tarso Genro, intitulado “Orçamento Participativo: a experiência de Porto Alegre”.

Para finalizar, cabem dois registros: um que aponta para a escolha da formação universitária concebida como parte de uma “vocação” para intervenção e o outro que informa o elo que procura estabelecer entre as condições inaugurais de militância e o significado atribuído ao OP:

> [...] Porque pela minha militância política e pelo estudo do Marx, do Capital, a economia política para mim interessava. Essa era a minha vocação mesmo [...]. (Entrevista com Ubiratan de Souza)

> [...] Esse é o grande avanço de uma experiência de esquerda que estava só na clandestinidade (que não tinha liberdade nem de organização) chegar à plenitude do processo democrático com a luta das diretas. A eleição para presidente, eleição para governador, para prefeito de capitais e, depois, ser protagonista de uma experiência que vai além da democracia representativa, a democracia direta. E a democracia direta ela cria também um tensionamento para qualificação da democracia representativa. (Entrevista com Ubiratan de Souza)

Em um texto escrito por Ubiratan de Souza com o objetivo manifesto de propagar os “ensinamentos”, “princípios” e possibilidades de “avanços” desse modelo de “gestão participativa”, o OP é apresentado como uma “experiência revolucionária” e um “instrumento privilegiado de distribuição de renda pública, da democratização da gestão do Estado e de construção da cidadania”. Os fragmentos abaixo permitem cotejar as diferentes formas de apresentar os mecanismos de “participação popular”.

Sobre o significado para a “esquerda” e para o “socialismo” enfatiza:

> O OP é um processo de democracia direta, voluntária e universal, onde a população pode discutir e decidir sobre o orçamento público e as políticas públicas. O cidadão não encerra sua participação no ato de votar na escolha do executivo e do parlamento, mas vai muito além, decidindo e controlando a gestão pública. [...] A nossa experiência do OP, também, aponta o caminho para a superação, de maneira contemporânea, da crise do socialismo

> burocrático, respondendo de maneira criativa e original à principal questão política da decadência e da derrocada do Leste Europeu, ou seja, a relação autocrática do estado com a sociedade. (http://www.partehartuz.org/textos_programas_03-04/ubiratan.pdf, p. 1)

E sobre a base legal que garantiria a "vontade política e autonomia", sublinha que:

> O orçamento público está previsto nas Constituições federal (Art. 165, III) e Estadual – RS (Art. 149, III) e nas leis orgânicas municipais como uma lei de iniciativa do executivo. Também, a Constituição Federal em seu artigo 1°, parágrafo único, diz – "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes ou diretamente, nos termos desta Constituição" e no artigo 5°, inciso XVI, estabelece o 'direito de reunião' e inciso XXXIV o 'direito de petição ao Poderes Públicos' do povo brasileiro. Ademais, a nova Lei de Responsabilidade Fiscal (maio/2000), no parágrafo único do art. 48 diz: 'A transparência será assegurada mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos. (http://www.partehartuz.org/textos_programas_03-04/ubiratan.pdf, p. 2)

A segunda liderança, João Ribeiro, se define como poeta, compositor, advogado e militante político. Nascido em São Luís na década de 1950, o seu pai era embarcadiço e foi vigia noturno, sua mãe era operária de uma fábrica têxtil e a família possuía uma forte adesão religiosa, o que se refletiu na sua experiência como coroinha de uma igreja católica. A estreia na intervenção política se deu na década de 1970, quando atuou no movimento estudantil universitário e realizava o curso de Engenharia Mecânica na atual Universidade Federal do Maranhão. A militância política teria influenciado no abandono da universidade (também iniciou o curso de economia no início dos anos 1980, sem concluí-lo). Participou do movimento estudantil de São Luís na década de 1970 e foi uma das principais lideranças da "greve pela meia passagem" de 1979, evento reconhecidamente marcante do período no estado e sobre o qual é constantemente chamado a falar, graças, principalmente, à notoriedade posteriormente conquistada. Nesse período, esteve em contato com dirigentes da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (Polop), numa seção de Recife (PE), mas sem participar de "ações armadas". Em entrevista a um jornal alternativo que reúne militantes de esquerda de

São Luís, ele aponta que "o ano de 1979 foi o '68' da minha geração" e combina eventos mais nacionais com os aqueles mais locais:

> Ano de uma imensa efervescência política e cultural no Maranhão e no Brasil, de lutas operárias e camponesas, dos movimentos contra a carestia, das jornadas de cinema Super-8, dos festivais universitários de música e poesia, da volta dos exilados e anistia aos presos políticos, do Congresso de Reconstrução da UNE e da Greve da Meia Passagem. Nem preciso mais dizer o que significou a Greve de 79, pois a partir daí veio a reforma partidária, a fundação do PT e a inserção de variados atores na cena política brasileira. (*Vias de Fato,* p. 6, fevereiro de 2010 )

Na mesma ocasião, João Ribeiro declara que a única herança política da família foi a prisão de tios durante a intentona comunista, que teria sido um "segredo de família" que lhe despertava "curiosidade" e "fascinação" (idem), ao passo que a influência musical é mais detalhadamente reconstituída:

> meu avô por parte de mãe [...] era motorneiro de bonde, grande boêmio, tocador de violão [...] minha avó [...], mãe da minha mãe, que não cheguei a conhecer, era neta de escravos e tocava piano. Meu pai [...] gostava de cantarolar canções de Vicente Celestino, Orlando Silva, Carlos Galhardo e ouvia muito rádio, também escrevia algumas coisinhas literárias [...]. Somem-se a isso as radiolas da zona que tocavam o dia inteiro próximo ao casarão em que residia.

Em 1986 foi aprovado no concurso da Receita Federal para Técnico do Tesouro Nacional (Analista Tributário). Funcionário Público Federal de carreira, formou-se em Direito já na década de 1990, tendo feito Pós-Graduação em Direito Civil e Processual Civil (trabalhou com a temática dos direitos autorais, propriedade intelectual), tendo atuado como professor no curso de Direito de uma faculdade privada na capital.

Em 1993, organizou o *I Seminário Maranhense de Direitos Autorais*. Foi fundador do Sindicato dos Servidores Públicos Federal, atuou no Sindicato dos Professores da rede particular de ensino e prestou assessoria ao Sindicato dos Artistas. Também fez parte do Comitê Brasileiro pela Anistia. É fundador o PT, do qual chegou a ser presidente do diretório municipal, em 1996, ano em que concorreu à vereança em São Luís por este partido com o slogan "artista-militante", ficando na suplência. Presidiu a Fundação Municipal de Cultura (FUNC), entre 1997 e 1998, e foi secretário estadual de cultura (2007-2009). Em ambos os casos, trata-

ram-se de governos encabeçados pela liderança do PDT, Jackson Lago, primeiro na prefeitura da capital, São Luís (1997-2000), e, depois, no governo do estado (2007-2009).

Um dos momentos mais grifados pelos militantes que acompanharam de alguma forma o trajeto em exame, e do próprio agente, como de conquistas culturais e políticas do estado foi a realização do I Fórum Municipal de Cultura de São Luís, em 1997, durante a presidência de João Ribeiro na FUNC, na qual, segundo o próprio, chegou "praticamente carregado nos braços pelo movimento cultural". De fato, ele acaba se afirmando como o ego de uma rede de militantes que encontram nesta entrada as condições de emergência de um "modelo coletivo", construído na conexão entre uma série de instâncias de formulação, de referencias de identificação e de parâmetros de atuação que constituem o *repertório de confronto* agilizado. Assim, as interpretações retrospectivas acerca dos objetivos para a realização do primeiro Fórum Municipal de São Luís e das justificativas para o investimento nesse tipo de modalidade de intervenção aparecem atreladas ao imperativo da "participação popular" e da inscrição da "sociedade civil" na arena pública de discussão. Ambas, que se exercem mediante a prática do debate e da discussão, ora aparecem como sinônimas e ora como tipos complementares de dois níveis distintos de atuação, levadas a cabo por indivíduos com relações "militantes" e "competentes" (em termos de especialização, de dedicação e de extração social) distintas com as problemáticas priorizadas.

A conquista por Jackson Lago do governo estadual em 2007 e a escolha de João Ribeiro para ocupar a pasta da cultura foi a oportunidade de agentes que investiam na posição de porta-vozes da "cultura" de ativar ideias de políticas culturais que vinham sendo construídas, de exercer cargos relativamente melhor alocados no âmbito político (para alguns garantindo, inclusive, a sua subsistência econômica) e, por esse intermédio, de disputar posições e posicionamentos com lideranças estabelecidas no espaço político e cultural do estado. O pessoal político-administrativo que constituiu a secretaria de cultura estaria respaldado pelo passado de experiências de "participação" constantemente acionadas dos discursos de apresentação/justificação da "equipe". No discurso desses militantes a dimensão cultural aparece como elemento chave de um projeto de transformação social e político e, principalmente, passível de ser conduzido por protagonistas cuja atuação conjunta e contínua, desde os fóruns de

cultura, se reproduzia no âmbito político-administrativo, legitimando sua constituição como "equipe de governo".

No "plano de governo" concebido para ser executado entre os anos de 2007 a 2010, período que se supunha durar a gestão do petista à frente da SECMA sob o Governo de Jackson Lago do PDT, são estabelecidas as diretrizes da gestão. Com o slogan: "A imaginação a serviço da cidadania e do desenvolvimento", são explicitadas as "quatro grandes diretrizes" da gestão:

> 1. Democratização da cultura como mecanismo de socialização dos bens e serviços culturais e garantia dos direitos inerentes à cidadania;
>
> 2. A cultura como questão estratégica para a construção de políticas públicas de desenvolvimento sustentável do Maranhão;
>
> 3. Fortalecimento da identidade cultural maranhense (maranhensidade), valorizando a diversidade do patrimônio cultural material e imaterial, bem como promovendo a inovação criativa e intercâmbios culturais;
>
> 4. Implementação de política de gestão cultural democrática e descentralizada, que integre os agentes culturais e garanta a participação popular. (Plano Estadual da Cultura do Maranhão, 2007-2010, p. 11).

Cabe ressaltar a ideia de "maranhensidade" que a administração procurou imprimir às e nas atividades e eventos conduzidos, como marca de uma identidade da sua gestão com o "povo maranhense", cumplicidade fundada numa espécie de estilo de vida e símbolos de distinção, ao mesmo tempo "existentes" e "ideais". O fragmento abaixo permite evidenciar a tentativa de abarcar, com a mesma ideia, o conjunto de elementos frequentemente acionados para definir a "cultura maranhense" (e não raro, suas "tradições") combinando-os a categorias que remetem aos valores do mundo "democrático", visando objetivos ou princípios morais e universais.

> "Maranhensidade é carnaval e academia; são joão e literatura; educação e cultura; turismo e tecnologia; intercâmbio e identidade; pertencimento e trocas; tolerância e diversidade; música e magia; conhecimento e universalidades; saberes e fazeres; direitos e liberdade para exercê-los: à livre expressão e manifestação artística, jornalística, do pensamento; enfim, do engenho e arte daquilo que temos de melhor para contribuir com a cultura da paz e com o reencantamento da Humanidade" (João Ribeiro, "Maranhensidade: um estado de alegria", Jornal Pequeno, 14 de janeiro de 2008).

A agilização de tais aspectos é compatível com a defesa de estratégias de "descentralização da cultura" que implicou numa modificação

das estruturas de organização e financiamento das principais "festas populares" (carnaval e são joão, então nomeadas "carnaval da maranhensidade" e "são joão da maranhensidade") do estado. Consequentemente, estabelecendo oposições com as prioridades dadas até então (pelos governos e gestores anteriores) e fixando uma série de embates entre artistas, jornalistas e produtores culturais.

Na "missão" da secretaria, redefinida em relação àquela explicitada nos relatórios das gestões anteriores,[6] a ênfase recai na produção de políticas públicas para a cultura orientada por registros comuns à retórica democrática e, especialmente, a determinadas vertentes partidárias de esquerda,[7] tais como as ideia de "princípios éticos", "cidadania" e "transformação social".

> [...] formular e executar políticas públicas fundamentadas em princípios éticos e democráticos, promovendo o fomento, a valorização, a preservação, o registro e a difusão dos bens e serviços culturais, de modo a fortalecer a cidadania e a identidade maranhense'. Ao assumir para si esta missão, a Secretaria de Estado da Cultura parte do princípio de que as políticas a serem desenvolvidas precisam primar por ações pautadas em princípios éticos e democráticos que possam contribuir de forma definitiva para as grandes transformações sociais a partir do reconhecimento de cada cidadão e cidadã como produtor e beneficiário da cultura, e da valorização e vivificação das diversas manifestações culturais maranhenses (Plano Estadual de Cultura do Maranhão, p. 15, 2007).

A rápida duração da administração de João Ribeiro inviabilizou, para o momento, uma análise mais aprofundada dos seus investimentos efetivos nas políticas de cultura (por exemplo, não se teve acesso ao relatório das atividades desempenhadas pela Secma). Todavia, mediante a análise dos depoimentos coletados, é possível indicar algumas nuances importantes do receituário que informa a produção de políticas públicas

---

[6] No Relatório de Atividades da Secretaria de Estado da Cultura referente ao governo anterior, do ano de 2006 e elaborado pela Assessoria de Planejamento e Ações Estratégias (Asplan) a "Missão Institucional" da Secma é definida da forma que segue: "Órgão responsável pela elaboração e execução da política pública de natureza cultural, operando na perspectiva da ação transformadora da sociedade, estimulando o exercício da cidadania e o aprimoramento estético dos seus membros, sempre pautada na preservação e difusão dos bens culturais materiais e imateriais do Maranhão".

[7] Como aquela observada no "discurso petista" sobre a "participação popular" (Reis, 2008).

consideradas eficazes e os espaços privilegiados (como "fóruns" e "conselhos") nos quais agentes interessados (sejam "gestores", a "sociedade civil", ou o "cidadão comum") tomam a palavra, discutem e debatem sobre questões "lhes dizem respeito". Para os agentes estudados esse quadro, no entanto, somente se completa com o estabelecimento de um corte antagônico fundamental com o que seria uma lógica arraigada de favorecimentos pessoais na gestão da cultura (de "apadrinhamento", "troca de favores", "falta de transparência", "patrimonialismo"...) e, ao mesmo tempo, de um possível mecanismo de superação centrada na realização de editais. Interessante sublinhar que essa dicotomia é fixada e direcionada não somente aos opositores externos como também para apontar "falhas" na prática dos próprios membros do meio interno de relações.

Sob os registros da denunciação e/ou da justificação, acionados de forma mais ou menos direta ou implícita, atenta-se para o constante processo de redefinição da lógica faccional, impulsionada e impulsionadora de uma dinâmica animada pelos interconhecimentos (Fabiani, 2003). A ativação de uma gramática tida como impessoal e universalizante de execução de ações públicas, como é o caso da defesa dos editais, se transforma em mecanismos de administração de reputações e, notadamente, de desqualificações pessoais. Desqualificações essas que podem ter como alvo tanto adversários históricos como aliados de outrora, e até mesmo serem utilizadas nas lutas internas à facção com vistas a redefinir clivagens, refazer alianças, reagir a supostas ingratidões e retaliar possíveis expectativas frustradas. Como indicou Moacir Palmeira (2006, p. 144), a plasticidade do "modelo faccional", assim como para todos os *referenciais dominantes* (referidos ou não às políticas públicas) viabiliza sua adequação, por incorporação e neutralização, de "iniciativas de mudança das práticas políticas".

## Considerações finais

A reflexão realizada objetivou demonstrar que, no que pese haver um relativo "acordo" acerca das condutas e temáticas basilares que constituem o repertório de mobilização democrática, estas somente podem ser apreendidas levando-se em conta as condições específicas de seus usos, acionados por agentes portadores de determinadas características sociais, orientados por determinadas matrizes de referenciais adquiridas e construídas nas suas variadas inserções. Essas dimensões revelam processos mais ou menos eficazes e conflitivos de objetivação e institucio-

nalização de problemáticas políticas tidas como legítimas e seus porta-vozes autorizados em dados contextos (nacionais ou regionais).

Logo, tais fatores são primordiais para a compreensão de modelos de gestão pública como o resultado de disputas entre agentes, enredados em relações objetivas, que se movimentam e posicionam-se uns em relação aos outros. E, nestas condições, lançam mão de "estratégias individuais ou coletivas, espontâneas ou organizadas, que visam a conservar, transformar, transformar para conservar ou, até mesmo, conservar para transformar" (Bourdieu, p.175, 1998).

Assim, o OP e as "políticas para a cultura" são produzidos nas ações e reações, atrações e repulsas, escolhas e exclusões daqueles e entre aqueles com disposições, cauções e oportunidades de entrar no jogo democrático e garantir seu lugar no ranking das suas lideranças.

Os desdobramentos da discussão focada nos agentes, discursos e clivagens revelam o entrecruzamento de lógicas e princípios de estruturação do espaço político no Rio Grande do Sul e no Maranhão. Porém, no primeiro caso, observou-se, mediante o exame dos itinerários de militância e de condições de atuação no cenário político "gaúcho", a viabilização da afirmação institucional de lideranças com perfis políticos "favoráveis" à adesão a bandeiras como aquela da "participação popular" e sua operacionalização relativamente eficaz. Ao passo que, no Maranhão, os usos de uma "gramática democrática" vêm perpassados ou são defrontados com o peso das rivalidades faccionais e da hierarquização do universo político.

Neste segundo contexto, a ativação de um repertório de expressões e simbologias que remetem ao ideal de "participação" e "democratização" se dá por intermédio de "porta-vozes" situados em posições dominadas no espaço social e político mais amplo, cujos movimentos se inscrevem simultaneamente nas regras de um *jogo oligárquico* (Elias, 1999) e se justificam no esforço em negá-lo ou contestá-lo. Ao privilegiarem a "arena" das disputas em torno das "políticas públicas" para a "cultura" e ao reivindicarem a condição de intérpretes ou mediadores do "popular" reforçam, de certo modo, um conjunto de oposições ou de imposições que envolvem desequilíbrios da balança do poder no estado. Do mesmo modo, quando lançam mão desses "valores democráticos" como antídotos às práticas tidas como "tradicionais" ou "atrasadas" revelam as ambivalências decorrentes dessa posição dominada no espectro de forças políticas e da capacidade de renovação dos segmentos ("famílias", "gru-

pos", "setores", "interesses") dominantes. Logo, expõem de forma transparente os obstáculos para afirmação dos próprios "ideais democráticos" que professam nessas circunstâncias. O que não significa desconsiderar que a existência, mesmo frágil, de discursos e "experiências", como aos aqui analisados, possa fazer emergir novas identidades, lugares e formas de expressão políticas. Sem deixar de mencionar o potencial que os mesmos trazem para tornar mais "complexo o 'trabalho de dominação' dos dominadores tradicionais" (Palmeira, 2006, p. 148).

## Referências


ARRETCHE, M. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas (Apresentação). In: *RBCS*, vol. 18, n. 51, p. 7-9, fevereiro, 2003.

AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. *A inovação democrática no Brasil.* São Paulo: Editora Cortez, 2003.

AVRITZER, L. Um desenho institucional para o novo associativismo. In: *Lua Nova*. n. 39, p. 148-174, 1997.

BOURDIEU, P. Classificação, desclassificação, reclassificação. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. *Pierre Bourdieu. Escritos de educação.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BRAUD, P. *Le jardin des délices démocratiques*. Paris: Presses de la Fondation nationale des Sciences Sociales, 1992.

______. *Sciene Politique. 1. La Démocratie.* Paris: Éditions du Seuil,1997.

CORADINI, O. L. "Politização de interesses através de frentes parlamentares". *Tomo,* n. 1 (1998)m NPPCS/UFS, n. 13 jul./dez., 2008.

______. Escolarização, militantismo e mecanismos de "participação" política. In: Heredia, B. et al, (Org.) *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 2002.

DOBRY, M. "Les transitions démocratiques: regards sur l'etat de la 'transitologie'", *Revue Française de Science Politique*, 50 (4-5), p. 579-614, agosto-outubro, 2000.

ELIAS, N. *Introdução à sociologia*. Portugal: Edições 70, 1999.

FABIANI, J-L. A Córsega ou as servidões da autenticidade. In: *Revista Sociologias*. Porto Alegre, ano 5, n. 9, p. 354-368, jan/jun, 2003.

FIUZA, A. *Teoria e Debate*. Revista Bimestral da Fundação Perseu Abramo – ano 18, n. 6. fev/mar 2005.

FONTES, V. M. *Démocratie et Révolution*: Sciences Sociales et pensée politique ao Brésil contemporain. Paris, Tese de doutorado, Universidade de Paris X, 1996.

GANDIN, D. *A prática do planejamento participativo.* Petrópolis: Vozes, 1994.

GILCHER-HOLTEY, I. “Quand les phrases interdites descendaient dans la rue: mouvements sociaux et internationalisation- l’exemple de Mai 68”. In: SAPIRO, G. (dir.). *L’espace intellectuel en Europe. De la formation des États-nations à la mondialisation (xix-xxi siècle)*. Paris: La Découverte, 2009.

GRILL, I. G.; REIS, E. T. dos. *Entre Togados e Votados*: as ‘batalhas jurídicas’ nas disputas eleitorais. Paper apresentado no 7° Encontro da ABCP, Recife, 2010.

GRILL, I. G. *Os usos dos* ismos *em batalhas políticas e intelectuais (MA e RS)*. 34° Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2010.

______. *Heranças políticas no Rio Grande do Sul.* São Luís: EDUFMA, 2008.

GUILHOT, N. Os profissionais da democracia em ação. In: LINS, D.; WACQUANT, L. (Org.). *Repensar os Estados Unidos*: por uma sociologia do superpoder. Editora Papirus, 2003.

GUTIÉRREZ, C. W. *A Guerrilha Brancaleone.* Porto Alegre: Proletra, 1999.

LACLAU, E. “Más allá de la emancipación”; “Universalismo, particularismo y la cuestión de la identidad”. In.: *Emancipación y Diferencia*. Buenos Aires: Ariel, 1996.

LANDÉ, C. H. Introduction: the dyadic basis of clientelism. In: SCHMIDT, S.W. et alli. (Eds.). *Friends, Followers and Factions*. A Reader in political clientelism. Berkeley, University of California Press,1977.

MAYER, A. C. “A importância dos ‘quase-grupos’ no estudo das sociedades complexas”. In: FELDMAN-BIANCO, B. *Antropologia das sociedades contemporâneas.* S.P: Global, 1987.

MEMMI, D. L’Engagement politique. In: GRAWITZ, M.; LECA, J. (dir.). *Traité de Science Politique*; v. 3: *L’Action politique*. Paris, PUF, 1985.

MOUFFE, C. The Democratic Paradox. London: Verso – 2000.

MOURA, J. T. V.; SILVA, M. K. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, p. 43-54, 2008.

NONJON, M. “Professionnels de la participation: savoir gérer son image militante”. *Politix,* n. 70, p. 89 -112, 2005/2.

OFFERLÉ, M. *Sociologie des organisations patronales.* Paris: La Découverte, 2009.

______. *Un homme, une voix? Histoire du suffrage universel.* Paris: Editions Gallimard, 1993.

PALMEIRA, M. Eleição Municipal, Política e Cidadania. In: PALMEIRA, M.; BARREIRA, C. (Org.). *Política no Brasil. Visões de antropólogos*. Cap. 5. Rio de Janeiro: Relume Dumará: NUAP/UFRJ, p. 137-150, 2006.

PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil, entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática,1990.

REIS, E. T. dos. “Em nome da ‘cultura’: porta-vozes, mediação e referenciais de políticas públicas no Maranhão”. *Revista Sociedade e Estado,* v. 25, n. 3, Brasília, set./dez. 2010.

______. “Em nome da participação popular: constituição de uma causa legítima e disputas por sua definição no Rio Grande do Sul”. *Revista Pós Ciências Sociais* (UFMA), v. 9/10, p. 105-132, 2008a.

______. Da Contestação à Profissionalização Política: capital social, capital militante e capital político. In: GRILL, I. G.; REIS, E. T.; FILHO, J. B. (Org.). *Elites, profissionais e Lideranças Políticas*: pesquisas recentes. São Luís: Editora da UFMA, 2008b.

______. A “arte” da intervenção política: origens sociais, carreiras e destinos de militantes que lutaram contra a ditadura. In: CORADINI, O. L. (Org.). *Estudo de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul*: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 43-60, 2008c.

______. *Contestação, Engajamento e Militantismo*: da ‘luta contra a ditadura’ à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado defendida junto PPG-CP/UFRGS, 2007.

WEBER, Max. “A política como vocação”. *Ciência e Política*: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1993.

# Sobre os autores

## André Marenco

Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pesquisador do CNPq, integra o Grupo de Pesquisa/CNPq Instituições Políticas Comparadas/iPoC.

## Adriano Codato

Professor da Universidade Federal do Paraná, atualmente, dedica-se ao estudo dos processos de recrutamento da classe política brasileira e coordena o Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil.

## Bruno Bolognesi

Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Os temas de pesquisa aos quais se dedica no momento são seleção de candidatos, partidos políticos e qualidade da democracia.

## Eliana Reis

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, coordena o Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (Leepoc) e tem pesquisas em duas direções: estudos sobre modalidades de intervenção política, carreiras militantes e repertórios de mobilização; e investigações sobre os condicionantes e estratégias de afirmação de elites culturais.

## Ernesto Seidl

Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Sergipe, pesquisador do CNPq. Coordena o Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP) e atua na área de Sociologia Política, com ênfase em estudos sobre Elites e Grupos Dirigentes e Processos de Politização.

## Frederic Sawicki

Professor da Université Paris I-Panthéon Sorbonne. Membro do conselho editorial da revista Politix-Sciences sociales du politique, suas áreas de pesquisa são partidos políticos, partido socialista francês, militantismo, política local.

## Igor Grill

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, coordena o Laboratório de Estudos Sobre Elites Políticas e Culturais/Leepoc. Desenvolve pesquisas sobre processos, condicionantes e lógicas de seleção, afirmação e hierarquização de elites.

## Luiz Domingos Costa

Professor da Facinter/PR e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira – NUSP/UFPR, atuando principalmente nos seguintes temas: recrutamento parlamentar, poder legislativo, composição social, carreiras políticas e elites políticas.

## Maria do Socorro Braga

Professora da Universidade Federal de São Carlos, pesquisadora do CNPq, atuando principalmente nos seguintes temas: sistema de governo, partidos políticos, eleições, representação política e comportamento eleitoral.

## Miguel Serna

Professor da Universidad de La República, Uruguai, suas linhas de pesquisas são: política comparada, elites e partidos políticos e sociologia da educação superior.